



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

ALANA KERCIA BARROS DEMÉTRIO

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA SOCIOCOGNIÇÃO NO DISCURSO
REFLEXIVO DE CLARICE LISPECTOR SOBRE O DIZER: O MALOGRO DA VOZ
E O ESPLENDOR DE TER UMA LINGUAGEM



FORTALEZA – CEARÁ
2018

ALANA KERCIA BARROS DEMÉTRIO

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA SOCIOCOGNIÇÃO NO DISCURSO REFLEXIVO
DE CLARICE LISPECTOR SOBRE O DIZER: O MALOGRO DA VOZ E O ESPLENDOR
DE TER UMA LINGUAGEM

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helenice Araújo Costa.

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Demétrio, Alana Kercia Barros.

Aspectos epistemológicos da sociocognição no discurso reflexivo de Clarice Lispector sobre o dizer: o malogro da voz e o esplendor de ter uma linguagem [recurso eletrônico] / Alana Kercia Barros Demétrio. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 254 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: Linguagem e Interação.
Orientação: Prof.^a Dra. Maria Helenice Araújo Costa.

1. Linguagem. 2. Sociocognição. 3. Recursão. 4. Clarice Lispector. I. Título.

ALANA KERCIA BARROS DEMÉTRIO

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA SOCIOCOGNIÇÃO NO DISCURSO REFLEXIVO
DE CLARICE LISPECTOR SOBRE O DIZER: O MALOGRO DA VOZ E O ESPLENDOR
DE TER UMA LINGUAGEM

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Linguística Aplicada do Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada do Centro
de Humanidades da Universidade Estadual do
Ceará, como requisito parcial para a obtenção
do título de doutora em Linguística Aplicada.
Área de concentração: Linguagem e Interação.

Aprovada em: 20 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

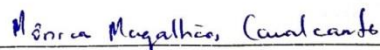


Prof.ª Dr.ª Maria Helenice Araújo Costa (Orientadora)

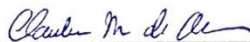
Universidade Estadual do Ceará – UECE



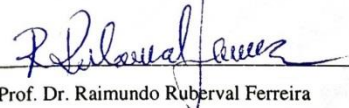
Prof.ª Dr.ª Helena Franco Martins
Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro – PUC-Rio



Prof.ª Dr.ª Mônica Magalhães Cavalcante
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof.ª Dr.ª Claudiana Nogueira de Alencar
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira
Universidade Estadual do Ceará – UECE

A Ana Julia e Demétrio, minha história.

Ao Rondinelle, meu doce Tin Man.

AGRADECIMENTOS

Em sincero reconhecimento a todos que de algum modo contribuíram para que se tornasse concreto este trabalho, agradeço.

Ofereço, especialmente, minha terna gratidão a Ana Julia e Demétrio, por terem tornado possível para mim o que não era, arrancando do mundo oportunidades para me dar condições de com ele acertar o passo; ao Alan, pela nossa cumplicidade fácil, que sempre me encheu de luz a vida e de calor o coração; a Rogéria, Hudson e Iara, pelo nosso nó remoto; a Andrea e Raquel, pelas lembranças queridas e pelo afeto guardado; a Maninha e Andrezza, pelo companheirismo e afeição que nos unem em nossas jornadas similares; a Eleildo e Poly, pela sintonia e pela alegria lúcida com que regalam nossos caminhos cruzados.

Em particular, agradeço também a Helena Martins, Mônica Cavalcante, Claudiana Alencar e Ruberval Ferreira, pela generosidade de aceitar compor a banca examinadora desta tese em meio ao fervilhar de compromissos que toma incessantemente o âmbito acadêmico; à Benedita, pelo carinho e pela gentileza que trouxe de presente no dia da defesa; aos colegas do PosLA-UECE e da Coordenadoria de Comunicação da UFC, pela amizade, apoio e torcida; à UECE, pelos nossos 17 anos de acoplamento estrutural; à CAPES, pelo suporte financeiro durante todo o meu percurso na pós-graduação; à UFC, pela concessão de meu afastamento parcial.

Acima de tudo, sou desmedidamente grata à professora Helenice, pela coragem singular, entusiasmante e inspiradora de “amar e mudar as coisas”, pelo muito que me ensina e deixa na pessoa, na pesquisadora e na profissional que sou, pelos braços abertos, mãos estendidas e ouvidos ofertados; e ao meu amor, pelo nosso encontro afortunado, história bonita, presente feliz, aliança cultivada, canto afinado e esperança partilhada – é o Rondinelle que entoa comigo “a cantiga do Infinito numa capoeira”.

“Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade. Entender é uma criação, meu único modo”.

(Clarice Lispector)

“O consolo é que nem todos têm que depor e gaguejar, e só alguns sentem a danação de procurar compreender a compreensão”.

(Clarice Lispector)

RESUMO

Este trabalho discute a manifestação de pressupostos teóricos que fundamentam a abordagem sociocognitivista de linguagem nos romances de Clarice Lispector. Com o propósito de investigar essa questão, buscamos verificar, no discurso presente nesses romances, traços indicadores do reconhecimento do caráter indicial da linguagem, a sugestão da ideia de que com ela damos forma ao mundo e características associáveis a uma concepção que toma a construção de sentidos como atividade colaborativa. Para proceder ao estudo, delimitamos conceitualmente a sociocognição, porquanto se apresenta como perspectiva epistemológica ainda difusa, e em seguida tratamos da desconstrução da noção de representação acurada do real, o que consideramos ponto de partida para compreender o conceito de recursão na linguagem e a coerência que este estabelece com a hipótese sociocognitiva sobre o dizer. Recorrendo a campos de conhecimento diversos em função da complexidade do objeto e conduzindo nosso percurso metodológico nos moldes do movimento em espiral que caracteriza o raciocínio abduutivo, examinamos 40 passagens, selecionadas dos nove romances de Clarice, que julgamos fortemente emblemáticas da escritura simultaneamente problematizante e problematizada da autora. Os resultados de nossa análise demonstram que o discurso autorreflexivo nessas obras sugere, de fato, pressupostos da sociocognição, não com argumentos autovalidados, articulados em direção à defesa dessa perspectiva epistemológica como abordagem de linguagem, mas com explicações sobre a semiotização do mundo num operar recursivo que, além de insinuar, encena ele mesmo a continuidade entre nosso ser com os outros, nosso estar e fazer na linguagem e nosso conhecer da realidade comum que produzimos.

Palavras-chave: Linguagem. Sociocognição. Recursão. Clarice Lispector.

ABSTRACT

This work discusses the manifestation of theoretical assumptions that underlie the sociocognitivist approach to language in Clarice Lispector's novels. In order to investigate this question, we attempt to verify whether the discourse in these novels shows features that indicate the recognition of the indicial character language presents, the suggested idea that with language we shape the world and aspects we could associate with a conception that takes meaning construction as a collaborative activity. To carry out the study, we conceptually delimit sociocognition, since it is a still diffuse epistemological perspective, and debate the deconstruction of the notion of accurate reality representation, which we consider a starting point to understand the concept of recursion in language and the coherence it holds with the sociocognitive hypothesis about communication. Turning to different fields of knowledge due to the object's complexity and conducting our methodological course along the lines of the spiral movement that characterizes abductive reasoning, we examine 40 passages we deem strongly emblematic of Clarice's writing, which is simultaneously problematizing and problematized. The passages were selected from her nine novels. The results of our analysis demonstrate that the self-reflexive discourse in these novels suggests indeed assumptions of sociocognition, not with self-validated arguments one could articulate towards the defense of this epistemological perspective as a language approach, but with explanations on world semiotization in a recursive operation that, in addition to insinuating, enacts itself the continuity between the process of being with others, our experience of being and doing in language and our knowledge of the common reality we produce.

Keywords: Language. Sociocognition. Recursion. Clarice Lispector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Presença de trechos alusivos às unidades conceituais de análise nos romances.....	112
Gráfico 2 – Expressividade das unidades conceituais de análise na totalidade dos romances.....	113
Gráfico 3 – Expressividade das unidades conceituais de análise em cada romance..	115
Imagem 1 – Tira “Monty”.....	63
Imagem 2 – Levantamento dos dados coletados e organizados por romance e unidade conceitual de análise.....	109
Imagem 3 – <i>Mãos que desenharam</i>, de M. C. Escher.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise.....	83
Quadro 2 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>Perto do coração selvagem</i>	86
Quadro 3 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>O lustre</i>	87
Quadro 4 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>A cidade sitiada</i>	92
Quadro 5 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>A maçã no escuro</i>	93
Quadro 6 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>A paixão segundo G.H.</i>	96
Quadro 7 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres</i>	99
Quadro 8 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>Água viva</i>	102
Quadro 9 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>Um sopro de vida</i>	106
Quadro 10 – Organização do <i>corpus</i> extraído de <i>A hora da estrela</i>	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PARA COMPREENDER A SOCIOCOGNIÇÃO.....	20
2.1	DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE SOCIOCOGNIÇÃO.....	20
2.2	INDICIALIDADE, CONSTITUTIVIDADE E COLABORAÇÃO: PRESSUPOSTOS DE UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVISTA DE LINGUAGEM.....	26
2.2.1	A indicialidade da forma linguística.....	26
2.2.1.1	Literalidade e limites interpretativos.....	28
2.2.2	A linguagem como atividade constitutiva.....	33
2.2.2.1	Linguagem, realidade e práxis mediadora.....	34
2.2.3	A condição colaborativa da construção de sentidos.....	36
2.2.3.1	Coordenações consensuais de ações.....	38
3	DA REPRESENTAÇÃO À RECURSÃO.....	41
3.1	A DESESTABILIZAÇÃO DA NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO.....	41
3.1.1	Transformações no campo das ciências cognitivas.....	43
3.1.2	Abalos epistemológicos gerados por concepções filosóficas.....	48
3.1.3	Mudanças de perspectiva nas abordagens filosóficas analíticas.....	55
3.2	O VIVER NA LINGUAGEM: RECURSÃO NAS COORDENAÇÕES CONSENSUAIS DE AÇÕES.....	66
4	TRAJETÓRIA DE UM REAL CONSTRUÍDO.....	73
4.1	CONTINGÊNCIA NO CONHECER E RACIOCÍNIO ABDUTIVO.....	74
4.2	O DISCURSO AUTORREFLEXIVO NA LITERATURA CLARICIANA... 77	
4.3	PROCESSOS OPERACIONAIS E UNIDADES CONCEITUAIS DE ANÁLISE.....	82
5	SOCIOCOGNIÇÃO NO DISCURSO DE CLARICE LISPECTOR SOBRE A LINGUAGEM.....	110
5.1	PRESENÇA DO DISCURSO AUTORREFLEXIVO NOS ROMANCES CLARICIANOS.....	111
5.2	REPRESENTAÇÃO E RECURSÃO NO DISCURSO DE CLARICE SOBRE A LINGUAGEM.....	116

5.2.1	Representação na linguagem: função designadora, papel instrumental defectivo, qualidade materializadora e iterativa.....	117
5.2.2	Recursão na linguagem: aspecto indicial, caráter constitutivo, condição colaborativa.....	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICES.....	161
	APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM</i>	162
	APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>O LUSTRE</i>	169
	APÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>A CIDADE SITIADA</i>	176
	APÊNDICE D – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>A MAÇÃ NO ESCURO</i>	183
	APÊNDICE E – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>A PAIXÃO SEGUNDO G.H.</i>	205
	APÊNDICE F – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>UMA APRENDIZAGEM OU O LIVRO DOS PRAZERES</i>	216
	APÊNDICE G – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>ÁGUA VIVA</i>	220
	APÊNDICE H – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>UM SOPRO DE VIDA</i>	237
	APÊNDICE I – ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> EXTRAÍDO DE <i>A HORA DA ESTRELA</i>	252

1 INTRODUÇÃO

Os romances de Clarice Lispector são notadamente marcados pelo drama que constitui para os personagens seu esforço de referir. Desde o romance de estreia, *Perto do coração selvagem*, a narrativa da escritora entrelaça a trajetória de seus protagonistas ao confronto com a linguagem. Mesmo quando não ocupa o primeiro plano, como ocorre na obra mencionada, esse confronto aparece no discurso construído por Clarice: “Palavras muito puras, gotas de cristal. Sinto a forma brilhante e úmida debatendo-se dentro de mim. Mas onde está o que quero dizer, onde está o que devo dizer? Inspirai-me, eu tenho quase tudo; eu tenho o contorno à espera da essência; é isso?” (LISPECTOR, 1998f, p. 69).

Conforme aponta Nunes (1995), a estratégia empregada por Clarice, de fazer voltar-se a linguagem sobre si mesma, intensifica-se quando o estilo da escritora assume um nível mais abstrato e alegórico, que já se delineia em *A cidade sitiada* e sofre um adensamento em *A maçã no escuro*. De fato, a inquietação do protagonista de *A maçã no escuro* com a linguagem é tão contundente que nele desencadeia a determinação de reconstruí-la: “Sua reconstrução tinha de começar pelas próprias palavras, pois palavras eram a voz de um homem” (LISPECTOR, 1998c, p. 131). Uma vez que a busca por essa reconstrução torna-se a temática central dessa obra, toda a narrativa é permeada de um discurso autorreflexivo¹.

E não é apenas no interior dos conflitos dos personagens que Clarice constrói as reflexões sobre o dizer. Em *A hora da estrela*, esse exercício aparece também na *Dedicatória do autor*, espécie de prólogo com que o narrador criado pela escritora introduz a história de Macabéa: “Mas que ao escrever – que o nome real seja dado às coisas. Cada coisa é uma palavra. E quando não se a tem, inventa-se-a. Esse vosso Deus que nos mandou inventar. Por que escrevo? Antes de tudo porque captei o espírito da língua e assim às vezes a forma é que faz conteúdo” (LISPECTOR, 1998b, p. 17).

Observando diversos exemplos de manifestação dessa escritura autoconfrontadora nos romances de Clarice, percebemos que as reflexões que a autora constrói em torno da linguagem abordam o tema de maneira ampla, extrapolando cogitações sobre o ato da escrita ou sobre o fazer literário, as quais encontramos com frequência no trabalho de outros escritores. Em relação a estas, as reflexões claricianas se destacam por abranger conteúdos ancorados nas raízes filosóficas dos estudos da linguagem. São questões pertinentes ao pensamento, à cognição, à problematização do mundo extramental, da noção de verdade.

¹ Empregamos o termo “discurso autorreflexivo” neste trabalho para nos referir ao discurso que sobre ele mesmo engendra reflexão, ao dizer vergado sobre o próprio dizer.

Trata-se do voltar-se da linguagem para a problematização epistemológica de complexos aspectos nela mesma envolvidos.

Ao conhecermos mais detalhadamente uma das obras da escritora, *A maçã no escuro*, sobre a qual realizamos, no curso de mestrado, um estudo em que discutimos a relação entre a trajetória conceitual da referência e o percurso do protagonista do romance, percebemos que as considerações que Clarice agrega às vozes do narrador e do personagem parecem cogitar os fundamentos de uma visão sociocognitivista de linguagem. Estando a par da presença do discurso autorreflexivo em outros romances da autora, tivemos a curiosidade de verificar se havia também nessas obras a mesma “defesa de tese” que enxergamos em *A maçã no escuro*. Um exame superficial nos revelou que em quase todos, se não em todos, os romances claricianos, insinuam-se, em comentários tecidos pela escritora sobre o nosso desafio de fazer sentido de nós e do mundo, pressupostos teóricos da sociocognição.

Segundo afirma Salomão (1999, p. 64), conceber a linguagem sob a ótica da sociocognição quer dizer postulá-la “como operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo”. Argumentando em favor dessa concepção construcionista dos atos de referir, a autora sustenta como premissa a ideia de que a linguagem é indicial², não icônica, como é tratada em algumas análises funcionalistas; assevera que o significado é, portanto, apenas subdeterminado pelo significante. Em *A paixão segundo G.H.*, romance narrado em primeira pessoa, enxergamos na fala da protagonista o reconhecimento dessa premissa: “A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço” (LISPECTOR, 1998d, p. 176).

A escassez da forma linguística em que consiste a premissa de Salomão (1999) relaciona-se à problematização da existência de um mundo objetivo. Como admite Marcuschi (2007, p. 91), “[...] o mundo extra-mente existe, mas não de uma determinada, homogênea e única forma para todas as mentes humanas”. Para o autor, os fenômenos são uma espécie de massa amorfa que moldamos discursivamente de acordo com nossos propósitos. Assim, não

² Os termos “indicial” e “indicialidade” são adotados neste estudo na perspectiva de Salomão (1999), Mondada e Dubois (2003) e Marcuschi (2007), que entendem a forma linguística como indício, guia, não como rótulo, e o fenômeno referencial como a construção de objetos de discurso na interação, não como a escolha do rótulo apropriado para designar entidades pré-existentes à negociação discursiva. Não tencionamos, portanto, aludir ao aspecto em geral atribuído “às formas tradicionalmente consideradas dêiticas, que desempenhariam a função de situar o referente, com relação às coordenadas [pessoa, tempo e espaço], a partir de uma *origo*” (COSTA, 2007, p. 119, grifo da autora).

haveria meio de a forma linguística determinar qualquer espécie de sentido *a priori*³. A discretização do mundo é um trabalho permanentemente em progresso, de maneira que estamos sempre construindo e negociando com a linguagem versões públicas da realidade. Reconhecemos, mais uma vez em *A paixão segundo G.H.*, no argumento que Clarice empresta à narradora-personagem, essa ideia construcionista: “Minha voz é o modo como vou buscar a realidade; a realidade, antes de minha linguagem, existe como um pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui e sou impelida a precisar saber o que o pensamento pensa” (LISPECTOR, 1998d, p. 175).

Buscando explicar esse nosso modo de com a linguagem fabricar o real, Blikstein ([1983] 2003) propõe um esquema segundo o qual, entre língua e realidade, interpõe-se a dimensão da práxis. Nessa dimensão, seriam coletiva e culturalmente forjados, segundo o autor, mecanismos desencadeadores de “[...] um processo ininterrupto de estereotipação” (BLIKSTEIN, 2003, p. 82) ao qual estaria fatalmente sujeita nossa cognição. Blikstein explica que a influência mútua entre língua e práxis provoca uma “[...] reiteração circular que, em princípio, não pode ser rompida: a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta, por sua vez, materializa e reitera a práxis” (BLIKSTEIN, 2003, p. 80). Em *A cidade sitiada*, na figura do narrador, Clarice parece aludir à noção da existência dessa práxis mediadora, que intermedeia o complexo processo de significação: “E a cidade ia tomando a forma que o seu olhar revelava. Nesse momento propício em que as pessoas viviam, cada vez que se visse – novas extensões emergiriam, e mais um sentido se criaria” (LISPECTOR, 1998a, p. 23).

Compreendemos, com base no esquema idealizado por Blikstein (2003), que a cognição está longe de ser um fenômeno apenas mental. De acordo com Marcuschi (2007), o mais coerente é pensá-la em termos de uma construção social, fruto de interações entre duas subjetividades criando, no interior da cultura e da história, uma realidade intercomunicável. Conforme essa perspectiva, “[...] sem interlocução não há produção de sentido, já que o sistema não providencia mais do que o momento heurístico dessa construção, cabendo aos

³ Há que se reconhecer que essa compreensão a respeito da natureza dos sentidos remonta ao pensamento saussuriano, o qual já sustentava o princípio de que “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, [1970] 2006, p. 130). Para Saussure, em face da espécie de nebulosa, de reino flutuante em que consiste o domínio amorfo do que se encontra fora da língua, os signos não têm como oferecer entidades circunscritas de antemão. Essa premissa é, aliás, o que nutre a noção central desenvolvida na proposta saussuriana, a de que a língua se apresenta como um sistema de valores puros coletivamente definidos a constituir inter-relações que levam à significação, isto é, ela não corresponde a uma nomenclatura, a uma lista de termos meramente indicativa de vínculo entre palavras e conceitos independentes, pré-formados. Não estamos, naturalmente, afirmando que seja possível identificar nessa proposta a mesma concepção de língua assumida por Marcuschi (2007), nem é nosso propósito levantar aqui essa discussão, mas, embora se trate de um olhar epistemológico que se detém no signo, não no discurso, consideramos importante chamar a atenção para o embrião antirrepresentacionista que a proposta cultiva na compreensão da relação linguagem-mundo.

interlocutores o papel central na arena cognitiva” (MARCUSCHI, 2007, p. 72). Em *A maçã no escuro*, o comentário que Clarice tece na voz do narrador indica, a nosso ver, o partilhamento desse modo de conceber a construção de sentidos como uma atividade colaborativa: “Ele o descobrira com curiosidade quando dissera tão simplesmente que suspeitara um amante. O que, se não era a melhor verdade, era afinal uma verdade que tinha valor de troca... Com curiosidade, com o peso no peito, ele estava de novo trocando, comprando e vendendo” (LISPECTOR, 1998c, p. 298).

Os aspectos ligados à sociocognição que aqui discutimos constituem importantes pressupostos de uma visão de linguagem apoiada nessa abordagem teórica. Assim, estabelecemos como objetivo geral de nosso estudo investigar possíveis relações entre as reflexões construídas no discurso sobre a linguagem presente nos romances de Clarice Lispector e as noções teóricas que sustentam a perspectiva sociocognitivista sobre o dizer. Para satisfazer esse propósito, nossos objetivos específicos foram verificar, no discurso autorreflexivo de Clarice, a possível existência de traços indicadores do reconhecimento do caráter indicial da linguagem; averiguar, nas reflexões construídas pela escritora, a possível manifestação da ideia de que com a linguagem damos forma ao mundo; e identificar, nas considerações claricianas sobre a referência, características associáveis a uma concepção que toma a construção de sentidos como uma atividade de colaboração.

A questão que nos propomos investigar inscreve-se na perspectiva da teia movente sobre solo fluido, metáfora nietzschiana a que Fabrício (2006) recorre para nos advertir a respeito da instabilidade e flexibilidade do território dos saberes. Queremos com isso dizer que não atribuímos a nosso estudo a pretensão de criar modelos universais ou produzir discursos apaziguados. Nele enxergamos, por outro lado, a grande contribuição de ampliar a discussão, no âmbito dos estudos da linguagem, sobre a sociocognição, uma linha teórica que se abstém, ela mesma, de pleitear qualquer postura dogmática ao postular a realidade como um efeito situada e socialmente validável, não como um dado.

Utilizar o discurso literário para explorar os pressupostos de uma concepção de linguagem apoiada nessa proposta diferencia nosso trabalho de outros estudos que abordam os fenômenos referenciais em textos do universo ficcional. Ciulla (2008), por exemplo, identifica a sobreposição de funções ligadas aos processos referenciais, analisando trechos de contos que utiliza, segundo a própria autora, apenas como exemplário dessas funções. Voltando-se mais especificamente para uma abordagem sociocognitiva da referência, Ferreira (2011) procura demonstrar, a partir de fragmentos de um romance de Fernando Pessoa, o *Livro do*

desassossego, como os mecanismos envolvidos na produção dos sentidos funcionam na literatura de modo similar ao das nossas práticas cotidianas.

Em nossa pesquisa, propomos um vínculo mais estreito com o discurso literário, pois, de maneira semelhante à que procedemos em Barros (2014), tomamos esse discurso como espaço por excelência para analisar nossas questões teóricas, por percebermos nele a manifestação dessas questões. Em nosso trabalho, a escrita autoconfrontadora de Clarice Lispector não constitui, portanto, apenas exemplário ou amostra; compõe inextricavelmente o problema.

Em Barros (2014), identificamos, todavia, a necessidade de uma discussão filosófica mais ampla e conduzida com maior profundidade epistêmica, para subsidiar a compreensão das complexas noções envolvidas nas propostas teóricas da referenciação e da sociocognição. Também em relação à sociocognição, que defendemos, então, ser o pilar da concepção da referência como atividade processual, percebemos ser necessária maior fundamentação teórica na argumentação construída. Com esta pesquisa, tencionamos, nesse sentido, suprir essas lacunas.

Desse modo, atribuímos importância ao diálogo que tecemos entre a linguística e a filosofia, as quais, como áreas disciplinares que construíram historicamente enfoques, metodologias e paradigmas epistemológicos peculiares, apresentam fronteiras menos definidas quando aplicadas a questões como a que investigamos, isto é, que situam a linguagem como um fenômeno que aglutina processos e circunstâncias de ordens diversas, demandando um olhar teórico-metodológico híbrido. Além disso, a teorização da linguagem do ponto de vista da sociocognição envolve conceitos em que, segundo entendemos, é inócua a tentativa de delimitar o que é pertinente à linguística ou à filosofia. Por sua vez, a escrita de Clarice, que apresenta, nas palavras de Nunes (1995, p. 100), “[...] temática marcadamente existencial”, é dotada de uma densidade filosófica que exige de qualquer estudo que se proponha analisá-la essa conversa íntima com a filosofia. Em nosso trabalho, o escopo, que consiste em tomar o discurso autorreflexivo presente nessa escrita como espaço por excelência para explorar a concepção sociocognitivista de linguagem, torna a interlocução entre as duas disciplinas bastante pertinente.

Acrescentamos que também tomam parte neste diálogo outras áreas disciplinares, como a antropologia e a biologia, que se imiscuem naturalmente no enfoque sob o qual posicionamos nosso objeto. A transdisciplinaridade desse enfoque é menos uma combinação deliberada de contribuições teóricas que uma exigência emergente da complexidade de um fenômeno que integra aspectos mínima e superficialmente compreensíveis sob a fragmentação

disciplinar. Embora não redutíveis entre si de um modo geral, os diversos campos do conhecimento se entrelaçam, a nosso ver, conforme demandas epistêmicas situadas, evidenciando a incongruência de “xenofobias” teóricas e ciúmes metodológicos ou terminológicos.

Consideramos, ainda, que a realização deste estudo é relevante por subsidiar, em certa medida, o ensino e a compreensão da obra de Clarice, uma vez que propomos uma leitura possível para os romances da autora ao discutir conceitos linguísticos que vislumbramos no discurso que os permeia. Da mesma forma, aproveitando-nos da atraente plasticidade do discurso literário para explorar os fundamentos da sociocognição como abordagem de linguagem, podemos colaborar para ampliar a compreensão das abstratas categorias envolvidas nesse quadro teórico.

Por fim, julgamos oportuna a discussão aqui empreendida em virtude da evidente relevância que carrega a reflexão sobre a relação linguagem-mundo, que há muito, desde a Antiguidade Clássica pelo menos, tem sido tema de debate. As bases filosóficas que amparam essa reflexão auxiliam, a nosso ver, em larga medida, a urgente compreensão do protagonismo da linguagem na constituição de nossas práticas sociais. A urgência a que nos referimos se dá em face da recorrência, seja no âmbito mais restrito de nossas interações cotidianas, seja na dimensão mais global de nossas ações e decisões políticas, de problemas advindos de visões que ignoram ou negligenciam a opacidade da linguagem.

A tese está organizada em seis seções. Nesta primeira, descrevemos a questão abordada no estudo, situando-a em linhas teóricas gerais e destacando a relevância do trabalho e a pertinência de realizá-lo.

Na seção 2, primeira seção teórica, delimitamos conceitualmente a ainda difusa perspectiva epistemológica em que nos apoiamos para compreender o complexo fenômeno da referenciação – a sociocognição. Em seguida, dando continuidade a esse movimento de conceituação, discutimos aquilo que consideramos pressupostos de uma abordagem sociocognitivista de linguagem.

Na seção 3, segunda seção teórica, com o amparo de proposições explicativas oriundas de múltiplos campos de conhecimento, tratamos da desconstrução da noção de representação, que consideramos ponto de partida para compreender o conceito de recursão na linguagem e a coerência que, a nosso ver, este estabelece com a hipótese sociocognitiva.

Na seção 4, descrevemos nosso processo metodológico e, em seguida, na seção 5, indicamos algumas relações quantitativamente manifestas nos dados e conduzimos a discussão sobre os exemplos selecionados para a análise.

Na última seção, tecemos as considerações finais. Procurando responder às questões que nos propusemos investigar, salientamos os consensos provisórios cuja construção buscamos negociar ao longo do trabalho.

Apresentamos, ainda, as referências citadas na tese, que serviram de suporte a seu desenvolvimento, e exibimos, como apêndices, os quadros com os exemplos coletados, divididos por romance e organizados segundo as categorias de análise que definimos.

2 PARA COMPREENDER A SOCIOCOGNIÇÃO

A abordagem sociocognitivista da referência, cujos fundamentos vislumbramos no discurso de Clarice Lispector sobre a linguagem, oferece, em oposição às teorias correspondentistas das semânticas formais e à visão intrassistêmica dos modelos estruturalistas, um olhar que leva em consideração tanto aspectos sociais da produção de sentido quanto a atividade cognitiva que desempenhamos ao agir discursivamente. Sob esse olhar, a partir de nosso estar no mundo com os outros, pela linguagem damos forma, uma forma nunca definitiva, às nossas experiências.

Compreendemos que para investigar a manifestação desse modo de conceber a referência no discurso autorreflexivo dos romances claricianos, precisamos entender, em sua heterogeneidade, pressupostos, conceitos, categorias que contribuíram para a consolidação da sociocognição como perspectiva teórica no âmbito dos estudos da linguagem. Pensamos que, dado o caráter dialógico, processual e não linear de que é dotada nossa maneira de construir conhecimento, não se pode falar propriamente em gênese de uma teoria; tencionamos, portanto, conhecer e discutir algumas ideias que, de forma geral, parecem ter favorecido a definição de uma linha sociocognitivista de estudos sobre o dizer.

2.1 DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE SOCIOCOGNIÇÃO

Segundo Koch e Cunha-Lima (2004, p. 298), a sociocognição não consiste exatamente em um programa bem delimitado e consolidado de pesquisa linguística, mas em um conjunto de preocupações que envolvem distintas áreas do conhecimento e compõem uma agenda investigativa em ascensão, construída em torno do pressuposto básico de que é necessário “[...] desenvolver um modelo de cognição que seja socialmente constituído e também [...] investigar as maneiras pelas quais a sociedade dá forma à cognição”.

Para contextualizar o percurso que teria deflagrado essa necessidade, as autoras discutem como a relação entre linguagem e mundo e entre conhecimento e linguagem tem recebido desde a Antiguidade as mais variadas abordagens, entre elas, a abordagem das ciências cognitivas, que surgiram como reação ao modelo behaviorista, segundo o qual a mente era concebida como campo inacessível de investigação.

Koch e Cunha-Lima salientam que as ciências cognitivas reabilitaram a mente e os processos mentais como objetos de investigação, desenvolvendo métodos para estudá-los, sobretudo a partir da recorrência a recursos computacionais, e ampliando o campo com a

inclusão de fenômenos considerados menos complexos que as capacidades cognitivas mais nobres, tais qual a linguagem. Como exemplos desses fenômenos mais simples, as autoras citam a nossa capacidade de locomoção numa sala cheia de móveis; a de enxergarmos as cores consistentemente perante condições de iluminação distintas; ou ainda a de deduzirmos a quantidade aproximada de leite restante numa caixa em consumo.

Figurando de todo modo entre as questões de maior interesse investigativo dos cognitivistas, a linguagem não foi considerada sob um ponto de vista que englobasse sua inegável dimensão social, como ressaltam Koch e Cunha-Lima. Esses pesquisadores preocupavam-se “[...] fundamentalmente com aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 254).

Na outra extremidade desse enquadramento redutor, as autoras identificam o heterogêneo grupo de pesquisadores – em que incluem sociolinguistas, etnolinguistas, analistas do discurso, pragmaticistas – que concebem a linguagem como um fenômeno apenas social, tendendo a assumir em seus estudos uma perspectiva em que se separam mente e corpo. A dicotomia entre esses focos investigativos tem sido, entretanto, posta em xeque porque se tem percebido “[...] que não é possível estudar a mente de forma absolutamente separada do organismo em que se situa e, tampouco, é possível separá-la do meio onde os processos acontecem” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 256).

Consideramos que a primeira questão a ser esclarecida a respeito da sociocognição da maneira como a concebemos reside na forma de compreender a desconstrução dessa dicotomia. Concordando com Koch e Cunha-Lima (2004, p. 256, grifos nossos), entendemos que não se trata de

[...] traçar as relações entre os aspectos cognitivos e os aspectos sociais que concorrem para a constituição do fenômeno linguístico, como se estes fossem aspectos que meramente se adicionam ou se conjugam na análise da linguagem humana, como se procurar compreendê-los separadamente fosse desejável e mesmo possível. A questão não é perguntar como a interação pode **influenciar** os processos cognitivos, como se as duas [coisas] fossem elementos estanques. A pergunta é, ao contrário (entendendo-se a interação como parte essencial da cognição): Como a cognição **se constitui** na interação?

Assim, julgamos equivocados os comentários a respeito da sociocognição que apontam para a simples justaposição de processos cognitivos e de elementos socioculturais, como o de Cezario e Martelotta (2009, p. 213, grifo nosso), os quais chegam a afirmar, ao tratar das diversas abordagens de aquisição da linguagem, que “[...] a abordagem sociocognitivista **junta** a base social, interacional, com a base cognitiva”. A nosso ver, esta é

uma forma bastante simplificada de conceituar a visão sociocognitivista de linguagem. Mais do que de soma, trata-se de fato de uma relação de mútua constitutividade entre o social e o cognitivo. Nossa própria cognição é um fenômeno que só se constitui socialmente; ela não é um aspecto puramente individual, uma vez que não vivemos isolados e encontramos-nos em interação desde o nascimento (ou mesmo antes disso, há quem o sustente⁴). Ao mesmo tempo, nossas práticas sociais, nosso modo de interagir com os outros e com a natureza, necessariamente mobilizam, desenvolvem e transformam nossa cognição.

Outra questão que consideramos merecer destaque é decorrente da primeira; é consequência desse nosso modo de compreender a cognição como uma instância que, além de incorporada, é socialmente situada. A assunção dessa premissa impede-nos não apenas de ignorar que os processos cognitivos são motivados por aspectos sociais, mas de enxergar tais aspectos como entorno ou como esfera subjacente a esses processos, visto que, muito mais do que isso, como observa Maturana (2001, p. 15), o conjunto de “[...] atividades que desenvolvemos no nosso espaço de interações [...] modula o fluir de nossa dinâmica fisiológica, bem como tem nela a sua maravilhosa possibilidade de ocorrência”. Pensamos, nesse sentido, que se torna redundante na referência à sociocognição o acréscimo de termo que aluda ao interacionismo, como fazem Koch (2005) – ao tratar da construção dos sentidos no discurso – e Cavalcante *et al* (2010)⁵ – ao discutirem as contribuições de uma perspectiva fundada em pressupostos sociocognitivistas nas abordagens do texto.

A respeito da discussão conduzida por estes últimos, os quais consideram a sociocognição responsável por um salto qualitativo nos estudos do texto, fazemos a observação de que a pertinência que a hipótese sociocognitiva apresenta na análise dessa manifestação linguística reside, a nosso ver, exatamente em sua orientação não segmentária. Ocorre que a falência do representacionismo, que transformou a concepção do fenômeno linguístico, tornou evidente a complexidade de fatores envolvidos nos processos de produção e compreensão textual e favoreceu o redimensionamento da própria noção de texto, o que resultou na demanda por uma perspectiva teórica com essa orientação que leva em conta a amplitude heteróclita dos atos de referenciação.

Conforme entendemos, as transformações da noção de texto se devem justamente à constatação do vínculo inextricável, de mútua constitutividade, entre as ordens de elementos

⁴ Ao buscarem caracterizar a produção psicanalítica escrita brasileira acerca do psiquismo pré-natal, Costa, Reis e Machiavelli (2007) demonstram que diversos pesquisadores observam, em maior ou menor grau, indícios de que o feto é sensível aos estímulos do meio intrauterino e extrauterino.

⁵ É possível que a referência alusiva ao interacionismo ocorra, nesse caso, como recurso enfático, em razão do título da obra em que o artigo está inserido, “Linguística de texto e análise da conversação”.

que guiam o processo de significação. Como salienta Marcuschi (2007, p. 70), “[...] a cognição não é apenas um fenômeno mental”, mas uma construção social. Isso quer dizer que “[...] a calibragem de nossos enquadres cognitivos (*espaços mentais, modelos, esquemas*) não vem de uma simples exterioridade histórica, mas de nossa relação de **continuidade** entre sociedade e cognição” (MARCUSCHI, 2007, p. 64, grifo nosso). Assumindo esse ponto de vista, afastamos a noção de cognição como atributo individual capaz de apreender dados apriorísticos sobre o mundo. Dessa forma, não podemos esperar que a mente configure-se como um repositório de representações a serem rotuladas a partir do emprego da linguagem. A linguagem não é, portanto, um instrumento para comunicar uma realidade independente, que preexiste às práticas sociocognitivas dos sujeitos; ela é, afirmamos tomando emprestadas palavras de Marcuschi (2007, p. 65), “[...] um trabalho sociocognitivo sistemático” de fabricação do real.

Também sustentando não haver cesura entre a mente, o mundo e a linguagem, Salomão (1999, p. 71) argumenta em favor de uma continuidade essencial entre essas instâncias, “[...] que não as reduz entre si, mas as redefine em sua fragmentária identidade (como realidade, ou como conhecimento, ou como linguagem), segundo as necessidades locais da interação humana”. Para a autora, essa continuidade implica a impossibilidade de dissociarmos nosso exercício de interpretar o mundo, nossa autorrepresentação e nossa atividade linguística. Admitindo esse ponto de vista, podemos afirmar então que ser e estar no mundo para nós, seres humanos, é um fenômeno tão epistêmico quanto ontológico.

Há ainda uma última questão que gostaríamos de discutir neste preâmbulo em que procuramos categorizar a perspectiva teórica de que tratamos neste trabalho. Quando lemos ou ouvimos a respeito da sociocognição, deparamos geralmente com alguma referência a Tomasello (1999), uma vez que o autor caracteriza como sociocognitivos seus estudos da ontogênese. Para Tomasello, a cultura é o nicho ontogenético da espécie humana. O autor constrói essa hipótese na tentativa de decifrar um enigma em torno do nosso desenvolvimento. Como explica, quando pensamos em termos de evolução das espécies, os seis milhões de anos que separam os humanos de outros grandes primatas é um tempo curto demais. Além disso, ele enfatiza, os seres humanos modernos e os chimpanzés compartilham aproximadamente 99% do seu material genético, o que equivale ao mesmo grau de parentesco que o de outros gêneros irmãos, como leões e tigres, cavalos e zebras, e ratos e camundongos.

Tomasello argumenta que seis milhões de anos não é tempo suficiente para que os processos comuns de evolução biológica, como variação genética e seleção natural, tenham feito surgir as habilidades cognitivas necessárias aos seres humanos modernos para que eles

fossem capazes de criar e manter os elementos que compõem seu complexo modo de vida, como ferramentas e tecnologias, sistemas de comunicação simbólica e representação, e organizações sociais e instituições.

A hipótese que, segundo o autor, poderia explicar esse enigma é a de uma evolução cultural cumulativa. Tomasello propõe que na sucessão das gerações, os organismos herdaram suas culturas da mesma forma que herdaram seus genomas. Assim, a invenção de artefatos⁶, o aprimoramento dos usos desses artefatos e a disseminação de práticas envolvendo esses usos seriam incorporadas ontogeneticamente. Ao serem inseridas na convivência com seus conspecíficos, as crianças apropriar-se-iam desses processos e coparticipariam, ao longo de seu desenvolvimento, de eventuais modificações. A repetição desse decurso na sucessão de gerações, que resulta na incorporação cumulativa dessas transformações pela espécie, é o que tem sido chamado, conforme o autor, de efeito catraca. Para Tomasello, não é então o componente criativo que nos permite compreender o papel da cultura no rápido salto cronológico que se identifica na evolução de nossa espécie, e sim o componente “catraca”.

De acordo com o autor, o que torna possível a inscrição dos aspectos sócio-histórico-culturais na própria ontogênese é a peculiar capacidade humana de reconhecer no outro intencionalidade. De outro modo, argumenta Tomasello, mesmo sendo imersa em um ambiente culturalmente rico, a criança não seria capaz de se apropriar das habilidades cognitivas e do conhecimento manifestos por seus conspecíficos nesse meio. A percepção dos conspecíficos como agentes intencionais, com atitudes e ações voltadas para uma tarefa, é o que permitiria à criança o engajamento intersubjetivo em direção à apropriação das práticas e dos saberes compartilhados pela espécie.

Consideramos questionáveis nessa proposta tanto a atribuição exclusiva aos seres humanos da capacidade de reconhecer os conspecíficos como agentes intencionais quanto a concepção da intencionalidade como condição apriorística necessária ao desenvolvimento sociocognitivo. Por um lado, assumindo a continuidade (em lugar da contiguidade) entre linguagem, cognição e mundo, em favor da qual vimos argumentando, devemos admitir que não somos capazes de saber a respeito do modo como funciona a cognição não humana muito mais do que o fato de que ele é distinto do modo como opera a nossa. Por outro lado, ao entendermos o aspecto interacional como elemento inscrito (não incluso) na constituição

⁶ Em *The cultural origins of human cognition*, Tomasello emprega muitas vezes o termo artefato, com o qual parece aludir a construtos sociais físicos, como ferramentas, e simbólicos, como notações linguísticas e sistemas numéricos.

mesma da cognição, contestamos a ideia de que uma representação prévia (do conspecífico como agente dotado de intencionalidade) habilite nosso desenvolvimento sociocognitivo.

Nesse sentido, concordamos com Maturana (2001), para quem a única condição apriorística necessária ao nosso desenvolvimento sociocognitivo é o amor. O tom possivelmente humorístico dessa afirmação dissipa-se quando o autor procura negociar o sentido que buscou construir ao usar o termo. Trata-se, nas palavras do biólogo, de “[...] uma emoção, quer dizer, uma disposição estrutural inicial que torna possível a recorrência das interações” (MATURANA, 2001, p. 85). Maturana explica que “[...] a ontogenia de um ser vivo é uma **deriva** estrutural, na qual as mudanças estruturais que ocorrem são **contingentes** com as interações com o meio” (MATURANA, 2001, p. 82, grifos nossos). A recorrência dessas interações estabelece “[...] um espaço operacional para que eventualmente se dê uma recursão nas coordenações de condutas” (MATURANA, 2001, p. 86). Todavia, a história dessas interações recorrentes está condicionada a “[...] uma disposição estrutural que aceite o outro na convivência” (MATURANA, 2001, p. 86).

Compreendemos que, na abordagem de Maturana, é o próprio encontro, a própria interação, o fator que “habilita” nosso desenvolvimento sociocognitivo. Se o encontro (com ou sem copresença) não ocorre, nada acontece. Se o encontro ocorre, desencadeiam-se mudanças estruturais mútuas nos sistemas interactantes, os quais conservam sua organização filogenética. Finalmente, se o encontro ocorre repetidas vezes, esses sistemas, que em coderiva estrutural mantêm sua organização filogenética, consensualmente coordenam comportamentos e coordenações de comportamentos, coconstituindo-se ontogeneticamente.

Debatidas essas questões, resta-nos acordar o que significa conceber a linguagem dentro da perspectiva da sociocognição. Assumir essa concepção quer dizer, segundo nosso entendimento, compreender a produção de sentidos como uma atividade criativa, uma vez que os falantes operam com a indeterminação de sentidos apriorísticos e, portanto, com a indicialidade da linguagem; modeladora, porquanto os sujeitos fabricam e reiteram, com suas práticas discursivas, versões compartilhadas do mundo; e correcurativa, visto que os indivíduos interagem recorrentemente, coordenando consensualmente condutas e coordenações de condutas, o que resulta numa dinâmica de recursão na consensualidade, num processo coordenado de referências à história de negociações e consensos anteriores.

2.2 INDICIALIDADE, CONSTITUTIVIDADE E COLABORAÇÃO: PRESSUPOSTOS DE UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVISTA DE LINGUAGEM

Elaboramos nossos objetivos específicos a partir dos pressupostos que consideramos basilares para a compreensão da visão sociocognitivista a respeito do fenômeno do dizer, isto é, os pressupostos da indicialidade, do caráter constitutivo e da condição colaborativa da linguagem, que justamente nos permitem descrevê-la tal qual fizemos ao encerrar a subseção anterior, como atividade criativa, modeladora e correcurativa. Assim, com vistas a dar continuidade ao movimento de conceituação da sociocognição que nesta seção empreendemos, trataremos a seguir do pressuposto da indicialidade da forma linguística, do argumento do caráter constitutivo da linguagem e da premissa da condição colaborativa da construção dos sentidos.

2.2.1 A indicialidade da forma linguística

A resistência que as palavras oferecem aos usos que delas fazemos, os mal-entendidos inscritos em nossas interações cotidianas, nossas dificuldades de compreensão, esses aspectos, confrontados à crença, ainda predominante no senso comum, de que à linguagem caberia designar os supostos significados essenciais de um mundo naturalmente discretizado, corroboram a ideia de uma falha de performance dos falantes ou de uma imperfeição das línguas naturais.

Chamando a atenção para as inquietações desencadeadas por essa suposta falibilidade do aparato linguístico humano, Magro (1999a) nos lembra dos esforços empreendidos ao longo do tempo para minimizar, ou mesmo eliminar, o pretense problema. Entre esses esforços, a autora aponta a proposta do *Calculus universalis*, de Leibniz, que consiste no “[...] projeto de uma linguagem artificial, desprovida de qualquer ambiguidade” (MAGRO, 1999a, p. 96), e o intento de Frege de inaugurar por meio do simbolismo lógico uma linguagem perfeita, o *Begriffsschrift*, “[...] uma conceitografia, que se define como uma linguagem formular de pensamento puro, imitada da linguagem aritmética, um meio de evitar mal-entendidos e erros no pensamento originados principalmente da linguagem ordinária” (MAGRO, 1999a, p. 96).

Também poderíamos incluir em tais esforços de dissolver as imperfeições da língua cotidiana, a teoria proposta no *Tractatus* por Wittgenstein, que, em seus primeiros estudos, atribuiu ao mau uso da linguagem a emergência dos problemas filosóficos. Wittgenstein I

procurou resolver o problema de traduzir a realidade por meio de notações que funcionassem como diagramas capazes de espelhar a estrutura lógica do mundo, postulando que “[...] a proposição é figuração da realidade, pois [se conhece] a situação representada por ela quando [se entende] a proposição” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 72, § 4.021).

A crença na possibilidade de se estabelecer uma relação biunívoca entre linguagem e realidade, na qual estão apoiadas as propostas do cálculo, da conceitografia e da figuração, pressupõe que a realidade discretizada já existe e que à linguagem caberia apenas o papel mal desempenhado de exprimi-la.

Conforme asseveram Mondada e Dubois (2003), as categorias não são pré-existentes às práticas humanas; estas é que as reificam dialeticamente. As autoras explicam que, nesse sentido, a referenciação emerge de um processo de ajustamento das palavras que os falantes operam não “[...] em relação ao referente dentro do mundo, mas no quadro contextual, a fim de construir o objeto de discurso ao curso do próprio processo de referenciação” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 33). É assim desconstruída a noção de que “[...] o locutor é um locutor ideal que está simplesmente tentando buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 34), a qual dá lugar ao reconhecimento do caráter indicial da linguagem e do discurso.

Argumentando nessa direção, Salomão (1997, p. 25) postula, como característica essencial do processo de significação da linguagem, a “[...] subdeterminação do significado pelo significante”. Para a autora, a forma linguística não contém propriedades intrínsecas; ela é uma pista que desencadeia, pela enunciação dos sujeitos e em meio a outros elementos semióticos, complexos processos de inferenciação, os quais “[...] resultam do trabalho local da interpretação” (SALOMÃO, 1999, p. 67).

A ameaçadora sensação de incomunicabilidade que nos acompanha desde os momentos iniciais de nosso processo de aquisição da linguagem, nossa angustiante impressão de inadequação entre o que dizemos e o que desejamos dizer ou entre o que pensamos ter dito e o que achamos que foi compreendido não podem ser atribuídas a um defeito da linguagem ou a uma incompetência do falante. Como assevera Marcuschi (2007, p. 143), a indeterminação da linguagem é indispensável para a negociação contingencial dos sentidos; “[...] é uma estratégia de sedução do ouvinte e do leitor para que faça uma opção. Portanto, a indeterminação é a forma que a semiose linguística adota para operar”.

Diante de nossa compreensível expectativa de um mundo primária e naturalmente discretizado, herança histórica do pensamento ocidental, demoramos a nos conformar com essa peculiaridade operacional da semiose linguística e a acolher como vantagem a

plasticidade da linguagem. Imergimos, em vez disso, numa ilusão de objetividade do mundo, produzida, segundo Mondada e Dubois (2003), pela negociação intersubjetiva que caracteriza as atividades linguísticas e cognitivas. Nessa dimensão intersubjetiva se configuram processos simbólicos complexos que, conforme as autoras, estabilizam (consensual e provisoriamente) as categorias. Ao eclipsar discussões, controvérsias e desacordos envolvidos na concepção dessas categorias, essa estabilidade cria efeitos de objetividade, de uma realidade constituída por entidades discretas cognitivamente perceptíveis pelos indivíduos racionais.

Essa estabilização das instabilidades ocorre, conforme explicam Mondada e Dubois, tanto em nível psicológico quanto discursivo. O nível psicológico diz respeito aos efeitos de prototipicidade, categoria que segundo as autoras extrapola a dimensão puramente subjetiva. Discutindo a conceituação de Rosch (1978), Mondada e Dubois (2003) identificam nela uma caracterização problemática dos protótipos como supostas representações estruturadas, resultantes de construções psicológicas e individuais. Sustentando a concepção da prototipicidade numa dimensão intersubjetiva, as autoras salientam que o domínio social de validação dos protótipos é apenas parcialmente determinado, o que relativiza seu caráter estável.

O nível discursivo, por sua vez, corresponde à lexicalização das categorias (à conversão dos protótipos em estereótipos), ao emprego dos recursos referenciais e ao uso das tecnologias de inscrição. Como explicam as autoras, esses processos, que são desencadeados nas práticas linguísticas e cognitivas de sujeitos social e culturalmente ancorados, convencionam os usos categoriais, “objetivam” versões do mundo; por outro lado, a solidez dessa objetivação é apenas relativa, uma vez que, enquanto mecanismos de negociação, eles propõem, confirmam e corrigem essas versões, as quais emergem não como referência a uma ordem de mundo ideal, mas como argumento discretizante de um mundo indiviso.

Essa estabilização das instabilidades passa despercebida, como processo, pela maior parte dos falantes de uma língua. É como produto (cujo processo é apagado) que ela de fato repercute em nosso cotidiano, fundamentando, com solidez suficiente para o senso comum, a problemática noção de literalidade na linguagem.

2.2.1.1 Literalidade e limites interpretativos

De acordo com Ariel (2002), estabeleceu-se como definição clássica de um “sentido literal” um tipo de significado puramente linguístico. Esse tipo de significado seria supostamente acessado primeira e mais rapidamente, enquanto um tipo distinto, concebido

como um “sentido não literal”, exigiria dos falantes um tempo maior de processamento. A autora denuncia a inconsistência dessa conceituação tradicional, desmontando de antemão a premissa básica na qual ela está apoiada. Ocorre que “literal”, também tomado como convencional, é naturalmente visto como oposto a “figurado”, a inferido. Opondo-se a essa premissa, Ariel argumenta que a linguagem tomada como figurativa pode também tornar-se convenção e, da mesma forma, sentidos tidos como naturais podem demandar inferência, o que torna difícil o enquadramento sem resistência das formas linguísticas nessas categorias dicotômicas.

Salomão (1999, p. 66) também confronta essa dicotomia postulada pelos estudos clássicos da significação, os quais “[...] legitimam como significados ‘não literais’ as interpretações excêntricas: sentidos figurativos, implicaturas, ironias, humor, conotações – tudo o que o ‘contexto’ possa [...] agregar à ‘significação literal’; tudo que pertença à ordem da pragmática, não da semântica”. A autora sustenta a tese de que em verdade “[...] a periferia está no centro; ou seja, que aquilo que parece excepcional (a contribuição da informação extralinguística) instala-se no próprio coração do processo de interpretação da linguagem” (SALOMÃO, 1999, p. 66).

Admitir esse dinamismo na interpretação desconstrói, naturalmente, a ideia de um significante portador do sentido. Compreender e apoiar essa desconstrução não nos livra, contudo, da inclinação esporádica, em nossas práticas discursivas diárias, para o uso da expressão linguística “literalmente” e, o que é ainda mais surpreendente, para o reconhecimento de certa inadequação em alguns de seus usos quando os recebemos de nossos interlocutores. Buscando diluir este aparente paradoxo, a colisão entre esse fenômeno e a premissa que defendemos, recorreremos à proposta de Ariel (2002), que argumenta poder ser um sentido considerado mínimo ou básico conforme perspectivas que não estão centradas no código.

Entre essas perspectivas, situam-se, de acordo com a autora: a perspectiva psicolinguística, que nega a existência de um sentido básico obrigatória e automaticamente acessível, rejeitando a distinção absoluta entre “figurado” e “não figurado” em favor de uma distinção gradativa, relacionada à saliência do significado e à sua recuperabilidade; e a perspectiva interacional, que vai ainda mais longe em direção à desconstrução da visão tradicional, dicotômica, remetendo à inexistência de um sentido consistentemente predeterminado para os interlocutores. Sob esse olhar, poderíamos apenas falar em sentido “interacionalmente significativo” ou “interacionalmente privilegiado”; as interpretações privilegiadas são negociadas entre os interlocutores.

Assim, compreendemos nossa tendência em reconhecer sentidos primários em nossas interações como manifestação do fato de que, ao negociarmos sentidos, criamos expectativas em relação a significados que construímos histórica e consensualmente como preferenciais; esses significados não são, contudo, estáticos (impassíveis de recategorização), nem necessários (como etapas, pontos de partida para a construção da interpretação). Além disso, é contingencialmente e de modo complexo (não linear e imprevisível), que a maior ou menor saliência de um sentido se estabelece. As expectativas de que falamos são elas mesmas, portanto, apenas relativamente estáveis.

Nosso cotidiano está repleto de exemplos que ilustram essa afirmação, mas vale a pena referirmos um caso representado na ficção que nos leva a refletir sobre a questão. Trata-se do filme “Muito além do jardim”, de Hal Ashby, lançado nos Estados Unidos em 1979. No filme, um ingênuo e humilde jardineiro é confundido com alguém de sobrenome influente e poderoso. Essa confusão acaba levando-o a vivenciar situações inusitadas, dentre as quais, um jantar com magnatas, uma conversa com o presidente e uma entrevista na televisão. O jardineiro, que do mundo conhecia apenas o jardim do qual cuidava, sem nunca mesmo ter saído da casa onde vivia como empregado, não sabia falar sobre coisa alguma que não fosse terra e raízes. Acreditando ser o pobre jardineiro um homem de prestígio, o presidente e logo toda a sociedade passam a interpretar metafisicamente tudo quanto diz o homem. As expectativas dos sujeitos no contexto peculiar dessas interações constroem-se no confronto entre dois principais jogos de linguagem distintos: descrever um trabalho manual ligado à natureza e problematizar conceitos abstratos subjacentes aos problemas humanos. Enquanto o jardineiro acredita jogar o primeiro, seus interlocutores creem jogar o segundo, o que resulta, para estes, na emergência situada de sentidos primários que parecem inusitados a nós, espectadores a par do confronto.

Esse exame crítico da noção de literalidade na linguagem inevitavelmente conduz, a nosso ver, à questão da interpretação. Ao admitirmos não haver um sentido transcendental, negamos de antemão a possibilidade de vincularmos um texto a um caminho interpretativo fechado, definido.

De acordo com Eco ([1993] 2012), negar essa possibilidade não quer dizer que a interpretação independe de critérios. “Dizer que a interpretação é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz” (ECO, 2012, p. 28). Preocupado com as implicações ético-políticas daquilo a que ele se refere como “semiótica ilimitada”, o autor sugere uma hipótese alternativa que estaria

situada entre duas teorias radicais da interpretação. Assim, entre a inacessível – e muitas vezes irrelevante – intenção original do autor (*intentio auctoris*) e a discutivelmente irrestrita intenção do intérprete (*intentio lectoris*), existiria a intenção do texto (*intentio operis*).

Ao apresentar exemplos de interpretações construídas por alguns leitores para textos de sua autoria, Eco, como autor empírico, discute o limitado papel que lhe caberia na validação das associações de sentido propostas nessas interpretações. A evidência dessa limitação estaria, sobretudo, nos casos em que o texto é explicitamente produzido para uma comunidade de leitores em vez de ser dirigido a um destinatário imediato. Eco argumenta que nesses casos é aparente que não são as intenções autorais que determinam a interpretação; esta se constrói “[...] de acordo com uma complexa estratégia de interações que também envolve os leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro nacional” (ECO, 2012, p. 80). O autor entende por tesouro nacional

[...] não apenas uma determinada língua enquanto conjunto de regras gramaticais, mas também toda a enciclopédia que as realizações daquela língua implementaram, ou seja, as convenções culturais que uma língua produziu e a própria história das interpretações anteriores de muitos textos, compreendendo o texto que o leitor está lendo (ECO, 2012, p. 80).

Essa competência é, para Eco, exigida do leitor para que um texto seja lido de forma econômica, isto é, para que não se extrapole no ato de leitura a linha interpretativa autorizada pelo texto, com associações que o autor chama de paranoicas e com abduções apressadas, apoiadas em indícios superestimados. Uma leitura não econômica consistiria assim no que o autor denomina “superinterpretação”. Conforme Eco, interpretar requer do leitor abstenção em relação à recontextualização textual – o que produziria um efeito de paródia – e ao consumo do texto com propósitos particulares – o que caracterizaria uso (diferente de interpretação na visão de Eco).

O formalismo que observamos nessas exigências postuladas por Eco, para evitar o suposto equívoco da superinterpretação, parece-nos curiosamente contraditório em relação à maneira como o autor procura concretizar a tarefa “[...] difícil [de] definir abstratamente a ‘intenção do texto’” (ECO, 2012, p. 75). Segundo Eco, “[...] a intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido da carta roubada. É preciso querer vê-la. Assim é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor” (ECO, 2012, p. 75).

Esse modo de conceber a *intentio operis* nos conduz à compreensão de que não fazem sentido tais exigências. Por um lado, se é como carta roubada que a intenção do texto

aparece, se é na leitura, não na superfície textual, que ela se realiza, o contexto se constitui no próprio ato de ler; não corresponde a uma entidade apriorística e recuperável. A recontextualização nos parece então, um movimento inevitável, necessário à construção da interpretação, não excessivo. Por outro lado, a distinção entre interpretação e uso não condiz, a nosso ver, com a noção de linguagem como semiose opaca e indicial, subjacente a essa concepção de *intentio operis*.

Essa distinção é objeto de crítica para Rorty (2012), que sustenta a inexistência de propriedades intrínsecas aos fenômenos. Conforme o autor, “[...] entrar no próprio texto e relacionar o texto com outra coisa” (RORTY, 2012, p. 110) é uma dicotomia essencialista inconcebível, já que “[...] tudo o que alguém faz com alguma coisa é usá-la” (RORTY, 2012, p. 110). Nesse sentido, Rorty estende sua crítica à própria separação entre *intentio operis* e *intentio lectoris*. Considerando que essa separação estaria fundada na precaução de garantir que uma suposta coerência interna do texto pudesse controlar “[...] nosso desejo monomaniaco de submeter tudo a nossas próprias necessidades” (RORTY, 2012, p. 112), o autor argumenta que a coerência

[...] não é mais do que o fato de alguém ter encontrado algo interessante para dizer sobre um conjunto de sinais ou ruídos – [...] o que dizemos tem necessariamente algumas conexões dedutivas razoavelmente sistemáticas com o que foi dito antes por nós ou por outros – com descrições anteriores desses mesmos sinais. Mas não existe um ponto do qual possamos traçar uma linha entre aquilo sobre o que estamos falando e o que estamos dizendo disso, exceto por referência a um propósito particular, a alguma *intentio* particular que *nós* tenhamos no momento (RORTY, 2012, p. 115-116, grifos do autor).

Consideramos pertinentes as críticas de Rorty e concordamos com o caráter problemático de uma concepção de interpretação como descoberta de características não relacionais, pois a ideia de que os propósitos que orientam nossos usos dos textos são aspectos distintos daquilo de que os textos tratam de fato dificilmente se esquia de uma visão representacionista de linguagem. Ainda que reconheçamos, com Eco (2012), a inconsistência de uma noção de interpretação sem limites, entendemos que esses limites não se configuram em termos essenciais. Quando admitimos que usar a linguagem não é representar, reconhecemos nos textos limites provisórios, situados, flexíveis e parciais; eles são contornos que estabelecemos intersubjetivamente num esforço de organizar, estruturar, constituir a (uma) realidade.

2.2.2 A linguagem como atividade constitutiva

Apoiando-se nas ideias de Humboldt (1836), Franchi ([1977] 1992) postula a linguagem como um processo criador pelo qual damos forma ao conteúdo variável de nossas experiências. O autor nos adverte de que tal forma não corresponde à instauração de uma “[...] racionalidade definitiva” (FRANCHI, 1992, p. 28); não se trata de “[...] *instituir*, mas [de] tornar o objeto suscetível de uma intermitente retomada, possibilitando o estabelecimento de relações a todo tempo renovadas, que se formulam por sua vez e retornam ao processo de *maturação*” (FRANCHI, 1992, p. 28, grifos do autor).

A afirmação de Franchi nos permite observar que a capacidade constitutiva da linguagem tem um caráter sistemático. A sistematicidade é que garante, a nosso ver, a manutenção dessa capacidade que lhe é inerente, pois, fosse o dizer um ato fundador em vez de um processo dinâmico, contingencial e contínuo, não se poderia conceber a realidade como efeito transitório; ela seria produto.

Nesse sentido, Salomão (2005, p. 165-166, grifos da autora) proclama como premissa da perspectiva sociocognitivista um realismo não metafísico, sobre o qual também não se pode afirmar ser histórico se tomarmos por referência a acepção hegeliana:

A razão-no-mundo, que transforma o mundo ao transformar-se, não se sintetiza jamais: ela é contrapontística, mesclada e heterogênea; nada nela anuncia qualquer hipótese de unificação. Sua pluralidade não a torna, entretanto, errática. Não há fundamento para a “ansiedade cartesiana” de que o conhecimento se dissolva em entropia: a verdade, tanto quanto o mundo, existe e *se produz como entendimento*, construído em condições comunicativas densamente radicadas e vividamente experimentadas.

Tanto Salomão (1999) quanto Marcuschi (2007) apontam a posição kantiana como mediadora entre o ingênuo realismo essencialista e o desconcertante relativismo radical. De fato, Kant ([1781] 2009, p. 37) sustenta “[...] que aquilo a que chamamos objetos exteriores são representações de nossa sensibilidade, cuja forma é o espaço, mas cujo correspondente real, a coisa própria, continua ‘não conhecida’ e não pode ser conhecida, nem por ela a experiência nunca indagou”.

Marcuschi (2007, p. 90) admite, com Kant, que “[...] sem nossa participação cognitiva não há representação da nem acesso à realidade”. Reconhecendo de antemão que o mundo não é apenas uma construção teórica, o autor alega que a linguagem é uma categoria

epistêmica, não ontológica; o que construímos, a partir de nossas inserções sociocognitivas, é o saber sobre o mundo, que é ao mesmo tempo o único mundo que conhecemos.

Com efeito, reconhecemos na filosofia kantiana, no âmbito das abordagens teóricas acerca do conhecimento, um importante passo em direção ao movimento de pôr parênteses na noção de objetividade, sobre o qual falaria mais tarde o biólogo Maturana (2001). Para o filósofo iluminista,

[...] mediante a sensibilidade, não conhecemos obscuramente a natureza das coisas em si, mas nem sequer a conhecemos e, assim que eliminamos nossa formação subjetiva, em nenhuma parte se achará nem poderá ser encontrado o objeto representado com as propriedades que a intuição sensível lhe concedia, na medida em que essa formação subjetiva estabelece a forma de tal objeto como fenômeno (KANT, 2009, p. 45).

O argumento kantiano da inexistência de um correlato àquilo que concebemos como objeto, o qual toma a forma atribuída por nossa constituição subjetiva, desestabiliza, a nosso ver, a noção de representação. Apesar do tom solipsista que se insinua na visão sustentada pelo filósofo, problema que ele procura resolver recorrendo à proposição da noção de sujeito transcendental, da qual discordamos, não nos parece pertinente ignorar o impulso desestabilizador que essa visão promove.

Desenvolvemos essa discussão na seção 3, explorando os rumos que se delinearam a partir desse impulso, isto é, observando como a desconstrução da representação e o reconhecimento do caráter constitutivo da linguagem e cognição ganharam força no seio da filosofia. Por ora, voltamos nossa atenção a algumas considerações significativas a respeito do modo como os processos sociocognitivos estão imbricados na relação de constitutividade entre língua e realidade.

2.2.2.1 Linguagem, realidade e práxis mediadora

Segundo afirma Blikstein (2003), na configuração do real, desempenha papel primordial a dimensão da percepção-cognição. Para o autor, tal dimensão é anterior à experiência verbal e é nela que ocorre a gênese do significado. Blikstein questiona a tese clássica de Humboldt, que atribui à língua a função de organizar a estrutura conceitual do mundo. Pondera que, “[...] se a língua é o ‘molde’ ou a ‘grande matriz semiótica’ da sociedade, é necessário reconhecer que a experiência perceptiva já é um processo (não verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo” (BLIKSTEIN, 2003, p. 42).

Esse processo é, conforme explica o autor, engendrado por uma práxis modeladora, cujos mecanismos consistem em traços de diferenciação e identificação que o “[...] homem cognoscente desenvolve [...] para mover-se no tempo e no espaço de sua comunidade” (BLIKSTEIN, 2003, p. 60). Blikstein esclarece que, a partir de tais traços, somos capazes de “[...] discriminar, reconhecer e selecionar [os elementos] do universo amorfo e contínuo do real” (BLIKSTEIN, 2003, p. 60). Acrescenta que, ao serem impregnados de valores meliorativos ou pejorativos, esses traços transformam-se em traços ideológicos, os quais desencadeiam corredores semânticos ou isotopias, que, por sua vez, orientam a percepção-cognição, criando modelos ou padrões perceptivos, os “óculos sociais”.

Apesar de refutar a primazia da língua sobre a práxis, assegurando que os “óculos sociais”, através dos quais a práxis nos ensina a enxergar o mundo, geram “[...] conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos, na dimensão *cinésica* e *proxêmica* (gestos, movimentos, espaços, distâncias, tempo etc.), independentemente da ação e do recorte da linguagem linear” (BLIKSTEIN, 2003, p. 65-66, grifos do autor), Blikstein admite que, quanto maior nossa inserção nos processos de socialização, mais larga a apropriação pelos códigos verbais do nosso sistema perceptual.

Além disso, o autor reconhece que, mesmo que lhe seja anterior, a semiose não verbal só pode ser explicada pela língua; “[...] embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não verbal, é praticamente só por meio desses códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis” (BLIKSTEIN, 2003, p. 80). Em *Água viva*, Clarice Lispector parece aludir, na voz da narradora-personagem, a essa semiose oculta na dimensão da práxis sobre a qual fala Blikstein, mencionando frequentemente a expressão “atrás do pensamento”: “No fundo, bem **atrás do pensamento**, eu vivo dessas ideias, se é que são ideias. São sensações que se transformam em ideias porque tenho que usar palavras” (LISPECTOR, 1998e, p. 84, grifos nossos). Transformar as sensações em ideias ao usar palavras é, segundo nosso entendimento, recorrer ao código verbal como maneira de “[...] capturar a semiose não verbal” (BLIKSTEIN, 2003, p. 79). Ao apontar tal maneira como única possível ao mesmo tempo que sustenta a reiteração ininterrupta entre língua e práxis, o autor acaba por aceitar a condição constitutiva da língua.

Fauconnier ([1985] 1994) também alega a existência de processos sociocognitivos imbricados na relação entre língua e realidade. Buscando explicar em que consistem esses processos, o autor propõe a teoria dos espaços mentais, os quais define como conjuntos de elementos que construímos enquanto pensamos e falamos, a partir de *frames* (conjuntos

estabilizados) e modelos cognitivos e com base em propósitos contingencialmente determinados. Esses conjuntos nunca são definitivos; eles se modificam no curso da interação e se conectam uns aos outros por meio de vários tipos de mapeamento, entre os quais o autor ressalta o de identidade e o de analogia.

A contingencialidade e o dinamismo dessa teoria motivam Salomão (2005) a elegê-la como a mais promissora entre as abordagens processuais da referência, por oferecer uma explicação convincente para o modo como se dá a interpretação em tempo real. De acordo com a autora, esses domínios epistêmicos em que se desdobra o discurso “[...] são necessários para a identificação de um objeto no interior de seu enquadre físico ou para a antecipação mental de uma trajetória” (SALOMÃO, 2005, p. 157), o que denuncia mais uma vez a insuficiência da forma linguística.

Guardadas suas peculiaridades e seus distintos enquadramentos teóricos, compreendemos que tanto a proposta de Blikstein quanto a de Fauconnier chamam a atenção para a atuação dos processos sociocognitivos em nossas tentativas de dizer o mundo. Nesse sentido, ressaltamos que a “[...] reabilitação da imaginação”⁷ (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 15) promovida por essas abordagens está longe de ser associada ao mentalismo aristotélico, porquanto corrobora a categorização da cognição como construção social, não como atributo individual.

Por outro lado, por não prescindir, com seus hipotéticos agrupamentos de memória de trabalho, organizados e conectados “[...] através de excitações sincrônicas de conjuntos de neurônios” (COSCARRELLI, 2005, p. 291), da ideia de mente como instância interna, aparato que processa *inputs*, a abordagem de Fauconnier conserva um traço representacionista, que apresenta, a nosso ver, contraste com os pressupostos da sociocognição. Sobre a ancoragem também do modelo proposto por Blikstein para explicar a gênese do significado numa visão de linguagem ainda não desvincilhada do conceito de representação fazemos alguns comentários mais adiante, na seção 3.

2.2.3 A condição colaborativa da construção de sentidos

Conforme já referido, ao abordar as bases culturais da cognição humana, Tomasello (1999) assevera que a maior parte das habilidades cognitivas dos seres humanos não provém apenas de uma herança biológica, mas é resultado de processos históricos e ontogenéticos que afetam a capacidade cognitiva que herdamos. De acordo com o autor, o

⁷ “[...] rehabilitation of imagination” (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 15).

fato de sermos capazes de nos identificar com nossos conspecíficos, compreendendo-os como seres intencionais tanto quanto nós, permite-nos “[...] aprender não apenas *com* o outro mas *através* do outro”⁸ (TOMASELLO, 1999, p. 6, grifos do autor).

Além de apresentar essa razão filogenética, que como discutimos anteriormente suscita alguns questionamentos, Tomasello justifica o caráter especial que atribui à cognição humana em comparação a outras espécies a partir de mais dois aspectos. O aspecto histórico refere-se ao modo como nossa capacidade de interidentificação proporciona processos de sociogênese, os quais consistem na coconstrução de artefatos culturais e comportamentos que sofrem transformações ao longo da história. O aspecto ontogenético diz respeito à condição humana de beneficiar-se do conhecimento acumulado, no contexto dos processos de sociogênese, pelo seu grupo social, condição da qual se desdobra a possibilidade de apropriar-se de representações cognitivas na forma de símbolos linguísticos e de operações construídas com base nesses símbolos, como analogias e metáforas, e de adquirir, a partir da internalização de certos tipos de interações discursivas, habilidades de metacognição, redescrição representacional e pensamento dialógico.

A ancoragem da cognição humana na cultura e as consequentes determinações ontogenéticas da nossa linguagem, ressaltadas no estudo de Tomasello, evidenciam, a nosso ver, como a iterada noção de que a produção dos sentidos é uma atividade colaborativa está radicada na própria sociogênese que caracteriza o processo evolutivo de nossa espécie. Nesse sentido, damos razão a Wittgenstein ([1958] 1996, p. 127, § 257) quando argumenta que “[...] muita coisa já tem que estar preparada na linguagem para que o simples dar nome tenha um sentido” e a Marcuschi (2007, p. 140, grifos do autor) quando afirma que “[...] as *categorias* são muito mais *modelos socioculturais* do que *modelos mentais*”.

Reconhecemos, com Salomão (2005), como o espaço em que constituímos e reconstituímos esses modelos a cena comunicativa. Segundo afirma a autora, o “[...] ‘encilhamento’ inevitável de representação-do-mundo pela representação-de-si dramatiza inapelavelmente a semiose linguística” (SALOMÃO, 2005, p. 165). Postulando a fabricação do sentido como uma operação necessariamente social, já que, sendo o sentido construído em vez de revelado, nós o construímos sempre para alguém, Salomão (1999) encontra na proposta de Goffman ([1974] 1986), que concebe como drama a organização da experiência pelos indivíduos em suas interações sociais, uma alternativa interessante para explicar a semiose da língua.

⁸ “[...] learn not just *from* the other but *through* the other” (TOMASELLO, 1999, p. 6, grifos do autor).

Produzir sentido é, de acordo com essa alternativa, o ato mesmo de inserir-se no jogo dramático da interação, pois “[...] **toda experiência social é [...] semantizante**: só é possível atuar na **cena social** (de caráter micro ou macro), investindo-a de sentido, seja com base em **conhecimento consensualizado** [...], ou por conta da **motivação singular** de realizar objetivos localmente relevantes” (SALOMÃO, 1999, p. 71, grifos da autora); por sua vez, “[...] a experiência social não prescinde da semantização primária, que corresponde ao investimento do sujeito em específico papel comunicativo, configurado frente à sua **audiência**, num trabalho de **mútua determinação**, através do qual se constrói a **face**” (SALOMÃO, 1999, p. 72, grifos da autora).

Na jornada do protagonista de *A maçã no escuro*, percebemos certa alusão a essa noção de representação como drama, à nossa inserção no espetáculo semantizante que engendramos e coordenamos:

Os quatro representantes. Representando, [...] representando a luta diária que encetamos contra a nossa própria liberdade, que é grande demais e que, com minucioso esforço, diminuimos; nós, que somos tão objetivos que terminamos sendo de nós mesmos apenas aquilo que tem uso; com aplicação, fazemos de nós o homem que um outro homem possa reconhecer e usar (LISPECTOR, 1998c, p. 302).

Os quatro representantes referidos pelo narrador de Clarice investem de sentido a cena em questão – o momento da captura do protagonista –, assumindo seus papéis circunstancial e coletivamente determinados, com base no conjunto partilhado de informações e no propósito que ali assume relevância. Mas é na reflexão do narrador sobre a cena que a alusão parece se materializar com mais força: o eu que os “atores” representam é necessariamente o eu para o outro. Além disso, como conclui o narrador, o drama encenado não é a versão reproduzida, ou distorcida, como pensara o protagonista, de um evento primário, puro; é a própria maneira como se forja o evento: “E aqueles quatro representantes sabiam disso: sabiam que toda a questão está em saber profundamente como imitar, pois quando a imitação é original ela é a nossa experiência” (LISPECTOR, 1998c, p. 324).

2.2.3.1 Coordenações consensuais de ações

Observamos na ideia de jogo dramático um modo de conceber a interação linguística como uma atividade situada, uma vez que a configuração da cena é contingencial; dinâmica, pois o papel comunicativo é redefinido cada vez que a perspectiva sobre a cena é reenquadrada; e inegavelmente colaborativa, visto que não são escolhas individuais a

definição dos elementos que compõem a cena nem o reajuste contínuo dos papéis assumidos pelos participantes.

Com base no pensamento de Maturana (2001), afirmamos que nossa inserção mesma nesse jogo dramático é consensual. De acordo com o autor, na história da convivência promovemos coordenações consensuais⁹ de comportamentos. Essas coordenações são resultado da convivência de nossas transformações, de mudanças estruturais desencadeadas em nós pela interação com outros sistemas determinados estruturalmente¹⁰, “[...] de modo que uma história de interações recorrentes é uma história de desencadeamentos estruturais, de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser vivo, e o ser vivo e o meio” (MATURANA, 2001, p. 76).

Segundo Maturana, uma história de interações dura enquanto houver conservação de organização dos participantes. Assim, enquanto há conservação de nossa organização, mantemo-nos vivos. Por outro lado, há rearranjo de nossa configuração estrutural a partir das perturbações que admitimos em nossa ontogenia. Conforme explana o autor, da contingência dessas mudanças estruturais, no fluir de nosso viver em acoplamento com o meio, surgem coordenações consensuais de condutas. Como organismos, engajamo-nos num mútuo ajustamento por meio do qual nos constituímos e preservamos; simultaneamente, como observadores linguajantes, percebemos e explicamos nossas experiências, operando em coordenações consensuais de ações de modo a validar contingencialmente as explicações.

Ainda de acordo com o autor, quando há uma história de interações recorrentes, produzimos uma dinâmica de recursões de consenso, isto é, “uma operação num domínio de coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações” (MATURANA, 2001, p. 131). A linguagem, nesse sentido, ocorre quando “[...] duas ou mais pessoas em interações recorrentes operam através de suas interações numa rede de coordenações cruzadas, recursivas, consensuais de coordenações consensuais de ações” (MATURANA, 2001, p. 130).

Segundo Magro (1999b), nesse modo de conceber a linguagem, não há lugar para a ideia de representação. A autora argumenta que, ao dispensar recurso à transcendência para descrever o modo como vivem os seres na linguagem, o pensamento de Maturana constitui uma viável alternativa ao representacionismo, pois rejeita tanto a noção de linguagem como ferramenta para a apreensão de um mundo externo, para a captação de “[...] objetos

⁹ Maturana (2001) faz distinção entre as noções de consenso e de acordo. Enquanto este último “[...] envolve a condição explícita da *coincidência* na ação sobre algo” (MATURANA, 2001, p. 71, grifo do autor), o consenso diz respeito a “[...] coordenações de condutas que se estabelecem como resultado de estar juntos em interações recorrentes” (MATURANA, 2001, p. 71).

¹⁰ Conforme Maturana (2001, p. 75), “[...] tanto ser vivo quanto meio são sistemas determinados estruturalmente”.

perceptivos independentes” (MAGRO, 1999b, p. 193), quanto o conceito de mente como entidade depositária de propriedades cognitivas apriorísticas ou de imagens armazenadas. O espaço mental corresponde nessa abordagem a “[...] um espaço de interações realizadas principalmente na linguagem, como modo de viver num recorrente e recursivo entrelaçamento de emocionar e conversar” (MAGRO, 1999b, p. 194).

Com o intuito de construir uma delimitação conceitual para a forma como neste estudo tomamos a sociocognição como abordagem de linguagem, discutimos nesta seção ideias que se têm manifestado nas pesquisas de alguns estudiosos ligados a essa linha de investigação, bem como aspectos teóricos aqui definidos como pressupostos dessa abordagem. Tendo identificado alguns desdobramentos desses pressupostos, a saber, a questão da representação e o conceito de recursão, discorreremos na seção 3 sobre a espécie de trajetória que se delinea entre a desestabilização da ideia de representação como reprodução e a construção da noção de recursão como modo de viver na linguagem.

3 DA REPRESENTAÇÃO À RECURSÃO

O percurso conceitual que tencionamos discutir nesta seção apresenta, a nosso ver, inegável relevância para a compreensão das bases teóricas em que, como vimos na seção 2, se apoia a sociocognição. O que categorizamos aqui como trajeto é na verdade um curso descontínuo, sinuoso e multilinear, a partir do qual procuramos dar conta da abordagem epistemológica e metodologicamente diversa a respeito do lugar, ou do não lugar, que a representação assume na linguagem.

Nessa oscilante e abrangente trajetória, empenhamo-nos em discernir os abalos embrionários no domínio que a noção de representação exerceu nas diversas hipóteses que ao longo dos séculos buscaram explicar a cognição e a linguagem humana e indicamos, como ponto de convergência, a construção do conceito de recursão como plausível alternativa antirrepresentacionista.

3.1 A DESESTABILIZAÇÃO DA NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

A relação entre linguagem e mundo é problematizada, no Ocidente, desde a Antiguidade Clássica, quando o debate entre socráticos e sofistas era conduzido em torno da questão da verdade. Platão e Aristóteles fundaram, conforme expõe Martins (2004), o paradigma essencialista de leitura da realidade, que pressupunha serem as coisas, o mundo, os sentidos apriorísticos e ser a verdade absoluta e tangível. De outro lado, os sofistas teriam fundado o paradigma relativista, que endossa a noção de realidade manipulável e de verdade contingente.

Esses paradigmas que fundamentaram o pensamento grego orientam diferentes perspectivas linguísticas. O essencialismo, por tomar como dado bruto, como preexistente às práticas humanas, tudo aquilo de que tratamos na linguagem, está na base de uma visão de língua como representação acurada do real. O relativismo, por sua vez, ao sugerir a instabilidade do real e a imprecisão e dinamicidade da verdade, nutre uma perspectiva antirrepresentacionista de linguagem.

De acordo com Martins, norteadas segundo a concepção de que a verdade prevalece sobre o consenso, tanto a perspectiva platônica quanto a aristotélica fundamentam a seu modo enfoques representacionistas de linguagem. De outro lado, a autora considera a filosofia provocativa dos sofistas um embrião de abordagem pragmática do sentido.

O representacionismo realista identificado em Platão se explica, segundo Martins, em razão de as palavras, sob o olhar do filósofo, terem “[...] por propósito representar a realidade, não a realidade fenomênica, mas a realidade essencial das coisas.” (MARTINS, 2004, p. 461). Essas essências seriam entidades extralinguísticas, autônomas e transcendentas. A tese aristotélica, por sua vez, exibe um representacionismo mentalista. Como afirma a autora, há nela “[...] a substituição de uma díade, linguagem-real, por uma tríade, linguagem-alma-real” (MARTINS, 2004, p. 464). Sob a ótica de Aristóteles, pelos sentidos, o intelecto humano seria capaz de abstrair essências universais, e as palavras teriam com essas essências abstraídas um vínculo lógico e objetivo. Seja como reprodução de essências metafísicas, seja como reflexo das representações mentais universais de tais essências, a linguagem para os socráticos é mero instrumento para espelhar uma instância definida e autônoma.

Em oposição ao pensamento socrático, manifesta-se a postura relativista associada aos sofistas, associação que Martins justifica evocando Górgias: “Nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado não poderia ser compreendido” (*Do não-ser*, Fragmento I, *apud* MARTINS, 2004, p. 450). A autora propõe compreendermos a célebre nota do sofista como resposta à problematização da relação linguagem-real. Diante do questionamento, Górgias sugeriria a impossibilidade de ser o mundo dito pela linguagem, negando o representacionismo e a existência de uma realidade autônoma, anterior ao discurso.

O relativismo manifesto no pensamento dos sofistas, para quem “[...] um mesmo dizer [...] pode não apenas significar mais de uma coisa, como também, e mais importante que isso, pode significar uma coisa e seu exato contrário” (MARTINS, 2004, p. 452), desestabiliza, segundo Martins, a distinção absoluta entre falso e verdadeiro e sobreleva o protagonismo do discurso na constituição do real, fazendo emergir “[...] um ângulo segundo o qual a linguagem significa quando é usada em circunstâncias concretas e variáveis, inscrevendo-se nos assuntos humanos e com eles mantendo laços mutuamente constitutivos” (MARTINS, 2004, p. 452-453).

Martins (2000, p. 22) chama atenção para o modo como o ponto de vista dos sofistas tem se mantido sob luz mortíça em face das fortes raízes estabelecidas pelo projeto essencialista no mundo ocidental, o qual, apesar dos “[...] prognósticos negativos da reflexão filosófica mais recente”, continua fundamentando o desenvolvimento das ciências cognitivas. A resistência estaria, conforme a autora, na dificuldade de renunciar a uma expectativa persistente: “[...] trata-se de estar preparado para pensar talvez que a linguagem ‘não diz o que é’, mas em alguma medida ‘faz ser o que diz’” (MARTINS, 2004, p. 453, grifos nossos).

3.1.1 Transformações no campo das ciências cognitivas

Ao recompor as primeiras décadas da história das ciências cognitivas, Varela (1988) também reconhece a presença dominante do representacionismo. Em meados do século XIX, os esforços para conceber uma ciência da mente eram orientados, segundo o autor, pela ideia de que era necessário “[...] recorrer a mecanismos explícitos e a formalismos matemáticos para descrever os processos a ela subjacentes” (VARELA, 1988, p. 25).

Nesses anos iniciais, na década de 1940, aos quais o autor se refere como primeira etapa da história das ciências cognitivas, o cérebro humano “[...] era descrito como uma entidade cujos constituintes ou neurônios *encarnavam* os princípios lógicos. Cada neurônio era imaginado como sendo um autômato cujo limiar, activo ou não, designaria um valor lógico, verdadeiro ou falso, consoante o caso” (VARELA, 1988, p. 26, grifo do autor). Compreendida como máquina dedutiva, a mente constituía um sistema operacional passível de ser reproduzido, o que fomentou evidentemente a invenção do computador e fez germinar o movimento cibernético.

Como salienta Varela, a fase cibernética das ciências cognitivas rendeu resultados entusiasmantes, como o largo desenvolvimento na tecnologia da comunicação, e criou as bases para a configuração do que o autor concebe como a segunda etapa, a das representações simbólicas.

Aquilo que apenas parecia ser uma orientação possível – o espírito como uma forma de lógica, assimilável, portanto, ao comportamento de um computador – passa então a ser considerado como uma *hipótese* reconhecida que se procura destacar dos seus antecedentes pluridisciplinares, ou seja, da influência das ciências sociais e biológicas e das suas complexidades diversas (VARELA, 1988, p. 30, grifo do autor).

A segunda metade da década de 1950 viu surgir, segundo Varela, o cognitivismo clássico, com o argumento de que o comportamento inteligente consistiria na reação do agente a representações dotadas de uma realidade física, sob a forma de códigos simbólicos. O pensamento poderia assim ser efetuado pela computação de representações regida por regras algorítmicas; qualquer dispositivo capaz de representar e manipular esses códigos, considerados formas análogas a aspectos da realidade objetiva, constituiria um sistema cognitivo a funcionar de maneira adequada.

Varela salienta que o problema para o cognitivista, que, ao assumir essa hipótese, atribui a estados intencionais ou representacionais – como crenças, desejos, intenções –

propriedades causais, estaria em demonstrar como esses estados poderiam correlacionar-se a mudanças físicas, determinar comportamentos. Como explica o autor, a proposta de paralelismo entre a realidade física e mecânica da inteligência (a sintaxe do código) e a realidade da intencionalidade (a projeção semântica), oferecida como resposta no programa cognitivista, não é nada evidente na linguagem humana. “Embora se saiba de onde vem o nível semântico de uma computação por computador (o programador), não temos nenhuma ideia quanto à proveniência do sentido das expressões simbólicas que o cognitivista supõe existirem no cérebro” (VARELA, 1988, p. 34).

É pertinente o comentário de Pelosi (2014) quanto a essa questão. A autora refuta com vigor a pressuposição cognitivista ortodoxa do espelhamento sintático das relações semânticas estabelecidas nas línguas naturais. Como argumento, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pela teoria gerativa chomskiana, cujas limitações decorreram justamente da ênfase na sintaxe, definida como componente central da gramática gerativo-transformacional,

[...] visto que a evidência reunida a partir de experimentos psicolinguísticos consistentemente indicou que, na compreensão e no processamento de sentenças, as pessoas antes de se limitarem estritamente a aspectos sintáticos, como propunha Chomsky, faziam uso de fatores de ordem semântica, intencionais (crenças, propósitos comunicativos, pressupostos) e pragmático-discursivos (PELOSI, 2014, p. 11).

Por não ter sido capaz de identificar a existência de um processador lógico num cérebro real nem de indicar zonas precisas em que estariam guardadas as informações, a ortodoxia cognitivista foi, segundo Varela (1988), substituindo em suas pesquisas os desafios de natureza mais geral que se propunha, como a tradução de línguas naturais ou a resolução de problemas universais, por objetivos, em princípio mais modestos, que se revelaram nada banais. “Tornava-se óbvio que a inteligência mais profunda e mais fundamental era a do bebê que adquire a linguagem a partir de um fluxo cotidiano de palavras dispersas, ou reconstitui ainda objetos significantes a partir de um fluxo difuso de luz” (VARELA, 1988, p. 45).

Como alternativa à frustração experimentada pelo projeto simbolista, a esbarrar sempre em fatos como o de que sistemas vivos menos complexos que os humanos efetuam tarefas mais rapidamente do que elaborados modelos computacionais, apresenta-se o paradigma conexionista, que Varela enquadra na terceira etapa da história das ciências cognitivas.

No conexionismo a noção de representação enfraquece, uma vez que o processamento de informações deixa de ser tido como resultado de projeções operacionalizadas a partir de códigos simbólicos condicionados por regras algorítmicas e passa a ser tomado como efeito emergente de conexões neuronais. Conforme Varela, essas conexões podem dar-se de forma muito densa, configurando-se espontaneamente sem que seja necessária uma unidade central para controlar o funcionamento do sistema cognitivo. “Esta transferência de regras locais para a coerência global constitui o cerne daquilo a que se convencionou chamar a auto-organização” (VARELA, 1988, p. 49-50).

Como explica Pelosi (2014), a auto-organização, atribuída como propriedade às redes neuronais pelos conexionistas, em virtude de essas redes procurarem “[...] estados estáveis que podem representar periodicidades tanto no tempo quanto no espaço” (PELOSI, 2014, p. 13), é incompatível com o processamento cognitivo tal qual ele é concebido pelo paradigma simbólico, isto é, a partir de módulos que interagem linear e sequencialmente. De acordo com a teoria conexionista,

[...] os processos mentais são explicitados com base em configurações estabelecidas *ad hoc* nas redes neuronais. O sistema neuronal lida dinamicamente com dados recebidos do ambiente que desencadeiam sua ativação fazendo emergir estados globais a partir das interações de componentes simples (nodos/neurônios). [...] O processamento das unidades de entrada, externas ou internas ao sistema, se dá simultaneamente e em muitas direções. São muitas as unidades de entrada e estas interagem com inúmeros componentes internos (nodos/neurônios) em milhares de direções (PELOSI, 2014, p. 13).

Contemporânea ao simbolismo, a alternativa conexionista veio a ganhar força mais tarde, na década de 1980, apresentando, segundo Pelosi, avanços no que diz respeito à ruptura com a tese da representação interna do conhecimento, vinculada à ideia de que conceitos linguísticos estariam estocados em compartimentos na memória. Por outro lado, como pondera a autora, as explicações conexionistas parecem não conferir ainda atenção significativa ao papel de elementos interacionais, ecológicos e contingenciais, que integram a experiência de um indivíduo na emergência do conhecimento. Além disso, esse indivíduo “[...] continua a ser visto como ser dual (i.e. composto por duas partes distintas, corpo e cérebro/mente). O corpo apenas provê meios para a entrada de estímulos que serão processados pelo cérebro, foco central das explicações” (PELOSI, 2014, p. 12).

Nessa mesma década, uma vertente distinta de estudos começa a apresentar, como afirma Pelosi, a cognição dentro de uma visão integrada da interação entre cérebro e mente, entre corpo e mundo. O dualismo cartesiano passa a partir de então a perder espaço para um

entendimento segundo o qual o ser não figura no ambiente; ele o constitui e é por ele constituído numa relação de indissociabilidade.

Essa transformação favorece a consolidação do que Varela (1988) designa como a quarta etapa da história das ciências cognitivas. Diferentemente do cognitivismo e do conexionismo, que tomavam a cognição como a capacidade de representar adequadamente um mundo exterior predeterminado e de oferecer respostas a problemas bem definidos, negando ou desconsiderando a contingencialidade do viver, a enação, conforme é denominada por Varela, aparece como uma alternativa à representação.

O autor salienta que qualquer cognição viva tem como faculdade central “enagir”, fazer emergir de modo sempre situado questões pertinentes a um mundo continuamente em desenvolvimento, sofrendo “[...] alterações estruturais ao longo de um historial não interrompido” (VARELA, 1988, p. 89). Nas palavras de Pelosi (2014, p. 18), essa visão atuacionista pauta-se na ideia de que a “[...] atividade cognitiva está intrinsecamente ligada à ação incorporada e, portanto, decorrente dos tipos de experiências possibilitadas ao organismo por suas capacidades sensório-motoras embutidas em um contexto biológico, psicológico e sociocultural mais amplo”.

Sob essa ótica, a noção de representação enfraquece, como insiste Varela (1988), e ganha relevância a compreensão de contexto e senso comum como componentes substanciais da cognição, não como artefatos residuais elimináveis a partir de regras sofisticadas. Se é naturalmente que o mundo se realiza, se nele não se verifica a predefinição que serviu de base à tradição teórica ocidental, não é possível, de acordo com o autor, dividi-lo nos domínios pressupostos pelas abordagens clássicas das ciências cognitivas: “[...] zonas de elementos discretos e tarefas que o sistema cognitivo impõe a si próprio, agindo no seio de um certo ‘espaço’ de problemas” (VARELA, 1988, p. 74-75), tais como a visão, a linguagem, o movimento etc.

Com efeito, nos anos 70, após duas décadas de progresso muito lento, vários investigadores em [inteligência artificial] chegaram à conclusão de que até a mais simples acção cognitiva requer uma quantidade de conhecimentos aparentemente infinita, que temos como adquirida (na verdade, tão evidente que se torna invisível), mas que deve ser introduzida no computador a conta-gotas (VARELA, 1988, p. 77).

Tanto a pretensão cognitivista inicial de conceber um dispositivo lógico universalmente aplicável à resolução de problemas quanto a expectativa mais modesta da resolução de problemas bem definidos a partir da programação mecânica esbarraram no que

Varela designa como a ambiguidade inabordável do senso comum, tomado pelo autor como a nossa história física e social.

Apoiado na prerrogativa fenomenológica de que o conhecimento se produz com base na indissociabilidade entre nosso mundo, nosso corpo, nossa linguagem e nossa história social, Varela reforça a inconsistência de enquadrar num conjunto de regras aquilo que se trata de um processo de ação e interpretação contínua; aquilo que “[...] é um mundo de significados de que nos apoderamos por imitação e que se torna parte integrante do nosso mundo preexistente” (VARELA, 1988, p. 78).

Em *A maçã no escuro*, o protagonista de Clarice, ainda que, na luta por abolir a antiga forma de vida e a linguagem dos outros, resista, experimenta essa condição de indissociabilidade: “Todo um passado estava apenas a um passo da extrema cautela com que aquele homem procurava se manter apenas vivo [...]. Então com infinito desagrado, fisicamente atrapalhado, ele se lembrou no corpo de como é homem pensando” (LISPECTOR, 1998c, p. 32-33).

Como expressão desse projeto de rejeição, a princípio, o personagem resiste ainda a reconhecer na imitação seu “[...] tremendo poder especificador de realidade” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 15) – isto é, sua notável relevância como conduta que permite que certos modos de interação ultrapassem a ontogenia e constituam nossa história social –, considerando-a, ao contrário, um movimento deformador, falseador: ““Na verdade apenas imitei a inteligência assim como poderia nadar como um peixe sem o ser!’ [...]. Porque mesmo a compreensão, a pessoa imitava. A compreensão que nunca fora feita senão da linguagem alheia e de palavras”. (LISPECTOR, 1998c, p. 34).

De acordo com Varela (1988, p. 79), “[...] concluir que a cognição não pode ser adequadamente compreendida sem o senso comum, que não é senão nossa história física e social”, conduz à dedução de que sujeito e objeto “[...] são a especificação recíproca e simultânea um do outro”. O autor assevera que é justamente essa ênfase na codeterminação que salvaguarda o ponto de vista da enação do espectro solipsista, o qual costuma pairar sobre as abordagens que questionam a representação.

Trata-se, pois, de um processo em que nossa realização social dá vida ao nosso mundo, fazendo emergir regularidades, mundos de pertinência, independentemente de finalidades determinadas, problemas predefinidos, a partir de uma sequência ininterrupta de mudanças estruturais, o que acentua a ideia de que “[...] nossas faculdades cognitivas estão inextricavelmente ligadas ao historial da vivência, da mesma maneira que uma vereda anteriormente inexistente vai aparecendo conforme se caminha” (VARELA, 1988, p. 88).

Como não têm essas regularidades pontos de referência fixos e independentes, mas são coerências do mundo que produzimos com os outros, nossa dinâmica cognoscente opera construindo mundos, não os refletindo.

3.1.2 Abalos epistemológicos gerados por concepções filosóficas

Com a pretensão de elucidar questões filosóficas de ordem epistemológica, o racionalismo moderno elegeu o raciocínio matemático como a ferramenta mais eficaz para conhecer o mundo. Constituindo um marco de sucessão da era renascentista e firmando fortes raízes no pensamento ocidental, o dualismo cartesiano, que tanto influenciou o desenvolvimento das ciências cognitivas, pressupunha, como sabemos, a dissociação absoluta entre mente e corpo.

Como nos lembra Costa (2005, p. 16), dentre os diversos argumentos com os quais Descartes pretendeu provar o dualismo, o principal consiste nesta consideração:

Se eu posso (em princípio) pôr em dúvida a existência de meu corpo e de todo o mundo material (pois posso estar sonhando, alucinando), mas não posso (sequer em princípio) pôr em dúvida a minha própria existência (de minha mente), [já] que para duvidar eu preciso existir, então devo concluir que sou uma coisa distinta e independente do meu corpo e do mundo material.

A profundidade radical da lógica cartesiana a que nos referimos é evidente na forma como a filosofia analítica (semântica clássica), mesmo rompendo com a tradição moderna e consolidando uma postura epistêmica que põe a linguagem no centro do exame filosófico, continua a apoiar-se no argumento da existência de uma instância material (em oposição à *res cogitans*) objetiva, independente.

Segundo observa Marcondes (2004), pensar os conceitos analiticamente equivale a interpretá-los como entidades lógico-linguísticas, não psicológicas ou metafísicas, tais quais eram caracterizadas as formulações conceituais predominantes até o final do século XIX, nos dois primeiros dos três grandes períodos em que costuma ser dividida a tradição filosófica. Sabemos, por outro lado, que a centralidade assumida pela linguagem nesse contexto está ainda longe de abranger os questionamentos mais tarde articulados nas elucubrações austinianas e wittgensteinianas. A preocupação dos filósofos analíticos volta-se para uma tarefa que pode ser entendida “[...] como tradução de uma linguagem imprecisa para uma linguagem lógica isenta de equívocos e ambiguidades; como redução de algo desconhecido ou

obsuro a algo conhecido e mais claro; como decomposição de um complexo em seus elementos simples constituintes” (MARCONDES, 2004, p. 13).

O propósito ambicioso dos analíticos lógicos é certamente a lembrança mais saliente quando, tratando de linguagem, pensamos o percurso conceitual da representação, mas essa história começa antes, na trajetória do empreendimento humano de construir conhecimento sobre a origem da existência, a constituição dos fenômenos naturais e o funcionamento das práticas socioculturais, elementos que tinham por muito tempo sido atribuídos a entidades mitológicas. Conforme explica Costa (2007, p. 23), na história da filosofia, as especulações cosmológicas e ontológicas levam à problematização do próprio conhecimento (virada epistemológica); da comunicação desse conhecimento (virada linguística), e, em seguida, da relação de mútua constitutividade entre uma e outra instância (virada pragmática), quando o reducionismo lógico cede lugar à noção de que “[...] a realidade é algo dinâmico que emerge com nossas práticas sociais, entre as quais estão os diversos usos da linguagem”.

A pretensão dos filósofos analíticos é assim precedida pelo problema da validação da representação. Segundo Ghiraldelli (2008), a pergunta sobre o mundo feita pela filosofia antiga de modo direto (*intentio recta*) passa a ser formulada pela filosofia moderna de modo indireto (*intentio obliqua*). Como explica o autor, a indagação sobre o que há de real no mundo passa a implicar dúvida sobre qual representação do mundo seria válida, verdadeira; a questionar mesmo se haveria conhecimento do mundo. Fundamental no desenvolvimento dessa reformulação epistemológica foi a tentativa de Kant (2009) de demonstrar, com a *Crítica da razão pura*, que a racionalidade não é absoluta.

Assim como, nas ciências naturais, Copérnico afastou a hipótese geocêntrica em favor da ideia de que os corpos celestes giravam em torno do Sol, Kant promove, no seio da filosofia, uma mudança de perspectiva que abala a postura dogmática dos pensadores clássicos. Com a revolução copernicana filosófica, Kant sustenta, conforme se vê nas palavras de Figueiredo (2005, p. 25), que “[...] a verdade concerne, não à essência última das coisas, mas ao modo como as conhecemos”, propondo a substituição da ontologia, com sua pretensão de obter o conhecimento das coisas em si, pelo “[...] título modesto de uma simples analítica do entendimento puro” (KANT, p. 179, 2009).

A justificativa reside naquilo que Kant (2009) denomina o problema geral da razão pura, isto é, a insuficiência da faculdade pura da razão diante da tentativa de dar respostas às indagações metafísicas. Para o filósofo, o uso dogmático, acrítico, da razão

produz postulados infundados, parciais, contestáveis; é necessário, em face disso, avaliar os limites e potencialidades da razão em relação aos objetos apresentados pela experiência.

Se por um lado “[...] as categorias não se fundamentam, quanto a sua origem, na sensibilidade” (KANT, 2009, p. 180), são por outro lado juízos apriorísticos sem validade objetiva (abstratos), que só adquirem sentido, significação, ao tornarem-se sensíveis, ao receberem seu objeto “[...] pela intuição empírica, da qual [eles são] simples forma” (KANT, 2009, p. 174). A afecção da sensibilidade, por sua vez, não constitui, como explica Kant, a representação do conhecimento de um objeto, pois “[...] pela simples intuição nada é pensado” (KANT, 2009, p. 184); os objetos nos são apresentados pelos sentidos não como são, mas como nos aparecem.

Conforme o filósofo, por ser a intuição sensível possibilidade única para nós (não somos dotados de outro tipo de intuição), os sentidos permanecerão para sempre desconhecidos como objetos do entendimento puro, isto é, apenas num plano transcendental (que ignoramos existir), poderíamos afirmar que o entendimento nos apresenta as coisas tais quais elas são, mas, sem relacionar categorias e objetos, sem submeter a razão ao plano empírico, a “[...] realidade objetiva não pode, de forma alguma, ser conhecida” (KANT, 2009, p. 185). Apenas como unidade “[...] o entendimento e a sensibilidade podem determinar os objetos em nós” (KANT, 2009, p. 187), motivo pelo qual os objetos simplesmente inteligíveis a nada se referem e “[...] as coisas são conhecidas por nós somente como **parecem ser**” (KANT, 2009, p. 182, grifos nossos).

A tese kantiana acerca de nossa incapacidade de conhecer as coisas de fato, objetivamente, é interpretada por Rego (2006, p. 162) como uma crítica que se estende ao discurso. Conforme o autor,

Kant afirma que não há um critério interno à linguagem (evidentemente tampouco externo) capaz de garantir a correspondência da linguagem em relação às coisas em si mesmas [...]. Em termos formais, isso significa: não podemos determinar o valor de verdade dos nossos enunciados.

De nossa parte, não enxergamos na renúncia de Kant a um conhecimento das coisas em si mesmas, seja mediante um racionalismo dogmático, seja a partir de um empirismo autônomo, a indicação de um problema a residir na linguagem. O movimento de desconstrução que Kant realiza no universo convicto da filosofia transcendental não nos parece alcançar a dimensão linguística. Nosso posicionamento encontra apoio nas considerações de Derrida a respeito do problema da linguagem em face da questão do caráter

crítico em filosofia. Ainda que para discordar de Derrida, é Trevisan (2012) quem nos apresenta essas considerações:

Derrida acusa a filosofia transcendental de uma “ingenuidade natural” quanto ao problema dos limites e da origem mesma da linguagem e, com ela, do próprio discurso filosófico empregado e de sua legitimidade – para o filósofo transcendental, a linguagem seria um fato, talvez até um “fato da razão”, a ser assumido acriticamente e que “exclui a reflexividade” (TREVISAN, 2012, p. 82).

A nosso ver, essa ingenuidade não é superada; ao problematizar a representação, nosso conhecimento absoluto do real, Kant parece ignorar o papel desempenhado pela linguagem na questão, reportando-se sempre ao pensamento, aos juízos formulados pelo entendimento para moldar o conteúdo das experiências, como se não houvesse opacidade no dizer e os sentidos fossem apriorísticos, dele independentes.

A ausência desse exame crítico no discurso do filósofo nos impele a reconhecer em seus postulados o pressuposto da linguagem como simples instrumento, neutro e eficiente, de que se utilizariam os indivíduos para organizar racionalmente os dados captados pelos sentidos. Concordamos assim com Derrida, para quem, segundo expõe Trevisan (2012, p. 83), “[...] essa ausência representaria uma ‘zona cinzenta’ em que linguagem e pensamento originário se confundem e se isentam de qualquer reflexão acerca de sua legitimidade”.

Além de deixar essa “zona cinzenta” para ser colorida a partir da virada linguística, a crítica kantiana, apesar de abalar a estabilidade do fundamento racional e fazer estremecer a crença na evidência da verdade, compartilhada entre os modernos, mantém a tradição essencialista, portando certo vestígio platônico ao opor o mundo das coisas em si à realidade fenomênica, e conserva a lógica cartesiana da dissociação entre mente e corpo ao formular a noção de sujeito transcendental. Por pressupor uma estrutura sensível universal, essa noção, concebida com o provável intuito de afastar uma inflexão solipsista, desconsidera que o sujeito é um ser incorporado, cujo comportamento cognitivo é, portanto, a atuação de um sistema sensório-motor situado na natureza e na história.

A ruptura efetiva com o dualismo cartesiano se delineia somente quando tem início a crítica explícita da representação, com alguns pensadores contemporâneos que, segundo Varela (1988, p. 73, grifo do autor), “[...] ocupam-se de todo o fenômeno da *interpretação* no seu sentido circular de ligação entre acção e saber, entre aquele que sabe e o que é sabido”, dentre os quais ele destaca o filósofo fenomenólogo Merleau-Ponty.

A fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty, é também reconhecida por Leite (2007, p. 94) como uma base doutrinária que se aproxima da concepção de cognição

sustentada pela chamada escola chilena – erguida, segundo o autor, em torno dos estudos de Varela, Maturana e Thompson – ao pôr “[...] em relevo um corpo fenomênico capaz de fazer emergir um mundo ao mesmo tempo em que é conformado por este”.

Buscando desconstruir na filosofia o privilégio do intelecto, endossado na tese cartesiana, que toma a verdade como dado autorizado pelo *cogito*, e, de outro lado, o desprestígio da percepção, assumido no juízo kantiano, que problematiza a intuição sensível, Merleau-Ponty ([1945]1999) reivindica a centralidade da experiência perceptiva. “O centro da filosofia não é mais uma subjetividade transcendental autônoma, situada em todas as partes e em parte alguma, ele se encontra no começo perpétuo da reflexão, neste ponto em que uma vida individual se põe a refletir em si mesma” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 97).

Como assevera o autor, admitir um “eu transcendental” implicaria a possibilidade de arrogar ao mundo e aos acontecimentos a categoria de causalidade. A percepção não seria assim mais que a qualidade de um sujeito acósmico de captar “[...] relações de causalidade desdobradas no plano dos acontecimentos cósmicos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 280). Ocorre que, corpo que somos, temos um campo perceptivo presente, sem distância, e atual, finito, isto é, que assume espaço e tempo ativamente. “Como está necessariamente ‘aqui’, o corpo existe necessariamente ‘agora’; ele nunca pode tornar-se ‘passado’” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 194).

Essa condição perene da atualidade na percepção não quer dizer que é ignorado o instante precedente. Ao contrário, como explica Merleau-Ponty, o passado está como que encaixado no presente. A percepção “[...] consiste em suma em reaprender, apoiando-se na posição atual, a série das posições anteriores que se envolvem umas às outras” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 194).

Por termos um corpo e com ele agirmos no mundo, imbuímos de consistência o presente – livrando-o da eternidade da filosofia transcendental – ao fazer um passado e também um futuro existirem para um agora. Todavia, “[...] aquele que [...] atribui um passado ao presente e o orienta para um futuro não sou eu enquanto sujeito autônomo, sou eu enquanto tenho um corpo e enquanto sei ‘olhar’. Antes de não ser uma história verdadeira, a percepção atesta e renova em nós uma ‘pré-história’” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 322). Assim é que, para o autor, nossa existência pessoal é a retomada de uma “tradição pré-pessoal”.

Cada elemento do mundo físico traz, conforme salienta Merleau-Ponty, a marca mais ou menos determinada da ação humana à qual serve; ao sermos para um dado objeto enquanto ele é para nós, apresentamos uma espessura histórica, a promover “[...] a base de uma situação de fato que fazemos nossa” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 236). Movidos em

princípio por essa espécie de regulação operacional, estaríamos, assim, sempre confrontando a tradição perceptiva com o presente.

Nosso presente é então um momento do tempo, e da mesma forma, nosso corpo é um modo do espaço; a espacialidade é, consoante Merleau-Ponty, a maneira pela qual nos realizamos como corpo, está assentada em nossa facticidade. O autor explica, noutras palavras, que o mundo não está em torno de nós “[...] como um sistema de objetos dos quais fazemos a síntese, mas como um conjunto aberto de coisas em direção às quais nós nos projetamos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 518), desempenhando nosso movimento mesmo de existência.

Merleau-Ponty argumenta que mantemos em torno de nós, espacialmente, um sistema de significações cujas relações não precisam ser explicitadas representativamente. É a comunicação da concretude de nosso corpo com os objetos que os torna legíveis; por implicar um corpo, a consciência projeta-se originariamente em um mundo físico e, desse modo, antes de ser definida por um “eu penso que”, é manifesta por um “eu posso”. Assim, como nosso meio geral de ter um mundo, o corpo exerce uma espacialidade que não diz respeito a posição, mas a situação, à “[...] situação do corpo em face de suas tarefas” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 146).

Atribuindo ao corpo essa condição de lugar e atualidade dos fenômenos, a filosofia de Merleau-Ponty desconstrói a ingênua expectativa transcendental de recuperar o contato com um mundo cuja presença é tida como dado preliminar e inalienável e ancora a compreensão do mundo e dos sujeitos em sua facticidade. Sob a ótica da fenomenologia da percepção, a significação deixa de corresponder a representações resultantes da síntese operada por um *logos* oculto na alma e somente se concretiza se olhamos os objetos

[...] de um certo ponto de vista, de uma certa distância e em um certo sentido; em uma palavra, se colocamos nossa convivência com o mundo a serviço do espetáculo. A expressão ‘o sentido de um córrego’ não quer dizer nada se não [supomos] um sujeito que olhe de um certo lugar para um outro (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 575).

Nossa compreensão do mundo efetua-se, como ressalta o filósofo, “[...] sem precisar passar por ‘representações’, sem subordinar-se a uma ‘função simbólica’ ou ‘objetivante’” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 193); ela consiste em ir ao encontro das coisas com nosso campo sensorial e perceptivo, de modo que nosso ponto de vista não é uma limitação de nossa experiência, mas uma forma de nos introduzir no mundo inteiro. “O corpo que percebe não ocupa alternadamente diferentes pontos de vista sob o olhar de uma

consciência sem lugar que os pensa” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 441). Explica Merleau-Ponty que, quando percebemos, através de nosso ponto de vista, estamos no mundo inteiro e nem mesmo nos damos conta dos limites de nosso campo visual.

Uma vez que a unidade do mundo não está, de acordo com essa linha argumentativa, fundada na unidade da consciência, podem emergir, como supõe o autor, questionamentos a respeito da comunhão de sentido e direção que por vezes assumem os acontecimentos de nossa vida e os da história coletiva.

Refutando, naturalmente, as respostas oferecidas pelo pensamento clássico, que “[...] procura, em suma, explicar as concordâncias por um mundo em si ou por um espírito absoluto” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 548), o filósofo argumenta que, por estarmos “[...] misturados ao mundo e aos outros em uma confusão inextricável” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 610), nossas experiências nunca estão sem cúmplices; “[...] cada existência se compreende e compreende as outras” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 548), de maneira que qualquer unidade, em vez de ser estabelecida por uma subjetividade ociosa e inacessível “[...] é a retomada de cada subjetividade por si mesma e das subjetividades umas pelas outras na generalidade de uma natureza, a coesão de uma vida intersubjetiva e de um mundo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 606).

Merleau-Ponty assevera ainda que o gesto linguístico, como os outros, é manifestação da atividade fundamental pela qual nos projetamos para um mundo; não contém, portanto, significação imanente;

[...] é tomada de posição do sujeito no mundo de suas significações. O termo "mundo" não é aqui uma maneira de falar: ele significa que a vida "mental" ou cultural toma de empréstimo à vida natural as suas estruturas, e que o sujeito pensante deve ser fundado no sujeito encarnado. O gesto fonético realiza, para o sujeito falante e para aqueles que o escutam, uma certa estrutura da experiência, uma certa modulação da existência, exatamente como um comportamento de meu corpo investe os objetos que me circundam, para mim e para o outro, de uma certa significação (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 262).

A ilusão de transparência que se interpõe nas tentativas de compreensão da linguagem se explica, segundo o autor, em razão de a concebermos, na maior parte do tempo, como linguagem constituída, das significações disponíveis e das equivalências de definições. Mas, porque a fala é sempre a fala, no mundo comum, de alguém para outrem, os sentidos só nos parecem imanentes por supormos dado o que advém de comunicação prévia e precisa ser recolocado numa corrente comunicativa.

3.1.3 Mudanças de perspectiva nas abordagens filosóficas analíticas

Ao despertar para a compreensão da indissociabilidade entre o falar e o viver, a crítica analítica da linguagem suprime a preocupação com a clareza proposicional, pondo em causa o princípio fregiano de determinação da referência em função do sentido, e propõe, como sabemos, uma abordagem do fenômeno linguístico com base nos usos.

Como bem explica Cardoso (2003), na tentativa de solucionar os problemas da análise lógica tradicional, de base aristotélica, o projeto dos lógicos modernos consistiu em estabelecer uma linguagem formal, circunscrita a proposições lógico-matemáticas vericondicionais, com o intuito de evitar os equívocos potenciais nos enunciados das línguas naturais.

Em evidência entre esses filósofos, Frege ([1892] 2011) salientava que, para se considerar verdadeira uma proposição, era necessário existir identidade de estrutura entre ela e aquilo que referia, entre sentido e referência. Tão explícita era a distinção feita pelo autor entre os dois elementos que, dentre os problemas da linguagem comum a serem abolidos por meio do simbolismo lógico, destacava o das descrições com sentido, mas sem referência, argumentando que

[...] nelas são possíveis expressões que, em conformidade com a sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto, mas em casos excepcionais não realizam esse fim porque isso depende da verdade de uma frase. Assim, depende da verdade da frase “existe alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas” se a oração subordinada “quem descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas” realmente designa um objeto ou só desperta essa impressão, quando na verdade não tem referência. [...] Deve-se exigir de uma linguagem logicamente perfeita (*Begriffsschrift*) que cada expressão, construída gramaticalmente de modo correto como nome próprio a partir de símbolos já introduzidos, também designe realmente um objeto, e que nenhum novo símbolo seja introduzido como nome próprio sem que uma referência lhe seja assegurada (FREGE, 2011, p. 34-35).

Tal qual no *Begriffsschrift*, o espírito formalizante, de que também se investiu a teoria da figuração wittgensteiniana, expressou-se no *Tractatus*, como nos lembra Araújo (2004, p. 75), com o propósito de traduzir a “[...] estrutura lógica do mundo em uma notação adequada”. Segundo a autora, pela figuração dos fatos no espaço lógico, Wittgenstein I restringiu a linguagem a proposições capazes de projetar, como modelos de realidade sujeitos à validação vericondicional, a estrutura relacional dos elementos do mundo. “As proposições são modelos, figurações da realidade tal como pensamos que seja, afirma Wittgenstein (§ 4.01) e pela projeção a proposição mostra como estão as coisas. Se ela for verdadeira diz que as coisas estão assim. A realidade confirma ou não as proposições” (ARAÚJO, 2004, p. 80).

Consolidando a virada pragmática, os analíticos críticos passaram a rejeitar a semântica formal dos analíticos lógicos e observar a centralidade assumida na linguagem de aspectos sociais e culturais. Com sua teoria dos atos de fala, Austin é apontado por Cardoso (2003) como protagonista desse movimento contraformalizante. Na proposta do filósofo, “[...] o que importa não é mais produzir grandes sistemas através dos quais se possa *conhecer o mundo* ou *interpretar a realidade*. O que verdadeiramente importa é *transformar a realidade* através de nossa ação no mundo; [...] transformar o mundo através da nossa ação com a linguagem” (CARDOSO, 2003, p. 86, grifos da autora).

Segundo Cardoso, a incompletude dos enunciados das línguas naturais deixou de ser tomada, com a virada, como imperfeição a ser corrigida e passou a ser considerada sob outra perspectiva: categorizando esses enunciados como eventos discursivos, os filósofos do período procuraram demonstrar que, por estarem sempre enquadrados em um contexto que extrapola os limites formais, eles não se sujeitam jamais a qualquer relação intrínseca entre notação e referência. Desse modo, “[...] se para a semântica lógica de Frege a necessidade do contexto situacional deixa o enunciado sem referência [...], para a teoria dos atos de fala é justamente a omissão do contexto que deixa o enunciado sem referência” (CARDOSO, 2003, p. 86).

Visando à promoção de uma concepção de linguagem que levasse em consideração fatores até então ignorados, como situações e convenções de uso e intenções do falante, Austin renuncia, como reforça Cardoso, a uma teoria do significado em favor de uma teoria da ação. A autora chama a atenção para o modo como o intento originário do filósofo, o de opor enunciados performativos a constataivos, foi muito cedo por ele reconhecido como insustentável. A dicotomia foi logo suspensa em razão da compreensão do alinhamento entre dizer algo e fazer algo.

Austin (1962) estabeleceu, inicialmente, distinção entre uma classe de enunciados que explicitam supostamente a ação a ser desempenhada, apresentando, como exemplos típicos desse grupo, aqueles em que o verbo na primeira pessoa do singular no presente do indicativo anuncia a “performance” (“Prometo que estarei lá”¹¹), e outra classe, de enunciados em que a “performance” não é proclamada (“Estarei lá”¹²), considerados meramente declarativos ou descritivos.

Ao falhar em definir critérios – seja pela presença de traços gramaticais específicos, seja pela satisfação de condições de felicidade ou verdade – para tornar precisa a

¹¹ “I promise that I shall be there” (AUSTIN, 1962, p. 69).

¹² “I shall be there” (AUSTIN, 1962, p. 69).

delimitação conceitual entre a primeira classe, dos enunciados performativos, e a segunda, dos enunciados constataivos, o autor reconsidera as formulações teóricas inaugurais e questiona ele mesmo: “Quando emitimos um enunciado, qualquer que seja, não estamos nós ‘fazendo algo’?”¹³ (AUSTIN, 1962, p. 91).

Respondendo à própria indagação, o filósofo argumenta que, porquanto na linguagem estamos em geral realizando simultaneamente dois atos, isto é, “[...] as próprias coisas empregadas como meio de distinguir, sob os nomes ‘fazer’ e ‘dizer’, performativos de constataivos”¹⁴ (AUSTIN, 1962, p. 132), a dicotomia originalmente proposta, difícil de sustentar desde o começo, deveria “[...] ser abandonada em favor de *famílias* mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos”¹⁵ (AUSTIN, 1962, p. 149, grifo do autor).

Como fizemos em Barros (2014), destacamos que, caracterizados como locucionários, ilocucionários e perlocucionários, os atos de fala parecem não se ter de todo livrado de contradição teórico-metodológica. Referimo-nos aqui à

[...] incongruência que parece residir entre uma proposta que abriga a pretensão de superar as teorias vericondicionais da referência e a tentativa de isolar o ato *locucionário* do ato *ilocucionário*. Não fora exatamente por perceber que uma teoria da ação tornar-se-ia incoerente admitindo um enunciado que fosse simplesmente uma declaração que Austin (1962) suprimiu o enunciado *constatativo* ao abolir a dicotomia pensada *a priori*? Para que, então, trazê-lo de volta, embutindo-o no ato *locucionário*? (BARROS, 2014, p. 25, grifos da autora).

Cardoso (2003, p. 102), ciente desse “[...] remanescente da teoria da verdade analítico-referencial”, oferece ao questionamento a suposição de que, a deduzir pelo estilo autocrítico do filósofo, ao qual alude Rajagopalan (1990), “[...] a nova dicotomia entre ato locucionário (que conteria o constatativo) e ato ilocucionário seria apenas mais uma dicotomia a aguardar o golpe fatal, que só não aconteceu por causa da morte prematura de Austin” (CARDOSO, 2003, p. 103).

Outro indício da iminência da desconstrução dessa dicotomia pelo próprio Austin nos chega a partir das observações de Ottoni (2002), que enfatiza, ao examinar as tentativas de formalização da proposta austiniana, o alerta manifesto pelo filósofo sobre a necessidade de ter em vista o caráter global do ato de fala. Com efeito, Austin (1962, p. 153, grifos do autor) salienta, como princípio norteador de sua teoria, que “[...] o ato de fala total na situação

¹³ “When we issue any utterance whatsoever, are we not ‘doing something’?” (AUSTIN, 1962, p. 91).

¹⁴ “[...] the very things which we tried to use as a means of distinguishing, under the names of ‘doing’ and ‘saying’, performatives from constatives” (AUSTIN, 1962, p. 132).

¹⁵ “[...] be abandoned in favour of more general *families* of related and overlapping speech acts” (AUSTIN, 1962, p. 149, grifo do autor).

de fala total é *na verdade o único* fenômeno que, em última instância, deve ser elucidado”¹⁶. A distinção entre sentido, força e efeito parece, diante de tal declaração, não se estabelecer – senão descritivamente, conceitualmente – com base em limites bem delineados, contraditórios à defesa da natureza performativa do enunciado.

De fato, Austin assinala que as declarações em geral (em princípio, atos locucionários) apresentam potencialmente todas as características de atos ilocucionários, argumentando que, “[...] assim que percebermos não serem as sentenças nosso objeto de estudo, mas a problematização dos enunciados numa situação discursiva, dificilmente poderá haver ainda a possibilidade de não se enxergar que declarar é performar um ato”¹⁷ (AUSTIN, 1962, p. 144).

Em contrapartida, o autor nega que enunciados performativos constituam simples declarações, explicando que, embora ao fazer algo, esses enunciados digam algo, é impossível afirmar “[...] que eles não são essencialmente verdadeiros ou falsos como são as declarações”¹⁸ (AUSTIN, 1962, p. 145). Essa ressalva formalizante é problematizada pelo próprio Austin, que relativiza as noções de falso e verdadeiro: “A verdade ou falsidade de uma declaração não depende meramente dos significados das palavras, mas do ato que se está performando em determinadas circunstâncias”¹⁹ (AUSTIN, 1962, p. 150).

Diante da ambiguidade dessas observações, é o autor mesmo quem esclarece que, como resquício da distinção entre constatativos e performativos e como expressão de uma simplificação reducionista, se ergueu sua proposta de abstrair do ato ilocucionário um conjunto de aspectos supostamente isentos de contingencialidade, isto é, um tipo de declaração idealmente enunciável, sem particularidade de circunstâncias, propósitos e audiência. Para dissolver os vestígios da contradição, assevera ainda que, “[...] em geral, o ato locucionário, tanto quanto o ilocucionário, é apenas uma abstração: todo ato de fala genuíno constitui ambos”²⁰ (AUSTIN, 1962, p. 152).

Promovendo a ruptura com as análises logicistas, a teoria dos atos de fala assume uma crítica analítica que deixa de centrar-se na significação (*the meanings of words*, nas

¹⁶ “[...] the total speech act in the total speech situation is the *only actual* phenomenon which, in the last resort, we are engaged in elucidating” (AUSTIN, 1962, p. 153, grifos do autor).

¹⁷ “[...] once we realize that what we have to study is not the sentence but the issuing of an utterance in a speech situation, there can hardly be any longer a possibility of not seeing that stating is performing an act” (AUSTIN, 1962, p. 144).

¹⁸ “[...] that they are not essentially true or false as statements are” (AUSTIN, 1962, p. 145).

¹⁹ “The truth or falsity of a statement depends not merely on the meanings of words but on what act you were performing in what circumstances” (AUSTIN, 1962, p. 150).

²⁰ “[...] in general the locutionary act as much as the illocutionary is an abstraction only: every genuine speech act is both” (AUSTIN, 1962, p. 152).

palavras de Austin) para voltar-se à enunciação (*the occasion of an utterance*, nos termos austinianos). Ao lado de Austin, em sua segunda fase, Wittgenstein contribui fortemente, como nos lembra Costa (2007), para que as teorias formais da linguagem percam espaço para a perspectiva pragmática. Segundo a autora, ao abandonar a teoria da figuração em nome de uma abordagem de linguagem ancorada nos usos, nos “‘jogos’ que os falantes desenvolvem ao porem a linguagem em funcionamento” (COSTA, 2007, p. 36), o filósofo é quem de fato protagoniza a construção desse novo rumo que vinham tomando os estudos da linguagem.

Os jogos na abordagem wittgensteiniana seriam governados, como explica Costa, por regras que “[...] poderiam ser vistas como ‘consensos de formas de vida’, em oposição a ‘consensos de opinião’” (COSTA, 2007, p. 38), como princípios e parâmetros coestabelecidos de maneira não deliberada, constituídos e assimilados na própria prática dos jogos. A essa concepção subjaz, segundo a autora, uma visão de linguagem que extrapola o mérito de dispensar atenção a aspectos ligados aos contextos de uso da língua; ela implica tomar os usos linguísticos como formas de viver. “Entre as formas de viver e a linguagem, existem ‘laços mutuamente constitutivos’. [...] A linguagem é parte da própria realidade, não apenas uma ferramenta usada para projetar essa realidade” (COSTA, 2007, p. 39).

Com efeito, conforme Wittgenstein II (1996), é na variedade, contingencialidade e regularidade dos jogos que a linguagem acontece, não como unidade formal idealizada, mas como forma de vida, atividade real coorientada, fenômeno vital coconstituído, sem apoio de regras rígidas e claras, segundo consensos situados e critérios inextricáveis das práticas dos sujeitos.

Os jogos de linguagem estão aí muito mais como *objetos de comparação*, os quais, por semelhança e dissemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem. Seremos capazes de escapar da injustiça ou do vazio de nossas asserções, somente na medida em que considerarmos o modelo como aquilo que é, como objeto de comparação – por assim dizer, como medida; e não como preconceito ao qual a realidade *tem que* corresponder (WITTGENSTEIN, 1996, p. 75-76, § 130-131, grifos do autor).

O filósofo avalia a premissa lógica de que outrora compartilhara, a suposição de que há um ideal a ser encontrado na realidade, e propõe uma guinada reflexiva que permita eliminar esse “[...] preconceito de pureza cristalina” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 70, § 108). Critica nossa tendência de pensar o significado das palavras na linguagem como se aquele fosse uma penumbra que acompanha cada uma delas pronta a ser transferida para todos os seus empregos.

A justeza ou plenitude de nossas asserções estariam, portanto, longe de depender dessa penumbra ilusória. Para Wittgenstein II, “[...] uma vez que tudo se encontra em aberto, não há também nada para esclarecer” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 75, § 126); além disso, [...] as confusões que nos dão o que fazer originam-se, por assim dizer, quando a linguagem está em ponto morto, não quando ela trabalha (WITTGENSTEIN, 1996, p. 76, § 132). Quando em ação a linguagem não se dissocia de nossas práticas, ela as constitui e nelas se realiza.

Nesse sentido, consoante o autor, quando participamos de determinado jogo, não tratamos de fixar as regras, nós nos enleamos nelas com outros participantes enquanto as seguimos; estabelecemos entre nós concordâncias que oferecem constância ao certo e errado, ao falso e verdadeiro. Como sugere o filósofo, tais concordâncias não implicam coincidência de parecer, mas coordenação consensual das regularidades de conduta.

Como esclarece Martins (2000), sob a ótica wittgensteiniana, a maneira como nos comportamos nos jogos, isto é, o modo como manifestamos nossa observância aos critérios públicos, é que indica se nos compreendemos na linguagem. Segundo a autora, em vez de resultar de uma reconfortante operação uniforme e transubjetiva, como apregoam os representacionistas, a intercompreensão é para Wittgenstein uma questão de nossa conduta “[...] ser aceita como lance legítimo no jogo da linguagem, ser tomada como adequada no contexto particular em que ela é produzida: na situação particular, segundo os costumes da cultura particular, no momento particular da história, etc.” (MARTINS, 2000, p. 34).

Diante de tal entendimento, Martins identifica e destaca na perspectiva do filósofo a noção de ausência de contiguidade entre linguagem e qualquer outra instância. Como explica, o entrelaçamento entre o dizer e o fazer, o dizer e o viver, na proposta dos jogos, pressupõe que a linguagem não representa nenhuma entidade ou plano exterior a ela própria. “Wittgenstein repudia justamente a ideia de que a linguagem e a realidade são dois domínios discretos, autocontidos, havendo a necessidade de uma ‘ponte’ para interligá-los” (MARTINS, 2000, p. 38).

Conforme Araújo (2004), também no pensamento de Donald Davidson a linguagem não é redutível à representação do que quer que seja. Na proposta do filósofo, falar a mesma linguagem quer dizer, como expõe a autora, convergir acerca de teorias provisórias. Elas dizem respeito ao comportamento dos falantes de produzir tentativas de interpretar ocorrências linguísticas apelando para critérios flexíveis; testando pressuposições, formulando conjecturas, ajustando teorias prévias de acordo com as contingências da elocução.

Ao rejeitar o fundacionalismo das teorias vericondicionais, Davidson sustenta que “[...] a verdade de sentenças e a referência de palavras dependem de uma linguagem não por

constrangimento empírico, pois [...] é sempre **numa linguagem** que certos papéis são atribuídos à referência, à verdade e à satisfação” (ARAÚJO, 2004, p. 172, grifos nossos). Como explica Araújo, isso equivale a dizer que a referência é uma questão discursiva. Ao usar a língua é que os falantes constroem interpretações, crenças, desejos, dentro de “[...] um esquema de interpretação, que não é nem arbitrário, nem depende de um conjunto fixo de regras autoaplicáveis” (ARAÚJO, 2004, p. 174). A linguagem, nesse sentido, não recupera nem fixa a referência, pois, além de não constituir instância intermediária, instrumento de representação, ela funciona como processo dinâmico, que permite ajuste a cada enunciação, que é “[...] parte [indissociável] da lida humana com outros e com o mundo” (ARAÚJO, 2004, p. 174).

Como explicita o próprio Davidson (1997), não há razão para supormos que ter uma atitude proposicional implique a existência de uma entidade na mente ou diante dela; as atitudes proposicionais manifestam disposições, como percepções, intenções, dúvidas, anseios, que se constituem na dependência contínua de sua posição em uma rede ampla de outras disposições. Não há, pois, padrão objetivo, impessoal, com o qual cotejar nossos juízos do racional e do verdadeiro.

Longe de sujeitar-se a padrões definitivos de racionalidade, interpretar requer, para o autor, ajustar aos dos outros nossos padrões de pensamento. Não se trata obviamente de pensarmos todos do mesmo modo, mas de uma questão de estabelecer a racionalidade como coerência, isto é, do exercício do chamado princípio da caridade. Para Davidson (1974, p. 19), [...] nós compreendemos ao máximo as palavras e os pensamentos dos outros quando os interpretamos de uma maneira que otimize o acordo.²¹ O filósofo ressalta que, embora o termo possa sugerir algo distinto, o princípio da caridade nos é imposto: não há outra alternativa se desejamos dar sentido às disposições e ações dos agentes com quem interagimos. Na intersubjetividade reside, portanto, a base da noção de objetividade. Nesse sentido, o necessário

[...] não é que as pessoas falem da mesma maneira, embora isso servisse. O que é requerido, a base da qual os conceitos de verdade e objetividade dependem para aplicação, é uma comunidade de compreensão, concordâncias entre os falantes sobre como cada um deve ser compreendido. Tais concordâncias consistem em nada mais do que compartilhar expectativas: o ouvinte espera que o falante prossiga como na vez anterior; o falante espera que o ouvinte prossiga como antes. A frustração dessas expectativas significa que alguém não prosseguiu como antes, isto é, como o outro esperava. Dada tal divergência, não há que se dizer quem está errado; isso deve depender do desenvolvimento sequencial ou de observadores adicionais. Mas as

²¹ “[...] we make maximum sense of the words and thoughts of others when we interpret in a way that optimizes agreement” (DAVIDSON, 1974, p. 19).

expectativas compartilhadas e a possibilidade de sua frustração dão substância à ideia da diferença entre estar certo e estar errado, e ao conceito de verdade objetiva²² (DAVIDSON, 1997, p. 233).

Tanto a teoria davidsoniana da racionalidade como coerência quanto a proposta wittgensteiniana dos jogos de linguagem como forma de vida respondem muito bem à crítica de Pinker (2008). Esse linguista confronta a premissa pragmática de que uma palavra não corresponde a uma representação mental alegando que as formas linguísticas atuariam unidades de sentido, ainda que mínimas – como traços semânticos ligados a noções de espaço, tempo, força, substância –, armazenadas no cérebro, de maneira a compor “[...] a estrutura de nossos edifícios conceituais” (PINKER, 2008, p. 101).

Ao autor parece plausível a ideia de que a referência não seja um fenômeno do mundo, mas absurda e caótica a hipótese de que ela resida na própria linguagem, não na mente. A razão disso estaria no fato de que a língua, conforme tal suposição, nas palavras do linguista, “[...] permite aos ouvintes esticar e moldar as palavras de uma frase de modo a encaixar as associações de forma a produzir a mensagem mais provável que um falante naquela situação transmitiria” (PINKER, 2008, p. 136).

As palavras de Pinker evidenciam, a nosso ver, uma compreensão da perspectiva pragmática que está longe de alinhar-se àquela que, com Wittgenstein e Davidson, defendemos. Quando fala em “encaixar associações em formas linguísticas”, ou em “transmitir mensagem”, Pinker demonstra interpretar o caráter indicial da linguagem não como tal, mas como o resultado de um uso desastrado de uma ferramenta cartográfica, um modo forçado, que beira o equívoco, de atribuir etiquetas inadequadas a entidades predefinidas. Isso está bastante explícito também na tira com que o autor ilustra a maneira segundo a qual “[...] a linguagem é usada no contexto à luz do conhecimento e das expectativas dos falantes” (PINKER, 2008, p. 131):

²² [...] is not that people speak alike, though that would serve. What is required, the basis on which the concepts of truth and objectivity depend for application, is a community of understanding, agreements among speakers on how each is to be understood. Such agreements are nothing more than shared expectations: the hearer expects the speaker to go on as he did before; the speaker expects the hearer to go on as before. The frustration of these expectations means that someone has not gone as before, that is, as the other expected. Given such a divergence there is no saying who is wrong; this must depend on further development or additional observers. But the joint expectations, and the possibility of their frustration, do give substance to the idea of the difference between being right and being wrong, and to the concept of objective truth (DAVIDSON, 1997, p. 233).

Imagem 1 – Tira “Monty”



Monty © United Feature Syndicate, Inc.

Fonte: Pinker (2008).

A caricatura expressa na tira é a estratégia que Pinker emprega para discutir quão insólito é refutar uma “[...] estrutura conceitual que exista de forma permanente e que seja subjacente ao significado de uma palavra” (PINKER, 2008, p. 131). O autor reconhece no texto cômico um fenômeno que ele julga ser a pedra de toque da abordagem pragmática, a polissemia, mas parece interpretá-lo de forma bastante restrita.

Ao indicar que “[...] de alguma maneira parece que configuramos **o sentido apropriado para uma palavra polissêmica** de acordo com seu ambiente dentro da frase e da conversa ou do texto” (PINKER, 2008, p. 132, grifos nossos), Pinker aparenta mais uma vez não compreender (ou não admitir) que, ainda que a polissemia possa ser considerada uma premissa pragmática primordial, ela constitui um fenômeno atribuível não a elementos linguísticos particulares, mas à linguagem; ela é seu modo de operar, não uma conduta desviante. Além de deixar isso evidente, as teses wittgensteiniana e davidsoniana são boas respostas à crítica de Pinker porque demonstram que não precisamos sequer nos preocupar com um sinistro vale-tudo semântico, uma vez que, vivendo na linguagem, construímos sentidos e damos a eles relativa estabilidade consensualmente. Assim, a plasticidade linguística é norma, não exceção, justamente porque é com os outros que pensamos e dizemos o mundo.

Como bem argumenta Wittgenstein II (1996), não poderíamos aplicar regra nenhuma à suposta conversão privada de um processo psíquico em palavra. As regras estariam, nesse caso, pairando no ar, pois não haveria a instituição de sua aplicação. “Pensar não é um processo sem corpo, que empresta vida e sentido ao falar, e que poderíamos desligar do falar [...]. Não se pode adivinhar como uma palavra funciona. É preciso que se veja a sua aplicação e assim se aprenda” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 149, § 339-340). Conceber a

linguagem como expressão do pensamento seria, segundo o autor, como admitir que pessoas que nunca se tivessem comunicado fossem capazes de falar uma língua íntima, privada.

O fato de a resposta à pergunta pelo significado da expressão não ser dada com a descrição, induz, por conseguinte, à conclusão de que entender é uma vivência específica, indefinível. Esquece-se, porém, que o que nos tem de interessar é a questão: como comparamos essas vivências; o que fixamos como critério de identidade do acontecimento (WITTGENSTEIN, 1996, p. 144, § 322).

De acordo com Martins (2012), ao nos convidar a reconhecer na linguagem esse conjunto de práticas que, em vez de representar, forjam provisoriamente nossas partições psicológicas, ontológicas, éticas, estéticas etc., Wittgenstein nega a existência de “[...] um inefável compreendido como *região* ignorada, como um *espaço exterior* que ultrapassaria as fronteiras da linguagem” (MARTINS, 2012, p. 101, grifos da autora). Todavia, conforme ela alerta, não quer isso dizer que seja a linguagem espaço cômodo, pacífico, isenta do estranho, inexplicável, incompreendido (nenhuma forma de vida é). A autora enfatiza que a própria escrita wittgensteiniana é testemunha do contrário, como percebemos “[...] nas quebras abruptas, na confusão das vozes, na reticência sonegadora das perguntas, [...] nas afirmações retumbantes ironizadas mas nunca inteiramente descartadas, nas alusões vagas, nas composições fragmentárias e descontínuas” (MARTINS, 2012, p. 103).

Esse testemunho manifesta, consoante salienta Martins, um estranho que, “[...] em certo sentido, promete resistir à inteligência” (MARTINS, 2012, p. 104), sem contudo evocar a busca compulsiva por um interior oculto a se revelar, pois, como práxis, a linguagem não suporta a dicotomia entre um dentro e um liberto, expresso.

O estranho, o inexplicável, o incompreendido não são agora descritos – não mais convocam revelações, pois nada está oculto, ou se reduzem a expressões, pois nada há a expressar: deixam-se reconhecer no comum, sem se deixar compreender. E reconhecer no comum o estranho não é aqui torná-lo conhecido: com sorte, é, muito ao contrário, uma ocasião para nele persistir – experimentar seus riscos, suas oportunidades (MARTINS, 2012, p. 104).

Longe de ser um problema bem resolvido no seio da linguística, a relação linguagem-pensamento esteve sempre a se imiscuir na preocupação humana com o conhecimento da realidade. Segundo Blikstein (2003), a hipótese da modelagem linguística do universo não livrou a significação da necessidade de recorrer a uma dimensão anterior à experiência verbal, a “[...] *percepção-cognição*, onde justamente se fabricariam os referentes/objetos mentais/unidades culturais” (BLIKSTEIN, 2003, p. 39, grifo do autor).

A famigerada hipótese sapir-whorfiana é referida por Blikstein como basilar na tendência de considerar a língua como organizadora da estrutura conceitual do mundo. A hipótese, conforme a qual “[...] categorias mentais como o tempo, o espaço, o sujeito e o objeto são explicadas pelas estruturas linguísticas” (BLIKSTEIN, 2003, p. 41), influenciou o trabalho de muitos linguistas, fomentando a ideia de que a palavra antecede o pensamento, e os significados das coisas não existem fora da linguagem.

De acordo com Blikstein, a assunção irrefletida dessa hipótese deixa obscuro um imprescindível aspecto do mecanismo de significação, a experiência perceptiva. O autor argumenta que nosso sistema perceptual estaria aparelhado de uma práxis (prática social) que o habilitaria a transformar a realidade em referente. Noutras palavras, nossa percepção da realidade seria atravessada por mecanismos cognitivamente desenvolvidos a partir das condições sócio-históricas do momento e lugar que compartilhamos.

A tese bliksteiniana é a de que a práxis opera na percepção-cognição “[...] gerando conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos, na dimensão cinésica e proxêmica [...], independentemente da ação e do recorte da linguagem linear” (BLIKSTEIN, 2003, p. 66); haveria assim uma semiose não verbal eclipsada pela primazia atribuída à linguagem. Por outro lado, Blikstein admite que diante de nossa crescente imersão nos processos de socialização, “[...] nossa percepção-cognição vai-se amoldando, em geral, à lógica linear discursiva e é muito difícil pensar o mundo de outra maneira” (BLIKSTEIN, 2003, p. 68).

Como explica o autor, não havendo outra forma de capturar essa semiose enredada na dimensão da práxis, recorreremos à língua para materializá-la. Esta, por sua vez, interage com a práxis e a reitera, afetando nossa experiência perceptivo-cognoscente e modelando, portanto, o referente, isto é, fabricando a realidade.

O dinamismo do esquema proposto por Blikstein reforça a desconstrução da ideia do real apriorístico, discretizado, e oferece coerência à explicação da relação entre linguagem, cognição e realidade apresentada pelo autor. Em contrapartida, observamos que essa explicação preserva em certa medida a noção da existência de uma espécie de dimensão anímica (ainda que socialmente motivada), dotada de propriedades peculiares para captar a instrução do meio e, portanto, fabricar representações.

Sem conseguir livrar-se da recorrência ao conceito de representação, a proposta bliksteiniana enquadra a experiência perceptiva como um modo de organizar o miolo difuso presente no domínio das interações produzindo imagens redutíveis ao organismo, isto é, a nosso domínio fisiológico, garantindo nele um lugar para a mente. Alertando-nos contra a

armadilha epistemológica que a nosso ver apanha Blikstein, Magro (2000), apoiada nos estudos do biólogo Maturana, em sua biologia do conhecer, assevera que

Para explicar cognição e linguagem, não precisamos trazer para dentro de nós, sob a forma de representações de quaisquer naturezas, o que vivemos em nossas interações, nem os mundos que nelas constituímos, embora esses dependam claramente de nossa corporalidade, a cada instante [...] (MAGRO, 2000, p. 272).

De acordo com Magro (1999b), em vez de constituir uma entidade psíquica transcendente, a mente é o próprio espaço relacional, interativo, no qual desempenhamos nossas atividades, recorrentes e recursivas. Assim, conforme esclarece a mesma autora (1998), perceber não é captar os traços de uma realidade externa para constituir representações internas a serem posteriormente computadas; nem sequer existe uma dimensão interna, um sistema cognitivo aparelhado de conceitos apriorísticos a ditar de que modo deve ser o mundo percebido.

Como um ato cognitivo, *perceber* nos envolve em nossa corporalidade e em nossa história de seres linguajantes num meio, entrelaçando linguagem e emoção no conversar, como um modo de vida especificamente humano. É nesse conversar que criamos os objetos, distinguindo-os e nomeando-os, e passando posteriormente a tratá-los como independentes dos atos pelos quais os trouxemos à existência (MAGRO, 1998, p. 180, grifo da autora).

Compreendemos, pois, que a experiência perceptiva e a linguagem, o linguajar, nos termos de Maturana, não se desenvolvem em dimensões desmembráveis, como verificamos ocorrer no esquema explicativo de Blikstein. Como observadores linguajantes, perceber e explicar coordenadamente é o nosso modo de estar no mundo.

O movimento que aqui discutimos, mediante o recorte teórico a que procedemos neste estudo, partiu de ramos do conhecimento diversos em direção à desestabilização da ideia de representação como reprodução, cópia, reflexo. Seus impactos foram significativos, a nosso ver, para a compreensão da complexa e enigmática relação entre linguagem e realidade e ensejaram como caminho possível a construção da noção de recursão, de que tratamos na próxima subseção.

3.2 O VIVER NA LINGUAGEM: RECURSÃO NAS COORDENAÇÕES CONSENSUAIS DE AÇÕES

Para discutir o conceito de recursão proposto por Maturana na biologia do conhecer, vale a pena determo-nos inicialmente em algumas ideias com base nas quais o autor

fundamenta sua teoria explicativa do nosso viver na linguagem. A primeira delas diz respeito à determinação estrutural. Segundo o biólogo, “[...] na vida cotidiana, estamos imersos na experiência de nos movermos com sistemas determinados estruturalmente” (MATURANA, 2001, p. 73).

As interações desencadeiam nesses sistemas mudanças determinadas por sua organização e estrutura. Por “organização”, Maturana (1997) compreende a participação instrumental dos componentes na definição da identidade de classe de um sistema e na determinação de suas propriedades. Já por “estrutura”, o autor entende os componentes e as relações efetivas entre eles que realizam o sistema como uma unidade particular.

Para ilustrar a distinção, Maturana (2001, p. 76) observa que a organização de uma mesa são as relações entre seus componentes que a definem como tal, mas “[...] os componentes e relações entre componentes particulares que fazem esta mesa e não outra constituem a estrutura”. Assim, se a mesa é cortada pela metade, o que se perde é a organização; houve mudanças estruturais sem que a organização fosse conservada. Por outro lado, se em virtude de um propósito hipotético uma das pontas da mesa é serrada, a mesa deformada continua sendo mesa; sua estrutura foi alterada sem perda de organização.

Então, o que acontece ao ser vivo ao longo de sua história individual? O que lhe acontece é que vai estar vivo até morrer – óbvio, parece uma afirmação completamente trivial. Sim, é óbvia. No entanto, é profundamente reveladora. E é reveladora porque o que ela diz é que a ontogenia ou história individual de qualquer ser vivo necessariamente transcorre sob condições de conservação de organização, porque no momento em que não se conserva a organização, ele morre (MATURANA, 2001, p. 77).

As alterações de estrutura sem perda de identidade são categorizadas por Maturana (1997) como mudanças de estado; as transformações estruturais com perda de identidade, como desintegração. O autor explica que tanto as mudanças de estado quanto as desintegrações sofridas por um sistema nas interações são desencadeadas, mas não especificadas, pelo agente perturbador ou desintegrador. É a estrutura que especifica que relações devem surgir entre os componentes a partir das interações e mudanças de estado desencadeadas e que configurações de propriedades do meio podem perturbar ou desintegrar o sistema.

Conforme o biólogo, se o agente com o qual o sistema interage é que especificasse o estado por ele assumido como resultado da interação, em vez de estruturalmente determinado, esse sistema seria aberto à instrução. Mas o que ocorre durante a ontogenia de qualquer sistema determinado estruturalmente (vivo, social ou artificial) é que,

fechado em sua dinâmica de estados, de correlações internas, ele sofre alterações não porque recebe, absorve ou acumula informação do meio, mas porque reage à perturbação que nele o meio desencadeia.

Como explicam Maturana e Varela (1995), ao operar como um sistema dinâmico independente, com uma estrutura particular, o meio na interação com uma unidade sistêmica é também perturbado. “O resultado será uma história de mudanças estruturais mútuas, desde que a unidade autopoietica e o meio não se desintegrem. Haverá um acoplamento estrutural” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 113). A noção de acoplamento estrutural refere-se ao processo contínuo de seleção e desencadeamento recíprocos de mudanças estruturais numa história de interações.

É a esse acoplamento que, segundo os autores, se deve o modo de funcionamento dos sistemas vivos e a posição por eles assumida a cada instante. Por sua vez, a interdependência entre esses sistemas e o meio se estabelece por serem eles unidades autopoieticas. Como entidades autônomas, visto que especificam suas próprias leis, os sistemas vivos conservam sua organização mantendo-se em contínua autoprodução. Nesse processo se apoia o conceito de autopoiese. “Um sistema vivo estruturalmente plástico ou opera como um sistema homeostático determinado estruturalmente, que mantém invariante sua organização sob condições de contínua mudança estrutural, ou ele se desintegra” (MATURANA, 1997, p. 135).

Quando a partir das interações um sistema determinado estruturalmente passa por mudanças de estado que implicam transformações não apenas em suas relações, mas também em seus componentes, como é o caso dos organismos com sistema nervoso, ele é dotado, como expõem Maturana e Varela (1995), de plasticidade. Isso importa sobretudo porque a possibilidade de plasticidade estrutural de um sistema é fundamental no domínio cognitivo.

Segundo os autores, a ontogenia dos sistemas vivos, de um modo geral, depende de sua estrutura e de sua história de acoplamento estrutural, mas nos organismos dotados de sistema nervoso há uma expansão dos domínios de interação (pelo acoplamento das superfícies sensoriais e motoras). Todo sistema nervoso, em maior ou menor grau, apresenta plasticidade, que se explica

[...] pelo fato de os neurônios não estarem interligados como se fossem cabos com suas respectivas tomadas. Os pontos de interações entre as células são delicados equilíbrios dinâmicos, modulados por um sem-número de elementos desencadeadores de mudanças estruturais locais. Estas são produzidas pela atividade dessas mesmas células e de outras cujos produtos viajam pela corrente sanguínea e

banham os neurônios, tudo como parte da dinâmica de interações do organismo em seu meio (MATURANA; VARELA, 1995, p. 196).

De acordo com Maturana e Varela, ao empreender esse processo contínuo de mudanças para, a cada interação efetuada, manter-se congruente com as transformações do meio – ou seja, para adaptar-se –, o organismo, com seu sistema nervoso, acoplado ao meio, seleciona as alterações estruturais que lhe permitem continuar operando sem se desintegrar, isto é, conservar-se autopoieticamente. “Em outras palavras, a ontogenia de um indivíduo é uma deriva de mudanças estruturais com *conservação de organização e adaptação*” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 137, grifos dos autores).

Sob essa ótica, todo conhecer depende da estrutura do conhecedor. É na clausura operacional do organismo nos domínios de acoplamento estrutural que os processos cognitivos estão fundados, não em supostas representações erigidas pelo sistema nervoso ao captar informações. Em vez de captar o que quer que seja, este “[...] produz um mundo ao especificar que configurações do meio são perturbações e que mudanças estas desencadeiam no organismo” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 195).

Prescindir da representação não implica, na biologia do conhecer, negar o meio circundante e legitimar a autonomia solipsista da cognição, como sempre temeu a tradição filosófica clássica, porque, ao passo que é refutada a objetividade de um mundo cognoscível, há a premissa de que nós, como sistemas vivos, não operamos num vácuo, mas num meio que nos é comensurável em razão de nossa história de acoplamento estrutural. A regularidade do mundo não se dá com base em referências independentes de nós a assegurar a estabilidade absoluta daquilo que experimentamos, mas se estabelece a partir das coerências perceptivas resultantes de nossa história biossocial, de interações recorrentes nas quais coordenamos consensualmente os comportamentos que geramos.

“Quando dois ou mais organismos interagem recursivamente como sistemas estruturalmente plásticos, cada um deles vindo a ser um meio para a realização da autopoiese do outro, o resultado é um acoplamento estrutural ontogênico mútuo” (MATURANA, 1997, p. 146). O domínio de condutas encadeadas que compõem essa história recursiva decorrente do acoplamento ontogênico recíproco é referido por Maturana como domínio consensual.

Para o autor, o consenso não diz respeito à coincidência manifesta dos interactantes na ação coordenada; ele é efeito “[...] da convivência das transformações dos participantes na convivência” (MATURANA, 2001, p. 71), isto é, da coordenação em interações recorrentes das condutas geradas, a partir das mudanças estruturais desencadeadas pelas perturbações, no curso particular da ontogenia dos interactantes. Além dessa

coordenação comportamental nas interações recorrentes, o domínio consensual abrange a “[...] coordenação comportamental recursiva sobre a coordenação comportamental” (Maturana e Varela, 1995, p. 71), o que faz da linguagem uma conduta que tem lugar nesse domínio.

Consoante Maturana (2001), o operar na linguagem é o fluir na recursão das coordenações de ação. A recursão é um fenômeno que remete à história de interações recorrentes, não como repetição de condutas sociais precedentes, mas como operação de coordenação de consensos prévios. Consistindo nesse fluir recursivo, a linguagem não é uma habilidade circunscrita ao sistema nervoso dos falantes, tampouco é um conjunto abstrato de relações entre símbolos. Como salienta o autor, nenhum comportamento, gesto, som ou postura particular constitui por si elemento linguístico, muito menos são esses elementos dotados de conteúdo, com significados apensos; as palavras são modos de coordenar ações e coordenações consensuais de ações.

Nessa perspectiva, não resta espaço, pois, para qualquer relação de contiguidade entre mundo, linguagem e ser. Conforme reforça Maturana (1997), o conteúdo de um linguajar está no próprio fluir das coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações. Os seres linguajantes, por sua vez, ao operar na linguagem, desencadeiam uns nos outros mudanças de estado que modulam suas respectivas dinâmicas estruturais.

Dito de outro modo, as palavras constituem operações no domínio de existência, como seres vivos, dos que participam na linguagem, de tal modo que o fluir de suas mudanças corporais, posturas e emoções tem a ver com o conteúdo de seu linguajar. Em suma, o que fazemos em nosso linguajar tem consequências em nossa dinâmica corporal, e o que acontece em nossa dinâmica corporal tem consequências em nosso linguajar (MATURANA, 1997, p. 168).

Esse enleio entre cognição, linguagem e ontogenia, esse vínculo mutuamente constitutivo que ata essas instâncias, é nas palavras do biólogo o suceder do viver na linguagem. Na conservação transgeracional desse modo de vida, que começou há três milhões de anos, “[...] nós explicamos nossas experiências com nossas experiências e com as coerências de nossas experiências” (MATURANA, 2001, p. 191), e é esse o fundamento da realidade; “[...] explicamos nosso viver com nosso viver” (MATURANA, 2001, p. 191).

Demo (2002) identifica na biologia do conhecer um construtivismo excessivo, alegando que a realidade não teria na proposta de Maturana qualquer efeito relevante nos domínios explicativos. A nosso ver, ao estabelecer como condição existencial *sine qua non* o acoplamento estrutural em que com o meio estamos implicados e a partir do qual se produz

uma história de interações recorrentes nas quais se desencadeiam perturbações e mudanças de estado recíprocas, a tese do biólogo não atribui à realidade o *status* de ficção; ela incorpora ao nosso operar na linguagem aquilo que reconhecemos consensualmente como real.

Se por excesso de construtivismo Demo entende o insinuar-se de um solipsismo obscuro, discordamos desse ponto de vista por compreender que produzir o mundo na biologia do conhecer não é um processo privativo nem deliberado. Não é nem mesmo posterior à nossa ontogenia; está a ela entrelaçado, assim como ao nosso modo de viver, em recursão nas coordenações de ação.

Outra crítica do autor dirigida a Maturana refere-se à ênfase no caráter performativo da linguagem, à tese de que na linguagem como tal, fora dos domínios explicativos não haveria símbolos. Para Demo, essa postura, que considera exagerada, impediria “[...] Maturana de perceber na linguagem algo mais que a coordenação de ação, como seria o mundo semântico simbólico” (DEMO, 2002, p. 78).

De nossa parte, destacamos na concepção do biólogo a pertinência de problematizar “[...] um sistema de comunicação simbólica a respeito de entes que existem com independência dos que se comunicam” (MATURANA, 2001, p. 44), pois é no sentido de pôr em causa uma visão de língua cartográfica que Maturana afirma não serem os símbolos elementos intrínsecos à linguagem; para o biólogo, as palavras são como nós no fluir das coordenações de ação porque a simbolização é um processo secundário daquilo que surge como um fenômeno particular da convivência.

Demo (2002) alega ainda haver exagero no fato de ser a perspectiva biológica na proposta de Maturana a única referência decisiva, uma vez que a existência se constrói com base no determinismo estrutural dos seres vivos, que em si mesmos produzem correlações internas sem assimilar nenhuma dinâmica a vir de fora. Também quanto a esse aspecto, compreendemos sob outro ângulo a biologia do conhecer.

Parece-nos bastante razoável incluir o ser humano enquanto ser vivo, seu mecanismo gerativo, nas explicações sobre a linguagem e a cognição. Se é em acoplamento com o ambiente que desenvolvemos nossa existência, nossas mudanças estruturais, embora por nós determinadas, na dinâmica de relações entre nossos componentes (domínio fisiológico), são desencadeadas na interação com agentes perturbadores, na dinâmica de relações entre nós e o meio (domínio comportamental). A recorrência histórica dessa dinâmica de primeira e segunda ordem constitui nosso(s) mundo(s). Sustentando a não redutibilidade desses domínios fortemente vinculados, o fisiológico e o comportamental, Maturana (2001, p. 62) assevera que não é possível afirmar que a fisiologia explica a conduta

e, no entanto, é válido dizer que, “[...] sob tais e tais condições fisiológicas, o resultado é a conduta”.

Concordando com as considerações de Magro (2000, p. 271) a esse respeito, ressaltamos que

[...] tudo o que acontece num domínio modula o que ocorre no outro, e vice-versa, num processo contínuo, histórico e recursivo. Isto nós sabemos experiencialmente, quando uma dor de cabeça, ansiedade ou nervosismo pode desaparecer como fruto de algum encontro feliz, ou, ao contrário, quando nosso organismo se altera com batimentos cardíacos inesperados, com elevação da pressão arterial, com baixa da atividade de nosso sistema imunológico ao vivermos conflitos indesejáveis, alterando-se consecutivamente todas as nossas interações no meio. Ainda, sabemos que no fluir de nossas modificações fisiológicas estruturais, que incluem variações hormonais e emocionais, ou ainda como resultado da ingestão de medicamentos ou drogas, o que podemos viver em nossas interações varia significativamente. Reduzir o que ocorre num domínio ao outro dificulta esta observação em termos do próprio fluir da existência. Ainda, dificulta a apreciação de nossa dinâmica corporal e interacional como partícipes simultâneas e indeléveis na constituição daquilo que vivemos a cada instante como nossa realidade, como processos cognitivos e interpretativos, na linguagem. Para explicar cognição e linguagem, não precisamos trazer para dentro de nós, sob a forma de representações de quaisquer naturezas, o que vivemos em nossas interações, nem os mundos que nelas constituímos, embora esses dependam claramente de nossa corporalidade.

Essa corporalidade, que, conforme Maturana (2001), consiste fisiologicamente na condição de possibilidade do sistema vivo, na circunstância de nossa conservação autopoietica, tem ao mesmo tempo seu processo de constituição continuamente modulado pelo fluir de nosso viver no domínio da conduta, em que funcionamos como totalidade. O entrelaçamento recursivo das nossas transformações corporais e das coordenações consensuais de ações que operamos na linguagem faz, assim, de nossa ação no mundo tanto um movimento constituinte quanto uma estratégia de conservação de nossa identidade humana.

Ao apresentar a noção de recursão nas coordenações de ação, a biologia do conhecer fomenta a ideia de que cognição e linguagem não se dissociam de nossa ontogenia. Trata-se de uma concepção que prescinde da ancoragem dos sentidos, seja num mundo de essências e entidades apriorísticas, seja na mente como universo de representações, estabelecendo, segundo nosso entendimento, coerência com a abordagem sociocognitivista.

4 TRAJETÓRIA DE UM REAL CONSTRUÍDO

Em consonância com a linha argumentativa que vimos tecendo, nosso percurso metodológico está apoiado no pensamento resultante da crise do paradigma científico clássico, que provocou a “[...] dissolução dos discursos homogeneizantes e totalizantes na ciência” (SCHNITMAN, 1996, p. 17). Esse pensamento implica, conforme Demo (2002, p. 46), admitir que “[...] captar o real é ‘escaramuça’ sempre incompleta”. Ocorre que, “[...] como não podemos ver a realidade de fora ou de cima, o que vemos de dentro nunca será suficiente para exararmos qualquer palavra final” (DEMO, 2002, p. 47).

Essa concepção de realidade e ciência, que põe em causa a objetividade e impõe limites ao nosso conhecer, não aponta, como poderia concluir o olhar cético, para o fim do fazer científico. Segundo Demo, a falsa impressão de que o avanço da ciência reduziria, ironicamente, o saber sobre o real está fundada “[...] no eco modernista que a tudo pretende devassar” (DEMO, 2002, p. 38). Entretanto, “[...] saber que a realidade não tem fundamento último já é saber muito sobre ela, embora saibamos mais o que não é do que o que é” (DEMO, 2002, p. 38).

Demo (1995) já chamava atenção, nesse sentido, para o processo reconstrutivo em que consiste a lide científica. Como seres condicionados, limitados no tempo e espaço, produzimos interpretações também condicionadas. “Todo conhecimento está baseado em pré-conhecimento, em tradições herdadas, em pontos de partida ligados a mundivisões subjetivas [...]. No fundo, nunca colocamos uma pergunta se nada sabemos da resposta. Se nada soubéssemos da resposta, nada teríamos a perguntar.” (DEMO, 1995, p. 31).

Nossa problematização do real é assim uma hipótese que construímos a partir do enquadramento necessário do dado nos consensos sempre provisórios da ciência, “[...] porque um dado não fala por si, mas pela boca de uma teoria. O dado não é em si evidente, mas feito evidente no quadro de referência em que é colhido” (DEMO, 1995, p. 133).

Em conformidade com essa perspectiva, de uma empiria necessariamente aparelhada, elaboramos a indagação central desta pesquisa com base na hipótese de que o discurso autorreflexivo presente nos romances de Clarice Lispector remete às noções teóricas que sustentam a concepção sociocognitivista de linguagem. Com o intuito de investigar essa questão, delimitamos propósitos específicos em que problematizamos a manifestação, na escrita autoconfrontadora clariciana, do que consideramos pressupostos significativos desse modo de conceber nossa ação discursiva sobre o mundo.

4.1 CONTINGÊNCIA NO CONHECER E RACIOCÍNIO ABDUTIVO

Tendo em vista que a formulação de nossa hipótese brotou, de início, de uma motivação espontânea, desencadeada pela observação assistemática do discurso autorreflexivo clariciano, o qual despertou em nós uma conjectura intuitiva a que demos posteriormente os tratos racionais do olhar teórico que fomos construindo em nossa formação acadêmica, ressaltamos que não se tratou de testagem o caminho investigativo que percorremos. A par de que tanto a ciência quanto o discurso são espaços labirínticos e panoramas opacos, prevíamos desde o início esperarem-nos nessa trajetória contradições, frustrações e epifanias, as quais de fato transformaram nossa compreensão do problema, provocando um ajuste adaptativo de nossas hipóteses nos moldes do movimento em espiral que caracteriza o raciocínio abduativo²³, que adotamos como método.

Leite (2007, p. 148) destaca o potencial do raciocínio abduativo “[...] como processo inferencial criativo, de grande contribuição para as ciências e as artes”. Segundo explica o autor, o primeiro passo desse método “[...] envolve a formulação de hipóteses que, após testadas em uma fase exploratória, podem ser suspensas a partir de uma quebra de expectativa e reformuladas numa tentativa de adequação perceptual” (BARROS, 2014, p. 41).

Ao ressaltar a aplicabilidade do método abduativo em investigações orientadas sob o paradigma indiciário de ciência, centrado nos resíduos e dados marginais que podem numa pesquisa assumir relevância, Suassuna (2008, p. 366) argumenta que, guiado por esse tipo de método, “[...] o pesquisador não há de esperar a repetição de certas ocorrências, mas deve interpretá-las no que elas têm de relevante ou significativo para explicar aquilo que se quer compreender”.

Como acrescenta a autora, a partir das interconexões estabelecidas entre teorias, hipóteses, dados e enfoques, o pesquisador produz um movimento progressivo, ao longo do processo de investigação, com “[...] sucessivas definições de análise e focalização dos dados,

²³ De acordo com Silva (2007), Peirce introduz o conceito de abdução, oferecendo à comunidade de investigação universal um modo extremamente poderoso e fecundo de pensar a descoberta científica. A autora afirma que, na proposta desse estudioso, “a abdução é encarada como o terceiro tipo de inferência susceptível de ser dado numa forma silogística [...], para além da dedução e da indução formalizadas por Aristóteles” (SILVA, 2007, p. 2). De fato, conceituando a abdução como “o processo de formação de uma hipótese explanatória” (PEIRCE, 2003, p. 220), Peirce argumenta que a validade da inferência abduativa corresponde à simples sugestão de “que alguma coisa *pode ser*” (PEIRCE, 2003, p. 220, grifos do autor); não indica uma conclusão segura deduzida com base na avaliação vericondicional das premissas, como a inferência dedutiva, nem a operacionalidade de uma predição confirmada a partir de verificações experimentais, tal qual a inferência indutiva. Como assevera o autor, a abdução é, nesse sentido, “a única operação lógica que apresenta uma ideia nova, pois a indução nada faz além de determinar um valor, e a dedução meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese pura” (PEIRCE, 2003, p. 220).

conforme se evidencia a sua relevância para o debate sobre o tema em questão” (SUASSUNA, 2008, p. 359). Esse movimento, por seu turno, permite a apreciação do objeto construído em sua complexidade constitutiva.

Consoante salienta Demo (2002), embora no fazer científico tenhamos apreço pelo ordenamento sistemático dos fenômenos, todo conhecimento é ambivalente. Por não serem lineares os fenômenos nem o pensar, a reconstrução permanente é um modo razoável de lidar com a imprevisibilidade do devir. Sob esse ângulo, a noção de resolver problemas deixa de ser entendida como a proposta de nos livrarmos deles. “Nossas soluções científicas são sempre parciais, não por defeito, mas por constituição epistemológica (nossos argumentos não se concluem) e ontológica (a realidade não tem ponto final)” (DEMO, 2002, p. 131).

Também chamando a atenção para esse caráter de incompletude na produção do conhecimento, Minayo (2009, p. 26) descreve a pesquisa qualitativa como um “[...] processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações”. Promovendo a renúncia à ansiedade positivista de produzir verdades peremptórias, a “[...] dinâmica disruptiva do conhecimento” (DEMO, 2002, p. 132) provoca o redimensionamento da tarefa do pesquisador, conduzindo-o a uma prática investigativa que se consolida não como o desvendar de um enigma com base em evidências, mas como o interpelar problematizador dos dados, com seus contornos imprecisos e arranjos inconclusos.

Nosso estudo pautou-se em uma metodologia de investigação coerente, a nosso ver, com as orientações desses teóricos, às quais acrescentamos a reflexão que Marcuschi (2010, p. 152) apresenta ao discutir as especificidades dos métodos adotados na pesquisa qualitativa, a de que “[...] um pesquisador não é um missionário da ciência que deve, a todo custo, provar alguma coisa, ou seja, nem tudo em pesquisa se resume a comprovar uma dada hipótese”. Dessa forma, com a pretensão de realizar um estudo de natureza aplicada, examinamos os aspectos da sociocognição que supomos manifestarem-se nos romances de Clarice, “[...] tendo como resultado um conjunto de análises qualitativas esclarecedoras” (MARCUSCHI, 2010, p. 152).

No que tange ao caráter qualitativo, o assumimos em nossa pesquisa com base em aspectos descritivos que, amparando-se em Monteiro (1991) e Minayo (2000), Suassuna expõe. De acordo com o que cita a autora, há no estudo qualitativo prevalência do processo sobre o produto; a opacidade do real obriga o pesquisador a penetrar suas bordas com olhar abrangente e flexível de modo a divisar novas formulações numa aproximação reconstrutiva do objeto.

Segundo comenta ainda Suassuna (2008, p. 354), “[...] modernamente, depois de um período em que as abordagens quantitativa e qualitativa eram vistas de forma dicotômica, muitos epistemólogos e pesquisadores vêm propondo que as duas se articulem em benefício das análises daí resultantes”. Assim, alinhando-nos a essa tendência observada nas pesquisas atuais, de superação do dualismo metodológico entre qualidade e quantidade, demos atenção também a relações quantitativamente indicadas nos dados coletados que demonstraram relevância para o processo de compreensão do objeto.

Quanto à natureza aplicada, ressaltamos que, embora a preocupação teórica integre de modo inextricável o problema abordado nesta pesquisa, buscamos com ela produzir conhecimentos que se aplicam à compreensão de uma questão específica – a possível manifestação de uma concepção de linguagem num discurso particular – sem pretensões de estabelecer verdades universais ou atender a interesses gerais. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a produção de conhecimentos voltada a fins singulares e o cunho local das verdades construídas e dos interesses envolvidos caracterizam a pesquisa aplicada, do ponto de vista da sua natureza.

Além disso, ao buscarmos responder às indagações propostas no estudo recorrendo a campos de conhecimento diversos em função da complexidade do objeto, desempenhamos um modo de operar que, segundo Fabrício (2006), caracteriza o processo de reconstrução da linguística aplicada não como perfil disciplinar bem delimitado, mas como diálogo transfronteiras, a mobilizar regimes de verdade estabilizados em áreas distintas, desfamiliarizando os sentidos nelas constituídos.

Contribuir com a consolidação desse perfil frouxamente demarcado importa porque, como salienta Morin ([1982] 2005), as articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas e tipos de conhecimento refletem o risco de um neo-obscurantismo generalizado. Segundo o autor, ao ignorar tudo aquilo que não concerne a sua disciplina, o especialista ostenta “[...] uma reclusão disciplinar, hiperdisciplinar, na qual [...] é proprietário de um magro território que compensa a incapacidade de refletir nos territórios dos outros com uma interdição rigorosa, feita ao outro, de penetrar no seu” (MORIN, 2005, p. 79). Esse comportamento deixa de reconhecer a unidade multidimensional dos problemas humanos, cuja complexidade requer “[...] um pensar que transcenda a ordem dos saberes constituídos e da trivialidade do discurso acadêmico” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 23).

Romper com essa trivialidade demanda, conforme Morin (2005), aceitar a contradição e a incerteza – que comumente se mostram na tentativa de racionalizar o que não é racionalizável, a realidade antropológica – não como indicativos de erro, mas como

evidências do emaranhado de aspectos e relações de que nossa lógica não dá conta. Consoante adverte o autor, não se trata de querer “[...] dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões” (MORIN, 2005, p. 177). Nesse sentido complexidade e completude não se confundem. Como explica Morin, admitir a complexidade dos fenômenos é compreender que há articulação, identidade e diferença entre as partes constitutivas do todo, de maneira que cisões simplificadoras e somas redutoras apenas camuflam o princípio de incompletude inerente aos problemas e ao pensar complexos bem como os “[...] mal-entendidos fundamentais” (MORIN, 2005, p. 176) que eles suscitam.

Assumir essa postura mutilante é, pois, ter esterilizada a reflexão. Em defesa de um pensar que incorpore a errância e o risco da reflexão, Morin, Ciurana e Motta (2003) argumentam que um método de investigação não se reduz a uma atividade programática ou a uma técnica de produção de conhecimento, pois isso seria crer numa forma *a priori* de eliminar a incerteza. De acordo com uma concepção menos pretensiosa, como ensaio de estratégias para responder a essa incerteza, “[...] o método é o que ensina a aprender. É uma viagem que não se inicia com um método; inicia-se com a busca do método” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 29). Na mesma perspectiva dos autores, seguimos, no desenvolvimento de nossa pesquisa, em vez de um programa, um percurso que permitiu nossa aproximação com o objeto enquanto se delineava (gerando e gerando-se), numa trajetória em que se puseram à prova estratégias que se revelaram “[...] frutíferas ou não no próprio caminhar dialógico” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 31).

4.2 O DISCURSO AUTORREFLEXIVO NA LITERATURA CLARICIANA

Como nossa suposição era a de que os pressupostos sociocognitivistas insinuavam-se no discurso autorreflexivo presente nos nove romances de Clarice, coletamos nossos dados a partir de releituras de cada uma destas obras: *Perto do coração selvagem*; *O lustre*; *A cidade sitiada*; *A paixão segundo G.H.*; *A maçã no escuro*; *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*; *Água viva*; *A hora da estrela*; *Um sopro de vida*.

Em todos esses romances, a crise em torno da linguagem aparece de alguma forma, afligindo, desapontando, aprisionando, surpreendendo ou desafiando os personagens criados pela escritora:

Em *A maçã no escuro*, Ermelinda e Vitória, como Martim, se veem às voltas com o desafio de organizar a alma em palavras; em *A hora da estrela*, Macabéa adivinha nos significados que desconhece a solidez que falta à sua existência; em *Um sopro*

de vida, o “Autor” (narrador-personagem) chega a inventar a personagem “Ângela Pralini”, seu contraponto, para que ela enfrente em seu lugar a temida cilada das palavras; em *Água viva*, a protagonista resigna-se à indicialidade da linguagem, fazendo um apelo para que seu interlocutor compreenda o que ela não diz quando diz; em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, Lóri se debate entre a ilusão de plenitude do silêncio e a confusão imprescindível das palavras; em *A paixão segundo G.H.*, a protagonista experimenta um transe epifânico que lhe revela a linguagem como uma dimensão, e não como um instrumento, da consciência; em *A cidade sitiada*, Lucrecia aceita a linguagem dos outros para mentir suas verdades; em *O lustre*, Virgínia crê na expressão de uma essência que prescinde ou que se dá apesar das palavras; em *Perto do coração selvagem*, Joana não confia nas palavras por saber que elas não são passivas (BARROS, 2014, p. 12).

A reflexão sobre a linguagem toma a forma, na literatura clariciana, daquilo a que Nunes (1995, p. 145) se refere como uma escritura autodilacerada, um dizer conflitivo, assombrado pelo emudecimento e esvaziamento, “[...] que problematiza, ao fazer-se e ao compreender-se, as relações entre linguagem e realidade”.

Obstinadamente tematizado, esse dilaceramento se opera, conforme explica o autor, pelos desvios frequentes do eixo mimético, criando a realidade negativamente: “[...] a ação propriamente dita se desenvolve na forma de uma errância, ao mesmo tempo interior e exterior das personagens” (NUNES, 1995, p. 152). Para Nunes, o desenvolvimento épico dos eventos em cada obra clariciana confunde-se com a consciência angustiada dos personagens e as especulações do narrador ainda quando este procura o abrigo da terceira pessoa. Nesse sentido, os personagens e narradores dos diferentes romances acabam por confluir para a figura única da ficcionista, “[...] a quem pertence a paixão da existência e da linguagem que lhes tinha sido delegada” (NUNES, 1995, p. 151).

De acordo com o autor, na prosa de Clarice, as reflexões sobre o dizer comprometem-se com a forma mesma da escritura que se produz para compreendê-lo; na contingência da semiose verbal, no próprio fluxo da aproximação confrontadora com o signo linguístico, o drama da linguagem ganha corpo. O processo empreendido na narrativa é assim nele mesmo problematizado e o conflito encenado prevalente converte-se no seguinte argumento: “O que quer que passe a existir na rede verbal tecida por esse processo, surge sempre *mentindo* pelos signos que transcenderam a intuição ao formá-la” (NUNES, 1995, p. 146, grifo do autor).

Segundo comenta Nunes, ao assumir o fluxo da linguagem como condutor de significações não objetivadas, apresentando a escrita, e também o pensamento, como atividade problemática e problematizante, a ficção medularmente poética de Clarice desafia na própria rede do discurso a (ir)representabilidade das coisas.

O que parece um descomedimento, sujeitando o escritor ao sentimento de fracasso, é a contingência do ato de escrever, que transgride as representações do mundo e os padrões correntes da linguagem. A literatura de ficção estranha a realidade de “fachada”, e, à semelhança do pensamento filosófico, implica um questionamento extraordinário, fora da ordem e sobre o que não está dentro da ordem (NUNES, 1995, p. 154-155).

Esse estranhamento do qual resulta o duplo confronto de que fala Nunes imbuí de uma ousadia cômica a tarefa de descrever o escasso enredo dos romances claricianos. Diante disso, temos aqui a pretensão mais modesta de oferecer um vislumbre da tal realidade de “fachada” a que se refere o autor.

Perto do coração selvagem, romance de estreia de Clarice, é a narrativa descontínua das experiências de Joana, sob o olhar mesclado, indistinto, de uma terceira pessoa (que tem a voz) e da personagem. Essas experiências compreendem o brincar sagaz na infância com o pai, a nova condição de órfã e a convivência levemente conturbada com a tia, a paixão embaraçada pelo professor, o casamento em desequilíbrio com Otávio, o contentamento vago e solitário no encontro com o amante sem nome. No fluxo dessas “pequenas vidas completas” (LISPECTOR, 1998f, p. 101), o desfecho, ou a ausência dele, é a promessa de redenção, com a sugestão de “que terminaria uma vez a longa gestação da infância e de sua dolorosa imaturidade rebentaria seu próprio ser, enfim enfim livre! (LISPECTOR, 1998f, p. 201).

O lustre é o registro romanesco difuso, expresso em terceira pessoa, da vida de Virgínia. Tem início com a descrição da infância da personagem numa cidade interiorana, sob a aura sombria do ambiente familiar, marcado sobretudo pela relação de submissão e dependência afetiva que mantém com o orgulhoso e arrogante irmão mais velho, Daniel. Desenvolve-se com a exposição do cotidiano da protagonista na capital, onde ela alimenta, nos eventos cheios de impessoalidade do espaço urbano, “uma secreta vida atenta” (LISPECTOR, 1999a, p. 141), que uma vez ou outra arrisca, sem sucesso, revelar a seu contrastante namorado, Vicente, surpreendendo-o com “aquela secreta atmosfera que ela cultivava ao redor de si como um escuro” (LISPECTOR, 1999a, p. 143).

A cidade sitiada é o terceiro romance de Clarice. Apresenta o relato alegórico da trajetória de libertação de Lucrecia Neves. Encerrada na mediocridade dúplice de uma província apinhada “de carroças rangentes, de sobrados e mercados, com planos de construção de uma ponte” (LISPECTOR, 1998a, p. 24), e de um espírito “que não possuía as futilidades da imaginação” (LISPECTOR, 1998a, p. 97), a protagonista mistura-se à pequena cidade, passeando pelas ruas, parque e praças, enfeitando-se, divertindo-se e entediando-se

com namorados, até casar-se e partir. Sob o sutil tom de sátira do narrador, suas vivências frívolas são o pano de fundo para a ênfase na “pouco usável vida íntima de Lucrecia Neves” (LISPECTOR, 1998a, p. 23), em sua busca dramática por exprimir “aquela muda existência que estava sempre acima dela” (LISPECTOR, 1998a, p. 68).

A maçã no escuro expõe, sob o olhar de um espirituoso narrador onisciente, a peregrinação expiatória de Martim. Para não assumir a autoria de um suposto crime passional, esse engenhoso personagem imprime à fuga uma dimensão existencial, operando um processo de ruptura com a ordem preestabelecida de seu mundo. Nessa ação, a linguagem torna-se o centro, uma vez que se apresenta ao homem como a chave da grande reconstrução. Convencido de que não havia verdade na linguagem dos outros, Martim passa a rejeitá-la, com a ambição de inaugurar uma linguagem capaz de dar conta da concepção de um mundo autêntico, no qual ele, refeito, renascido, tivesse lugar. Encontrando, após a fuga, abrigo e trabalho em uma fazenda, o personagem procura isolar-se e reduzir-se à desumanidade, ou a uma humanidade rudimentar, para reconstituir, aos poucos, entre experimentos e frustrações, sua condição de ser humano e social e, então, novamente “entrar naquele mundo que tinha a vantagem eminentemente prática de existir” (LISPECTOR, 1998c, p. 314).

A paixão segundo G.H. é o relato em primeira pessoa de uma “lenta e grande dissolução” (LISPECTOR, 1998d, p. 14). Um incidente doméstico banal, o confronto inusitado com uma barata, provoca na narradora, G. H., uma inquietação profunda. A repugnância sentida ao deparar com o inseto e esmagar aquela “amostra de calmo horror vivo” (LISPECTOR, 1998d, p. 60) desencadeia na personagem um estranho fascínio. A ancestralidade remota do animal a conduz ao clamor pelo desmoronamento de sua vida civilizada, à ânsia de desvencilhar-se de sua organização anterior, um burguês cotidiano bem-ordenado que a “ocupava como uma invenção” (LISPECTOR, 1998d, p. 31). Com a esperança agônica de despojar-se dos acréscimos e atingir o núcleo, G. H. come a substância neutra, a matéria branca que escorre da barata morta.

Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres é a história de amor de Lóri e Ulisses. Narrado em terceira pessoa – num intervalo que se inicia como retomada, com uma vírgula, e é interrompido com dois pontos –, o encontro entre a professora primária, que assume no romance papel central, e o professor de filosofia está entrelaçado à jornada peculiar da protagonista, a de “construir pouco a pouco uma vida” (LISPECTOR, 1998g, p. 13). Enfrentando com tenacidade o didatismo maçante de Ulisses, Lóri, que “havia por medo cortado a dor” (LISPECTOR, 1998g, p. 40), conquista aos poucos a delicada aprendizagem de ser humana. Acolher a “paz estranha e aguda” (LISPECTOR, 1998g, p. 73) dessa condição,

sentir enfim a grande dor, a faz ver “que a fruta do mundo era dela” (LISPECTOR, 1998g, p. 150). A comunhão com o mundo rebenta na personagem com a avidez pelo grande êxtase do amor.

Água viva apresenta o fluxo meditativo de uma narradora de identidade manifesta apenas em pronomes e desinências. Um “eu”, feminino, habituado a revolver a “natureza íntima das coisas” (LISPECTOR, 1998e, p. 22) recorrendo à arte da pintura, experimenta, num tom que tende ao improviso, um improviso densamente lírico, fazer o mesmo usando a voz. Escrevendo uma “convulsão da linguagem” (LISPECTOR, 1998e, p. 25), numa profusão temática pungente e desconcertantemente sedutora, que parece justificar o título da obra, a protagonista admite transmitir “não uma história mas apenas palavras que vivem do som” (LISPECTOR, 1998e, p. 25).

A hora da estrela, obra publicada pouco antes da morte de Clarice, em 1977, é a história exígia da nordestina Macabéa, narrada por um zombeteiro e franco escritor, Rodrigo S. M. Para captar a “delicada e vaga existência” (LISPECTOR, 1998b, p. 15) da protagonista, uma alagoana órfã desde a infância, que, como datilógrafa no Rio de Janeiro, levava uma vida de privação material e existencial, Rodrigo vai mesclando sua voz com os “fatos sem literatura” (LISPECTOR, 1998b, p. 16), combinando com as “fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela” (LISPECTOR, 1998b, p. 15) um olhar penetrante que acusa o desamparo, a precariedade, a contradição, o absurdo, a dor inefável da condição humana. A infância difícil, o cotidiano murcho e o destino trágico de Macabéa resultam assim do “trabalho de carpintaria” (LISPECTOR, 1998b, p. 14) com que o narrador cumpre um dever que acredita seu, o de emprestar-lhe a voz; “o de revelar-lhe a vida. Porque há o direito ao grito” (LISPECTOR, 1998b, p. 13).

Um sopro de vida, último romance de Clarice, publicado postumamente, contém o diário geminado de um narrador autointitulado “Autor” e seu *alter ego*. Alegando escrever para aprender, para entender o mistério de estar no mundo e de deixá-lo, o “Autor” compõe um “malogrado e afoito e brincalhão livro de vida” (LISPECTOR, 1999b, p. 21), criando a personagem Ângela Pralini, com o intuito de compreender através dessa criação a enigmática e opressora condição de ser um “eu”. Os monólogos alternados desse aflito sujeito e da mulher inventada constituem “um livro feito aparentemente por destroços de livro” (LISPECTOR, 1999b, p. 20), que nenhuma história conta sobre o “Autor” ou sobre Ângela. Em vez disso, tematiza a vida, o ser e a morte em fragmentos, “restos de uma demolição de alma” (LISPECTOR, 1999b, p. 20).

4.3 PROCESSOS OPERACIONAIS E UNIDADES CONCEITUAIS DE ANÁLISE

Na primeira fase de nossa aproximação com os dados, destacamos, em cópias digitais dos romances de Clarice, trechos nos quais identificamos o discurso autorreflexivo da escritora, isto é, passagens em que observamos se manifestar o voltar-se da linguagem para a complexidade de aspectos implicados no nosso esforço de fazer sentido de nós e do mundo. Esse processo envolveu tantas releituras (íntegrais e parciais) de cada obra quantas foram necessárias à nossa percepção, cuja natureza não é estática nem absoluta.

Concordando com Duarte (1998), Suassuna (2008) chama a atenção para a importância do procedimento de construção do *corpus*, chegando a considerar a etapa da seleção dos dados parte do processo analítico. A autora justifica o posicionamento com base no argumento de Minayo (2000), para quem os dados, como modos de construção da relevância do real, equivalem já a interpretações.

Expericiamos na práxis de nosso percurso essa imbricação destacada por Suassuna. Apesar de ter estabelecido um roteiro²⁴ de coleta orientado pela ordem cronológica de publicação²⁵ das obras de Clarice, identificar nos romances os trechos significativos sob o enquadre teórico construído na pesquisa e avaliar sua pertinência para a análise do problema formulado fez da tarefa de coleta um processo descontínuo, por demandar o desenvolvimento concomitante das leituras bibliográficas, e não linear, por suscitar persistentemente reflexões que remetiam à reavaliação de passagens já exploradas.

O passo seguinte foi organizar os trechos coletados de acordo com categorias de análise que definimos no decorrer da execução da pesquisa. Com base em nossos objetivos específicos, construímos categorias preliminares. Sendo nosso intuito examinar especificamente três noções que consideramos fundamentar a visão sociocognitivista de linguagem, definimos a princípio como as unidades conceituais que auxiliariam nossa análise estes elementos: *aspecto indicial*, *caráter constitutivo* e *condição colaborativa*.

Concretizou-se gradativamente em nosso percurso a expectativa que tínhamos inicialmente, a de que, nessa construção, o contato com os dados, confrontado ao

²⁴ Por ter sido a obra que estudamos em Barros (2014), tomando-a como espaço por excelência para discutir a trajetória conceitual da referência nos estudos da linguagem, *A maçã no escuro* não foi considerada sob esse critério cronológico que orientou o roteiro de coleta. Propositamente, deixamos o romance para o final dessa etapa, a fim de desanuviar, tanto quanto possível, as lentes que naquele momento aparelharam nosso olhar.

²⁵ Conforme comenta Olga Borelli na apresentação de *Um sopro de vida*, o romance começou a ser escrito em 1974 e foi concluído em 1977, às vésperas da morte de Clarice. Apesar de sua publicação póstuma, em data posterior à de *A Hora da estrela*, levaremos em consideração a suposta precedência do processo de escrita, com o intuito de não descartar precipitadamente qualquer indício da existência, na obra da escritora, de um encadeamento argumentativo justificado pelo aspecto temporal.

amadurecimento teórico que normalmente se concretiza ao longo de uma pesquisa, provocasse, no contexto do raciocínio abduutivo, em que nos apoiamos, reformulações ou desdobramentos dessas categorias.

Nesse sentido, é preciso revelar que, como suspeitáramos, os procedimentos realizados não constituíram etapas cronologicamente bem marcadas. Como desconfiáramos, o momento de organizar os dados, de classificá-los conforme as categorias de análise, suscitou inquietações, dúvidas, reflexões e *insights* que nos remeteram novamente ao procedimento de coleta. Esse retorno foi capaz, por sua vez, de contribuir para a reconfiguração da atividade de organização.

Assim foi que o exame teórico mais detido sobre as noções de representação e recursão na linguagem, bem como a interseção, cronológica e ontológica, entre os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados, inevitável no método abduutivo de investigação, fundamentou a reconfiguração das unidades conceituais de análise que definíamos. Por situarmos esses conceitos numa espécie de trajetória teórica que se delineia entre a desestabilização da ideia de representação acurada do real e a construção da noção de recursão como alternativa plausível ao antirrepresentacionismo, reorganizamos nossas categorias preliminares e delimitamos outras três unidades conceituais, compondo um quadro no qual agrupamos os exemplos coletados, conforme ilustramos a seguir:

Quadro 1 – Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)

Fonte: elaborado pela autora.

Como é possível observar no quadro, as unidades conceituais definidas dizem respeito a características que foram sendo atribuídas à linguagem ao longo do curso de transformações sofridas pela noção de representação como resultado de reflexões oriundas de abordagens teóricas diversas. Assim, alinhada a um sentido de representação que, nas palavras de Varela (1988, p. 82), corresponde à “acepção ‘forte’”, tomada “como um processo de

‘recuperação’ ou de ‘reconstituição’ extrínseca”, a primeira categoria, *função designadora*, está situada na extremidade inicial do curso dinâmico que se estende entre a representação e a recursão. A atribuição dessa propriedade designadora está fundada na presunção essencialista de um mundo predefinido, de uma *realidade independente apreensível* pela cognição e pela linguagem.

Ainda conservando proximidade com o polo da representação, a segunda categoria, *papel instrumental defectivo*, remete aos passos inaugurais de um movimento desconstrutor da ideia de que captamos objetivamente um real ordenado. Definida com base na problematização kantiana da razão e no fracasso do projeto linguístico cartográfico empreendido pela filosofia analítica formal, essa unidade conceitual se refere à insuficiência atribuída à cognição e à linguagem na apreensão e tradução dos fenômenos do mundo. Subjaz a essa concepção da linguagem como instrumento defeituoso a visão de *realidade independente não apreensível*.

Afastando-se parcialmente do polo representacionista, a terceira categoria, *qualidade materializadora e iterativa*, foi construída com base no esquema conceitual proposto por Blikstein (2003), segundo o qual a função modeladora atribuída à semiose linguística consiste num movimento de reiteração circular em que a aproximação perceptocognitiva com a realidade é a um só tempo materializada e produzida pela língua. Como forma única de explicar uma suposta *semiose em dimensão mediadora*, num espaço turvo interposto entre língua e realidade, constituído, em princípio, de processos e recursos não verbais, a linguagem ancora esses elementos em nossas práticas sociais, comuns, e dialeticamente nossos códigos verbais condicionam e aparelham essa dimensão sensorial e proxêmica do silêncio.

As outras três categorias que definimos aproximam-se conceitualmente da outra extremidade em nosso quadro, o polo da recursão. A primeira delas, *aspecto indicial*, está apoiada nos estudos seminais da referenciação, nos quais Mondada e Dubois (2003) apresentam a indicialidade como traço elementar da semiose linguística, nas reflexões de Salomão (1997, 1999) sobre a hipótese sociocognitiva, em que a autora sustenta o princípio da subdeterminação do significado pelo significante, e na biologia do conhecer, a partir da qual Maturana (2001) concebe as palavras como *nós nas redes de coordenações* de ação.

A segunda categoria alinhada ao polo da recursão, *caráter constitutivo*, foi construída com base na premissa antirrepresentacionista que atribui à linguagem a propriedade modeladora, discretizante. A realidade, conforme tal ótica, fortalecida a partir da virada pragmática, não aparece como instância autônoma; depende da linguagem, configura-

se sob a forma relativamente estável que lhe proporcionam nossas ações discursivas. Como assevera Maturana (2001), nossos mecanismos explicativos promovem a *configuração de realidades em domínios operacionais*; fazemos emergir o(s) mundo(s) não pela instituição de verdades transcendentais, mas pela geração negociada de domínios de coerência operacional, pelas reformulações explicativas de nossas experiências, validadas no contexto das operações acordadas entre nós, observadores.

Por fim, a terceira categoria disposta em nosso quadro sob o polo da recursão, *condição colaborativa*, está ancorada num fundamento da abordagem sociocognitivista de linguagem, o de que é necessariamente social nosso agir cognitivo e discursivo; aquele segundo o qual, com os outros, negociamos e acordamos nossas versões do mundo. Do mesmo modo que a indicialidade e a constitutividade, o pressuposto sociocognitivista da colaboração é reforçado pela epistemologia de Maturana. Assim, a delimitação dessa unidade conceitual, como as demais alinhadas ao polo da recursão, firmou-se também nas reflexões do biólogo, para quem todo comportamento, gesto, som que produzimos torna-se componente da linguagem somente ao inserir-se no *fluir de coordenações consensuais* de nossas experiências, na história de nossas interações.

Na organização dos dados extraídos de cada um dos romances considerados na pesquisa, o quadro apresentado foi a base para agruparmos sob o título de cada categoria os trechos que nos pareceram a ela relacionados. Os nove quadros são expostos em sua totalidade nos apêndices deste trabalho. Neste espaço, para ilustrar o passo metodológico descrito, exibimos um recorte²⁶ contendo (quando houver) apenas o primeiro exemplo relativo a cada categoria. Vale salientar que, nos quadros, as páginas de referência assinaladas, para orientação nossa, ao final dos trechos, correspondem à numeração das cópias digitais que, como já mencionamos, utilizamos para a coleta. Somente os exemplos citados e discutidos na análise estão referenciados conforme a numeração das edições impressas indicadas na bibliografia.

²⁶ Tanto os quadros apresentados nos apêndices quanto os exibidos no recorte ilustrativo foram verticalmente formatados para que os termos “representação” e “recursão” ficassem dispostos em posição horizontal, por considerarmos a linha forma gráfica mais adequada do que a coluna para sugerir a ideia de trajetória entre os polos sob os quais alinhamos as unidades conceituais de análise. Por essa razão, tivemos de admitir a translineação excessiva e, por vezes, anômala das passagens, ainda que isso pudesse comprometer o conforto na leitura.

Quadro 2 – Organização do *corpus* extraído de *Perto do coração selvagem*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Nunca se permitiria contar, mesmo a papai, que não conseguia pegar "a coisa".</p> <p>Tudo o que mais valia exatamente ela não podia contar. Só falava tolices com as pessoas.</p> <p>Quando dizia a Rute, por exemplo, alguns segredos, ficava depois com raiva de Rute. O melhor era mesmo calar.</p> <p>(p. 6)</p>	<p>É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo. Ou pelo menos o que me faz agir não é o que eu sinto mas o que eu digo. Sinto quem sou e a impressão está alojada na parte alta do cérebro, nos lábios – na língua principalmente – , na superfície dos braços e também correndo dentro, bem dentro do meu corpo, mas onde, onde</p>	<p>O professor balançou a cabeça.</p> <p>– Não, disse ele, não. Nem sempre. Às vezes possui-se o mais alto e no fim da vida tem-se a impressão... – olhou-a de lado – tem-se a impressão de que se está morrendo virgem. É que as coisas não são talvez mais altas e mais baixas.</p> <p>De qualidade diferente, entende?</p> <p>Sim, que estava compreendendo o as palavras, tudo o que elas continham.</p> <p>Mas apesar de tudo a sensação de que elas possuíam uma</p>	<p>Mas sobretudo donde vem essa certeza de estar vivendo?</p> <p>Não, não passo bem. Pois ninguém se faz essas perguntas e eu... Mas é que basta silenciar para só enxergar, abaixo de todas as realidades, a única irreduzível, a da existência.</p> <p>(p. 10)</p>	<p>Isso é o que mais lhe agradava, junto das pessoas. Ela não era obrigada a seguir o passado, e com uma palavra podia inventar um caminho de vida. (p. 17)</p>

Quadro 2 – Organização do *corpus* extraído de *Perto do coração selvagem*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
		mesmo, eu não sei dizer. (p. 10)	porta falsa, disfarçada, por onde se ia encontrar seu verdadeiro sentido. – Que elas são mais do que o senhor disse – terminou Joana a explicação. (p. 31)		

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 3 – Organização do *corpus* extraído de *O lustre*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
Tinha porém poucos pensamentos em relação às coisas e temia	Mas a si própria concedia o privilégio de não exigir	Fechava os olhos atentando a todos os pontos indevassáveis de seu estreito	Sua impressão então era a de que só poderia chegar às coisas por	Já agora nem sabia se vira o céu por si mesma como quem vê o que	Virgínia não sabia: tão difícil tomar as coisas que haviam

Quadro 3 – Organização do *corpus* extraído de *O lustre*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
repeti-los sempre; nunca usava a expressão certa, sempre errando mesmo quando era sincera. (p. 58)	gestos e palavras para se manifestar. Sentia que embora sem um pensamento, um desejo ou uma lembrança, ela era imponderavelmente aquilo que ela era e que consistia Deus sabe em quê. (p. 13)	corpo, pensando-se toda sem palavras, recopiando o próprio existir. Olhava, olhava. Aos poucos, do silêncio, seu ser começava a viver mais, um instrumento abandonado que de si mesmo começasse a fazer som, os olhos enxergando porque a primeira matéria dos olhos era olhar. Nada a inspirava, ela estava isolada dentro de sua capacidade, existindo pela mesma fraca energia que a fizera nascer. Pensava simples e claro. Pensava música pequena e límpida que se alongava num só fio e enrolava-se clara, fluorescente e	meio de palavras. Era sempre um pouco de esforço entender, entender tudo. [...] Ele fitara-a devagar penetrante, jamais deixando-a escapar, jamais: – Que foi exatamente que eu disse? Ela tentara falar, confundira-se corada. – Eu sabia que você não tinha ouvido, suspirara ele alçando os ombros. Confusa e eloquente ela explicava: Eu não ouvi as palavras, não sei mesmo o que elas poderiam ser mas eu lhe respondi, não foi? senti sua	existe ou se pensara em céu e conseguira inventá-lo... [...] Ver a verdade seria diferente de inventar a verdade? (p. 34)	nascido bem dentro dos outros e pensá-las. Mesmo tinha certa espécie de dificuldade em raciocinar. Às vezes não era começando por nenhum pensamento que ela chegava a um pensamento. Às vezes bastava-lhe esperar um pouco e possuía-o todo. [...] Daniel compreendeu e os dois permaneceram calados e satisfeitos. Ela bem sabia às vezes amarrar uma coisa pela mão distante da outra e fazê-las perplexas dançar, malucas,

Quadro 3 – Organização do *corpus* extraído de *O lustre*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
		<p>úmida, água em água, meditando um arpejo tolo. Pensava sensações intraduzíveis distraíndo-se secretamente como se cantarolasse, profundamente inconsciente e obstinada, ela pensava um só traço fugaz: para nascer as coisas precisam ter vida, pois nascer é um movimento – se disseram que o movimento é necessário apenas à coisa que faz nascer e não à nascida não é certo porque a coisa que faz nascer não pode fazer nascer algo fora de sua natureza e assim sempre dá nascimento e uma coisa de sua própria espécie e assim com</p>	<p>disposição quando você falou, senti como eram as palavras... Eu sei o que você quis dizer... não importa o que você tenha dito, juro... (p. 58)</p>		<p>doces, arrastadas. (p. 22-23)</p>

Quadro 3 – Organização do *corpus* extraído de *O lustre*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
		<p>movimentos também – desse modo nasceram as pedras que não têm força própria mas já foram vivas senão não teriam nascido e agora elas estão mortas porque não têm movimento para fazer nascer uma outra pedra.</p> <p>Nenhum pensamento era extraordinário, as palavras é que o seriam. Ela pensava sem inteligência a própria realidade como se enxergasse e nunca poderia usar o que sentia, sua meditação era um modo de viver. Chegava-lhe informe de si mesma porém ao mesmo tempo nela tilintava alguma qualidade precisa e</p>			

Quadro 3 – Organização do *corpus* extraído de *O lustre*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
		delicada como números finos penetrando em números finos e de súbito um novo número leve soando polido e seco – enquanto a verdadeira sensação do corpo todo era expectante. E afinal algo sucedia tão distante, ah tão distante e talvez reduzido a um sim que ela se cansava aniquilada, pensando agora em palavras: estou muito, muito cansada, sabe. (p. 24-25)			

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4 – Organização do *corpus* extraído de *A cidade sitiada*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental deficiente (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
<p>Grega numa cidade ainda não erguida, procurando designar cada coisa para que depois, através dos séculos, elas tivessem o sentido de seus nomes. (p. 93-94)</p>	<p>Pois falava e falava com o médico e não conseguia transmitir-lhe nada. Mas pelo menos espiava tudo com tal clareza: via soldados e crianças. Sua forma de se exprimir reduzia-se a olhar bem, gostava tanto de passear! (p. 21)</p>	<p>Não se poderia saber que reinado ela representava junto à nova colônia pois que seu trabalho era curto demais, e quase inexplorável: tudo o que ela via era alguma coisa. Nela e num cavalo a impressão era a expressão. Na verdade função bem tosca – ela indicava o nome íntimo das coisas, ela, os cavalos e alguns outros; e mais tarde as coisas seriam olhadas por esse nome. A realidade precisava da mocinha para ter uma forma. "O que se vê" – era a sua única vida interior; e o que se via tornou-se a sua vaga história. Que se</p>	<p>Apoiando-se então nas venezianas ela murmurou: ah, eu bem queria ter a força de uma janela, murmurou-se baixo, e através dessas palavras disfarçava talvez outras mais antigas, à procura de um rito perdido. Inexplicavelmente com mais esperança, tentava agora excitar sua ira até chegar à própria força, trotando atenta, experimentando o tocar nos objetos – até que acertasse naquele que seria a chave das coisas, tocando a porta com mão delicada e com uma</p>	<p>E a cidade ia tomando a forma que o seu olhar revelava. Nesse momento propício em que as pessoas viviam, cada vez que se visse – novas extensões emergiriam, e mais um sentido se criaria: era esta a pouco usável vida íntima de Lucrecia Neves. E isso era S. Geraldo, cuja História futura, como na lembrança de uma cidade sepultada, seria apenas a história do que se tivesse visto. (p. 18-19)</p>	<p>Porque depois aprendeu a dizer: gostei muito, o teatro estava bom, me diverti tanto. A ordem superior. Estava muito bem dançando, aprendeu ela a dizer mexendo sobrelhas, e livrou-se para sempre de tantas realidades intransponíveis. Esta é a praça mais bonita que já vi, dizia, e depois podia atravessar com segurança a praça mais bonita que já vira. (p. 136)</p>

Quadro 4 – Organização do *corpus* extraído de *A cidade sitiada*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
		lhe fosse revelada dar-lhe-ia somente a recordação de um pensamento ocorrido antes de dormir. (p. 18)	serenidade que também esta jamais romperia o próprio limite – tal o extraordinário equilíbrio em que tudo se mantinha. (p. 75)		

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 5 – Organização do *corpus* extraído de *A maçã no escuro*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	Então o homem se sentou numa pedra, ereto, solene, vazio, segurando	Aquilo – aquilo era um homem pensando... Então com infinito desagrado,	Esta última frase o homem disse com vaidade porque lhe pareceu que	Então – através do grande pulo de um crime – há duas semanas ele se arriscara	“na verdade apenas imitei a inteligência assim como poderia nadar como um

Quadro 5 – Organização do *corpus* extraído de *A maçã no escuro*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>oficialmente o pássaro na mão. Porque alguma coisa estava lhe acontecendo. E era alguma coisa com um significado. Embora não houvesse um sinônimo para essa coisa que estava acontecendo. Um homem estava sentado. E não havia sinônimo para nenhuma coisa, e então o homem estava sentado. Assim era. O bom é que era indiscutível. E irreversível. É verdade que aquela coisa que lhe estava acontecendo tinha um peso a se suportar – ele bem reconheceu o peso familiar.</p>	<p>fisicamente atrapalhado, ele se lembrou no corpo de como é homem pensando. Homem pensando era aquilo que, ao ver algo amarelo, dizia com esforço deslumbrado: essa coisa que não é azul. Não que Martim tivesse chegado propriamente a pensar – mas o reconheceria como se reconhece na forma das pernas imóveis o possível movimento. (p. 15)</p>	<p>organizara com alguma perfeição as palavras. Certamente o que fez Martim experimentar essa perfeição foi o fato de suas palavras terem de algum modo ultrapassado o que ele quisera dizer. E, embora se sentindo ludibriado por elas, preferiu o que dissera ao que realmente pretendia dizer, por causa do modo muito mais certo como as coisas nos ultrapassam. O que também lhe deu, no mesmo instante, uma impressão de</p>	<p>a não ter nenhuma garantia, e passara a não compreender. E sob o sol amarelo, sentado numa pedra, sem a menor garantia – o homem agora se rejubilava como se não compreender fosse uma criação. Essa cautela que uma pessoa tem de transformar a coisa em algo comparável e então abordável, e, só a partir desse momento de segurança, olha e se permite ver porque felizmente já será tarde demais para não</p>	<p>peixe sem o ser!” O homem se mexeu contente: imitei? mas sim! Pois se, imitando o que seria ganhar o primeiro lugar no concurso de estatística, ele ganhara o primeiro lugar no concurso de estatística! Na verdade, concluiu então muito interessado, apenas imitara a inteligência, com aquela falta essencial de respeito que faz com que uma pessoa imite. E com ele, milhões de homens que copiavam com enorme esforço a ideia que se fazia</p>

Quadro 5 – Organização do *corpus* extraído de *A maçã no escuro*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Era como o peso dele próprio. Embora fosse alguma coisa ímpar: aquele homem parecia não ter mais nada equivalente a pôr no outro prato da balança [...]. E tal falta de nome como falta nome ao gosto que a língua tem na boca. Não era, pois, nada mais que isso. (p. 14)</p>		<p>fracasso; e de resignação ao modo como acabara de se vender a uma frase que tinha mais beleza que verdade. A primeira coisa que ele estava esbanjadoramente comprando com seu novo dinheiro era um público – mas este já o forçara a uma verdade organizada. (p. 20)</p>	<p>compreender – essa precaução Martim perdera. E não compreender estava de súbito lhe dando o mundo inteiro. Que era inteiramente vazio, para falar a verdade. (p. 16)</p>	<p>de um homem, ao lado de milhares de mulheres que copiavam atentas a ideia que se fazia de mulher e milhares de pessoas de boa vontade copiavam com esforço sobre-humano a própria cara e a ideia de existir; sem falar na concentração angustiada com que se imitavam atos de bondade ou de maldade – com uma cautela diária em não escorregar para um ato verdadeiro, e portanto incomparável, e portanto inimitável e portanto</p>

Quadro 5 – Organização do *corpus* extraído de *A maçã no escuro*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
					desconcertant e [...] Porque mesmo a compreensão, a pessoa imitava. A compreensão que nunca fora feita senão da linguagem alheia e de palavras. (p. 15)

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 6 – Organização do *corpus* extraído de *A paixão segundo G.H.*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	Talvez o que me tenha acontecido	Falarei nessa linguagem sonâmbula que	Será preciso coragem para fazer o que	Mas é que também não sei que forma	Mas se seus olhos não me viam, a

Quadro 6 – Organização do *corpus* extraído de *A paixão segundo G.H.*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>seja uma compreensão – e que, para eu ser verdadeira, tenho que continuar a não estar à altura dela, tenho que continuar a não entendê-la. Toda compreensão súbita se parece muito com uma aguda incompreensão . (p. 10)</p>	<p>se eu estivesse acordada não seria linguagem. Até criar a verdade do que me aconteceu. Ah, será mais um grafismo que uma escrita, pois tento mais uma reprodução do que uma expressão. Cada vez preciso menos me exprimir. Também isto perdi? Não, mesmo quando eu fazia esculturas eu já tentava apenas reproduzir, e apenas com as mãos. Ficarei perdida entre a mudez dos sinais? Ficarei, pois sei como sou: nunca soube ver sem logo precisar mais do que ver. (p. 14-15)</p>	<p>vou fazer: dizer. E me arriscar à enorme surpresa que sentirei com a pobreza da coisa dita. Mal a direi, e terei que acrescentar: não é isso, não é isso! Mas é preciso também não ter medo do ridículo, eu sempre preferi o menos ao mais por medo também do ridículo: é que há também o dilaceramento do pudor. Adio a hora de me falar. Por medo? E porque não tenho uma palavra a dizer. Não tenho uma palavra a dizer. Por que não me calo,</p>	<p>dar ao que me aconteceu. E sem dar uma forma, nada me existe. E – e se a realidade é mesmo que nada existiu?! Quem sabe nada me aconteceu? Só posso compreender o que me acontece mas só acontece o que eu compreendo – que sei do resto? O resto não existiu. Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma</p>	<p>existência dela me existia – no mundo primário onde eu entrara, os seres existem os outros como modo de se verem. (p. 57)</p>

Quadro 6 – Organização do *corpus* extraído de *A paixão segundo G.H.*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
			então? Mas se eu não forçar a palavra a mudez me engolfará para sempre em ondas. A palavra e a forma serão a tábua onde boiarei sobre vagalhões de mudez. (p. 13-14)	forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa – a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes – então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada. A vida humanizada. Eu havia humanizado demais a vida. Mas como faço agora? Devo ficar com a visão toda, mesmo que isso signifique ter	

Quadro 6 – Organização do *corpus* extraído de *A paixão segundo G.H.*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
				uma verdade incompreensível? ou dou uma forma ao nada, e este será o meu modo de integrar em mim a minha própria desintegração? (p. 8)	

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 7 – Organização do *corpus* extraído de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	porque se o seu mundo não fosse humano ela seria um bicho. Por um	O que lhe importou mais foi o seguinte: ela vira uma Coisa. Eram dez	Por mais intransmissível que fossem os humanos, eles sempre	Se não houvesse humanos na terra, seria assim: chovia,	

Quadro 7 – Organização do *corpus* extraído de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental deficiente (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	instante então desprezava o próprio humano e experimentava a silenciosa alma da vida animal. E era bom. "Não entender" era tão vasto que ultrapassava qualquer entender – entender era sempre limitado. Mas não-entender não tinha fronteiras e levava ao infinito, ao Deus. Não era um não-entender como um simples de espírito. O bom era ter uma inteligência e não entender. Era uma bênção estranha como a de ter loucura sem	horas da noite na Praça Tiradentes e o táxi corria. Então ela viu uma rua que nunca mais iria esquecer. Nem sequer pretendia descrevê-la: aquela rua era sua. Só podia dizer que estava vazia e eram dez horas da noite. Nada mais. Fora porém, germinada. (p. 77)	tentavam se comunicar através de gestos, de gaguejos, de palavras malditas e malditas. (p. 16-17)	as coisas se ensopavam sozinhas e secavam e depois ardiam secas ao sol e se crestavam em poeira. Sem dar ao mundo o nosso sentido, como Lóri se assustava! (p. 16)	

Quadro 7 – Organização do *corpus* extraído de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>ser doída. Era um desinteresse manso em relação às coisas ditas do intelecto, uma doçura de estupidez. Mas de vez em quando vinha a inquietação insuportável: queria entender o bastante para pelo menos ter mais consciência daquilo que ela não entendia. Embora no fundo não quisesse compreender. Sabia que aquilo era impossível e todas as vezes que pensara que se compreendera era por ter compreendido errado. Compreender</p>				

Quadro 7 – Organização do *corpus* extraído de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	era sempre um erro – preferia a largueza tão ampla e livre e sem erros que era não-entender. Era ruim, mas pelo menos se sabia que se estava em plena condição humana. (p. 21)				

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 8 – Organização do *corpus* extraído de *Água viva*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	Meu estado é o de jardim com água correndo.	Vejo que nunca te disse como escuto música –	Escrevo-te toda inteira e sinto um sabor	Quero pôr em palavras mas sem nenhuma	Também tenho que te escrever

Quadro 8 – Organização do *corpus* extraído de *Água viva*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Descrevendo-o tento misturar palavras para que o tempo se faça. O que te digo deve ser lido rapidamente como quando se olha. Agora é dia feito e de repente de novo domingo em erupção inopinada. Domingo é dia de ecos – quentes, secos, e em toda parte zumbidos de abelhas e vespas, gritos de pássaros e o longínquo das marteladas compassadas – de onde vêm os ecos de domingo? Eu que detesto domingo por ser oco. Eu, que quero a coisa mais</p>	<p>apoio de leve a mão na eletrola e a mão vibra espalhando ondas pelo corpo todo: assim ouço a eletricidade da vibração. Substrato último no domínio da realidade, e o mundo treme nas minhas mãos. E eis que percebo que quero para mim o substrato vibrante da palavra repetida em canto gregoriano. Estou consciente de que tudo que sei não posso dizer, só sei pintando ou pronunciando, sílabas cegas de sentido. E se tenho aqui que usar-te palavras, elas têm que fazer um sentido quase que só corpóreo, estou em luta com a</p>	<p>em ser e o sabor-a-ti é abstrato como o instante. É também com o corpo todo que pinto os meus quadros e na tela fixo o incorpóreo, eu corpo-a-corpo comigo mesma. Não se compreende música: ouve-se. Ouve-me então com teu corpo inteiro. Quando vieres a me ler perguntarás por que não me restrinjo à pintura e às minhas exposições, já que escrevo tosco e sem ordem. É que agora sinto necessidade de palavras – e é novo para mim o que escrevo</p>	<p>descrição a existência da gruta que faz algum tempo pinte – e não sei como. Só repetindo o seu doce horror, caverna de terror e das maravilhas, lugar de almas aflitas, inverno e inferno, substrato imprevisível do mal que está dentro de uma terra que não é fértil. Chamo a gruta pelo seu nome e ela passa a viver com seu miasma. Tenho medo então de mim que sei pintar o horror, eu, bicho de cavernas ecoantes que sou, e sufoco porque sou</p>	<p>porque tua seara é a das palavras discursivas e não o direto de minha pintura. Sei que são primárias as minhas frases, escrevo com amor demais por elas e esse amor supre as faltas, mas amor demais prejudica os trabalhos. Este não é um livro porque não é assim que se escreve. O que escrevo é um só clímax? Meus dias são um só clímax: vivo à beira. Ao escrever não posso fabricar como na pintura, quando fabrico artesanalmente e uma cor.</p>

Quadro 8 – Organização do *corpus* extraído de *Água viva*

(continua)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defensivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>primeira porque é fonte de geração – eu que ambiciono beber água na nascente da fonte – eu que sou tudo isso, devo por sina e trágico destino só conhecer e experimentar os ecos de mim, porque não capto o mim propriamente dito. (p. 7-8)</p>	<p>vibração última. Para te dizer o meu substrato faço uma frase de palavras feitas apenas dos instantes-já. Lê então o meu invento de pura vibração sem significado senão o de cada esfuziante sílaba, lê o que agora se segue: “com o correr dos séculos perdi o segredo do Egito, quando eu me movia em longitude, latitude e altitude com ação energética dos elétrons, prótons, nêutrons, no fascínio que é a palavra e sua sombra”. Isso que te escrevi é um desenho eletrônico e não tem passado ou futuro: é simplesmente já. (p. 5)</p>	<p>porque minha verdadeira palavra foi até agora intocada. A palavra é a minha quarta dimensão. Hoje acabei a tela de que te falei: linhas redondas que se interpenetram em traços finos e negros, e tu, que tens o hábito de querer saber por quê – e porque não me interessa, a causa é matéria de passado – perguntarás por que os traços negros e finos? é por causa do mesmo segredo que me faz escrever agora como se fosse a ti, escrevo</p>	<p>palavra e também o seu eco. (p. 7)</p>	<p>Mas estou tentando escrever-te com o corpo todo, enviando uma seta que se finca no ponto tenro e nevrálgico da palavra. Meu corpo incógnito te diz: dinossauros, ictiossauros e plesiossauros, com sentido apenas auditivo, sem que por isso se tornem palha seca, e sim úmida. (p. 6)</p>

Quadro 8 – Organização do *corpus* extraído de *Água viva*

(conclusão)

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
			<p>redondo, enovelado e tépido, mas às vezes frígido como os instantes frescos, água do riacho que treme sempre por si mesma. O que pintei nessa tela é passível de ser fraseado em palavras? Tanto quanto possa ser implícita a palavra muda no som musical. (p. 5)</p>		

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 9 – Organização do corpus extraído de *Um sopro de vida*

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Não sei expressar-me por palavras. O que sinto não é traduzível. Eu me expresso melhor pelo silêncio. Expressar-me por meio de palavras é um desafio. Mas não correspondo à altura do desafio. Saem pobres palavras. E qual é mesmo a palavra secreta?</p> <p>Não sei e por que a ousou? Só não sei porque não ousou dizê-la? (p. 18)</p>	<p>Eu queria escrever um livro. Mas onde estão as palavras? esgotaram-se os significados. Como surdos e mudos comunicamo-nos com as mãos. Eu queria que me dessem licença para eu escrever ao som harpejado e agreste a sucata da palavra. E prescindir de ser discursivo. Assim: poluição. (p. 8)</p>	<p>“Escrever” existe por si mesmo? Não. É apenas o reflexo de uma coisa que pergunta. Eu trabalho com o inesperado. Escrevo como escrevo sem saber como e por quê – é por fatalidade de voz. O meu timbre sou eu. Escrever é uma indagação. É assim: ? (p. 9)</p>	<p>Cada invenção minha soa-me como uma prece leiga – tal é a intensidade de sentir, escrevo para aprender. (p. 11)</p>	<p>No começo só havia a ideia. Depois o verbo veio ao encontro da ideia. E depois o verbo já não era meu: me transcendia, era de todo o mundo, (p. 16)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 10 – Organização do *corpus* extraído de *A hora da estrela*

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	A verdade é sempre um contato interior inexplicável. A minha vida a mais verdadeira é irreconhecível, extremamente interior e não tem uma só palavra que a signifique. (p. 15)	Não se trata apenas de narrativa, é antes de tudo vida primária que respira, respira, respira. (p. 15)	Sim, mas não esquecer que para escrever não-importa-o-quê o meu material básico é palavra. Assim é que esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evolva um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases. (p. 16)	Será essa história um dia meu coágulo? Que sei eu. Se há veracidade nela – é claro que a história é verdadeira embora inventada (p. 15)	

Fonte: elaborado pela autora.

Ressaltamos que, desde a fase de coleta, não pudemos deixar de perceber que a delimitação dessas categorias de análise auxilia-nos, por um lado, a fundamentar o olhar minucioso inevitavelmente exigido no exame científico de um fenômeno; provoca, por outro lado, a profunda dificuldade de fragmentar o que é coeso em sua complexidade.

Assim, por pertinentes que sejam essas categorias segundo nosso entendimento, na fase de organização dos dados, as unidades conceituais definidas nos serviram apenas de guias que nos permitiram dar algum tratamento às reflexões claricianas que são objeto de nossa análise. Não se tratou, pois, de encaixilhar tais reflexões em grupos fechados, sob a ilusão de uma correspondência biunívoca entre exemplo e categoria. Prova disso é que alguns exemplos, por adequarem-se a mais de uma categoria, ofereceram grande resistência de enquadramento.

Ademais, boa parte dos exemplos coletados apresentou o comportamento, para nós, angustiante, de não se acomodar em nenhuma das categorias. Acabamos, ainda, optando por deixar fora do quadro organizacional que compusemos os diversos exemplos cujo vínculo com a unidade conceitual era irrecuperável no recorte. Tratava-se nesses casos de relação de sentido sutilmente construída, em sequência extensa de páginas, na interação entre escritora e leitora, a ponto de nem mesmo a força bruta da ciência conseguir isolar essa relação do fluir em recursão nas coordenações de ação.

A análise dos dados coletados consistiu na observação dos indícios da relação de consonância que enxergamos entre o discurso de Clarice sobre a linguagem e os fundamentos da sociocognição e na reflexão e discussão sobre a plausibilidade dessa relação. No que diz respeito à observação, vale apontar que, dada a indissociabilidade entre fenômeno e objeto em nosso estudo, é apagada, a nosso ver, ou ao menos rasurada, a linha que separa o procedimento de organização e a própria análise, uma vez que as categorias de análise foram definidas no seio mesmo da teoria, a qual é simultaneamente marco teórico e objeto de investigação da pesquisa.

Endossa nossa consideração, o comentário de Suassuna (2008), apoiado em André (2000), sobre a concomitância entre os dois procedimentos:

A análise ocorre paralelamente à observação, na medida em que o pesquisador seleciona aspectos que devem ser explorados e decide quais os que devem ser abandonados. Assim, as categorias analíticas podem derivar diretamente da teoria que respalda a pesquisa ou surgir do próprio conteúdo dos dados sob análise (SUASSUNA, 2008, p. 349).

Nesse sentido, classificar os dados de acordo com as categorias equivale já, de algum modo, a esboçar uma apreciação analítica. Claro está, todavia, que a “categorização dos dados não esgota a análise – é preciso, depois dela, fazer um esforço de abstração, ultrapassar os dados em si mesmos, tentar estabelecer conexões e relações que tornem possível a proposição de novas explicações e interpretações” (SUASSUNA, 2008, p. 350).

As primeiras relações estabelecidas nessa etapa foram aquelas quantitativamente indicadas no *corpus* construído. Para torná-las evidentes ao nosso olhar, fizemos o levantamento das ocorrências relativas a cada unidade conceitual de análise em cada um dos romances analisados, construindo no *Excel* a planilha de cálculo que é reproduzida em parte na imagem (capturada via tecla *print screen*) a seguir:

Imagem 2 – Levantamento dos dados coletados e organizados por romance e unidade conceitual de análise

	A	B	C	D	E	F	G	H
1		Função designadora	Papel instrumental defectivo	Qualidade materializadora e iterativa	Aspecto indicial	Caráter constitutivo	Condição colaborativa	
2	Perto do coração selvagem	0	6	6	5	6	1	24
3	O lustre (1946)	1	6	5	1	3	5	21
4	A cidade sitiada (1949)	1	13	5	2	7	3	31
5	A maçã no escuro (1961)	0	12	3	17	20	20	72
6	A paixão segundo G.H. (1961)	0	14	11	5	12	2	44
7	Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres (1969)	0	4	4	3	2	0	13
8	Água viva (1963)	0	4	20	10	9	2	45
9	Um sopro de vida (1978)	0	8	21	5	9	2	45
10	A hora da estrela (1977)	0	2	4	5	6	0	17
11		2	69	79	53	74	35	312

Fonte: elaborada pela autora.

Para proceder à reflexão e à discussão, dando continuidade à concretização da etapa analítica, recorreremos às unidades conceituais para nos guiar no exame dos indícios que nos dados encontramos, tecendo argumentativamente a mesma trajetória (da representação à recursão) esboçada na concepção dessas unidades. De modo concomitante à construção da argumentação, apreciamos em nosso *corpus*, ao realizar minuciosas leituras dos trechos organizados em cada quadro, a pertinência que apresentavam no percurso discursivo empreendido. Nesse exercício, ao encontrar muitas passagens semelhantes, procuramos eleger aquelas que remetiam mais evidentemente ao aspecto discutido.

A partir dessa apreciação selecionamos para análise 40 passagens que consideramos fortemente alusivas às ideias expressas pelas categorias. Essa amostra é composta de 10 trechos de *A maçã no escuro*, 7 de *A paixão segundo G.H.*, 7 de *Água viva*, 5 de *A cidade sitiada*, 5 de *Um sopro de vida*, 3 de *O lustre*, 1 de *Perto do coração selvagem*, 1 de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* e 1 de *A hora da estrela*. Todos os trechos têm como referência as edições dos romances publicadas pela editora Rocco, indicadas na bibliografia.

5 SOCIOCOGNICÃO NO DISCURSO DE CLARICE LISPECTOR SOBRE A LINGUAGEM

Como explicamos na seção 3, fundamental para a compreensão das bases teóricas em que se apoia a sociocognição é o percurso conceitual descontínua, tortuosa e multilinearmente traçado entre a desestabilização da noção de representação e a construção do conceito de recursão. Ao longo dessa trajetória, atribuíram-se à linguagem características que qualificam nosso modo de construir sentidos. Ao problematizarmos esse processo, argumentamos que as características que constituem pressupostos sociocognitivistas são aquelas que, nesse curso, afastam-se da perspectiva representacionista.

A noção tradicional de representação, que fundamenta a crença na linguagem como instrumento de acesso ao real, impulsionou o projeto do protagonista de um dos romances de Clarice. Em *A maçã no escuro*, Martim propõe, de maneira semelhante à dos filósofos analíticos clássicos, abolir a linguagem convencional em nome de um modo de exprimir a realidade sem deformações. Embora fracassando nesta que era sua intenção original, o personagem se vê vitorioso ao compreender, finalmente, como recurso frutífero a plasticidade da linguagem.

O desenrolar do conflito de Martim não é contudo linear. Não obstante a ansiedade do personagem por readmitir, ao final do romance, a linguagem comum, suas descobertas sucedem não exatamente por apaziguar a angústia, sua e provavelmente também a do leitor, em face de um mundo indizível e de uma alma inefável, mas por denunciar um tipo de relação entre linguagem e realidade muito mais complexa do que a de correspondência especular.

Assim como vimos que não há desfecho possível para o conflito entre tal angústia e tal consciência de complexidade em *A maçã no escuro*, entendemos que também não existe conclusão definitiva para a problematização da linguagem desenvolvida, seja por meio das reflexões de um narrador, seja através da voz e atitude dos personagens, nos demais romances claricianos.

Os dados coletados na pesquisa, que confirmaram a forte presença desse discurso autorreflexivo na totalidade dos romances, indicaram que os questionamentos não obedecem a um tipo de trajetória evolutiva, como um conflito que se estabelece nas primeiras obras e se dissolve nas derradeiras. Tão complexos quanto os anseios e os juízos dos narradores e personagens de Clarice, os argumentos que constituem o discurso da autora são contrapontísticos, não redutíveis.

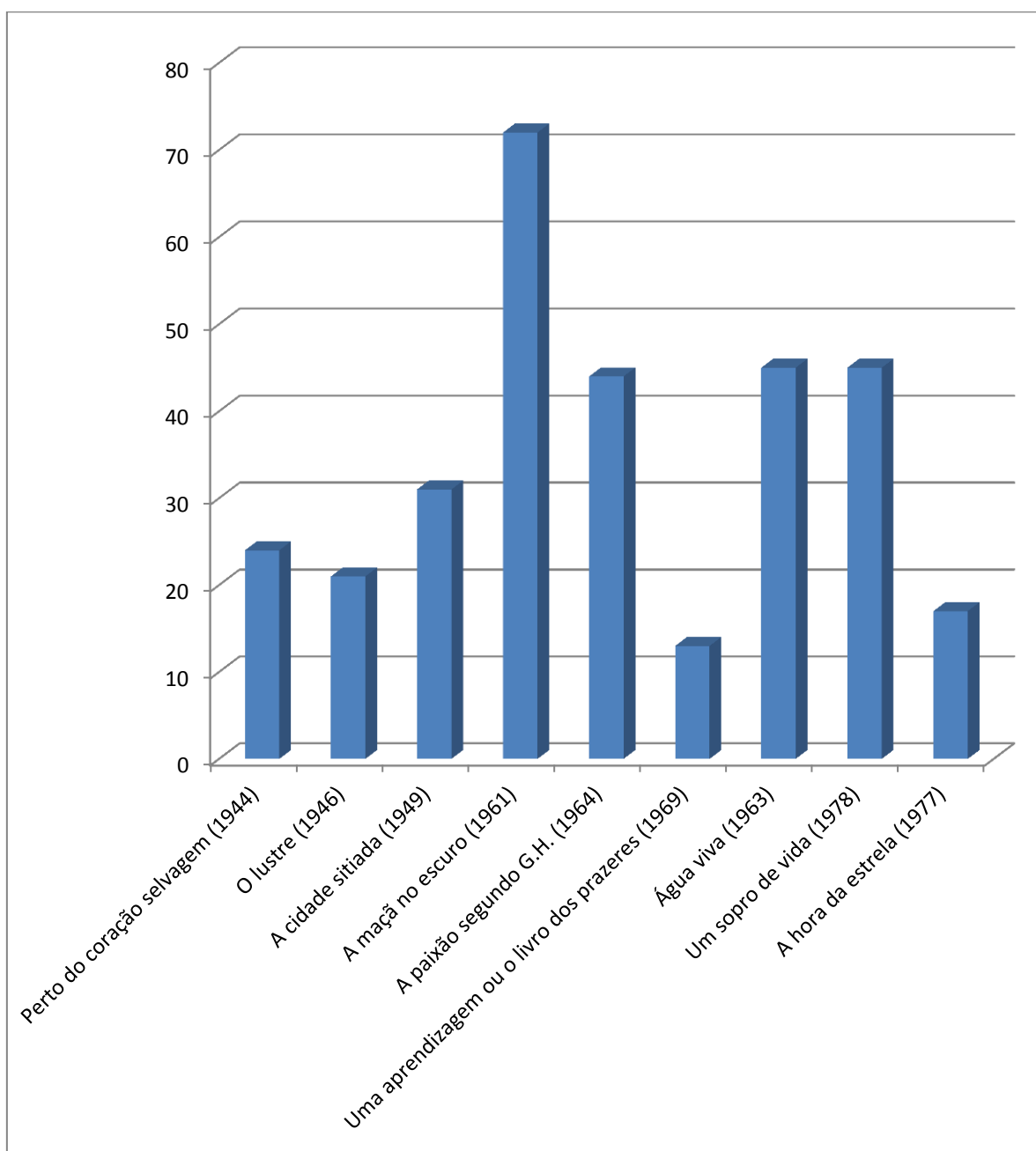
5.1 PRESENÇA DO DISCURSO AUTORREFLEXIVO NOS ROMANCES CLARICIANOS

Como explicamos ao descrever nosso percurso metodológico, para construir o *corpus* do estudo, agrupamos num quadro de organização as passagens destacadas em cada romance conforme as unidades conceituais que definimos, *função designadora*, *papel instrumental defectivo*, *qualidade materializadora e iterativa*, *aspecto indicial*, *caráter constitutivo* e *condição colaborativa*. Ao proceder ao levantamento das ocorrências registradas no quadro, observamos que a presença de alusões a essas categorias mostrou-se mais evidente em *A maçã no escuro* (72 passagens), *Água viva* (45), *Um sopro de vida* (45) e *A paixão segundo G.H.* (44). Em seguida, percebemos destaque em *A cidade sitiada* (31), *Perto do coração selvagem* (24) e *O lustre* (21). Identificamos menos alusões em *A hora da estrela* (17) e *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (13).

Esses dados quantitativos importam tanto por indicarem a manifestação concreta do discurso autorreflexivo na obra de Clarice quanto por oferecerem uma noção geral da maior ou menor evidência desse traço entre os romances da escritora. Todavia, é preciso atentar para aspectos que relativizam a interpretação desses números, como a circunscrição do que estamos concebendo como discurso autorreflexivo às categorias que construímos no contexto específico da pesquisa e o fato de que não foram levadas em conta a extensão dos romances nem a amplitude dos trechos. Ressalva feita, concluímos a partir dessa noção geral oferecida pelos dados que a problematização da linguagem na literatura clariciana não se intensifica paralelamente à linearidade cronológica²⁷ das obras, como demonstra o gráfico 1, a seguir.

²⁷ Referimo-nos, sobretudo, à sequência de publicação dos romances de Clarice. Quanto às duas últimas obras, porém, tomamos em consideração a suposta precedência do processo de escrita de *Um sopro de vida*, como explicamos na nota 25.

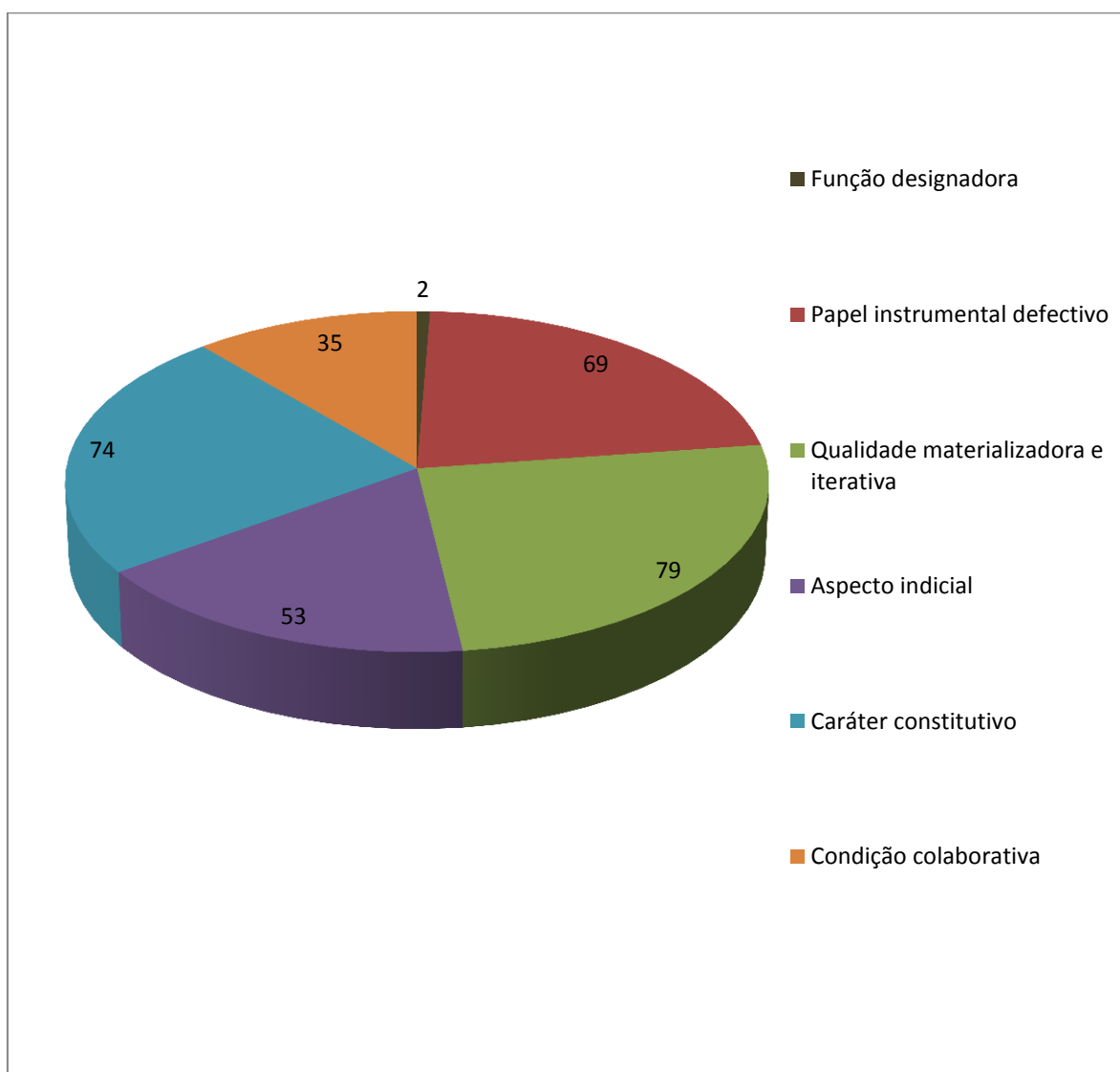
Gráfico 1 – Presença de trechos alusivos às unidades conceituais de análise nos romances



Fonte: elaborado pela autora.

Observamos como categorias de maior expressividade na totalidade dos romances *qualidade materializadora e iterativa* (79 ocorrências), *caráter constitutivo* (74) e *papel instrumental defectivo* (69). Em seguida, aparecem *aspecto indicial* (53), *condição colaborativa* (35) e, por último, *função designadora* (2), como exibido no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Expressividade das unidades conceituais de análise na totalidade dos romances



Fonte: elaborado pela autora.

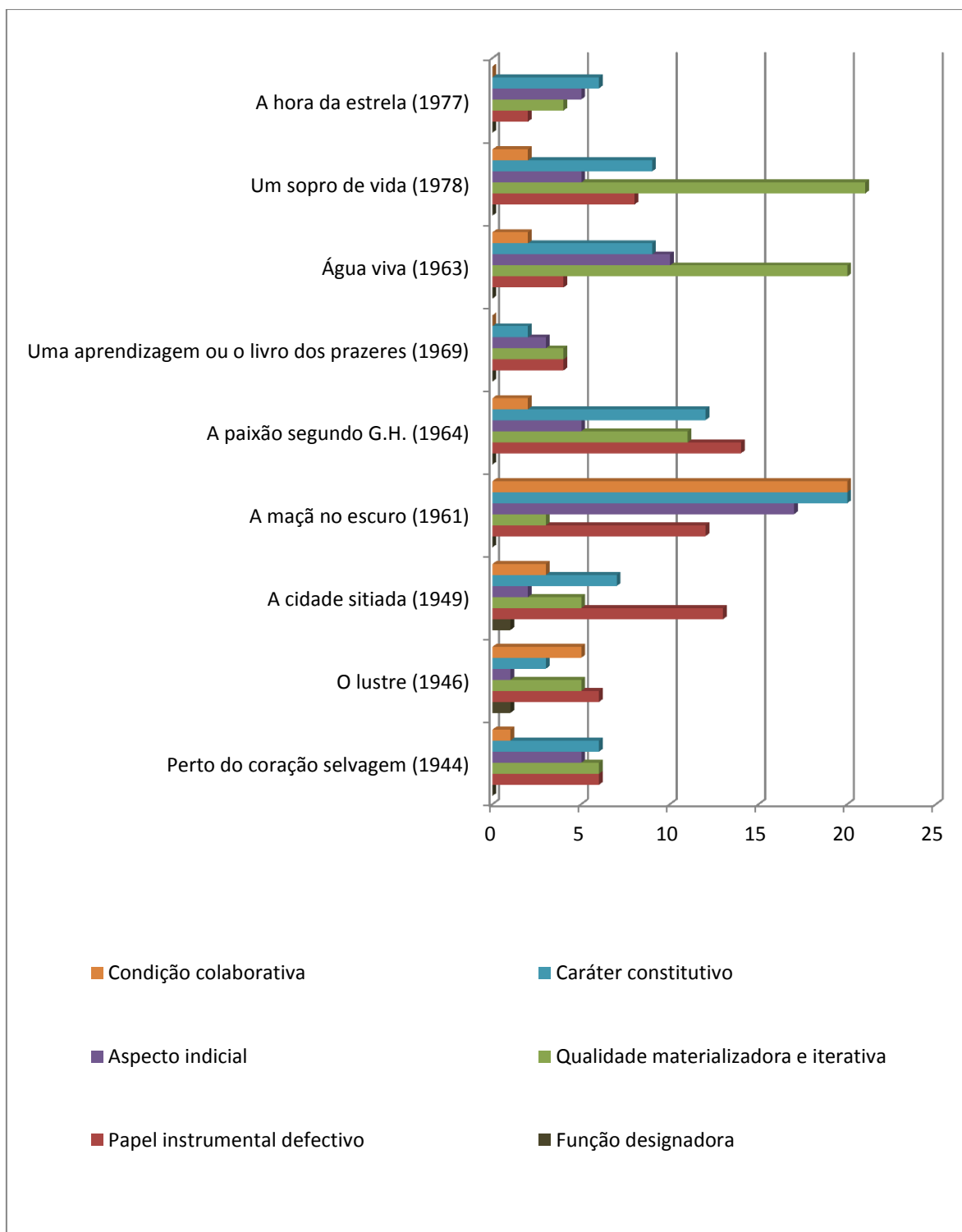
De antemão, a pouca representatividade da categoria *função designadora* nos conduz à percepção de que o discurso clariciano se afasta de uma noção essencialista de linguagem. Por outro lado, o equilíbrio quantitativo, no conjunto das categorias mais expressivas, entre as ocorrências de uma unidade conceitual que, como explicamos ao descrever nosso quadro de organização dos dados, está mais perto do polo da recursão, *caráter constitutivo*, e as ocorrências de unidades que conservam proximidade com o polo da representação, *qualidade materializadora e iterativa* e *papel instrumental defectivo*, nos permite inferir que a problematização da linguagem, do papel que ela assume na configuração do real, é no discurso em questão estado permanente, conflito insolúvel, percurso espiralado.

Com isso queremos dizer que não se identifica no conjunto das narrativas em si o desenvolvimento pretensamente evolutivo de uma reflexão sobre as noções de representação e recursão. Esses conceitos inscrevem-se na problematização promovida – em movimento mais aleatório do que linear – no discurso da escritora como expressão da angústia em que se enredam seus personagens e narradores diante da frustrante desconformidade entre o que é palavra e o que não é. No máximo, podemos afirmar que há nas elucubrações forjadas pela voz desses tipos ficcionais, a tendência ligeiramente maior de remissão à ideia de recursão, visto que, somadas, as categorias mais ligadas ao conceito apareceram no discurso com mais frequência (162 ocorrências) do que aquelas ainda ancoradas na noção de representação (150).

Como observamos no gráfico 3, mais adiante, em *A maçã no escuro*, obra que, conforme explicamos na introdução deste trabalho, instigou nossa investigação, por apresentar, de acordo com os resultados de nossa pesquisa de mestrado, indícios de alusão a pressupostos sociocognitivistas, as categorias mais expressivas são, de fato, *condição colaborativa* (20 ocorrências), *caráter constitutivo* (20) e *aspecto indicial* (17), que se aproximam da noção de recursão.

Em contrapartida, com exceção de *A hora da estrela*, em que as categorias mais evidentes são *caráter constitutivo* (6) e *aspecto indicial* (5), e *Perto do coração selvagem*, em que *caráter constitutivo* equipara-se quantitativamente a *papel instrumental defectivo* e *qualidade materializadora e iterativa*, todas com 6 ocorrências, os outros romances apresentam com mais frequência *papel instrumental defectivo* ou *qualidade materializadora e iterativa*, mais distantes da noção de recursão. A primeira é a categoria mais expressiva em *O lustre* (6 ocorrências), *A cidade sitiada* (13) e *A paixão segundo G.H.* (14); a segunda, em *Água viva* (20) e *Um sopro de vida* (21). Em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, as duas categorias são as mais aludidas, ambas com 4 ocorrências.

Gráfico 3 – Expressividade das unidades conceituais de análise em cada romance



Fonte: elaborado pela autora.

As relações indicadas nesses dados quantitativos tornam mais evidente a presença de uma escrita autorreflexiva nos romances de Clarice e já sinalizam de que maneira se inserem na problematização da linguagem desenvolvida no discurso da escritora os

pressupostos da sociocognição. A alusão a eles não se dá de forma a apontá-los como chave de compreensão, como senha de acesso à elucidação do enigmático fenômeno do dizer; a condição que assumem no discurso autorreflexivo em questão é a de antítese não sintetizável. Ao serem cotejados como premissas de modos possíveis de explicação do complexo funcionamento da linguagem, esses pressupostos não são tomados como razão última; confrontam, mas voltam a ser confrontados, num discurso sempre em movimento. Com a finalidade de examinar esse discurso dinâmico, propomos uma direção argumentativa, naturalmente, a trajetória esboçada na concepção das categorias. Seguindo tal curso, analisamos na próxima subseção 40 passagens contidas nos nove romances.

5.2 REPRESENTAÇÃO E RECURSÃO NO DISCURSO DE CLARICE SOBRE A LINGUAGEM

Com o intento de discutir as noções de representação e recursão a partir do discurso autorreflexivo presente nos romances claricianos, selecionamos de nosso *corpus* passagens, a nosso ver, fortemente alusivas a essas noções. A ausência de linearidade e epílogo que, como mencionamos, marca o desenvolvimento do discurso em questão nos desobriga a usar o aspecto cronológico como critério de organização desses trechos na condução de nossa análise, tanto no que diz respeito à sequência de publicação dos romances quanto no que se refere à posição do excerto na narrativa.

Os trechos selecionados estão, assim, organizados conforme a maneira como apresentam indícios alusivos aos conceitos de representação e recursão na linguagem. Aqueles que sugerem essa alusão de forma que consideramos mais ligada à representação e ao movimento de desestabilização do conceito nos serviram de ponto de partida para a discussão; foram categorizados, portanto, como pertinentes às unidades de análise *função designadora*, *papel instrumental defectivo* e *qualidade materializadora e iterativa*. Os que remetem a aspectos que nos parecem mais relacionados à construção da noção de recursão seguiram-se aos primeiros, constituindo expressão das categorias *aspecto indicial*, *caráter constitutivo* e *condição colaborativa*.

5.2.1 Representação na linguagem: função designadora, papel instrumental defectivo, qualidade materializadora e iterativa

Ao partir do conceito de representação, na acepção forte referida por Varela (1988), discutimos de início a *função designadora* que é atribuída à linguagem sob o paradigma essencialista de leitura do real. Como mencionamos em 5.1, a problematização da linguagem empreendida por Clarice em seus romances pouco remete a essa perspectiva. Os exemplos (1) e (2), a seguir, ocorrências únicas desse enfoque, aludem à preocupação com a forma acurada de traduzir o real e à suposta precedência das entidades a seus nomes.

(1) Tinha porém poucos pensamentos em relação às coisas e temia repeti-los sempre; nunca usava a expressão certa, sempre errando mesmo quando era sincera (*O lustre*, p. 110).

(2) Grega numa cidade ainda não erguida, procurando designar cada coisa para que depois, através dos séculos, elas tivessem o sentido de seus nomes (*A cidade sitiada*, p. 91).

Em (1), percebemos nas palavras do narrador de *O lustre*, quando este afirma o erro honesto da personagem Virgínia, a ideia de que a desconformidade entre forma e conteúdo seria atribuível à falta de competência da falante, não à plasticidade constitutiva da semiose linguística; em (2), na descrição do narrador de *A cidade sitiada* sobre a condição da personagem Lucrécia, parece insinuar-se como plausível a possibilidade de que tenha ela uma atitude pretensamente adâmica, nos termos de Bakhtin ([1979]1997), de nomear um mundo já naturalmente discreto, a aguardar apenas a designação, prescindindo, portanto, da atividade dialógica, social, que é a categorização.

A designação deixa de ser tomada como função primordial e incontestável da linguagem quando a noção de representação começa a perder força. Ao serem postas em causa a realidade objetiva e a racionalidade absoluta, sobretudo pelo argumento kantiano do real como aquilo que nossa constituição subjetiva concebe como objeto, a noção se desestabiliza, refletindo nos estudos da linguagem. A esta, julgada incapaz de alcançar a coisa em si, passa a ser imputado um *papel instrumental defectivo*. No exemplo (3), a seguir, a narradora-personagem de *A paixão segundo G.H.* alude a um escuro não iluminável em que consistiria a coisa em si:

(3) Não sei, não sei. Pois a coisa nunca pode ser realmente tocada. O nó vital é um dedo apontando-o – e, aquilo que foi apontado, desperta como um miligrama de radium no escuro tranquilo. Então ouvem-se os grilos molhados. A luz do miligrama não altera o escuro. Pois o escuro não é iluminável, o escuro é um modo de ser: o escuro é o nó vital do escuro, e nunca se toca no nó vital de uma coisa. A coisa para mim terá que se reduzir a ser apenas aquilo que rodeia o intocável da coisa? (*A paixão segundo G.H.*, p. 138).

A narradora sugere que qualquer perturbação no “halo” da coisa em si não provoca descortino, de modo que o abalo resultante resta circunscrito à atmosfera que envolve seu nó vital; não alcança o próprio nó. A forte carga poética do discurso não nos impede de aproximá-lo ao conceito kantiano de númeno e suas implicações. Para Kant (2009), a possibilidade do númeno, isto é, da coisa em si, não é passível de ser percebida por nós; fora da esfera dos fenômenos, nada há que uma extensão vazia para a nossa intuição sensível. Segundo o filósofo, embora não possamos descartar de modo geral a existência de uma intuição não sensível, sob o risco de admitirmos apenas um mundo concebido no pensamento, em razão de nossa constituição subjetiva, a intuição sensível é única para nós; conhecemos as coisas não como são, mas como parecem ser. O númeno não é, pois, para nós, um objeto inteligível, é “[...] algo de que não podemos fazer a menor representação” (KANT, 2009, p.186); ele não constitui “[...] um conhecimento determinado de uma coisa qualquer, mas somente o pensamento de alguma coisa em geral em que [se faz] abstração de toda forma de intuição sensível” (KANT, 2009, p. 183).

Conforme Figueiredo (2005), o idealismo transcendental kantiano rompe com a tradição filosófica platônica ao negar que corresponderiam ao inteligível e ao sensível dois níveis diversos de realidade, um menos real (sensível) que o outro (inteligível). Kant teria derrubado o privilégio do inteligível deixando de atribuir-lhe a determinação de uma realidade e sustentando a incidência dessa determinação sobre os fenômenos.

De fato, para Kant (2009, p. 183), o fenômeno, que “[...] nada pode ser por si só e fora de nosso modo de representação”, é a única forma sob a qual os objetos nos são dados:

Todas as nossas representações são relacionadas a algum objeto pelo entendimento e, uma vez que os fenômenos são apenas representações, o entendimento os relaciona a alguma coisa apreendida como objeto da intuição sensível; mas essa coisa (na qualidade de objeto de uma intuição em geral), nessa relação, é tão somente o objeto transcendental. Por esse objeto devemos entender alguma coisa = x , da qual nada sabemos e [...] nada podemos saber; mas essa coisa pode, como correlativo da unidade da percepção, servir apenas para unificar a multiplicidade na intuição sensível, operação pela qual o entendimento liga essa multiplicidade ao conceito de um objeto. Esse objeto transcendental não deve nunca estar separado dos dados sensíveis, pois se assim fosse, nada restaria que servisse para concebê-lo.

Portanto, ele não é um objeto do conhecimento em si, mas somente a representação dos fenômenos no conceito de um objeto em geral, que pode ser determinado pela multiplicidade dos fenômenos (KANT, 2009, p. 182-183).

Apesar da permanência de um princípio dualista na proposta kantiana, que reitera a tradição essencialista, percebemos no pensamento do filósofo a desestabilização do conceito de representação como reprodução, cópia ou reflexo. Ao sustentar a subordinação de nosso conhecer à intuição sensível, Kant evidencia o problema da noção de objetividade e estreita o fosso entre o cognoscível e o cognoscente.

No exemplo (4), a seguir, o narrador de *A cidade sitiada*, ao refletir sobre a atitude da protagonista do romance, parece aludir a essa realidade fenomênica:

(4) Oh, mas as coisas não eram jamais vistas: as pessoas é que viam. E perto a sólida porta da sala. E mais além a mulher de porcelana sustentava nas costas o relógio parado. Tudo isso era a miniatura da igreja, da praça e da torre do relógio, e neste mapa a moça calculava como um general. Que diria então se pudesse passar, de ver os objetos, a dizê-los... Era o que ela, com paciência de muda, parecia desejar. Sua imperfeição vinha de querer dizer, sua dificuldade de ver era como a de pintar. O difícil é que a aparência era a realidade (*A cidade sitiada*, p. 72).

O narrador atribui a angústia da personagem à impossibilidade de a coisa em si ser vista de maneira isenta, livre do olhar dos sujeitos. Em sua afirmação de que a aparência era a realidade, percebemos apreciação semelhante à de Kant, o qual postula que a definição real, isto é, a compreensão da possibilidade do objeto de uma categoria está inextricavelmente vinculada às condições da sensibilidade dos sujeitos, portanto à forma dos fenômenos.

Ao indicar como dificuldade essa identificação entre aparência e realidade e apontá-la como um obstáculo que se interpunha ao seu desejo de dizer o mundo, o narrador de Clarice nos chama a atenção, ainda nesse exemplo, para o aspecto que naturalmente emerge do questionamento da noção clássica de representação: o lugar da linguagem na significação. No exemplo (5), adiante, ao denunciar a insuficiência das palavras, o narrador parece definir esse lugar como posto marginal.

(5) Lucrécia Neves talvez quisesse exprimi-lo, imitando com o pensamento o vento que bate portas – mas faltava-lhe o nome das coisas. Faltava o nome das coisas, mas eis, eis aqui, ali, eis a coisa, a igreja, as pombas voando sobre a Biblioteca, os salames à porta da loja, o vidro ardente de uma janela sinalizando com insistência para o morro... Os dois de pé espiando. E a dureza das coisas era o modo mais recortado de ver da moça. Da impossibilidade de ultrapassar essa resistência nascia, de fruto verde, o travo das coisas firmes sobre as quais soprava com heroísmo esse

vento cívico que faz tremer bandeiras! a cidade era uma fortaleza incontestável! E ela procurando ao menos imitar o que via: as coisas estavam como ali! e ali! Mas era preciso repeti-las. A moça tentava repetir com os olhos o que via, tal seria ainda o único modo de se apoderar (*A cidade sitiada*, p. 49).

A inquietação que oprime a personagem diz respeito à suposição de que, em vez de atuar como elemento semiotizante, discretizando o mundo, “o nome das coisas” falha em exprimir-lhes os sentidos. Sem que conseguisse imitar, repetir com palavras, as coisas que se mostravam a seu recortado modo de ver, Lucrecia é tomada por uma angústia que o narrador considera consequência da imperfeição da linguagem.

Esse juízo que concebe a linguagem como instrumento ineficaz conserva um veio representacionista, ao pressupor que, em alguma dimensão anterior às palavras, residiriam as coisas com seus significados essenciais; por trás do símbolo restaria a essência intacta. Às palavras, ideologicamente neutras, caberia, sob essa ótica, a transmissão de conceitos previamente formulados, naturalmente estabelecidos para as entidades. Neste trecho de *A maçã no escuro* (exemplo (6)), a angústia do personagem Martim parece embutir essa ideia de que o sentido é anterior à expressão:

(6) Sem uma palavra a escrever, Martim no entanto não resistiu à tentação de imaginar o que lhe aconteceria se o seu poder fosse mais forte que a sua prudência. “E se de repente eu pudesse?”, indagou-se ele. E então não conseguiu se enganar: o que quer que conseguisse escrever seria apenas por não conseguir escrever “a outra coisa”. Mesmo dentro do poder, o que dissesse seria apenas por impossibilidade de transmitir uma outra coisa. A Proibição era muito mais funda... surpreendeu-se Martim. Como se vê, aquele homem terminara por cair na profundidade que ele sempre sensatamente evitara. E a escolha tornou-se ainda mais funda: ou ficar com a zona sagrada intacta e viver dela — ou traí-la pelo que ele certamente terminaria conseguindo e que seria apenas isto: o alcançável (*A maçã no escuro*, p. 172-173).

Como nos deixa saber o narrador, Martim acredita estar no erro a realização máxima do signo. Ainda que, na tentativa de capturar um sentido supostamente autônomo, ousasse empregar a linguagem, ela o auxiliaria na empresa apenas na medida em que seu restrito potencial, seu *papel instrumental defectivo*, permitisse.

O resquício representacionista que observamos na crença frustrante do personagem remete ao que Bakhtin/Voloshinov ([1929] 2006, p. 114) considera declarações típicas do romantismo idealista: “‘O pensamento expresso pela palavra é uma mentira’ (Tiutchev). ‘Oh, se pelo menos alguém pudesse exprimir a alma sem palavras!’ (Fiet)”. Assim

como a aflição do personagem, essas declarações são contrariadas pela noção de língua viva, segundo a qual, em vez de receber um pacote de categorias lexicais de eficiência duvidosa, tomamos parte no processo, necessariamente social e sempre em construção, de constituir a língua e pô-la em movimento. Como explica o autor,

Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já constituída – graças à língua materna – se confronta com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar. Os sujeitos não “adquirem” sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 109-110).

Ao adotar esse ponto de vista, compreendemos com o autor que “[...] não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 114). Torna-se pouco plausível, sob esse ângulo, pensar num conteúdo interior a ser deformado pela expressão exterior, uma vez que “[...] não existe atividade mental sem expressão semiótica” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 114).

A ideia que sustenta o temor de Martim, que o narrador nos dá a conhecer em (6), projeta-se, a nosso ver, nestas palavras de Bakhtin/Voloshinov: “No curso do processo de dominar o material, de submetê-lo, de transformá-lo em *meio* obediente, da expressão, o conteúdo da atividade verbal a exprimir muda de natureza e é forçado a um certo compromisso” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 113, grifo do autor). Para preservar a forma pretensamente autônoma do conteúdo interior, o personagem renuncia à expressão.

Como observamos no exemplo (7), a seguir, atitude semelhante é adotada pela narradora-personagem de *A paixão segundo G.H.*:

(7) Mas é a mim que caberá impedir-me de dar nome à coisa. O nome é um acréscimo, e impede o contato com a coisa. O nome da coisa é um intervalo para a coisa. A vontade do acréscimo é grande – porque a coisa nua é tão tediosa (*A paixão segundo G.H.*, p. 139-140).

Para G.H., tomada como entidade independente, a coisa nua prescinde do nome; em sua forma pura é intangível. Diante disso, a estratégia por que opta a personagem é recusar nomeá-la. Como percebemos em (8), adiante, definir, conceituar, categorizar são operações das quais se esquiva para resguardar a suposta essência irrecuperável dos fenômenos.

(8) Eu sabia que o neutro da barata tem a mesma falta de gosto de sua matéria branca. Sentada, eu estava consistindo. Sentada, consistindo, eu estava sabendo que se não chamasse as coisas de salgadas ou doces, de tristes ou alegres ou dolorosas ou mesmo com entretons de maior sutileza – que só então eu não estaria mais transcendendo e ficaria na própria coisa (*A paixão segundo G.H.*, p. 86).

Essa renúncia cautelosa, a que G.H. recorre para viver no núcleo da experiência, faz, em *A maçã no escuro*, o personagem Martim ir mais longe, desafiar a prudência do silêncio. Ao julgar defectiva a linguagem convencional, a linguagem dos outros, Martim se propõe inaugurar a própria. Assim é que, do mesmo modo que os filósofos analíticos clássicos, ele procura estabelecer uma linguagem que com êxito traduza a realidade objetiva. O fracasso desse projeto ambicioso leva o personagem a reavaliar a necessidade de descobrir o símbolo perfeito. Desse movimento resulta, para ele, a resignação com a ideia de que a verdade oculta, a ser por tal símbolo revelada, permanece enevoadada.

(9) De que lhe valera a liberdade profunda mas sem poder. Ele tinha tentado inventar um novo modo de ver ou de entender ou de organizar, e tinha querido que esse modo fosse tão perfeito quanto o da realidade. Mas o que experimentara fora apenas a liberdade de um cão sem dentes. A liberdade de ir em busca da promessa que o rodeava – pensou o homem tremendo. E tão vasta era a promessa que, se a pessoa a perdia de vista por um segundo, então se perdia de si própria num mundo vazio e completo que não parece precisar de um homem a mais. Perdia-se até que exaustivamente, e nascida do nada, se erguesse a esperança – e então de novo, como para um cão sem dentes, o mundo se tornasse passeável, tocável. Mas apenas tocável (*A maçã no escuro*, p. 220-221).

O novo modo de ver, entender, organizar de Martim, em vez de garantir-lhe acesso à realidade intacta que supunha existir, proporcionou ao personagem não mais do que a recompensa vã de um mundo vazio e completo. Tal qual uma massa amorfa, esse mundo completo, ainda não discretizado, vazio de categorias, não supriu a expectativa de tornar para ele mais do que apenas tocável a realidade.

Além da dissociação entre a configuração do real e as práticas discursivas, é possível identificar no conflito em que se vê o personagem outro pilar da representação, a presença de dualismo entre cognição e mundo. Como discutimos na seção 3, a visão cartesiana de cognição, que desconsidera a constitutividade mútua entre cognição e ser e entre ser e mundo, tem nutrido há bastante tempo a ideia de que a cognição consiste na faculdade de representar adequadamente uma instância exterior predeterminada.

Em oposição a essa ideia, com base na premissa fenomenológica de que nosso conhecimento do mundo resulta do modo como nele operamos com nosso corpo e nossa linguagem, construindo nossa história social, Varela (1988) argumenta que é pouco razoável considerar dado autônomo aquilo que não é estático nem admite nossa ausência; aquilo que é, ao contrário, contingencial e necessária e simultaneamente objeto e circunstância de nossa ação. A codeterminação, esse processo de constituição recíproca que se estabelece entre nós e o mundo, contradiz o lamento de Martim, visto que tocar a realidade é constituí-la, é o próprio modo de tê-la. O que nutre o tormento do personagem é provavelmente o fato de que, como graceja Varela (1988, p. 83), “[...] as origens deste processo estão perdidas para todo o sempre e o nosso mundo é, em todo caso, estável (... salvo quando desaba)”.

Entre linguagem e cognição, também se desenha, como observamos no exemplo (10), adiante, uma espécie de cesura intransponível. A protagonista de *Perto do coração selvagem*, Joana, parece ansiar por conectar-se à dimensão “verde e vaga” da consciência, a conter a substância pressentida, que se advinha, mas se corrompe ao ser dita.

(10) O que havia naquele instante longínquo era alguma coisa verde e vaga, a expectativa da continuação, uma inocência impaciente ou paciente? espaço vazio... Que palavra poderia exprimir que naquele tempo alguma coisa não se condensara e vivia mais livre? Olhos abertos flutuando entre folhas amarelecendo, nuvens brancas e muito embaixo o campo estendido, como envolvendo a terra. E agora... Talvez tivesse aprendido a falar, só isso. Mas as palavras sobrenadavam no seu mar, indissolúveis, duras. Antes era o mar puro. E apenas restava do passado, correndo dentro dela, ligeira e trêmula, um pouco da antiga água entre cascalhos, sombria, fresca sob as árvores, as folhas mortas e castanhas forrando as margens. Deus, como ela afundava docemente na incompreensão de si própria. E como podia, muito mais ainda, abandonar-se ao refluxo firme e macio. E voltar. Haveria de reunir-se a si mesma um dia, sem as palavras duras e solitárias... Haveria de se fundir e ser de novo o mar mudo brusco forte largo imóvel cego vivo (*Perto do coração selvagem*, p. 190).

Afundar na incompreensão de si sem colidir com as palavras aparenta ser para Joana modo único de garantir a integridade da verdade frouxamente intuída num domínio independente da linguagem. À ânsia da personagem subjaz a ideia de mente como dimensão de significação a ser deficientemente revelada pela língua. Contrapondo-se a essa perspectiva, a hipótese sociocognitiva de construção dos sentidos sugere que a linguagem, em vez de instrumento de resgate de verdades obscuras armazenadas na consciência, é uma prática inevitavelmente social (negociada; coordenada), situada (contingencial; indeterminável) e sistemática (historial; estabilizadora) de conhecer. Assim, linguagem e cognição não são

domínios contíguos. Como assevera Salomão (1999), trata-se de instâncias que, embora não redutíveis entre si, assumem identidade fragmentária conforme as exigências circunstanciais, específicas, da interação humana.

A aflição de Joana, todavia, pode também ser lida como manifestação de um aspecto diverso. É possível que, justamente por reconhecer o papel ativo da linguagem na significação, a personagem tema desprender-se do “mar mudo brusco forte largo imóvel cego vivo”. Submersa, enreda-se segura ao recôndito bloco coeso, atômico, de “coisas não condensadas e livres”, impressões, percepções viscerais. Discretizar esse bloco, organizar os pedaços em realidade intercomunicável era para ela perdê-lo. No exemplo (11), a seguir, observamos que, para escapar desse arriscado movimento, tal qual Joana resguarda-se nas águas, a personagem Virgínia, de *O lustre*, abriga-se na escuridão.

(11) [...] pelo deslizar de um segundo podia ultrapassar aquela afirmação cálida e misteriosamente veemente de que a coisa, compreende? está ali, ali mesmo e portanto é assim, os objetos, aquele jarro pequeno por exemplo, sabe-se profundamente; e mesmo aquela janela entreaberta, a mesinha pousada sobre as pontas de três pernas sob o teto, compreende? sabe-se profundamente; e depois há também o que não está presente (e que auxilia, que auxilia, e tudo avança) (mesmo aquela força) (um instante que se segue e dele nasce o sim e o não) (mas se se demora um pouco fica-se “sabendo” que o instante é um instante e então está mudamente (roto) (é preciso recomeçar) (enovelando, renovando, enovelando forças) (sem permitir que certas coisas do mundo se aproximem de mais) (sobretudo o que é passado é passado e é exatamente apenas desse pequeno instante que se trata e de mais esse, e de mais esse, e de mais esse) (mas cada um por si) – e eis que sem nenhuma palavra ela já realizara. Aliás toda ela era sustentada por algumas palavras. Mas empregadas com tal sentido, com tal sentido, com tal espécie de natureza cega e estranha que, quando as usava alto ou em pensamento ou quando as ouvia, não estremecia, não reconhecia, não notava; na sua intimidade ocupada e minuciosa ela vivia sem memória. Antes de adormecer, concentrada e mágica, dizia adeus às coisas num último instante de consciência ligeiramente iluminada. Sabia que na penumbra “suas coisas” viviam melhor sua própria essência. “Suas coisas” – pensava sem palavras, sabida na própria escuridão – “suas coisas” como “seus animais” (*O lustre*, p. 141-142).

Observamos na descrição do narrador alusão a uma dimensão de sentido que a personagem acredita pouco ou nada vinculada à linguagem. Admitindo, quando muito, que tal domínio é estruturado por uma linguagem peculiar, de natureza cega e estranha, Virgínia deseja, em devaneio consciente, manter “suas coisas” na penumbra, a fim de preservar essências supostas. Cautelosamente, para não “ficar sabendo”, a personagem parece rejeitar dar forma à cognição. Aparenta atribuir ao amorfismo a integridade de uma verdade, evitando, portanto, entender pautadamente o que lhe acontecia, assim como Martim em *A*

maçã no escuro, que se questiona: “Se nós profundamente o entendemos, precisamos também entendê-lo superficialmente? Se reconhecemos no seu mover-se lento o nosso próprio formar-se – assim como se reconhece um lugar onde pelo menos uma vez se esteve – será necessário traduzi-lo em palavras que nos comprometem?” (LISPECTOR, 1998c, p. 139).

Pensar a relação de mútua constitutividade entre linguagem e cognição é importante para compreender em que consiste de fato atribuir à língua a fabricação do real. Considerando a assunção irrefletida dessa premissa um clichê metodológico precário, Blikstein (2003) aponta sua reformulação como um avanço epistemológico inevitável, por julgar a significação linguística tributária do referente. Para o autor, “[...] o universo e o próprio pensamento já começam a se organizar na percepção-cognição, antes, portanto da própria linguagem” (BLIKSTEIN, 2003, p. 45); o recorte oferecido pela linguagem não seria assim o recorte da realidade propriamente, mas o recorte da realidade fabricada, da realidade transformada em referente. Conhecer o mundo, ainda que “vazio e completo”, como o de Martim (exemplo (9)), e as coisas, mesmo que “não condensadas e livres”, como as de Joana (exemplo (10)), seria sob esse ponto de vista um processo desencadeado “antes/atrás” da linguagem.

Favorecendo a desconstrução parcial da visão representacionista, a atribuição de uma *qualidade materializadora e iterativa* à semiose linguística implica um modelo explicativo para nosso modo de produzir sentidos que propõe a fabricação da realidade pela língua a partir de um movimento de reiteração circular em que captamos o mundo por meio de uma instância posicionada nesse espaço “anterior” à linguagem, uma espécie de dimensão perceptocognitiva, obscura, lugar de uma semiose sensorial e proxêmica, com processos e recursos não verbais, a ser dialeticamente condicionada e aparelhada por nossos códigos verbais.

Nos exemplos (12) e (13), a seguir, a narradora autodiegética de *Água viva*, uma artista plástica que procura compor uma espécie de retrato narrativo da consciência do tempo e do espaço, alude a uma dimensão da significação que, assim como na proposta de Blikstein, segundo nosso entendimento, estaria “atrás” da linguagem ou do que ela denomina pensamento primário:

(12) Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando sorrateiramente em contato com uma realidade nova para mim que ainda não tem pensamentos correspondentes e muito menos ainda alguma palavra que a signifique: é uma sensação atrás do pensamento (*Água viva*, p. 44).

(13) Quando se vê, o ato de ver não tem forma – o que se vê às vezes tem forma, às vezes não. O ato de ver é inefável. E às vezes o que é visto também é inefável. E é assim certa espécie de pensar-sentir que chamarei de “liberdade”, só para lhe dar um nome. Liberdade mesmo – enquanto ato de percepção – não tem forma. E como o verdadeiro pensamento se pensa a si mesmo, essa espécie de pensamento atinge seu objetivo no próprio ato de pensar. Não quero dizer com isso que é vagamente ou gratuitamente. Acontece que o pensamento primário – enquanto ato de pensamento – já tem forma e é mais facilmente transmissível a si mesmo, ou melhor, à própria pessoa que o está pensando; e tem por isso – por ter forma – um alcance limitado. Enquanto o pensamento dito “liberdade” é livre como o ato de pensamento. É livre a um ponto que ao próprio pensador esse pensamento parece sem autor (*Água viva*, p. 81-82).

O “pensamento liberdade”, conceptualizado nesses trechos pela narradora de Clarice, aproxima-se a nosso ver do sistema perceptocognitivo descrito por Blikstein (2003). A discretização do mundo, a transformação da realidade nova, sem pensamentos correspondentes, nas palavras da narradora, em realidade fabricada, nas palavras de Blikstein, dar-se-ia a partir dessa dimensão interposta entre a linguagem e a massa amorfa do real.

Ao afirmar em (13) que “o que se vê às vezes tem forma, às vezes não”, a narradora nos permite ainda enxergar no “pensamento liberdade” um elemento crucial na dimensão da percepção-cognição concebida no esquema proposto por Blikstein. Na discussão empreendida pelo autor a respeito do filme de Werner Herzog, “O enigma de Kaspar Hauser”, de 1974, ele argumenta que sem a práxis social não há significação:

Kaspar Hauser descodifica de modo sempre aberrante a significação do mundo. A permanência do déficit cognitivo de Kaspar Hauser seria um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis (BLIKSTEIN, 2003, p. 55).

Conforme explicamos em 2.2.2.1, segundo Blikstein, a práxis modela a percepção-cognição a partir de mecanismos que consistem em traços de diferenciação e identificação que nos permitem discriminar, reconhecer e selecionar os elementos de uma realidade amorfa e contínua. Para o autor, esses traços tornam-se ideológicos e desencadeiam corredores semânticos ou isotopias que orientam a percepção-cognição, produzindo modelos ou padrões perceptivos, os “óculos sociais”.

Assim, ao mesmo tempo que nos permite a discretização de um universo amorfo e contínuo, a dimensão da práxis a que estaria necessariamente sujeita nossa percepção-cognição reitera padrões perceptivos, que relativizam a ausência de forma desse universo. De acordo com nossa compreensão é consoante com essa ideia o que declara a narradora de

Clarice no exemplo (13): o que pensa o “pensamento liberdade”, que a narradora assim denominou, “só para lhe dar um nome”, “às vezes tem forma, às vezes não”. Ousamos afirmar, com base na explicação de Blikstein, que, embora o “pensamento liberdade” não seja determinado como o “pensamento primário”, é justamente em razão dos “óculos sociais” que, como alerta a narradora, tal pensamento não sucede “vagamente ou gratuitamente” e, por outro lado, “ao próprio pensador esse pensamento parece sem autor”.

Ocorre que, nas palavras de Blikstein, as quais mencionamos em 2.2.2.1, “[...] embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não verbal, é praticamente só por meio desses códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis” (BLIKSTEIN, 2003, p. 80), isto é, a semiose não verbal, da qual temos apenas frágil consciência, só pode ser explicada pela língua, que por sua vez a reitera e a subverte, (re)organizando “[...] toda uma estrutura de movimentos, espaços, distâncias, gestos, objetos, construída pela estereotipia da nossa percepção” (BLIKSTEIN, 2003, p. 74).

Essa possibilidade subversiva na interação entre língua e práxis é, para o autor, o que se manifesta no conflito de Kaspar Hauser: ao desarranjar os corredores isotópicos e os estereótipos, as condições de aquisição de linguagem a que foi submetido o personagem – um momento tardio da vida e um ambiente socialmente restrito – denunciam a fabricação da realidade. No exemplo (14), a seguir, percebemos na argumentação da narradora de *A paixão segundo G.H.* certa alusão a essa “práxis libertadora” de que fala Blikstein:

(14) Mas era como uma pessoa que, tendo nascido cega e não tendo ninguém a seu lado que tivesse tido visão, essa pessoa não pudesse sequer formular uma pergunta sobre a visão: ela não saberia que existia ver. Mas, como na verdade existia a visão, mesmo que essa pessoa em si mesma não a soubesse e nem tivesse ouvido falar, essa pessoa estaria parada, inquieta, atenta, sem saber perguntar sobre o que não sabia que existe – ela sentiria falta do que deveria ser seu (*A paixão segundo G.H.*, p. 135).

A “práxis libertadora”, fruto da subversão de modelos perceptocognitivos contingencialmente determinados, “[...] acaba por patentear como a realidade tão bem ordenada e natural é apenas um produto da práxis da comunidade” (BLIKSTEIN, 2003, p. 86). G.H., ao afirmar hipoteticamente que a pessoa cega, tendo assim nascido e vivido entre outras igualmente privadas de visão, não saberia de que sentia falta ainda que sentisse a falta, parece justamente argumentar que o real existe para nós conforme a percepção moldada pela práxis. E ao insistir que, mesmo ignorando que “ver” existia, tal pessoa restaria inquieta, com

a angústia de uma pergunta que não saberia formular, a narradora problematiza a aceitação do real fabricado para a nossa percepção.

Entendemos essa problematização do real fabricado como a compreensão de que é aparente a naturalidade das estruturas ordenadas que confortavelmente admitimos; como a quebra da ilusão referencial, nos termos de Blikstein. A nosso ver, essa quebra é o reconhecimento, como possibilidade, de realidades outras; tratar-se-ia de um equívoco percebê-la como sinal acusador de uma realidade una, última, não ilusória. Em *Um sopro de vida*, nas vozes mescladas do narrador (“Autor”) e da personagem que cria como *alter ego* (“Estou falando eu ou está falando Ângela?” (LISPECTOR, 1999b, p. 83)), parece haver menção, como observamos no exemplo (15), à inexistência dessa “realidade em si mesma”:

(15) Não existe realidade em si mesma. O que há é ver a verdade através do sonho. A vida real é apenas simbólica: ela se refere a alguma outra coisa (*Um sopro de vida*, p. 83).

Percebemos no trecho a ideia de que a significação não consiste na atividade de designar entidades ou fenômenos preconcebidos, fora do domínio perceptocognitivo, mas num processo desencadeado em “[...] um abstrato lugar [...] onde não se pensa, esse lugar escuro, amorfo e gotejante como uma primitiva caverna” (LISPECTOR, 1999b, p. 37). No exemplo (16), a seguir, a personagem Ângela alude à semiose não verbal obscuramente processada nessa dimensão diáfana qualificando-a como modo certo, fecundo, embora fugaz, de compreender o que “não tem sinônimo no mundo da fala”.

(16) Eu adivinho coisas que não têm nome e que talvez nunca terão. É. Eu sinto o que me será sempre inacessível. É. Mas eu sei tudo. Tudo o que sei sem propriamente saber não tem sinônimo no mundo da fala mas enriquece e me justifica. Embora a palavra eu a perdi porque tentei falá-la. E saber-tudo-sem saber é um perpétuo esquecimento que vem e vai como as ondas do mar que avançam e recuam na areia da praia. Civilizar minha vida é expulsar-me de mim. Civilizar minha existência a mais profunda seria tentar expulsar a minha natureza e a supernatureza. Tudo isso no entanto não fala de meu possível significado (*Um sopro de vida*, p. 67).

Por outro lado, ainda que, como pondera Ângela, as “[...] pré-palavras e desmaiadas visões auditivas de ideias” (LISPECTOR, 1999b, p. 124) resguardem “sua natureza e a supernatureza”, parecem não prescindir dos signos verbais. Como observamos no exemplo (17), em apuro semelhante se vê o “Autor”:

(17) Eu – eu quero quebrar os limites da raça humana e tornar-me livre a ponto de grito selvagem ou “divino”. Mas me sinto indefeso em relação ao mundo que me é então aberto. Quem? quem me acompanha nessa solidão que se não fores tu, Ângela, não atingirei o cume? Ou talvez eu esteja querendo entrar nos mais remotos mistérios enquanto durmo que apenas afloram nos sonhos. A imaginação antecede a realidade! Só que eu só sei imaginar palavras (*Um sopro de vida*, p. 76).

Mesmo ambicionando divisar a dimensão remota que supõe anteceder a realidade, parece reconhecer que a liberdade do “grito selvagem” sucumbe à lógica linear discursiva à qual, segundo Blikstein (2003), tende a se amoldar nossa percepção-cognição. Para o linguista, nossa sociabilidade crescente promove esse processo, tornando cada vez mais natural recorrermos à discursividade como modo de pensar o mundo. Conforme esclarece, esse modo é de fato o único a que somos capazes de recorrer para materializar a semiose tecida em nosso sistema perceptual. Como vemos no exemplo (18), o “Autor” reconhece essa condição ao afirmar captar o ar da ideia muda, do “pré-pensamento”, já no instante materializado em símbolo, não antes, no elusivo “pré-instante”:

(18) Meu pensamento, com a enunciação das palavras mentalmente brotando, sem depois eu falar ou escrever – esse meu pensamento de palavras é precedido por uma instantânea visão, sem palavras, do pensamento – palavra que se seguirá, quase imediatamente – diferença espacial de menos de um milímetro. Antes de pensar, pois, eu já pensei. Suponho que o compositor de uma sinfonia tem somente o “pensamento antes do pensamento”, o que se vê nessa rapidíssima ideia muda é pouco mais que uma atmosfera? Não. Na verdade é uma atmosfera que, colorida já com o símbolo, me faz sentir o ar da atmosfera de onde vem tudo. O pré-pensamento é em preto e branco. O pensamento com palavras tem cores outras. O pré-pensamento é o pré-instante. O pré-pensamento é o passado imediato do instante. Pensar é a concretização, materialização do que se pré-pensou. Na verdade o pré-pensar é o que nos guia, pois está intimamente ligado à minha muda inconsciência. O pré-pensar não é racional. É quase virgem. Às vezes a sensação de pré-pensar é agônica: é a tortuosa criação que se debate nas trevas e que só se liberta depois de pensar – com palavras (*Um sopro de vida*, p. 18).

Ao aludir, contudo, à precedência de uma instantânea visão sem palavras, que guia o pensar racional, evoca a ideia sustentada por Blikstein (2003, p. 68) de que “[...] nem toda cognição seria governada pela língua”. Como argumenta o linguista, sistemas semiológicos de ordem sensorial ou cinestésica são ofuscados pela língua apesar da função capital que exercem na produção da significação. Blikstein explica que isso se dá porque, sem que tenhamos consciência do fenômeno em progresso, esses sistemas icônicos, já engendrados pela práxis social, são impregnados de corredores isotópicos e traços valorativos,

os quais favorecem a possibilidade de uma semiotização do mundo independente da intervenção da língua. A matéria-prima a que o narrador de *A hora da estrela* refere-se no exemplo (19) teria, conforme essa ótica, estrutura própria, que não reproduz a lógica operacional da língua:

(19) Esta história são apenas fatos não trabalhados de matéria-prima e que me atingem direto antes de eu pensar. Sei muita coisa que não posso dizer. Aliás pensar o quê? (*A hora da estrela*, p. 69).

Se pudesse ser respondida por Blikstein, a questão formulada pelo narrador teria talvez como retorno o argumento de que o pensamento icônico é capaz de semiotizar, sem necessariamente recorrer aos códigos verbais, “[...] toda uma estrutura de movimentos, espaços, distâncias, gestos, objetos, construída pela estereotipia da nossa percepção” (BLIKSTEIN, 2003, p. 74). Sua sujeição à língua, que se torna, por outro lado, inevitável, parece comprometedor, danosa, em razão da linearidade imposta pela semiose verbal, “[...] que desmantela a simultaneidade das estruturas visuais” (BLIKSTEIN, 2003, p. 68). Disso já suspeita a narradora-personagem de *Água viva*, sobre a qual paira o sempre evidente “[...] desespero das palavras ocuparem mais instantes que um relance de olhar” (LISPECTOR, 1998e, p. 15), como mostra o exemplo (20):

(20) Que estou fazendo ao te escrever? estou tentando fotografar o perfume. Escrevo-te sentada junto de uma janela aberta no alto de meu atelier. Escrevo-te este fac-símile de livro, o livro de quem não sabe escrever; mas é que no domínio mais leve da fala quase não sei falar. Sobretudo falar-te por escrito, eu que me habituei a que fosses a audiência, embora distraída, de minha voz. Quando pinto respeito o material que uso, respeito-lhe o primordial destino. Então quando te escrevo respeito as sílabas. Novo instante em que vejo o que vai se seguir. Embora para falar do instante de visão eu tenha que ser mais discursiva que o instante: muitos instantes se passarão antes que eu desdobre e esgote a complexidade una e rápida de um relance. Escrevo-te à medida de meu fôlego. Estarei sendo hermética como na minha pintura? Porque parece que se tem de ser terrivelmente explícita. Sou explícita? (*Água viva*, p. 50).

A captura do instante exige da personagem a conduta paradoxal da discursividade. Ao passo que se impõe como alternativa exclusiva de materializar a substância complexa do relance, o efeito linear da língua acaba por tornar longínquo o impulso primário e filtrar os dados sensoriais dessa composição volátil.

Conceber a linguagem como mecanismo mediador (da materialização e compreensão de uma semiose mais primária, não verbal) que, ao mesmo tempo, aparelha

nosso sistema perceptocognitivo e dialeticamente reitera a realidade fabricada promove a desconstrução da ideia do real apriorístico, naturalmente discretizado, na qual se fundamenta o conceito de representação. A parcialidade que, de outra parte, atribuímos a essa desconstrução firma-se no fato de que, a nosso ver, persiste nesse modo de compreender a semiose linguística a noção da existência de um domínio dotado de propriedades especiais para processar a instrução do meio, capaz de projetar imagens redutíveis ao organismo, a mente.

Concordando com Magro (1999b), consideramos ainda ancorado no modelo representacionista o ponto de vista de que a percepção é a faculdade de uma instância psíquica transcendente, separada do domínio das interações e de nossa ação discursiva. Parece-nos mais distante desse modelo o entendimento da experiência perceptiva como uma prática que, em vez de transfigurar (fabricar) a realidade a partir de uma dinâmica que opõe o que é externo e o que é interno, consiste num ato cognitivo entrelaçado à linguagem, a compreensão de que, por meio desse ato, isto é, discretizando e categorizando o mundo, compomos coordenadamente a história que passamos a posteriormente tratar como independente do processo através do qual a fizemos existir. Na próxima subseção, discutimos com base nos exemplos as características atribuídas à semiose linguística que a nosso ver são pautadas por essa compreensão, alinhando-se ao conceito de recursão na linguagem.

5.2.2 Recursão na linguagem: aspecto indicial, caráter constitutivo, condição colaborativa

De acordo com Maturana (2001), a noção de recursão na linguagem diz respeito ao fluir de nossas coordenações de coordenações consensuais de ação. Operamos na linguagem interagindo e materializando a história de nossas interações; articulamos nossas condutas negociando sentidos, regulando consensos e reportando-nos recorrentemente a esse operar discursivo.

As palavras, conforme esse modo de conceber a linguagem, não funcionam como símbolos a respeito de fenômenos com existência independente do discurso, mas engendram esses fenômenos “[...] como entroncamentos no espaço de coordenações de ação” (MATURANA, 2001, p. 99). A simbolização, frequentemente admitida como recurso intrínseco dos signos verbais, é, para o autor, processo secundário; os símbolos surgem como relações que estabelecemos na dinâmica de nossas coordenações de ação. “O que fazemos na linguagem, na explicação, tem a ver com a experiência. A experiência nos acontece, nos

encontramos nela e nos encontramos na linguagem, e em seguida explicamos o que fazemos” (MATURANA, 2001, p. 100). Os significados não são, portanto, elementos da linguagem, mas reflexões, explicações que produzimos nas coordenações.

Em conformidade com essa premissa, o *aspecto indicial* atribuído à linguagem refere-se ao fato de serem as palavras pistas que, com outros elementos semióticos, guiam os interlocutores na enunciação, na construção de objetos discursivos. O que frequentemente nos parece uma inadequação crônica, discrepância insuperável entre símbolo e sentido, pode indicar, sob esse ângulo, não mais do que a vantajosa condição de sermos seres linguajantes: contar com um modo de agir social que nos permite fazer distinções, (re)categorizar nossas experiências, trazer o mundo à existência. Em *Água viva*, ao refletir sobre o fracasso aparente do símbolo, a narradora-personagem sugere que “[...] o que parece falta de sentido – é o sentido” (LISPECTOR, 1998d, p. 35). Como declara nos exemplos (21) e (22), a seleção daquilo que julga “parecenças erradas” a conduz pelo “enovelado” por elas armado:

(21) Mas há a transfiguração do meu terror: então entrego-me a uma pesada vida toda em símbolos pesados como frutas maduras. Escolho parecenças erradas mas que me arrastam pelo enovelado (*Água viva*, p. 19).

(22) Porque agora te falo a sério: não estou brincando com palavras. Encarno-me nas frases voluptuosas e ininteligíveis que se enovelam para além das palavras. E um silêncio se evola sutil do entrechoque das frases. Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente. Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada (*Água viva*, p. 20).

Ao comparar à isca a palavra que captura a entrelinha, no exemplo (22), a personagem nos adverte de que é parcial a analogia, por não haver cesura entre signo e sentido, palavra e “não palavra”. Percebemos no trecho alusão à ideia sustentada por Mondada e Dubois (2003) de que as categorias é que reificam as práticas humanas, as entidades do mundo. Como asseveram as autoras, ao agir discursivamente, o interlocutor “[...] não está simplesmente tentando buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical. Ao contrário, o processo de produção das sequências de descritores em tempo real ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 34).

A personagem de Clarice afigura ciência dessa circunstância quando afirma não poder livrar-se da isca, após “pescar a entrelinha”, por se terem tornado palavra e “não palavra” indissociáveis. A par, ao que parece, da inexistência de um ponto preciso, *habitat* da entrelinha pronta, discreta, onde lançar seu anzol, a narradora sugere, para alcançar esse modo peculiar de fisgar (incorporar) sua verdade inventada, a espreita paciente, o trabalho diligente para obter o que deseja do signo, essa isca especial.

Em *A paixão segundo G.H.*, a protagonista também reflete, no exemplo (23), adiante, sobre a natureza laboriosa do dizer e, ao apresentar a consequência da “enorme surpresa com a pobreza da coisa dita”, a reformulação, parece aludir à noção de processo, que subjaz à abordagem construcionista de linguagem.

(23) Será preciso coragem para fazer o que vou fazer: dizer. E me arriscar à enorme surpresa que sentirei com a pobreza da coisa dita. Mal a direi, e terei que acrescentar: não é isso, não é isso! Mas é preciso também não ter medo do ridículo, eu sempre preferi o menos ao mais por medo também do ridículo: é que há também o dilaceramento do pudor. Adio a hora de me falar. Por medo? E porque não tenho uma palavra a dizer. Não tenho uma palavra a dizer. Por que não me calo, então? Mas se eu não forçar a palavra a mudez me engolfará para sempre em ondas. A palavra e a forma serão a tábua onde boiarei sobre vagalhões de mudez (*A paixão segundo G.H.*, p. 20).

A reformulação, o ajustamento categorial, a que se refere G.H. remete, a nosso ver, à compreensão, fomentada nos estudos seminais da referenciação, de que, não havendo no mundo referente autônomo, entidade preexistente à linguagem, dizer consiste no processo de construir tal entidade ao curso do próprio agir discursivo, não de resgatá-la com a posse da palavra, que a personagem lamenta não ter.

Em *A maçã no escuro*, a experiência do herói Martim parece evocar a mesma compreensão. Ao longo de sua trajetória, ele encontra nas palavras, em vez de correspondência com sentidos delas independentes, um modo de organizar verdades. Observamos no exemplo (24), a seguir, que o personagem reconhece, embora relutante, certa vantagem na indicialidade constitutiva da semiose linguística, comprazendo-se com os sentidos forjados em razão da plasticidade proporcionada por essa condição.

(24) Esta última frase o homem disse com vaidade porque lhe pareceu que organizara com alguma perfeição as palavras. Certamente o que fez Martim experimentar essa perfeição foi o fato de suas palavras terem de algum modo ultrapassado o que ele quisera dizer. E, embora se sentindo ludibriado por elas, preferiu o que dissera ao que realmente pretendia dizer, por causa do modo muito mais certo como as coisas nos ultrapassam. O que também lhe

deu, no mesmo instante, uma impressão de fracasso; e de resignação ao modo como acabara de se vender a uma frase que tinha mais beleza que verdade. A primeira coisa que ele estava esbanjadoramente comprando com seu novo dinheiro era um público – mas este já o forçara a uma verdade organizada (*A maçã no escuro*, p. 43).

A verdade organizada exigida pelo novo público de Martim e propiciada pela indicialidade da língua, que o personagem hesita em acolher, leva à reflexão sobre a relevância do discurso na promoção da comensurabilidade das versões que elaboramos para explicar a realidade. Ao negociar com seus interlocutores, Martim surpreende-se com “o modo muito mais certo” assumido pela coisa dita. A surpresa do personagem decorre, conforme compreendemos, da ideia criticada por Rorty (1980) de haver uma descrição única e correta do real, naturalmente pertinente a nossa intuição.

Como explica o filósofo, a desconstrução dessa ideia requer o entendimento de que, além de não ser a exteriorização de representações internas, o discurso não representa o que quer que seja. Ele assevera que “[...] precisamos deixar de lado a noção de correspondência tanto para enunciados quanto para pensamentos, e enxergar os enunciados em sua relação com outros enunciados em vez de com o mundo”²⁸ (RORTY, 1980, p. 371-372).

Concordando com as perspectivas filosóficas de Wittgenstein e Heidegger, o autor argumenta que o dizer não é necessariamente dizer como as coisas são, expressar sobre elas um juízo formulado. Sustenta que, ao dizer, não procedemos à investigação dos verdadeiros referentes, mas tomamos parte na conversação, assumindo a responsabilidade de negociar palavras, ideias e teorias. A verdade é, pois, “[...] o resultado comum do discurso comum”²⁹ (RORTY, 1980, p. 377). Para Rorty, essa percepção implica conceber os seres humanos como agentes, como “[...] autores de novas descrições em vez de seres de quem se espera a capacidade de descrever corretamente”³⁰ (RORTY, 1980, p. 378).

Para o personagem de Clarice, contudo, persistem o desconcerto e a impressão de erro, fracasso em face do vácuo deixado pela falácia da verdade transcendental, plena (*truthfulness*, como designa Rorty). Tendo “comprado com seu novo dinheiro” improváveis interlocutores, as pedras, Martim parece enfrentar dificuldades ao fazer com elas “toda a

²⁸ “[...] we have to drop the notion of correspondence for sentences as well as for thoughts, and see sentences as connected with other sentences rather than with the world” (RORTY, 1980, p. 371-372).

²⁹ “[...] the normal result of normal discourse” (RORTY, 1980, p. 377).

³⁰ “[...] generators of new descriptions rather than beings one hopes to be able to describe accurately” (RORTY, 1980, p. 378).

infinita soma de algarismos” de resultados provisórios, contingencialmente validáveis, como mostra o exemplo (25):

(25) Depois que Martim disse o que tinha a dizer, apesar de estar satisfeito, sentiu-se cansado, como se houvesse um erro em alguma coisa que ele dissera – e ele fosse obrigado a fazer toda a infinita soma de algarismos de novo. Em algum ponto não identificável, aquele homem ficara preso num círculo de palavras. Esquecera de informar alguma coisa? As pedras iam certamente ter uma impressão falsa. Para quem nunca viu uma cabeleira, um fio de cabelo não era nada, e tirado de sua água, o peixe era apenas uma forma (*A maçã no escuro*, p. 44).

O comentário do narrador, ao pôr em questão a compreensão da plateia peculiar de Martim, remete, a nosso ver, à discussão tecida por Wittgenstein II (1996) a respeito de como nossas escolhas lexicais não são motivadas por uma intenção de expressão dissociada de situações, costumes e instituições humanas. De acordo com o filósofo, “[...] o que chamamos de ‘descrições’ são instrumentos para empregos especiais” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 137, § 291); é ao experimentar e comparar vivências que aprendemos a usá-las em jogos específicos. “Quando se pergunta ‘Como é que a frase faz para expor?’ – a resposta poderia ser: ‘Você não sabe? Você o vê quando a usa.’ Não há nada oculto” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 174, § 435).

A menção em (25) ao fio de cabelo irreconhecível e à forma obsoleta do peixe fora d’água evoca, segundo nosso entendimento, a ingênua expectativa referida por Wittgenstein II de esperar descobrir o que significa “mate” mediante a observação aplicada do último lance de uma partida de xadrez. Para o autor, é com base nas comparações que estabelecemos nos jogos de linguagem que somos capazes de fixar critérios de identidade para eventos e coisas. Nesse sentido, a proeza de “chegar às coisas”, como suspeita a protagonista de *O lustre*, Virgínia, no exemplo (26), é de fato condicionada pelos signos, não por capturarem a realidade, mas por nos permitirem produzir efeitos que a modelam.

(26) Sua impressão então era a de que só poderia chegar às coisas por meio de palavras. Era sempre um pouco de esforço entender, entender tudo. [...] Ele fitara-a devagar penetrante, jamais deixando-a escapar, jamais: – Que foi exatamente que eu disse? Ela tentara falar, confundira-se corada. – Eu sabia que você não tinha ouvido, suspirara ele alçando os ombros. Confusa e eloquente ela explicava: – Eu não ouvi as palavras, não sei mesmo o que elas poderiam ser mas eu lhe respondi, não foi? senti sua disposição quando você falou, senti como eram as palavras... Eu sei o que você quis dizer... não importa o que você tenha dito, juro... (*O lustre*, p. 109).

Ainda que Virgínia estivesse perfeitamente atenta, a veemência do protesto de seu interlocutor (“– Que foi exatamente que eu disse?”) pareceria incongruente se a avaliássemos sob a perspectiva de Wittgenstein II. O filósofo argumenta: “Mas quando se diz: ‘Como vou saber o que alguém tem em mente, pois vejo somente os seus signos’, então digo: ‘Como *ele* pode saber o que tem em mente, ele também só tem os próprios signos” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 188, § 504, grifo do autor).

A explicação de Virgínia, em sua eloquência atrapalhada, sugere a ideia, na qual insiste Wittgenstein II, de que, a compreensão de uma proposição não é a apreensão de uma representação a ela acoplada. Para o autor, nosso interpretar na linguagem é, em vez do resgate de imagens engrenadas nos signos, um processo que tem como sistema de referência o modo de agir comum dos seres humanos. Dado o caráter labiríntico desse processo, a linguagem se apresenta, conforme afirma o filósofo, não como condição em si mesma para a promoção do entendimento mútuo, mas como modo de produzir efeitos que modelam a realidade e, ainda, como recurso cujo uso nos permite a compreensão recíproca:

Não: “sem a linguagem não poderíamos fazer-nos entender” – mas sim: sem a linguagem não podemos influenciar outras pessoas desta e daquela maneira; não podemos construir estradas e máquinas, etc. E também: Sem o uso do discurso e da escrita as pessoas não poderiam fazer-se entender (WITTGENSTEIN, 1996, p. 185, § 491, grifos nossos).

Em (26), não é vislumbrar explicações remotamente afixadas aos signos, mas sentir a “disposição das palavras” que faz Virgínia compreender seu interlocutor. Assumindo o ponto de vista wittgensteiniano, poderíamos dizer que estarem os personagens concordes numa forma de vida é que os habilita a desempenhar seus movimentos no jogo de linguagem em que tomam parte. Esse mover-se coordenado é, por sua vez, a maneira como moldamos o formato flexível do real. Como assevera Wittgenstein II, apenas quando falta o jogo de linguagem em que poderíamos empregar as palavras, elas nos parecem enigmas, e deixamos levar na busca obstinada de uma ordem *a priori* do mundo escondida no fundo da linguagem.

De acordo com essa noção clássica da ordem oculta, do ideal, o sentido dos signos não é “[...] algo que já está abertamente manifesto e que se torna visível em seu conjunto mediante organização. Mas é algo que se situa *sob* a superfície. Algo que se situa no interior, algo que vemos quando penetramos a coisa, algo que cabe à análise desenterrar” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 66, § 92, grifo do autor).

Uma vez contestada, essa noção cede espaço à crença de que a realidade pré-linguagem tem contornos imprecisos; é etérea, amorfa; assume as formas relativamente estáveis que lhe conferem nossas ações discursivas. Esse *caráter constitutivo* atribuído à linguagem permite compreender que “[...] afirma-se da coisa o que já se encontra no modo de sua exposição” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 69, § 104). Como mostram os exemplos (27) e (28), ideia semelhante parecem insinuar a narradora de *Água viva*, quando nega ao signo a representação de uma essência propriamente dita, e o narrador de *Um sopro de vida*, quando atribui ao discurso a existência de si e das coisas.

(27) Não estou brincando pois não sou um sinônimo – sou o próprio nome. Há uma linha de aço atravessando isto tudo que te escrevo (*Água viva*, p. 35).

(28) O que não existe passa a existir ao receber um nome. Eu escrevo para fazer existir e para existir-me. Desde criança procuro o sopro da palavra que dá vida aos sussurros (*Um sopro de vida*, p. 97).

Em (27), a menção à “linha de aço” que ata os movimentos discursivos da narradora suscita a reflexão sobre como é pensada a referência de acordo com uma abordagem que refuta a correspondência, como a de Wittgenstein II. Discutindo a pertinência de considerar exata ou inexata uma explicação, o filósofo ressalta que mais congruente do que estabelecer essa dicotomia seria observar se a explicação é utilizável; se ligadas às outras, numa exposição de conjunto, nos termos do autor, ela nos faz avançar. Desse modo, como ele argumenta, uma dificuldade de compreensão não significa uma fenda no fundamento.

“É como se uma explicação, por assim dizer, estivesse pendurada no ar, caso uma outra não a sustentasse. Ao passo que uma explicação pode repousar sobre uma outra que se tenha dado, mas uma não precisa da outra – a menos que *nós* precisemos dela para evitar um mal-entendido” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 63, § 87, grifo do autor).

Já em (28), o sopro da existência que o narrador procura no signo somente se produz quando ele escreve, isto é, quando põe o signo em funcionamento, condição consoante à ideia sugerida na maiêutica espirituosa de Wittgenstein: “Todo signo, *sozinho*, parece morto. *O que lhe confere vida?* – Ele *está vivo* no uso. Ele tem em si o hálito da vida? – Ou é o *uso* o seu hálito?” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 173, § 432, grifos do autor).

Se não há entidade autônoma a que corresponder, a linguagem exime-se de apresentar o rigor lógico que dela esperou a tradição. Se os usos da língua é que geram os

sentidos, não há coerência em entender como imperfeição a indeterminação, a indicialidade do discurso. Para Wittgenstein II, a precisão que nele se costuma buscar consiste numa noção problemática, de pouca utilidade para a compreensão da semiose linguística. Como alega o filósofo, “[...] não está previsto *um* ideal de precisão; nem sabemos que ideia fazer disso – a não ser que você mesmo estipule o que deve ser denominado assim. Mas vai ser difícil para você encontrar uma tal estipulação; uma que o satisfaça” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 64, § 88, grifo do autor).

No exemplo (29), a seguir, como nos faz saber o narrador de *A maçã no escuro*, o personagem Martim, ao pensar sobre o efeito de palavras certas e erradas na construção de verdades, sugere que não há noções predefinidas mediante as quais discernir um conceito absoluto:

(29) Depois do que, Martim recomeçou mais devagar e procurou pensar com muito cuidado pois a verdade seria diferente se você a dissesse com palavras erradas. Mas se você a disser com as palavras certas, qualquer pessoa saberá que aquela é a mesa sobre a qual comemos. De qualquer modo, agora que Martim perdera a linguagem, como se tivesse perdido o dinheiro, seria obrigado a manufaturar aquilo que ele quisesse possuir. Ele se lembrou de seu filho que lhe dissera: eu sei por que é que Deus fez o rinoceronte, é porque Ele não via o rinoceronte, então fez o rinoceronte para poder vê-lo. Martim estava fazendo a verdade para poder vê-la (*A maçã no escuro*, p. 40).

As palavras certas não são para Martim as que equivalem a um estado determinado, mas aquelas que fazem qualquer pessoa reconhecer “a mesa sobre a qual comemos”. Entendemos esse reconhecimento como o movimento de orientação que concretizamos ao cotejar nossas formas habituais de linguagem, os modelos que, como explica Wittgenstein II, construímos como objetos de comparação. Conforme esclarece o filósofo, “[...] seremos capazes de escapar da injustiça ou do vazio de nossas asserções, somente na medida em que considerarmos o modelo como aquilo que é, como objeto de comparação – por assim dizer, como medida; e não como preconceito ao qual a realidade *tem que* corresponder” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 76, § 131, grifos do autor).

O narrador nos mostra, ainda em (29), ter-se tornado mais evidente para Martim o caráter manufatureiro da linguagem quando, por considerá-la defectiva, o personagem pensara em reformá-la. Aparentemente, ao deparar com o vazio resultante de seu teimoso projeto de decompor a linguagem ordinária, Martim termina com a sensação descrita na engenhosa metáfora wittgensteiniana, a de ter de refazer com os dedos uma teia de aranha destruída. Ele

parece cogitar então o próprio protagonismo, como ser linguajante, na construção da verdade que imaginara apriorística e inacessível.

No exemplo (30), adiante, o narrador sugere que, ao procurar desvencilhar-se da linguagem ordinária, Martim se põe à parte dos jogos. Mas, sem a “precaução de transformar a coisa em algo comparável e então abordável”, o personagem acaba por ter diante de si uma massa amorfa, não uma essência intocável.

(30) Então – através do grande pulo de um crime – há duas semanas ele se arriscara a não ter nenhuma garantia, e passara a não compreender. E sob o sol amarelo, sentado numa pedra, sem a menor garantia – o homem agora se rejubilava como se não compreender fosse uma criação. Essa cautela que uma pessoa tem de transformar a coisa em algo comparável e então abordável, e, só a partir desse momento de segurança, olha e se permite ver porque felizmente já será tarde demais para não compreender – essa precaução Martim perdera. E não compreender estava de súbito lhe dando o mundo inteiro. Que era inteiramente vazio, para falar a verdade (*A maçã no escuro*, p. 34-35).

A estratégia adotada por Martim, excluir-se do processo sociocognitivo em que consiste nossa semiotização linguística do real, garante ao personagem não mais do que um “mundo inteiro e vazio”, não discretizado e, portanto, sem forma. Como vemos no exemplo (31), a seguir, situação similar se dá em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Conforme nos deixa saber o narrador, a protagonista, Lóri, não se apropria da massa vaga, indivisa, que sem a linguagem não adquire contornos de realidade nem se associa à vida humana:

(31) Era um saber sem piedade nem alegria nem acusação, era uma constatação intraduzível em sentimentos separados uns dos outros e por isso mesmo sem nomes. Era um saber tão vasto e tranquilo que “eu não sou eu”, sentia ela. E era também o mínimo, pois tratava-se, ao mesmo tempo, de um macrocosmo e de um microcosmo. Eu me sei assim como a larva se transmuta em crisálida: esta é minha vida entre vegetal e animal (*Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, p. 147).

Tratando-se “ao mesmo tempo, de um macrocosmo e de um microcosmo”, o saber não categorizado que Lóri experimenta é uma espécie de comunhão sensorial, um aspecto da gnose peculiar à sua “vida entre vegetal e animal”. Por sua vez, a protagonista de *A paixão segundo G.H.*, ao narrar sua experiência epifânica, reflete sobre as implicações de concebê-la como prática humana, como mostra o exemplo (32):

(32) Mas é que também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar uma forma, nada me existe. E – e se a realidade é mesmo que nada existiu?! quem sabe nada me aconteceu? Só posso compreender o que me acontece mas só acontece o que eu compreendo – que sei do resto? o resto não existiu. Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa – a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes – então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada. A vida humanizada. Eu havia humanizado demais a vida. Mas como faço agora? Devo ficar com a visão toda, mesmo que isso signifique ter uma verdade incompreensível? ou dou uma forma ao nada, e este será o meu modo de integrar em mim a minha própria desintegração? (*A paixão segundo G.H.*, p. 14).

Na tentativa de compreender e contar a própria experiência, a narradora-personagem pondera se o seu esforço não seria mais do que o de reconstituir; se não seria dando-se forma ao nada, oferecendo-se contorno ao caos, cortando-se em pedaços a “carne infinita” que se criaria o que existe. Identificamos no trecho uma referência à constitutividade exercida pela linguagem, aspecto que remonta à tese humboldtiana referida por Franchi (1992), que endossa a concepção de língua como processo criador pelo qual damos forma ao conteúdo impreciso e variável de nossas experiências.

As críticas dirigidas a essa tese, da modelagem linguística do real, costumam tomá-la como a negação obtusa do mundo físico, da matéria, da natureza. Segundo Rorty (1980) tais críticas se apresentam em defesa das noções de objetividade, representação precisa e correspondência. No entanto, segundo o filósofo, nenhuma relação há entre um e outro aspecto “[...] a menos que confundamos *ter contato* com a realidade (uma relação causal, não intencional, não relativa à descrição) com *lidar com* a realidade (descrever, explicar, prever e modificá-la – todas das quais são coisas que fazemos a partir de descrições)”³¹ (RORTY, 1980, p. 375, grifos do autor). Nesse sentido, entendemos a constitutividade da língua não como a instituição ontológica do mundo, mas como a conceptualização de nossa experiência inelutável, como ressalta Rorty, de ser “[...] arrastado pela realidade física”³² (RORTY, 1980, p. 375).

Com base na proposta teórica do biólogo Maturana, afirmamos mesmo que pensar a realidade em termos ontológicos não pode ser distinto, para nós, de pensá-la em termos epistemológicos, pois “[...] o fenômeno do conhecer é um fenômeno do vivo” (MATURANA,

³¹ “[...] unless we confuse *contact* with reality (a causal, nonintentional, non-description-relative relation) with *dealing with* reality (describing, explaining, predicting, and modifying it- all of which are things we do under descriptions)” (RORTY, 1980, p. 375, grifos do autor).

³² “[...] shoved around by physical reality” (RORTY, 1980, p. 375).

2001, p. 40). Nesse sentido, o mundo não é; “[...] o mundo se explica [...] com o suceder do viver, com a práxis e o viver na linguagem” (MATURANA, 2001, p. 58). Segundo o autor, a assunção de que não há referência a uma realidade independente não é caótica ou temerária, porque não se trata de concebê-la como uma fantasia discursiva, mas de percebê-la como uma proposição explicativa, uma versão configurada conforme domínios de coerências operacionais.

O que fazemos na linguagem é, para Maturana, consensualmente coordenar ações e coordenações consensuais de ações; a história dessa recursão, isto é, o que fazemos emergir no fluxo dessas coordenações de coordenações é o que existe. De acordo com o autor, fora da linguagem, nada existe que diga respeito a nós, sistemas vivos linguajantes que somos: “Nós já nos encontramos na linguagem, fazendo distinções na linguagem, quando começamos a refletir na linguagem sobre o que fazemos, e como fazemos o que fazemos” (MATURANA, 2001, p. 125).

Como a linguagem é “[...] o fluir na recursão das coordenações consensuais de comportamento” (MATURANA, 2001, p. 98), é nela que, conforme salienta Maturana, tomam forma as entidades do mundo, “[...] como nós, como entroncamentos no espaço de coordenações de ação” (MATURANA, 2001, p. 99). Apenas se pensarmos a realidade em termos essenciais, em termos de um mundo objetivo e independente, é que a linguagem aparece como limitação, como mediador deficiente. No exemplo (33), a seguir, a narradora de Clarice parece admitir que pode somente permanecer alheia, vaga, indistinta, essa “[...] base absolutamente invisível, a partir da qual surge o que surge na linguagem” (MATURANA, 2001, p. 98):

(33) Ah, mas para se chegar à mudez, que grande esforço da voz. Minha voz é o modo como vou buscar a realidade; a realidade, antes de minha linguagem, existe como um pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui e sou impelida a precisar saber o que o pensamento pensa. A realidade antecede a voz que a procura, mas como a terra antecede a árvore, mas como o mundo antecede o homem, mas como o mar antecede a visão do mar, a vida antecede o amor, a matéria do corpo antecede o corpo, e por sua vez a linguagem um dia terá antecedido a posse do silêncio. Eu tenho à medida que designo – e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas – volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu (*A paixão segundo G.H.*, p. 175-176).

Ao indicar a linguagem, a própria voz, como modo de buscar a realidade sem encontrá-la e apontar essa realidade como uma grandeza *a priori* que se apresenta apenas como matéria-prima, bruta, não como dado recuperável, a narradora parece endossar o ponto de vista de Maturana (2001, p. 153): “Os objetos, a consciência, a autorreflexão, o self, a natureza, a realidade, e assim por diante, tudo o que nós, seres humanos, fazemos e somos acontece na linguagem como distinções ou como explicações na linguagem do nosso estar na linguagem”.

Percebemos ainda na reflexão da narradora, quando afirma voltar da busca de mãos vazias e não obstante com o indizível, apenas obtido pelo “fracasso” da linguagem, certa congruência com a ideia central subjacente à biologia do conhecer, a de “[...] nossa participação constitutiva no produzir o mundo que vivemos” (MATURANA, 2001, p. 155). Se não há realidade previamente distinta a ser desvelada, as mãos da narradora só poderiam voltar vazias. E se por essa razão “fracassa” a linguagem, o “fracasso” é produtivo porque obtemos o indizível no fluir em recursão nas coordenações consensuais de ação, pois “[...] tudo o que distinguimos, nós distinguimos na linguagem; tudo o que experienciamos, nós experienciamos ao distinguirmos na linguagem nossa experiência” (MATURANA, 2001, p. 155).

No exemplo (34), adiante, o comentário do narrador de *A maçã no escuro* revela que o protagonista, Martim, ao reconquistar sua condição humana, dá-se conta de que a formulação de sua experiência era fruto de um processo de construção por ele engendrado a partir de seu lugar como agente-observador. O personagem passa a admitir que a validade dessa verdade devia-se exatamente ao fato de ela ter sido produzida, o resultado de um arranjo, uma organização particular.

(34) Agora que emergira até chegar ao ponto de homem na encosta, agora que emergira até entender seu crime e saber o que desejava – ou até ter inventado o que se passara com ele e inventado o que desejava? que importava se a verdade já existia ou se era criada, pois criada mesmo é que valia como ato de homem – agora que ele conseguira se justificar, tinha que prosseguir. E conseguir antes do fim próximo a – a reconstrução do mundo (*A maçã no escuro*, p. 135).

Apoiando-nos na proposta teórica de Maturana (2001), podemos afirmar que, como “ato de homem”, a verdade inventada de Martim problematiza a referência a uma realidade independente do observador. Admitindo a inexistência de tal instância, o

personagem configura um domínio explicativo que em princípio toma forma de realidade. A autenticidade que ele credita a tal domínio é, contudo, posta em xeque, não em razão da correspondência com valores transcendentais, mas da dependência das coerências operacionais que o constituem.

Segundo Maturana, é comum o pensamento de que “[...] se não há referência a uma realidade objetiva independente o que vem é o caos” (MATURANA, 2001, p. 57). Sem uma ordem a garantir a universalidade dos juízos, estaríamos suscetíveis à arbitrariedade generalizada. Na perspectiva do biólogo, em vez desse estado caótico, emerge do questionamento da objetividade do mundo a compreensão de que um mecanismo descritivo proposto por um observador, como Martim no romance de Clarice, tem validade com relação a alguma coisa, o que não quer dizer naturalmente, ausência de comensurabilidade.

Conforme Maturana e Varela (1995), a coerência e estabilização da sociedade como unidade dependem dos mecanismos tornados possíveis pelo operar linguístico. O problema que observamos na verdade de Martim em (34) é a falácia da solidão cognitiva. Assumindo a premissa sociocognitivista, consideramos ser necessariamente social nosso agir cognitivo e discursivo; a comensurabilidade da verdade é, pois, uma questão ligada à *condição colaborativa* da linguagem. Assim, a organização particular da experiência do personagem fracassa não porque os signos falham em acessar um domínio discreto, mas porque nenhum ser linguajante, em seu lugar de observador, opera sozinho.

As palavras, como sabemos, são ações, e não coisas que passam de lá para cá. É nossa história de interações recorrentes que nos permite um acoplamento estrutural interpessoal efetivo. Descobrimos que compartilhamos um mundo que especificamos em conjunto por meio de nossas ações. Isso é tão evidente a ponto de nos ser literalmente invisível (MATURANA; VARELA, 1995, p. 251).

No exemplo (35), a seguir, ao readmitir a linguagem dos outros “como um paralisado dá um passo”, Martim volta a tomar parte nos jogos, a colaborar, a coordenar ações e coordenações de ações:

(35) Mas falara! Ele havia falado enfim. A frase sobre sua mulher fora das mais antigas, lentamente recuperada como um paralisado dá um passo. E havia ainda outras palavras que o esperavam, se a linguagem fosse recuperada... ele o descobrira com curiosidade quando dissera tão simplesmente que suspeitara um amante. O que, se não era a melhor verdade, era afinal uma verdade que tinha valor de troca... Com curiosidade, com o peso no peito, ele estava de novo trocando, comprando e vendendo. Fora isso então que lhe acontecera: suspeitara um amante. Só isso? E tudo o mais que pretendia, pensara ou quisera – tudo o mais começou a se tornar

tão irreal que ele passou a mão delicada pela boca, o destino de um homem era inventado? Passou a mão pela boca seca, fascinado (*A maçã no escuro*, p. 299-299).

O personagem redescobre com fascínio, contando com “uma verdade que tinha valor de troca”, que “o destino de um homem era inventado”. Ao assumir o compromisso de negociar verdades, “de novo trocando, comprando e vendendo”, Martim compreende que “[...] o senso de objetividade é a intersubjetividade”³³ (DAVIDSON, 1997, p. 234). A reinserção nos jogos permite, pelo confronto com padrões de racionalidade divergentes dos seus, que o personagem questione a proposição explicativa que apresentara sem negociação. A nosso ver, isso evidencia a noção de racionalidade como coerência, postulada por Davidson. Segundo o autor, essa noção não implica o fracasso da objetividade, mas sua definição em outros termos, nos termos de um esforço mútuo por parte dos interlocutores de estabelecer consensos.

Como mostra o exemplo (36), a protagonista de *A cidade sitiada*, Lucrecia Neves, demonstra compreender, conforme as palavras do narrador, que estar e mover-se na linguagem é compartilhar formas de vida, que “[...] comunicar é reconhecer a existência de outras pessoas em um mundo comum”³⁴ (DAVIDSON, 1997, p. 234):

(36) Porque depois aprendeu a dizer: gostei muito, o teatro estava bom, me diverti tanto. A ordem superior. Estava muito bem dançando, aprendeu ela a dizer mexendo sobancelhas, e livrou-se para sempre de tantas realidades intransponíveis. Esta é a praça mais bonita que já vi, dizia, e depois podia atravessar com segurança a praça mais bonita que já vira (*A cidade sitiada*, p. 129).

Ao compor com os outros a realidade, ao compartilhar o mundo através da ostensão, nas palavras de Davidson, Lucrecia vê-se livre do fardo de executar uma tarefa que somente seria possível se houvesse dois domínios contíguos, o da linguagem e o da realidade discreta: transpor o último para o primeiro. A personagem parece abandonar essa hipótese em favor da compreensão davidsoniana de que o mundo, suas entidades e seus conceitos são propriedade comum, que erguemos necessariamente porque nos comunicamos.

De acordo com Davidson (1997), qualquer falante capaz de atribuir uma atitude dispõe de estruturas da própria língua para responder às atitudes de seus interlocutores. Trata-se de estruturas que, como aprendizes, eles observam funcionar relativamente bem. Conforme

³³ “[...] the sense of objectivity is intersubjectivity” (DAVIDSON, 1997, p. 234).

³⁴ “[...] to communicate is to recognize the existence of other people in a common world” (DAVIDSON, 1997, p. 234).

explica o filósofo, o êxito do entendimento mútuo não depende de nenhum padrão objetivo impessoal de medida para eleger quais juízos são verdadeiros e quais devem ser descartados; “[...] nada pode valer para manter um juízo a não ser outro”³⁵ (DAVIDSON, [1983] 2000, p. 156).

Isso não quer dizer, segundo Davidson (1997), que qualquer juízo é válido, pois, ao ser construído na linguagem, o conhecimento sobre o mundo resulta de uma comunidade de entendimento; um juízo coerente não consiste numa elaboração privada por parte de uma subjetividade. Nesse sentido, como sugere, fazendo referência ao problema wittgensteiniano sobre seguir uma regra num jogo de linguagem, nossas ações discursivas não são “lances” suscitados por interpretações individuais, mas por expectativas em comum e pela possibilidade de sua frustração.

Por sua vez, Wittgenstein II afirma que as noções de erro e correção dos juízos emergem da concordância de forma de vida entre os sujeitos na linguagem. Como explica o filósofo, quando dominamos uma língua, imersos nos jogos, somos orientados, mediante a observação de regularidades, a desempenhar comportamentos e empregar expressões num processo em que se tocam expectativa e realização. “Há certos critérios de comportamento para dizer que alguém não entende uma palavra: que a palavra não lhe diz nada, se ele não sabe o que fazer com ela” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 130, § 269).

Em *A maçã no escuro*, como observamos no exemplo (37), a seguir, ao reaver a linguagem rejeitada, Martim parece ávido por demonstrar-se muito ciente a respeito do que fazer com as palavras de seus interlocutores:

(37) – Não, vou me comportar muito direito! disse com prazer e atenção, procurando com gosto repetir alguma situação anterior de modo a que esta atual se tornasse compreensível. E não se esqueçam de que não reagi, viu? não se esqueçam de dizer isso ao juiz: que não reagi! Não vê que eu até podia ter fugido? disse sabido (*A maçã no escuro*, p. 321).

O resgate da circunstância que desastrosamente procurara suprimir, a de viver com os outros na linguagem, faz o personagem coordenar, o mais explicitamente possível, a própria conduta com a de seus interlocutores, “procurando com gosto repetir alguma situação anterior” para que se tornasse compreensível a atual. Valendo-nos das palavras de Maturana (2001, p. 96), podemos dizer que o que Martim faz é “[...] operar sob condições de recursão e conservação da recursão nas coordenações consensuais de comportamento”. Performando

³⁵ “[...] nothing can count as a reason for holding a belief except another belief” (DAVIDSON, [1983] 2000, p. 156).

uma quase paródia, o personagem faz referência a um consenso prévio, firmado numa história de interações recorrentes.

Segundo Maturana e Varela (1995), conceber a formação do mundo de significados em que existimos como função de nosso viver com os outros, como resultado do fluir recursivo em nossas coordenações de ações, decorre da compreensão de que o próprio desenvolvimento individual depende da interação social, uma vez que esse desenvolvimento, isto é, a ontogenia de qualquer sujeito, é a história da conservação da condição de ser humano (conservação de sua organização como sistema, nos termos dos teóricos) no curso de mudanças estruturais contingentes com as interações ocorridas.

Os exemplos a seguir parecem corroborar essa premissa da biologia do conhecer. Em (38), o narrador de *A cidade sitiada* alude a esse aspecto histórico de nossa ontogenia e, em (39), a narradora-personagem de *Água viva* sugere que sem socialização não há humanidade:

(38) Vida individual? o perigoso é que cada pessoa trabalhava com séculos (*A cidade sitiada*, p. 166).

(39) E se eu digo “eu” é porque não ousou dizer “tu”, ou “nós” ou “uma pessoa”. Sou obrigada à humildade de me personalizar me apequenando mas sou o és-tu (*Água viva*, p. 12).

As reflexões nesses exemplos aproximam-se, a nosso ver, da ideia sustentada por Maturana e Varela (1995) de que nossa experiência individual está acoplada à nossa vivência num mundo de regularidades que resultam de nossa história biossocial. Como explicam os autores, embora produzido em nosso ser com os outros na evolução filogenética, esse mundo oculta suas origens no fluir recursivo que operamos na linguagem, e por essa razão não é evidente que a base das regularidades próprias ao acoplamento de um grupo social é sua tradição biológica e cultural.

Biologicamente, não há meio de desvendar como ocorreram as regularidades do mundo a que estamos acostumados, desde os valores ou preferências até as tonalidades das cores ou os odores. O mecanismo biológico nos indica que uma estabilização operacional na dinâmica do organismo não incorpora a maneira como este se originou. Nossas visões do mundo e de nós mesmos não conservam registros de suas origens. As palavras da linguagem (na reflexão linguística) passam a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem operacionalmente no domínio linguístico. Daí que tenhamos tantos e renovados "pontos cegos" cognitivos, que não vejamos que não vemos, que não percebamos que ignoramos. Só quando alguma interação nos tira do óbvio – por exemplo, ao sermos bruscamente transportados a um meio cultural diferente – e nos permitimos

refletir, é que nos damos conta da imensa quantidade de relações que tomamos como garantidas. (MATURANA; VARELA, 1995, p. 259-260).

Conforme argumentam os teóricos, o que temos em comum, isto é, aquilo que uma história estrutural acumulou como óbvio, é uma tradição biológica que teve início com a origem da vida e continua a se desenvolver nas variadas histórias dos seres humanos do planeta. É essa a base da regularidade do mundo que experimentamos; não temos, pois, um ponto de referência independente de nós mesmos a garantir a estabilidade absoluta de nossas descrições, nem há conduta humana que se produza fora da trama de nossas coordenações, de nosso operar recursivo na linguagem.

Por ter enxergado a tempo que “cada pessoa trabalhava com séculos” e que trazia em si o “és-tu” inexorável, o personagem Martim, em *A maçã no escuro*, compreende, como mostra o exemplo (40) a inexequibilidade do desafio que se propusera: “alcançar com a última ponta de seu dedo a própria última ponta de seu dedo”.

(40) Que coisa estranha: até agora eu parecia estar querendo alcançar com a última ponta de meu dedo a própria última ponta de meu dedo – é verdade que nesse extremo esforço, cresci; mas a ponta de meu dedo continuou inalcançável. Fui até onde pude. Mas como é que não compreendi que aquilo que não alcanço em mim... já são os outros? Os outros, que são o nosso mais profundo mergulho! Nós que vos somos como vós mesmos não vos sois (*A maçã no escuro*, p. 310).

Entendemos como obstáculo ao desafio de Martim aquilo que Maturana e Varela (1995) designam como circularidade cognoscitiva. Os autores referem-se, com essa terminologia, “[...] ao fato de que o universo de conhecimentos, de experiências, de percepções do ser humano não é passível de explicação a partir de uma perspectiva independente desse mesmo universo” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 18).

Ao problematizar a capacidade da consciência humana de descrever seu próprio operar, isto é, a habilidade atribuída a um instrumento de análise de analisar esse mesmo instrumento de análise, os teóricos ressaltam a sensação vertiginosa provocada pela circularidade manifesta nesse processo, comparando-a ao estranhamento gerado pela pretensão de que um olho veja a si mesmo. Ilustram essa vertigem com uma gravura do artista holandês Maurits Cornelis Escher (imagem 3), no qual mãos que se desenham mutuamente confundem-se sem que se identifique a origem do processo, tais quais as pontas últimas do mesmo dedo de Martim, em (40), caso se tivesse tornado concreto o desafio que se impusera o personagem.

Imagem 3 – *Mãos que desenham*, de M. C. Escher



Fonte: Maturana e Varela (1995).

Assim como Martim reconhece seu crescimento, desencadeado por esse “extremo esforço”, não temos alternativa, como argumentam Maturana e Varela (1995, p. 68, grifos dos autores), exceto admitir que nosso conhecer “[...] não pode ser equiparado à existência de ‘fatos’ ou objetos lá fora, que podemos captar e armazenar na cabeça. A experiência de qualquer coisa ‘lá fora’ é validada de modo especial pela estrutura humana, que torna possível ‘a coisa’ que surge na descrição”.

Da mesma forma que o personagem de Clarice, o qual, após o afincado trabalho aplicado à tarefa autônoma de encontrar a verdade, descobre que se mover na linguagem equivale ao nosso modo elementar de ser humano e que é, portanto, mediante um processo necessariamente social, nos jogos das coordenações, que produzimos o fundamento do mundo que conhecemos, podemos compreender que “aquilo que não alcançamos em nós (com a última ponta de nossos dedos) já são os outros”.

Conforme Maturana e Varela (1995), há uma coincidência contínua entre nosso ser com os outros, nosso estar e fazer na linguagem e nosso conhecer do mundo comum que geramos. “O fenômeno do conhecer é um todo integrado, e todos os seus aspectos estão fundados sobre a mesma base” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 69); nosso ser cognitivo

se constitui nas ações da vida social humana e o que conhecemos é o que produzimos nessas ações.

É nessa perspectiva que se apoia a concepção de sociocognição que defendemos neste trabalho. Entendemos que, como movimentos de um fenômeno complexo, nossos atos de referir não resultam da soma de habilidades cognitivas e comportamentos interacionais – como se fossem estes aspectos contíguos, elementos logicamente dedutíveis de uma composição –, mas se produzem “[...] pelas interações entre indivíduos e essas interações produzem um todo organizador que retroage sobre os indivíduos para coproduzi-los enquanto indivíduos humanos” (MORIN, 2005, p. 182). Se compreendido sob o prisma da complexidade tal qual a define Morin, nosso operar discursivo é um processo sem “[...] fronteiras bem nítidas dos conceitos como ‘produtor’ e ‘produto’, ‘causa’ e ‘efeito’, ‘um’ e ‘múltiplo’” (MORIN, 2005, p. 183). Estando com os outros na linguagem é que simultaneamente percebemos e fabricamos o mundo, o que faz de nossa cognição uma faculdade-atividade necessariamente social.

Averiguar a manifestação desse modo de conceber a linguagem na escrita ficcional de Clarice Lispector, por meio de uma metodologia construída conforme as exigências decorrentes do caráter patentemente complexo apresentado por esse nosso objeto de estudo, nos levou à compreensão de que o discurso autorreflexivo presente nos romances da escritora sugere, de fato, os pressupostos da sociocognição, mas não com argumentos autovalidados, articulados para a suposta defesa de tese que, na gênese de nosso percurso investigativo, vislumbráramos na obra clariciana.

Mediante um operar recursivo em que explicações sobre nosso viver na linguagem são propostas, confrontadas, reformuladas, geradas, cotejadas, rejeitadas, transformadas, reafirmadas, o discurso tecido nos romances de Lispector aduz, não apenas em descrições, mas no próprio fazer-se (um processo em que cognição, linguagem, interactantes e realidade coproduzida se enovelam numa trama de relações interdependentes), uma concepção de semiotização do mundo consoante à da sociocognição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida de nosso percurso investigativo foi a suposição de que poderíamos encontrar relações entre as reflexões construídas no discurso autoproblematizante que caracteriza os romances de Clarice Lispector e as noções teóricas que sustentam a concepção sociocognitivista do dizer. Como afirmamos no início deste trabalho, desejávamos saber se havia no conjunto dos romances da escritora a mesma “defesa de tese” que enxergamos em *A maçã no escuro* ao estudarmos essa obra no curso de mestrado, isto é, se existia nos outros romances uma argumentação congruente com fundamentos de uma visão sociocognitivista de linguagem.

Nossa trajetória levou-nos à compreensão de que o discurso clariciano sobre a linguagem sugere, de fato, as noções que em nosso estudo apresentamos como pressupostos da sociocognição. Não foi, contudo, propriamente uma defesa de tese que encontramos na escrita autorreflexiva e autoconfrontadora de Clarice. Livre da preocupação que a nós se impõe no ato discursivo que aqui desempenhamos, a de firmar e justificar um posicionamento, a escritora empreende um operar recursivo em que tematiza a errância produtiva do signo, com especulações que não se vinculam exclusivamente a um paradigma ideológico ou a uma perspectiva conceitual.

Imbuída do anseio de entender o próprio entendimento e desvendar o mais íntimo segredo daquilo que existe, como declara ao emprestar voz à personagem feminina de *Um sopro de vida*, Clarice nos guia na tessitura de uma rede de significação em que a cognição e a linguagem são tema e processo. Tomando a forma de expressão da consciência angustiada dos personagens e da percepção espirituosa dos narradores, as proposições explicativas engendradas pela escritora remetem a juízos não redutíveis a diretrizes epistemológicas e sempre abertos a revisão; de constância tais juízos apresentam apenas um traço: o questionamento da representação.

Se a análise dessas proposições, por um lado, nos permitiu entrever no desenvolvimento conflitivo desse questionamento alusão a cada uma das noções que em nosso estudo propusemos como fundamentos da sociocognição, por outro, revelou na contingência mesma da semiose verbal produzida no discurso de Clarice – que, sob o fracasso aparente do dizer, negocia intensamente com o leitor os sentidos de sua mimese peculiar – uma compreensão de linguagem coerente com a concepção sociocognitivista.

A mimese peculiar que mencionamos é, aliás, um elemento importante para explicar a pouca atenção que dispensamos neste trabalho à descrição da elaboração épica dos eventos em cada romance. Caracterizados pela confusão diligentemente arquitetada entre a ação propriamente dita e as digressões do narrador, amalgamadas às aflições dos personagens, os romances quase sem enredo de Clarice não são histórias que se contam.

Os fundamentos que afirmamos ter identificado nas reflexões da escritora sobre a linguagem foram, por sua vez, observados com base na investigação de cada um dos objetivos específicos que propusemos para nos ajudar a satisfazer nosso propósito central, perquirir as relações entre o discurso clariciano e a abordagem sociocognitivista do dizer.

O primeiro desses objetivos foi verificar, nos romances de Clarice, a presença de traços que indicassem o reconhecimento do caráter indicial da linguagem. Percebemos nas passagens analisadas que os personagens da ficcionista encontram nas palavras, em vez de correspondência com sentidos delas independentes, um modo de organizar verdades, o que sugere a ideia da inexistência no mundo de referente autônomo, de entidade preexistente à linguagem, e o entendimento de que agir discursivamente não é capturar a realidade, mas produzir efeitos que a modelam.

Outro objetivo proposto foi averiguar, nas reflexões construídas pela escritora, a manifestação da ideia de que com a linguagem damos forma ao mundo. Observamos que há nas passagens examinadas alusão à noção de que o real configura-se sob o aspecto relativamente estável que lhe proporcionam nossas ações discursivas e, ainda, de que o aparente fracasso da semiotização do mundo que empreendemos é, na verdade, produtivo, porque é no fluir em recursão nas coordenações consensuais de ação que discretizamos a massa amorfa de nossas experiências.

Finalmente, propusemos identificar, nas considerações claricianas sobre a referência, características associáveis a uma perspectiva que toma a construção de sentidos como uma atividade colaborativa. Nossa análise demonstrou que se insinua em tais reflexões a compreensão de que nenhum ser linguajante, em seu lugar de observador, opera sozinho; o mundo, com suas entidades e conceitos são propriedade comum, que produzimos necessariamente porque nos comunicamos.

Os pressupostos teóricos em torno dos quais construímos esses objetivos, indicialidade, constitutividade e colaboração, que consideramos aspectos basilares da concepção de linguagem sociocognitivista, nos guiaram também na elaboração de nossas categorias de análise. No decorrer de nosso processo metodológico, vimos que esses

fundamentos estavam inseridos num panorama mais amplo, uma espécie de trajetória que se delineia entre os polos hipotéticos da representação e da recursão.

Assim, definimos as unidades conceituais que guiaram nosso exame com base nas características que foram sendo atribuídas à linguagem ao longo do curso de transformações sofridas pela noção de representação. Mais próximo à extremidade inicial desse curso dinâmico situamos as categorias: *função designadora*, fundada na presunção essencialista de um mundo predefinido e apreensível pela cognição e pela linguagem; *papel instrumental deficiente*, definida com base na problematização kantiana da razão e no fracasso do projeto linguístico cartográfico empreendido pela filosofia analítica formal, que remetem à insuficiência imputada à cognição e à linguagem na apreensão e tradução dos fenômenos do mundo; e *qualidade materializadora e iterativa*, construída com base no esquema conceitual proposto por Blikstein (2003), segundo o qual a função modeladora da semiose linguística consiste num movimento de reiteração circular em que a aproximação perceptocognitiva com a realidade é a um só tempo materializada e produzida pela língua.

Mais alinhadas à extremidade final, o polo da recursão, as outras três categorias que definimos foram estas: *aspecto indicial*, apoiada nos estudos seminais da referenciação (MONDADA E DUBOIS, 2003), no princípio da subdeterminação do significado pelo significante (SALOMÃO, 1997, 1999) e na biologia do conhecer (MATURANA, 2001); *caráter constitutivo*, construída com base na premissa antirrepresentacionista que atribui à linguagem a propriedade discretizante; e *condição colaborativa*, ancorada no princípio pragmatista de que negociamos e acordamos nossas versões do mundo e reforçada pela epistemologia de Maturana e Varela (1995), conforme a qual todo elemento semiotizante torna-se componente da linguagem somente ao inserir-se no fluir de coordenações consensuais de nossas experiências, na história de nossas interações.

Discursivamente, nosso movimento preliminar foi construir uma delimitação conceitual para a forma como neste estudo tomamos a sociocognição como abordagem de linguagem, discutindo ideias que se têm manifestado nas pesquisas de alguns estudiosos que assumem essa perspectiva epistemológica. Em seguida, tratamos do curso descontínuo, sinuoso e multilinear das transformações sofridas pela noção de representação, o qual apresenta, a nosso ver, inegável relevância para a compreensão das bases teóricas sociocognitivistas. Procuramos, de início, discernir os primeiros abalos no domínio que a aceção forte de representação exerceu nas diversas hipóteses explicativas da cognição e da linguagem humana e indicamos, por fim, a construção do conceito de recursão como plausível alternativa antirrepresentacionista.

O passo subsequente foi descrever a natureza e as etapas de nosso processo metodológico. Explicamos como a contingência do conhecer e a complexidade constitutiva do objeto exigiu o ajuste progressivo de nosso olhar, com base em inferências criativas, resultantes das interconexões que gradualmente estabelecemos entre teorias, hipóteses e dados. Característica do raciocínio abduutivo, essa dinâmica nos conduziu à negociação de juízos confessamente provisórios, válidos precisamente por implicarem consensos fecundos em novas interrogações.

Por último, apresentamos algumas relações quantitativamente esboçadas nos dados coletados e analisamos as passagens selecionadas conforme as unidades conceituais que citamos. Essas categorias foram fundamentais para dar tratos racionais ao exame minucioso a que nos propomos proceder, formatando, organizando e sustentando nossa compreensão do fenômeno. Em contrapartida, como provocaria certamente qualquer demarcação, o cerceamento por elas promovido ocasionou alguma dificuldade no desenvolvimento de nossa discussão. Por vezes, a riqueza dos dados, que segundo nosso entendimento sobrepuja qualquer proposta de ordenação, despertou o impulso frustrado de “sair dos trilhos” a que nos tínhamos submetido.

Como contribuição, este trabalho deixa o incentivo à reflexão sobre a relação linguagem-mundo, ao pôr em evidência um paradigma ainda pouco considerado. Diante de cenários problemáticos – em âmbito público e privado – engendrados a partir de visões que ignoram ou negligenciam a opacidade da linguagem, a parcialidade da ciência e a instabilidade do real, é profícua e premente essa reflexão.

Além disso, com nosso estudo, auxiliamos na consolidação do perfil (in)disciplinar da linguística aplicada, ao atender às exigências de nosso complexo objeto, recorrendo ao diálogo transfronteiras para dar conta de elos, interseções, eventos contingentes, indefinições constitutivas e contradições produtivas que escapam ao modo territorial de fazer ciência.

A nosso ver, ao propor uma leitura possível para os romances de Clarice Lispector com base na discussão aqui empreendida, esta pesquisa pode, ainda, subsidiar em alguma medida o ensino e a compreensão da obra da escritora, demonstrando o vínculo que o discurso nela presente estabelece com a condição e o desafio humano de dar sentido ao mundo.

Pensamos, por fim, que este nosso exercício epistemológico, no âmbito dos estudos do texto e do discurso, pode fomentar a compreensão da sociocognição, colaborando até certo ponto para a definição dos rumos de uma perspectiva ainda difusa, ao discutir os

aspectos conceituais que favoreceram sua emergência e ao demonstrar a manifestação (alusiva e performática) desses aspectos na escrita clariciana.

Nesse sentido, trata-se de contribuição que se desdobra em duas dimensões. A primeira relaciona-se ao fato de que as categorias de análise que construímos em nosso processo, com base na interlocução produtiva entre nosso gradual avanço nos caminhos teóricos que percorremos e a aproximação crescente com os dados, podem servir a outros estudos que investiguem em um dado discurso, literário ou não, indícios de uma concepção sociocognitivista de linguagem. A depender da natureza dessas pesquisas, de suas especificidades teórico-metodológicas, o quadro contendo as unidades conceituais que elaboramos pode inclusive ser adotado, tal qual é apresentado neste trabalho ou de forma adaptada.

A outra dimensão diz respeito ao nosso empenho de demonstrar num discurso literário, numa escrita poética como a de Clarice, tão diversa da linguagem acadêmica, conceitos pouco tangíveis, de entendimento custoso. As coisas ditas de outro modo nos ajudam, como sabemos, a ampliar nossa compreensão sobre elas, não por revelarem algo que porventura possa restar oculto, mas por nos fazerem progredir na construção de nossos objetos de discurso, por promoverem o próprio operar recursivo de que fala Maturana.

Ao reconhecer e apontar no devir da escrita clariciana formas de viver na linguagem que encenam as abstratas ideias que estamos habituados a compor, negociar, organizar, adaptar em outros jogos de linguagem, os da ciência, empreendemos neste estudo um fluir recursivo que, embora nos tenha feito retornar de nossa procura (inaugural) de mãos vazias – assim como a G.H. de Lispector –, nos permitiu obter o inapreensível. Tal qual a personagem, do buscar e não achar vimos em nosso percurso nascer o que não conhecíamos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 35-45.
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.
- ARIEL, M. The Demise of a Unique Concept of Literal Meaning. **Journal of pragmatics**, v. 34, p. 361-402, 2002.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, A. K. **A maçã no escuro como metáfora da trajetória conceitual da referência no âmbito dos estudos da linguagem**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CARDOSO, S. H. B. **A questão da referência**. Campinas: Editores Associados, 2003.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. **Linguística de texto e análise da conversação**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.
- CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. Aquisição da linguagem. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-216.
- CIULLA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 2008. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- COSCARELLI, C. V. Entrevista: Uma conversa com Gilles Fauconnier. **Revista brasileira de linguística aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 291-303, 2005.
- COSTA, C. **Filosofia da mente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. 2007. 214 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

COSTA, P. J. da; REIS, C. W. dos; MACHIAVELLI, E. C. Psiquismo pré-natal: uma caracterização da produção psicanalítica escrita brasileira. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 27, p. 6-24, jul./dez. 2007.

DAVIDSON, D. A coherence theory of truth and knowledge. In: SOSA, E.; KIM, J. (Org.). **Epistemology: an anthology**. Malden: Blackwell, 2000. p. 154-163.

_____. Donald Davidson. In: GUTTENPLAN, S. (Org.). **A Companion to the philosophy of mind**. Cambridge: Blackwell, 1997. p. 231-236.

_____. On the very idea of a conceptual scheme. **Proceedings and addresses of the American Philosophical Association**, v. 47, p. 5-20, 1974.

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, C. **Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário**. 1998. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1998.

ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

FAUCONNIER, G. E TURNER, M. **The way we think: Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities**. Nova York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**. New York: Cambridge University Press, 1994.

FERREIRA, T. B. **Linguagem, cognição e mundo: o Livro do desassossego e a construção discursiva da realidade**. 2011. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FIGUEIREDO, V. de. **Kant & a crítica da razão pura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, n. 22, p. 9-39, 1992.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. Tradução de Sérgio R. N. Miranda. **Fundamento – Revista de pesquisa em filosofia**, Ouro Preto, v. 1, n. 3, 2011.

GHIRALDELLI P. **Virada linguística – um verbete**. Disponível em: <<https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

HUMBOLDT, W. **Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues**. Berlin: Druckerei der Königlichen Akademie der Wissenschaften, 1836.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Lucimar Coghi e Fulvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KOCH, I. G. V.; A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Investigações**, Recife, v. 18, n. 2, p. 9-38, jul. 2005.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 251-300.

LEITE, R. L. **Metaforização textual: a construção discursiva do sentido metafórico no texto**. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LISPECTOR, C. **O lustre**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999a.

_____. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999b.

_____. **A cidade sitiada**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998a.

_____. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998b.

_____. **A maçã no escuro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998c.

_____. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998d.

_____. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998e.

_____. **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998f.

_____. **Uma aprendizagem ou livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998g.

MAGRO, C. O que a biologia do linguista pode dizer para o linguista. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 29, p. 270-275, 2000.

_____. Valor de Fato. In: VAITSMAN, J; GIRARDI, S. (Org.). **A ciência e seus impasses: debates e tendências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999a. p. 93-108.

_____. Representação, Virtus Dormitiva e Linguagem. In: OLIVEIRA, P.; BENN-IBLER, V.; MENDES, E. (Org.) **Revisitações: Edição Comemorativa dos 30 anos da Faculdade de Letras**. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, p. 181-196, 1999b.

_____. O que é uma teoria da linguagem. In: PINTO, P. M *et al.* (Org.) **Filosofia analítica, pragmatismo e ciência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 177-189.

MARCONDES, D. **Filosofia analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Aspectos da questão metodológica na análise da interação verbal: o continuum qualitativo-quantitativo. In: MARCUSCHI, B; AGUIAR, M. (Org.). **Colóquio ALED Brasil** – Luiz Antônio Marcuschi, seu percurso, seus textos: uma homenagem. Recife: PPGL-UFPE, 2010. p. 123-155.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTINS, H. Dizer-mostrar o estranho. **ALEA: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 93-105, 2012.

_____. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.) **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 439-473.

_____. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 19-42, 2000.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização e tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **A ontologia da realidade**. Organização de Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Psy II, 1995.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONDADA, L.; DUBOIS D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. Clássicos da Linguística. v. 1. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MONTEIRO, R. C. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Pro-posições**, Campinas, n. 5, p. 27-34, ago. 1991.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 8. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

NUNES, B. **O drama da linguagem**: uma leitura de Clarice Lispector. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. **Delta**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 117-143, 2002.

PELOSI, A. C. Cognição e Linguística. In: PELOSI, A. C.; FELTES, H. P. de M.; FARIAS, E. M. P. (Org.). **Cognição e linguística**: explorando territórios, mapeamentos e percursos. 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2014. v. 1, p. 8-28.

PESSOA, F. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento**: a língua como janela para a natureza humana. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/eqVxf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

RAJAGOPALAN, K. Dos dizeres diversos em torno do dizer. **Delta**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 223-254, 1990.

REGO, P. C. Kant: A revolução copernicana na filosofia. In: FIGUEIREDO, V. de. (Org.) **Seis filósofos em sala de aula**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2006. p. 149-191.

RORTY, R. A trajetória do pragmatista. In: ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 105-127

_____. **Philosophy and the mirror of nature**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

SALOMÃO, M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-168.

_____. A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 3, n.1, p. 61-79, 1999.

_____. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 23-39, 1997.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNITMAN, D. E (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SILVA, A. P. R. C. de F. **Metamorfoses do conceito de abdução em Peirce**. O exemplo de Kepler. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

SUASSUNA, L. Pesquisa qualitativa em educação e linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 341-377, jan./jun. 2008.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

TREVISAN, D. K. O problema da linguagem no discurso filosófico kantiano como questão político-jurídica. **Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade**, São Paulo, n. 20, p. 81-100, 2012.

VARELA, F. **Conhecer: as ciências cognitivas tendências e perspectivas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1988.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Organização do *corpus* extraído de *Perto do coração selvagem*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Nunca se permitiria contar, mesmo a papai, que não conseguia pegar "a coisa".</p> <p>Tudo o que mais valia exatamente ela não podia contar. Só falava tolices com as pessoas.</p> <p>Quando dizia a Rute, por exemplo, alguns segredos, ficava depois com raiva de Rute. O melhor era mesmo calar. (p. 6)</p> <p>No primeiro, no centro final, a sensação simples e sem adjetivos, tão cega quanto uma pedra rolando. Na imaginação, que só ela tem</p>	<p>É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo. Ou pelo menos o que me faz agir não é o que eu sinto mas o que eu digo. Sinto quem sou e a impressão está alojada na parte alta do cérebro, nos lábios — na língua principalmente —, na superfície dos braços e também correndo dentro, bem dentro do meu corpo, mas</p>	<p>O professor balançou a cabeça.</p> <p>— Não, disse ele, não. Nem sempre. Às vezes possui-se o mais alto e no fim da vida tem-se a impressão... — olhou-a de lado — tem-se a impressão de que se está morrendo virgem. É que as coisas não são talvez mais altas e mais baixas. De qualidade diferente, entende?</p> <p>Sim, que estava compreendendo as palavras, tudo o que elas continham. Mas apesar de tudo a sensação de que elas possuíam uma</p>	<p>Mas sobretudo onde vem essa certeza de estar vivendo?</p> <p>Não, não passo bem. Pois ninguém se faz essas perguntas e eu... Mas é que basta silenciar para só enxergar, abaixo de todas as realidades, a única irreduzível, a da existência. (p. 10)</p> <p>Havia muita coisa a ver também.</p> <p>Certos instantes de ver valiam como "flores sobre o túmulo": o que se via passava a existir. (p. 24)</p> <p>Assim lembrava-se</p>	<p>Isso é o que mais lhe agradava, junto das pessoas. Ela não era obrigada a seguir o passado, e com uma palavra podia inventar um caminho de vida. (p. 17)</p> <p style="text-align: center;">1</p>

<p>a força do mal, apenas a visão engrandecida e transformada: sob ela a verdade impassível. Mente-se e cai-se na verdade. Mesmo na liberdade, quando escolhia alegres novas veredas, reconhecia-as depois. Ser livre era seguir-se afinal, e eis de novo o caminho traçado. Ela só veria o que já possuía dentro de si. Perdido pois o gosto de imaginar. (p. 9)</p> <p>O que pensar naquele instante? Ela estava tão pura e livre que poderia escolher e não sabia.</p> <p>Enxergava alguma coisa, mas não conseguiria dizê-la ou pensá-la sequer, tão diluída achava-se a imagem na escuridão de seu corpo. Sentia-a apenas e olhava expectante pela janela</p>	<p>onde, onde mesmo, eu não sei dizer. (p. 10)</p> <p>Mesmo só em certo ponto do jogo perdia a sensação de que estava mentindo — e tinha medo de não estar presente em todos os seus pensamentos. (p. 10-11)</p> <p>Mesmo ninguém entenderia: ela pensava uma coisa e depois não sabia contar igual. Sobretudo nisso de pensar tudo era impossível. Por exemplo, às vezes tinha uma ideia e surpreendida refletia: por que não pensei isto antes? Não era a mesma coisa que ver subitamente um cortezinho na mesa e dizer: ora, eu não tinha visto! Não era... Uma coisa que se pensava não existia antes de se pensar. Por exemplo, assim: a marca dos dedos de Gustavo. Isso não vivia antes de se dizer: a marca dos dedos de Gustavo... O que se pensava passava</p>	<p>porta falsa, disfarçada, por onde se ia encontrar seu verdadeiro sentido. — Que elas são mais do que o senhor disse — terminou Joana a explicação. (p. 31)</p> <p>Possuir cada momento, ligar a consciência a eles, como pequenos filamentos quase imperceptíveis mas fortes. É a vida? Mesmo assim ela me escaparia. Outro modo de captá-la seria viver. Mas o sonho é mais completo que a realidade, esta me afoga na inconsciência. O que importa afinal: viver ou saber que se está vivendo? — Palavras muito puras, gotas de cristal. Sinto a forma brilhante e úmida debatendo-se dentro de mim. Mas onde está o que quero</p>	<p>de Joana-menina diante do mar: a paz que vinha dos olhos do boi, a paz que vinha do corpo deitado do mar, do ventre profundo do mar, do gato endurecido sobre a calçada. Tudo é um, tudo é um..., entoara. A confusão estava no entrelaçamento do mar, do gato, do boi com ela mesma. A confusão vinha também de que não sabia se entrara "tudo é um" ainda em pequena, diante do mar, ou depois, lembrando. No entanto a confusão não trazia apenas graça, mas a realidade mesma. Parecia-lhe que se ordenasse e explicasse claramente o que sentira, teria destruído a essência de "tudo é um". Na confusão, ela era a própria verdade</p>
--	--	---	---

<p>como se olhasse seu próprio rosto na noite. Seria esse o máximo que atingiria? Aproximar-se, aproximar-se, quase tocar, mas sentir atrás de si a onda sugando-a em refluxo firme e suave, sorvendo-a, deixando-lhe após a assombrada e impalpável lembrança de uma alucinação... Mesmo naquele momento, percebendo a noite e seus próprios pensamentos indistintos, ela ainda restava separada deles, sempre um pequeno bloco fechado, assistindo, assistindo. A luzinha brilhando silenciosamente, afastada, solitária, inconquistada. Jamais se entregava (p. 100)</p> <p>O que havia naquele instante longínquo era alguma coisa verde e vaga, a expectativa da</p>	<p>a ser pensado. Mais ainda: nem todas as coisas que se pensam passam a existir daí em diante... Porque se eu digo: tia almoça com titio, eu não faço nada viver. Ou mesmo se eu resolvo: vou passear; é bom, passeio... e nada existe. Mas se eu digo, por exemplo: flores em cima do túmulo, pronto eis uma coisa que não existia antes de eu pensar flores em cima do túmulo. (p. 21)</p> <p>A LIBERDADE QUE ÀS VEZES sentia não vinha de reflexões nítidas, mas de um estado como feito de percepções por demais orgânicas para serem formuladas em pensamentos. Às vezes no fundo da sensação tremulava uma ideia que lhe dava leve consciência de sua espécie e de sua cor. O estado para onde deslizava quando murmurava: eternidade. O próprio</p>	<p>dizer, onde está o que devo dizer? Inspirai-me, eu tenho quase tudo; eu tenho o contorno à espera da essência; é isso? — O que deve fazer alguém que não sabe o que fazer de si? Utilizar-se como corpo e alma em proveito do corpo e da alma?</p> <p>Ou transformar sua força em força alheia? Ou esperar que de si mesma nasça, como uma consequência, a solução? Nada posso dizer ainda dentro da forma. Tudo o que possuo está muito fundo dentro de mim. Um dia, depois de falar enfim, ainda terei do que viver? Ou tudo o que eu falasse estaria aquém e além da vida? — Tudo o que é forma de vida procuro afastar. Tento isolar-me para</p>	<p>inconscientemente, o que talvez desse mais poder-de-vida do que conhecê-la. A essa verdade que, mesmo revelada, Joana não poderia usar porque não formava o seu caule, mas a raiz, prendendo seu corpo a tudo o que não era mais seu, imponderável, impalpável. (p. 25)</p> <p>Porém — os raros instantes que às vezes consigo de suficiência, de vida cega, de alegria tão intensa e tão serena como o canto de um órgão — esses instantes não provam que sou capaz de satisfazer minha busca e que esta é sede de todo o meu ser e não apenas uma ideia? Além do mais, a ideia é a verdade! grito-me. (p. 39)</p> <p>Mas de que valia qualquer raciocínio... Se se subisse</p>
---	---	---	---

<p>continuação, uma inocência impaciente ou paciente? espaço vazio... Que palavra poderia exprimir que naquele tempo alguma coisa não se condensara e vivia mais livre? Olhos abertos flutuando entre folhas amarelecendo, nuvens brancas e muito embaixo o campo estendido, como envolvendo a terra. E agora... Talvez tivesse aprendido a falar, só isso. Mas as palavras sobrenadavam no seu mar, indissolúveis, duras. Antes era o mar puro. E apenas restava do passado, correndo dentro dela, ligeira e trêmula, um pouco da antiga água entre cascalhos, sombria, fresca sob as árvores, as folhas mortas e castanhas forrando as</p>	<p>pensamento adquiria uma qualidade de eternidade. Aprofundava-se magicamente e alargava-se, sem propriamente um conteúdo e uma forma, mas sem dimensões também. A impressão de que se conseguisse manter-se na sensação por mais uns instantes teria uma revelação. (p. 23)</p> <p>"DE PROFUNDIS". Joana esperou que a ideia se tornasse mais clara, que subisse das névoas aquela bola brilhante e leve que era o germe de um pensamento. "De profundis". Sentia-o vacilar, quase perder o equilíbrio e mergulhar para sempre em águas desconhecidas. Ou senão, a momentos, afastar as nuvens e crescer trêmulo, quase emergir completamente... Depois o silêncio. (p. 45)</p> <p>Verdade é que a qualidade desses acontecimentos</p>	<p>encontrar a vida em si mesma. No entanto apoiei-me demais no jogo que distrai e consola e quando dele me afasto, encontro-me bruscamente sem amparo. No momento em que fecho a porta atrás de mim, instantaneamente me desprendo das coisas. Tudo o que foi distancia-se de mim, mergulhando surdamente nas minhas águas longínquas. (p. 38-39)</p> <p>Mas a libertação veio e Joana tremeu ao seu impulso... Porque, branda e doce como um amanhecer num bosque, nasceu a inspiração... Então ela inventou o que deveria dizer. Os olhos fechados, entregue, disse baixinho palavras nascidas</p>	<p>ao ponto de entendê-la, sem enlouquecer no entanto, não se poderia conservar o conhecimento como conhecimento mas transformá-las em atitude, em atitude de vida, único modo de possuí-lo e exprimi-lo integralmente. (p. 44)</p> <p>Você tem razão, Joana: tudo o que nos vem é matéria bruta, mas nada existe que escape à transfiguração — começou e imediatamente seu rosto cobriu-se de vergonha diante das sobranceiras erguidas de Joana. Forçou-se a continuar. — Não lembra que um dia você me disse: "a dor de hoje será amanhã tua alegria; nada existe que escape à transfiguração". (p. 103)</p> <p>6</p>
--	--	---	--

<p>margens. Deus, como ela afundava docemente na incompreensão de si própria. E como podia, muito mais ainda, abandonar-se ao refluxo firme e macio. E voltar. Haveria de reunir-se a si mesma um dia, sem as palavras duras e solitárias... Haveria de se fundir e ser de novo o mar mudo brusco forte largo imóvel cego vivo. (p. 109)</p> <p>Deus, brotai no meu peito, eu não sou nada e a desgraça cai sobre minha cabeça e eu só sei usar palavras e as palavras são mentirosas e eu continuo a sofrer, afinal o fio sobre a parede escura. (p. 114)</p> <p>erguerei dentro de mim o que sou um dia, a um gesto meu minhas vagas se levantarão poderosas, água pura submergindo a</p>	<p>era tal, que não se podia rememorar-los falando. Nem mesmo pensando com palavras. Só parando um instante e sentindo de novo. (p. 71)</p> <p>IMPOSSÍVEL EXPLICAR. Afastava-se aos poucos daquela zona onde as coisas têm forma fixa e arestas, onde tudo tem um nome sólido e imutável. Cada vez mais afundava na região líquida, quieta e insondável, onde pairavam névoas vagas e frescas como as da madrugada. (p. 112)</p> <p>De profundis. Vejo um sonho que tive: palco escuro abandonado, atrás de uma escada. Mas no momento em que penso "palco escuro" em palavras, o sonho se esgota e fica o casulo vazio. A sensação murcha e é apenas mental. Até que as palavras "palco escuro" vivam bastante</p>	<p>naquele instante, nunca antes ouvidas por alguém, ainda tenras da criação — brotos novos e frágeis. Eram menos que palavras, apenas sílabas soltas, sem sentido, mornas, que fluíam e se entrecruzavam, fecundavam-se, renasciam num só ser para desmembrarem-se em seguida, respirando, respirando... Seus olhos se umedeceram de alegria suave e de gratidão. Falara... As palavras vindas de antes da linguagem, da fonte, da própria fonte. Aproximou-se dele, entregando-lhe sua alma e sentindo-se no entanto plena como se tivesse sorvido um mundo. (p. 77)</p> <p>Tudo impreciso, mas de súbito na imprecisão encontrara</p>
---	--	--

	<p>dúvida, a consciência, eu serei forte como a alma de um animal e quando eu falar serão palavras não pensadas e lentas, não levemente sentidas, não cheias de vontade de humanidade, não o passado corroendo o futuro! o que eu disser soará fatal e inteiro! (p. 116)</p> <p style="text-align: center;">6</p>	<p>dentro de mim, na minha escuridão, no meu perfume, a ponto de se tornarem uma visão penumbrosa, esgarçada e impalpável, mas atrás da escada. Então terei de novo uma verdade, o meu sonho. De profundis. Por que não vem o que quer falar? Estou pronta. Fechar os olhos. (p. 114)</p> <p style="text-align: center;">6</p>	<p>uma nitidez que ela apenas adivinhara e não pudera possuir inteiramente. Perturbada pensara: tudo, tudo. As palavras são seixos rolando no rio. Não fora felicidade o que sentira então, mas o que sentira fora fluido, docemente amorfo, instante resplandecente , instante sombrio. (p. 112)</p> <p>sofrer. De profundis... De profundis? Alguma coisa queria falar... De profundis... Ouvir-se! prender a fugaz oportunidade que dançava com os pés leves à beira do abismo. De profundis. Fechar as portas da consciência. A princípio perceber água corrompida, frases tontas, mas depois no meio da confusão o fio de água pura</p>		
--	---	--	--	--	--

			tremulando sobre a parede áspera. De profundis. Aproximar-se com cuidado, deixar escorrerem as primeiras vagas. De profundis... Cerrou os olhos, mas apenas viu penumbra. (p. 114-115)	
--	--	--	---	--

5

APÊNDICE B – Organização do *corpus* extraído de *O lustre*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
<p>Tinha porém poucos pensamentos em relação às coisas e temia repeti-los sempre; nunca usava a expressão certa, sempre errando mesmo quando era sincera. (p. 58)</p> <p>1</p>	<p>Mas a si própria concedia o privilégio de não exigir gestos e palavras para se manifestar. Sentia que embora sem um pensamento, um desejo ou uma lembrança, ela era imponderavelmente aquilo que ela era e que consistia Deus sabe em quê. (p. 13)</p> <p>É que às vezes ela pensava pensamentos tão adelgaçados que eles subitamente se quebravam no meio antes de chegar ao fim. E porque eram tão finos, mesmo sem completá-los</p>	<p>Fechava os olhos atentando a todos os pontos indevassáveis de seu estreito corpo, pensando-se toda sem palavras, recopiando o próprio existir. Olhava, olhava. Aos poucos, do silêncio, seu ser começava a viver mais, um instrumento abandonado que de si mesmo começasse a fazer som, os olhos enxergando porque a primeira matéria dos olhos era olhar. Nada a inspirava, ela estava isolada dentro de sua capacidade, existindo pela mesma fraca energia que a fizera nascer. Pensava simples e claro. Pensava música pequena</p>	<p>Sua impressão então era a de que só poderia chegar às coisas por meio de palavras. Era sempre um pouco de esforço entender, entender tudo. [...] Ele fitara-a devagar penetrante, jamais deixando-a escapar, jamais: – Que foi exatamente que eu disse? Ela tentara falar, confundira-se corada. – Eu sabia que você não tinha ouvido, suspirara ele alçando os ombros. Confusa e eloquente ela explicava: Eu não ouvi as palavras, não sei mesmo o que elas</p>	<p>Já agora nem sabia se vira o céu por si mesma como quem vê o que existe ou se pensara em céu e conseguira inventá-lo... [...] Ver a verdade seria diferente de inventar a verdade? (p. 34)</p> <p>Não era isso! não era isso! a sensação posterior valia porém como se ela tivesse dito o que não sabia sequer pensar e mesmo sentir. (p. 45)</p> <p>Escrevia longas cartas a Daniel, às vezes de um só jato vivido e sombrio. Relia-as com agrado antes</p>	<p>Virgínia não sabia: tão difícil tomar as coisas que haviam nascido bem dentro dos outros e pensá-las. Mesmo tinha certa espécie de dificuldade em raciocinar. Às vezes não era começando por nenhum pensamento que ela chegava a um pensamento. Às vezes bastava-lhe esperar um pouco e possuía-o todo. [...] Daniel compreendeu e os dois permaneceram calados e satisfeitos. Ela bem sabia às vezes amarrar uma coisa pela</p>

<p>ela os conhecia de uma só vez. Embora jamais pudesse pensá-los de novo, indicá-los com uma palavra sequer. Como não sabia transmiti-los a Daniel, ele sempre ganhava nas conversas. De algum modo misterioso seus desmaios ligavam-se a isso: às vezes ela sentia um pensamento fino tão intenso que ela própria era o pensamento e como que se quebrava, interrompia-se num desmaio. (p. 24)</p> <p>Daí em diante conseguiria nomear o que podia e essa capacidade em vez de lhe dar a certeza de maior força assegurava-lhe de um modo inexplicável uma queda e uma perda. (p. 39)</p> <p>E o que sucedera de tal modo reduzia-se apenas a um silêncio e a uma sensação</p>	<p>e límpida que se alongava num só fio e enrolava-se clara, fluorescente e úmida, água em água, meditando um arpejo tolo. Pensava sensações intraduzíveis distraíndo-se secretamente como se cantarolasse, profundamente inconsciente e obstinada, ela pensava um só traço fugaz: para nascer as coisas precisam ter vida, pois nascer é um movimento — se disseram que o movimento é necessário apenas à coisa que faz nascer e não à nascida não é certo porque a coisa que faz nascer não pode fazer nascer algo fora de sua natureza e assim sempre dá nascimento e uma coisa de sua própria espécie e assim com movimentos também — desse modo nasceram as pedras que não têm força própria mas já foram vivas senão não teriam nascido e agora elas estão mortas porque não têm</p>	<p>poderiam ser mas eu lhe respondi, não foi? senti sua disposição quando você falou, senti como eram as palavras... Eu sei o que você quis dizer... não importa o que você tenha dito, juro... (p. 58)</p> <p style="text-align: center;">1</p>	<p>de enviá-las e parecia-lhe que eram verdadeiramente inspiradas pois embora contassem a realidade ela não a enxergava nos momentos em que a suportara. Duvidava se eram sinceras pois o que sentia nunca fora tão harmonioso como o que relatava, mas sincopado e quase falso. (p. 67)</p> <p style="text-align: center;">3</p>	<p>mão distante da outra e fazê-las perplexas dançar, malucas, doces, arrastadas. (p. 22-23)</p> <p>— Eu não ouvi as palavras, não sei mesmo o que elas poderiam ser mas eu lhe respondi, não foi? senti sua disposição quando você falou, senti como eram as palavras... Eu sei o que você quis dizer... não importa o que você tenha dito, juro... (p. 58)</p> <p>Ela era desagradavelmente surpreendida quando Vicente a interpretava. Como secava a compreensão dos outros. Assistia suas palavras com curiosidade mas depois não podia fundir suas descobertas consigo própria — como seria inútil rachar</p>
--	--	--	---	--

<p>que ela compreendeu que dificilmente poderia transmiti-lo a Daniel; assim não quis tê-lo ao seu lado, preferiu estar só — encolheu-se no canto do bonde; sozinha é que podia esgotar-se; as coisas mais vivas não tinham sequer um movimento para vesti-las, era impossível realizá-las; se se tentava não só não se conseguia como elas próprias morriam perplexas. E duas pessoas por mais silenciosas terminariam falando. (p. 75)</p> <p>pelo deslizar de um segundo podia ultrapassar aquela afirmação cálida e misteriosamente e veemente de que a coisa, compreende? está ali, ali mesmo e portanto é assim, os objetos, aquele</p>	<p>movimento para fazer nascer uma outra pedra. Nenhum pensamento era extraordinário, as palavras é que o seriam. Ela pensava sem inteligência a própria realidade como se enxergasse e nunca poderia usar o que sentia, sua meditação era um modo de viver. Chegava-lhe informe de si mesma porém ao mesmo tempo nela tilintava alguma qualidade precisa e delicada como números finos penetrando em números finos e de súbito um novo número leve soando polido e seco — enquanto a verdadeira sensação do corpo todo era expectante. E afinal algo sucedia tão distante, ah tão distante e talvez reduzido a um sim que ela se cansava aniquilada, pensando agora em palavras: estou muito, muito cansada, sabe. (p. 24-25)</p> <p>Aos poucos,</p>	<p>de uma árvore um galho, dele fazer uma cadeira e entregá-lo à árvore novamente: o que ele fazia dela ela jamais aceitava de volta embora o carregasse consigo. (p. 59)</p> <p>Ele olhou-a atentamente um instante, com sabedoria tocou em certas palavras comuns e de súbito tudo se dissolvia numa simples brincadeira. (p. 81)</p> <p>O jeito que ele tinha de apanhar as palavras comuns e delas fazer um pensamento. Ela dizia: chovia muito, Vicente, parecia que o mundo ia acabar; ele retrucava brincando: e se acabasse você sofreria? ela era lançada num mundo maior e mais profundo, ou estaria enganada? de tudo ele partia</p>
---	---	---

<p>jarro pequeno por exemplo, sabe-se profundamente ; e mesmo aquela janela entreaberta, a mesinha pousada sobre as pontas de três pernas sob o teto, compreende? sabe-se profundamente ; e depois há também o que não está presente (e que auxilia, que auxilia, e tudo avança) (mesmo aquela força) (um instante que se segue e dele nasce o sim e o não) (mas se se demora um pouco fica-se “sabendo” que o instante é um instante e então está mudamente (roto) (é preciso recomeçar) (enovelando, renovando, enovelando forças) (sem permitir que certas coisas do mundo se aproximem de mais) (sobretudo o que é passado é passado e é exatamente apenas desse pequeno instante que se trata e de</p>	<p>olhando, desmaiando, pegando, respirando, esperando, ela ia se ligando mais profundamente com o que existia e tendo prazer. Aos poucos sem palavras subcompreendia as coisas. Sem saber por quê, entendia; e a sensação íntima era de contato, de existência olhando e sendo olhada. Desse tempo é que restaria algo de uma clareza indecifrável. (p. 30)</p> <p>Aos poucos ia conseguindo um pensamento sem palavras, um céu cinzento e vasto, sem volume nem consistência, sem superfície, profundidade ou altura. (p. 33)</p> <p>Ele pensa com movimentos, seus pensamentos são tão primários que ele os age... (p. 53)</p> <p>Não tolerava falar sobre si mesma, concentrava-se insolúvel, angustiada — no resumo escapava</p>	<p>para um lugar. Ele dizia de alguém: que modo de gastar a vida... E ela se gritava: mas não, jamais se tratara de gastar a vida, isso não existia... ele precipitara as coisas num plano estranho e irremediável. Eu não era feliz, me faltava alguma coisa que me desse satisfação — dizia ele e outra vez descobria para ela quase uma forma de pensar, tão nova que lhe doía como se arrancasse o curso de um rio para fora do leito. Ele sem palavras fazia com que ela soubesse de coisas que jamais vira. Ela contou-lhe: — Às vezes passo os dias com uma esperança tão... assim... e de repente fico sem esperança... — Esperança de quê? perguntou interessado.</p>
---	---	--

	<p>mais esse, e de mais esse, e de mais esse) (mas cada um por si) — e eis que sem nenhuma palavra ela já realizara. Aliás toda ela era sustentada por algumas palavras. Mas empregadas com tal sentido, com tal sentido, com tal espécie de natureza cega e estranha que, quando as usava alto ou em pensamento ou quando as ouvia, não estremecia, não reconhecia, não notava; na sua intimidade ocupada e minuciosa ela vivia sem memória. Antes de adormecer, concentrada e mágica, dizia adeus às coisas num último instante de consciência ligeiramente iluminada. Sabia que na penumbra “suas coisas” viviam melhor sua própria essência. “Suas coisas” — pensava</p>	<p>às palavras ditas o essencial que era afinal a sensação de ter vivido aquilo que contara; a fina indecisão incessante de uma vida parecia estar na sua relação com quem a vivia, na consciência íntima de seu contato. Às vezes conseguia alguma coisa parecida consigo mesma. Era porém uma liberdade fácil e quase experiente, um processo de liberdade — um poder sendo usado e não algo avançado enquanto ainda se criava; a diferença que existia entre o que fora arremessado no ar e o que voava de si próprio. Uma ou outra vez no entanto a imitação conseguia ser mais verdadeira que a coisa imitada e como revelava esta por um instante. (p. 77-78)</p> <p style="text-align: center;">5</p>			<p>— De nada propriamente..</p> <p style="text-align: center;">.</p> <p>— Mas como? insistia ele, você que tem saber... Ela não sabia explicar e surpreendia-se com a incompreensão de Vicente. Depois aprendeu que ele entenderia se ela dissesse; atravesssei a metade do dia bem disposta e a outra metade indisposta. Passou a trocar-se em palavras de Vicente e às vezes parecia-lhe que era mais do que palavras o que transformava. (p. 83)</p> <p style="text-align: center;">5</p>
--	--	--	--	--	--

sem palavras,
sabida na
própria
escuridão —
“suas coisas”
como “seus
animais”. (p.
75)

Sentada junto
à mesa,
olhando os
dedos sozinha
no mundo,
pensava
confusamente
com uma
precisão sem
palavras que
valia
como
movimentos
leves e
delicados,
como um
zumbido de
pensamento:
os
pensamentos
sobre as
coisas existem
nas próprias
coisas sem se
prenderem a
quem as
observa; os
pensamentos
sobre as
coisas saem
delas como o
perfume se
desprende da
flor, mesmo
que ninguém a
cheire, mesmo
que
ninguém saiba
sequer que
essa flor
existe...; o
pensamento da
coisa existe
assim tanto
como a própria
coisa, não em

	<p>palavras de explicação mas como outra ordem de fatos; fatos rápidos, sutis, visíveis exatamente por algum sentido, assim como só o olfato percebe o perfume da flor — soava ela. (p. 76)</p> <p>6</p>				
--	--	--	--	--	--

APÊNDICE C – Organização do *corpus* extraído de *A cidade sitiada*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
<p>Grega numa cidade ainda não erguida, procurando designar cada coisa para que depois, através dos séculos, elas tivessem o sentido de seus nomes. (p. 93-94)</p> <p>1</p>	<p>Pois falava e falava com o médico e não conseguia transmitir-lhe nada. Mas pelo menos espiava tudo com tal clareza: via soldados e crianças. Sua forma de se exprimir reduzia-se a olhar bem, gostava tanto de passear! (p. 21)</p> <p>A moça não tinha imaginação mas uma atenta realidade das coisas que a tornava quase sonâmbula; ela precisava de coisas para que estas existissem. (p. 41)</p>	<p>Não se poderia saber que reinado ela representava junto à nova colônia pois que seu trabalho era curto demais, e quase inexplorável: tudo o que ela via era alguma coisa. Nela e num cavalo a impressão era a expressão. Na verdade função bem tosca — ela indicava o nome íntimo das coisas, ela, os cavalos e alguns outros; e mais tarde as coisas seriam olhadas por esse nome. A realidade precisava da mocinha para ter uma forma. "O que se vê" — era a sua única vida interior; e o que se via tornou-se a sua vaga história. Que se lhe fosse</p>	<p>Apoiando-se então nas venezianas ela murmurou: ah, eu bem queria ter a força de uma janela, murmurou-se baixo, e através dessas palavras disfarçava talvez outras mais antigas, à procura de um rito perdido. Inexplicavelmente com mais esperança, tentava agora excitar sua ira até chegar à própria força, trotando atenta, experimentando o tocar nos objetos — até que acertasse naquele que seria a chave das coisas, tocando a porta com mão delicada e</p>	<p>E a cidade ia tomando a forma que o seu olhar revelava. Nesse momento propício em que as pessoas viviam, cada vez que se visse — novas extensões emergiriam, e mais um sentido se criaria: era esta a pouco usável vida íntima de Lucrecia Neves. E isso era S. Geraldo, cuja História futura, como na lembrança de uma cidade sepultada, seria apenas a história do que se tivesse visto. (p. 18-19)</p> <p>Mas o único meio de contacto era</p>	<p>Porque depois aprendeu a dizer: gostei muito, o teatro estava bom, me diverti tanto. A ordem superior. Estava muito bem dançando, aprendeu ela a dizer mexendo sobranceiras, e livrou-se para sempre de tantas realidades intransponíveis. Esta é a praça mais bonita que já vi, dizia, e depois podia atravessar com segurança a praça mais bonita que já vira. (p. 136)</p> <p>Vida individual? o perigoso é que cada pessoa trabalhava</p>

<p>Se fosse possível alguém compreender e não tirar nenhuma conclusão — assim o rapaz olhava profundo. E a forma da moça não entender tinha a mesma clareza das coisas compreensíveis, a mesma perfeição de que ambos faziam parte: fios pretos se balançavam no incolor — eles olhavam de baixo para cima, imóveis, incompreensíveis, constantes. (p. 43)</p>	<p>revelada dar-lhe-ia somente a recordação de um pensamento ocorrido antes de dormir. (p. 18)</p> <p>as pessoas se debruçavam e adivinhavam-na através do crepúsculo: lá... lá estava o subúrbio estendido. E o que elas viam era o pensamento que elas nunca poderiam pensar. [...] ela debruçava-se sem nenhuma individualidade, procurando apenas olhar diretamente as coisas. (p. 19)</p> <p>Estava na sua natureza poder possuir uma idéia e não saber pensá-la: assim ele a expunha, ofuscado, persistente, jogando os caroços. (p. 29)</p>	<p>com uma serenidade que também esta jamais romperia o próprio limite — tal o extraordinário equilíbrio em que tudo se mantinha. (p. 75)</p> <p>Que sujo caminho era percorrido na escuridão até os pensamentos rebentarem em gestos! O subúrbio todo trabalhava nos subterrâneos dos esgotos para aqui e ali um homem tossir na esquina. (p. 85)</p>	<p>olhar e ela viu os soldados na esquina. Ah, os soldados. — Olha só os soldados, Perseu, disse Lucrécia. Seu modo de ver era tosco, rouco, recortado: os soldados! Mas não era só ela quem via. De fato um homem passou e a olhou: ela teve a impressão de que ele a vira estreita e alongada, com um chapéu pequeno demais: como num espelho. Bateu perturbada as pálpebras, embora não soubesse que forma escolheria ter; mas o que um homem vê é uma realidade. E sem sentir a moça tomou a forma que o homem percebera nela. Assim se construíram as coisas. (p. 48)</p>	<p>com séculos. (p. 176)</p> <p>Ou teria ele entendido. Porque o médico falara de S. Geraldo num tom que por instantes parecia roubado dela mesma, e às vezes dizia uma palavra que ele só poderia ter pronunciado se conhecesse o que ela conhecia... Mas se tudo isso acontecera sem que de fato Lucas conhecesse o mundo em que ela vivera, e as palavras que ele pronunciara, iguais às dela, pertencessem ao seu próprio mundo... — então quantos intermináveis conjuntos se poderiam indefinidamente formar com o que estava "ali"? (p. 180)</p>
<p>Lucrécia Neves talvez quisesse exprimi-lo, imitando com o pensamento o vento que bate portas — mas faltava-lhe o nome das coisas. Faltava o nome das coisas, mas eis, eis aqui, ali, eis a coisa, a igreja, as pombas voando sobre a Biblioteca, os salames à porta da loja, o</p>	<p>O olhar não era descritivo, eram descritivas as posições das coisas. Não, o que estava no quintal não era ornamento. Alguma coisa desconhecida tomara por um instante a forma</p>	<p>2</p>	<p>Nessa moça, que de si sabia pouco mais do que o próprio nome, o esforço de ver era o de se</p>	<p>3</p>

	<p>vidro ardente de uma janela sinalizando com insistência para o morro... Os dois de pé espiando. E a dureza das coisas era o modo mais recortado de ver da moça.</p> <p>Da impossibilidade e de ultrapassar essa resistência nascia, de fruto verde, o travo das coisas firmes sobre as quais soprava com heroísmo esse vento cívico que faz tremer bandeiras! a cidade era uma fortaleza incontestável ! E ela procurando ao menos imitar o que via: as coisas estavam como ali! e ali!</p> <p>Mas era preciso repeti-las. A moça tentava repetir com os olhos o que via, tal seria ainda o único modo de se apoderar. (p. 47)</p> <p>Quando uma coisa não pensava, a forma que</p>	<p>desta posição. Tudo isso constituía o sistema de defesa da cidade. As coisas pareciam só desejar: aparecer — e nada mais. "Eu vejo" — era apenas o que se podia dizer. (p. 105)</p> <p>Ele, ao contrário, excitado pela nobreza com que se descrevera, fitava avidamente as mãos, inquieto e cheio de planos para o futuro. De fato ele percebia que falar era o seu melhor modo de pensar (p. 150)</p> <p style="text-align: center;">5</p>		<p>exteriorizar. O pedreiro construindo a casa e sorrindo de orgulho — tudo o que Lucrecia Neves podia conhecer de si mesma estava fora dela: ela via.</p> <p>A coragem porém era decidir-se a começar. Enquanto não iniciava, a cidade estava intacta. E bastaria começar a olhar para parti-la em mil pedaços que não saberia juntar depois. [complexidade/irreversibilidade] Era uma paciência de construir e de demolir e de construir de novo e de saber que poderia morrer um dia exatamente quando demolira em vias de erguer [abdução]. (p. 70-71)</p> <p>E quanto a contar a Perseu o que sucedia — tudo era simples demais, até mesmo</p>	
--	--	---	--	---	--

possuía era o seu pensamento. O peixe era o único pensamento do peixe. O que dizer então da chaminé. Ou daquela folhinha de calendário que o vento arrepiava... Ah, sim, Lucrecia Neves via tudo. Embora nada desse de si — senão a mesma clareza incompreensível. O segredo das coisas estava em que, manifestando-se, se manifestavam iguais a elas mesmas. (p. 72)

Oh, mas as coisas não eram jamais vistas: as pessoas é que viam.

E perto a sólida porta da sala. E mais além a mulher de porcelana sustentava nas costas o relóginho parado. Tudo isso era a miniatura da igreja, da praça e da torre do relógio, e neste

estúpido: ela estava apenas construindo o que existe. O quê! ela estava vendo a realidade. (p. 102)

Tudo o que via se tornava real. Olhando agora, sem ânsia, o horizonte cortado de chaminés e telhados. O difícil é que a aparência era a realidade. Sua dificuldade de ver era como se pintasse. De cada parede com um cano nascia algo irreduzível — uma parede com cano. Os canos: que insistência. Quando era um cano pesado seria: parede com cano pesado. Não havia erro possível — tudo o que existia era perfeito — as coisas só começavam a existir quando perfeitas. (p. 106)

Aproveitando sua ausência, S. Geraldo avançara em algum sentido,

mapa a moça calculava como um general. Que diria então se pudesse passar, de ver os objetos, a dizê-los... Era o que ela, com paciência de muda, parecia desejar. Sua imperfeição vinha de querer dizer, sua dificuldade de ver era como a de pintar. O difícil é que a aparência era a realidade. (p. 73)

Um instante em que ela se exprimisse e ter-se-ia colocado no mesmo plano da cidade. Um instante em que ela se demonstrasse, e teria a forma que lhe era necessária como instrumento. Então, austera, tentou com honestidade dizer. Roendo raivosamente a unha, inclinou a cabeça: como expressão. Mas não, nada fora dito... Olhou madeira, mesa, estatueta, as verdadeiras

e ela já não reconhecia as coisas. Chamando-as, estas não mais respondiam — habituadas a serem chamadas por outros nomes. Outros olhares, que não o dela, haviam transformado o subúrbio. (p. 142-143)

Quanto a ela mesma — ciente, apenas ciente. De que aquilo tudo era intransponível mesmo pela imaginação — essa dura verdade do sol e do vento, e de um homem andando, e das coisas postas. E uma pessoa nem sabia limitar-se. Pois ela nem podia deixar de orgulhar-se ao ver o tempo passar — mas já estamos no mês de fevereiro? — como se este fosse desenvolvimento seu. E era. (p. 210-211)

coisas,
procurando
trabalhar-se na
imitação de
uma realidade
tão palpável!
mas parecia
faltar-lhe, para
dizer,
fatalidade
maior. A moça
a procurava:
inclinando o
torso para a
frente e
perscrutando-
se com
esperança.
Mas de novo
errara. (p. 80)

Ela estava
olhando as
coisas que não
se podem dizer
[...]. Ver as
coisas é que
eram as coisas.
(p. 106)

Podia-se
pensar tudo
contanto que
não se
soubesse [...]
Espiondo.
Porque alguma
coisa não
existiria senão
sob intensa
atenção. (p.
107)

— Aquela
estrela, disse
ela com
lágrimas nos
olhos numa
sinceridade
que, em busca
de expressão, a
fazia mentir. É
que me virei e
vi a estrela,
disse banhada

pela graça de
sua mentira.
(p. 165)

Bem sentia
que em certas
coisas,
mesmo boas,
não se devia
tocar jamais,
nem com o
pensamento.
(p. 202)

Escrevendo
apoiava-se
cada vez mais
nas ligações,
em diversos
"porém" e "aí",
dando-se
tempo. Porque
bastava ser
obrigada a
exprimir-se, e
a obstinada
emudecia, e
quase deveria
criar um
sentimento a
dizer. (p. 205-
206)

Oh, ela vivera
de uma
história muito
maior do que a
sua. Como se
limitar à
própria
história se lá
estava a torre
da usina? Essa
verdade feita
de poder olhar.
Nunca tinha
pensado
mesmo; pensar
seria apenas
inventar. (p.
211)

APÊNDICE D – Organização do *corpus* extraído de *A maçã no escuro*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	Então o homem se sentou numa pedra, ereto, solene, vazio, segurando oficialmente o pássaro na mão. Porque alguma coisa estava lhe acontecendo. E era alguma coisa com um significado. Embora não houvesse um sinônimo para essa coisa que estava acontecendo. Um homem estava sentado. E não havia sinônimo para nenhuma coisa, e então o homem estava sentado. Assim era. O bom é que era indiscutível. E irreversível. É verdade que aquela coisa que lhe estava acontecendo	Aquilo — aquilo era um homem pensando. . . Então com infinito desagrado, fisicamente atrapalhado, ele se lembrou no corpo de como é homem pensando. Homem pensando era aquilo que, ao ver algo amarelo, dizia com esforço deslumbrado: essa coisa que não é azul. Não que Martim tivesse chegado propriamente a pensar — mas o reconheceu como se reconhece na forma das pernas imóveis o possível movimento. (p. 15) Na verdade Martim tivera apenas uma consciência	Esta última frase o homem disse com vaidade porque lhe pareceu que organizara com alguma perfeição as palavras. Certamente o que fez Martim experimentar essa perfeição foi o fato de suas palavras terem de algum modo ultrapassado o que ele quisera dizer. E, embora se sentindo ludibriado por elas, preferiu o que dissera ao que realmente pretendia dizer, por causa do modo muito mais certo como as coisas nos ultrapassam.	Então — através do grande pulo de um crime — há duas semanas ele se arriscara a não ter nenhuma garantia, e passara a não compreender. E sob o sol amarelo, sentado numa pedra, sem a menor garantia — o homem agora se rejubilava como se não compreender fosse uma criação. Essa cautela que uma pessoa tem de transformar a coisa em algo comparável e então abordável, e, só a partir desse momento de segurança, olha e se	“na verdade apenas imitei a inteligência assim como poderia nadar como um peixe sem o ser!” O homem se mexeu contente: imitei? mas sim! Pois se, imitando o que seria ganhar o primeiro lugar no concurso de estatística, ele ganhara o primeiro lugar no concurso de estatística! Na verdade, concluiu então muito interessado, apenas imitara a inteligência, com aquela falta essencial de respeito que faz com que uma pessoa imite. E com ele, milhões de

<p>tinha um peso a se suportar — ele bem reconheceu o peso familiar. Era como o peso dele próprio. Embora fosse alguma coisa ímpar: aquele homem parecia não ter mais nada equivalente a pôr no outro prato da balança [...]. E tal falta de nome como falta nome ao gosto que a língua tem na boca. Não era, pois, nada mais que isso. (p. 14)</p> <p>Se nós profundamente o entendemos, precisamos também entendê-lo superficialmente? Se reconhecemos no seu mover-se lento o nosso próprio formar-se — assim como se reconhece um lugar onde pelo menos uma vez se esteve — será necessário traduzi-lo em palavras que nos comprometem? (p. 77)</p>	<p>física muito aguda de ambos alteados pelos cavalos, e, numa percepção mais aguda ainda, sentia os cavalos soltos no ar. O que lhe dera uma vaga sensação de beleza, do modo como se tem uma sensação inquietante de beleza: quando alguma coisa parece dizer alguma coisa e há aquele encontro obscuro com um sentido. (p. 64)</p> <p>E agora, olhando Martim, a mulher teve medo de perder este contato insubstituível que a informava sobre a natureza mais secreta daquele homem ali em pé; e de quem, ignorando tudo, ela possuía o ilimitado conhecer que vem de se olhar e ver. Os fatos tantas vezes disfarçavam uma pessoa; se ela soubesse fatos talvez perdesse o homem inteiro. Oh, era um conhecimento cego o seu. Tão cego que, conhecendo-o, ela no entanto não o entendia.</p>	<p>O que também lhe deu, no mesmo instante, uma impressão de fracasso; e de resignação ao modo como acabara de se vender a uma frase que tinha mais beleza que verdade.</p> <p>A primeira coisa que ele estava esbanjadoramente comprando com seu novo dinheiro era um público — mas este já o forçara a uma verdade organizada. (p. 20)</p> <p>Depois que Martim disse o que tinha a dizer, apesar de estar satisfeito, sentiu-se cansado, como se houvesse um erro em alguma coisa que ele dissera — e ele fosse obrigado a fazer toda a infinita soma de Algarismos de novo. Em algum ponto não identificável, aquele homem ficara preso num círculo de</p>	<p>permite ver porque felizmente já será tarde demais para não compreender — essa precaução Martim perdera. E não compreender estava de súbito lhe dando o mundo inteiro. Que era inteiramente vazio, para falar a verdade. (p. 16)</p> <p>O que lhe escapou era se explicara desse modo seu crime porque assim realmente acontecera — ou se porque todo ele estava pronto para esse tipo de realidade. (p. 18)</p> <p>Depois do que, Martim começou mais devagar e procurou pensar com muito cuidado pois a verdade seria diferente se você a dissesse com palavras erradas. Mas se você a disser com as</p>	<p>homens que copiavam com enorme esforço a ideia que se fazia de um homem, ao lado de milhares de mulheres que copiavam atentas a ideia que se fazia de mulher e milhares de pessoas de boa vontade copiavam com esforço sobre-humano a própria cara e a ideia de existir; sem falar na concentração angustiada com que se imitavam atos de bondade ou de maldade — com uma cautela diária em não escorregar para um ato verdadeiro, e portanto incomparável, e portanto inimitável e portanto desconcertante e [...] Porque mesmo a compreensão, a pessoa imitava. A compreensão que nunca fora feita senão da linguagem alheia e de palavras. (p.</p>
---	--	--	---	--

<p>Mas ela sentia a verdade em forma de peso no coração, e não sabia o que era. Embora estivesse pensando cada vez mais como se toda ela fosse o próprio coração dormente. Por que então, se abrisse a boca, esta única verdade não sairia em palavras? (p. 90)</p> <p>Por que então não dizia a palavra? O sol estava parado. A água ofuscada. Martim diante dela. Por que não a dizia? É que tudo estava tão perfeito que ele sobrava. O duro vidro da água olhava-o e ele olhava. E tudo tão reverberado e imóvel, tão completo em si mesmo, que o homem não molhou o rosto, não ousou tocar na água e interromper com um gesto a grande</p>	<p>Era um passo antes do saber. (p. 143-144)</p> <p style="text-align: center;">3</p>	<p>palavras. Esquecera de informar alguma coisa? As pedras iam certamente ter uma impressão falsa. Para quem nunca viu uma cabeleira, um fio de cabelo não era nada, e tirado de sua água, o peixe era apenas uma forma. (p. 21)</p> <p>E para lhe mostrar até que ponto tudo estava convergindo para uma realização — como quando a graça existe — Vitória neste mesmo momento estendeu o braço apontando ao longe uma montanha de encostas suavizadas pela impossibilidade e de serem tocadas... Martim teve então uma espécie de certeza de que este era o gesto que ele procurara: tanto as distâncias parecem precisar de</p>	<p>palavras certas, qualquer pessoa saberá que aquela é a mesa sobre a qual comemos. De qualquer modo, agora que Martim perdera a linguagem, como se tivesse perdido o dinheiro, seria obrigado a manufaturar aquilo que ele quisesse possuir. Ele se lembrou de seu filho que lhe dissera: eu sei por que é que Deus fez o rinoceronte, é porque Ele não via o rinoceronte, então fez o rinoceronte para poder vê-lo. Martim estava fazendo a verdade para poder vê-la. (p. 18-19)</p> <p>Se aquele homem ainda se lembrava de como era o mundo — naquele quadro havia alguma coisa a que ele certamente responderia se ainda fosse gente. Aquilo que o homem</p>	<p>15)</p> <p>Bastante espantado com o que acabara de pensar, o homem se interrompeu com curiosidade: “então foi o que aconteceu?”</p> <p>Era a primeira vez que lhe ocorria. É verdade que até agora ele não tivera sequer tempo de pensar no seu crime.</p> <p>Mas, abordando-o enfim neste instante, abordara-o de um modo que faria com que nenhum tribunal o reconhecesse. [p. 18]</p> <p>Até que um dia um homem saía para o mundo “para ver se é verdade”. Antes de morrer, um homem precisa saber se é verdade. Um dia enfim um homem tem que sair em busca do lugar comum de um homem. Então um dia o homem freta</p>
---	---	--	--	--

	<p>estática. Tudo rebentava de silêncio. Com o cheiro de capim quente que o vento trouxe do longe ele aspirou a revelação tentando inutilmente pensá-la. Mas a palavra, a palavra ele ainda não a tinha. O pé, o pé com que um homem pisa, ele não o tinha. Sabia que se tinha feito. Mas faltava saber o que é que um homem faz. (p. 94)</p> <p>Sem uma palavra a escrever, Martim no entanto não resistiu à tentação de imaginar o que lhe aconteceria se o seu poder fosse mais forte que a sua prudência. “E se de repente eu pudesse?”, indagou-se ele. E então não conseguiu se enganar: o que quer que conseguisse escrever seria apenas por não conseguir escrever “a outra coisa”.</p>		<p>alguém que as determine com um gesto. Assim o homem escolheu concluir que é este o gesto humano com que se alude: apontar. (p. 64)</p> <p>Assim, de aproximação penosa em aproximação penosa — tendo Martim nesse caminhar um sentimento de sofrimento e de conquista — ele terminou se perguntando se tudo o que ele enfim conseguira pensar, quando pensara, também não teria sido apenas por incapacidade de pensar uma outra coisa, nós que aludimos tanto como máximo de objetividade. E se sua vida toda não teria sido apenas alusão. Seria essa a nossa máxima concretização: tentar aludir ao que em silêncio sabemos?</p>	<p>aprendera e não esquecera de todo, ainda o incomodava; era difícil esquecer. [irreversibilidade] As coisas simbólicas sempre o haviam incomodado muito. (p. 41)</p> <p>ele próprio se tornara de repente o sentido das terras e da mulher, ele próprio era o aguilhão daquilo que ele via. Foi isso o que sentiu, embora recebesse de seu pensamento apenas o latejar. E contido, alvoroçado, lembrou-se de que este é o lugar-comum onde um homem pode enfim pisar: querer dar um destino ao enorme vazio que aparentemente só um destino enche. Então, num impulso da mesma natureza do impulso de querer dar nome, procurou se</p>	<p>o seu navio. E, de madrugada, parte. — Quem é que nunca desejou viajar? disse Martim tentando penosamente transformar o que pensara em algo que ele próprio pudesse compreender: uma mesa onde se põem pratos em cima. (p. 22)</p> <p>Poucas pessoas teriam tido a oportunidade de reconstruir em seus próprios termos a existência. À nous deux, disse de repente interrompendo o o trabalho e olhando. Porque era só começar. Mas como se tivesse tido um sonho infantil olhou de novo o passarinho que cantava e se disse: que faço dele? Pois já na sua primeira visão um passarinho não cabia. Tudo lhe fora dado, sim.</p>
--	---	--	--	--	---

	<p>Mesmo dentro do poder, o que dissesse seria apenas por impossibilidade e de transmitir uma outra coisa. A Proibição era muito mais funda... surpreendeu-se Martim.</p> <p>Como se vê, aquele homem terminara por cair na profundeza que ele sempre sensatamente evitara.</p> <p>E a escolha tornou-se ainda mais funda: ou ficar com a zona sagrada intacta e viver dela — ou traí-la pelo que ele certamente terminaria conseguindo e que seria apenas isto: o alcançável. (p. 97)</p> <p>Teve a certeza intuitiva de que não somos nada do que pensamos e somos o que ele estava sendo agora, um dia depois que nascemos nós nos inventamos — mas nós somos o que ele era agora. Martim caíra na</p>		<p>Tudo isso Martim pensou, e pensou muito. E ali estava ele. Que pretendia apenas anotar, nada mais que isto. E cuja inesperada dificuldade era como se ele tivesse tido a presunção de querer transpor em palavras o relance com que dois insetos se fecundam no ar. Mas quem sabe — perguntou-se então na perfeita escuridão do absurdo — quem sabe se não é na expressão final que está o nosso modo de transpor os insetos se glorificando no ar. Quem sabe se o máximo dessa transposição está exatamente e apenas no querer... (E assim ele estava salvando o valor de sua intenção, dessa intenção que não soubera se transformar</p>	<p>lembrar que gesto se usava para exprimir aquele instante de vento e de alusão ao desconhecido. Procurou se lembrar do que fizera quando estivera um dia no alto do Corcovado com uma namorada. Mas, que se lembrasse, não havia como exprimir. Nessa primeira impotência, por um instante Martim se sentiu angustiadamente preso. Mas também sentir-se angustiadamente preso era ser uma pessoa, ele bem se lembrava ainda! oh ele bem se lembrou: com angústia lembrou-se de que essa angústia era ser gente — e no alto do Corcovado ele beijara a namorada com uma ferocidade de amor. Lembrou-se a</p>	<p>Mas desmontado e aos pedaços. E ele, com peças sobrando na mão, não pareceu saber como montar a coisa de novo. (p. 78)</p> <p>ele pensou mais ou menos o seguinte: mesmo que ele falasse de seu “descortinar” a uma pessoa apenas, esta pessoa contaria a outra, como numa “cadeia de boa vontade”. Ou então — pensou ele desvolto — essa pessoa transformada pelo conhecimento seria percebida por outra, e esta outra por outra, e assim por diante. E no ar haveria aos poucos a sub-reptícia notícia assim como a moda se espalha sem que ninguém tenha sido obrigada a segui-la. Pois que eram as pessoas senão</p>
--	---	--	---	---	---

<p>verdade como uma pessoa cai na loucura, e então batia os dentes. Seria uma verdade caótica apenas enquanto ele tentasse compreendê-la.</p> <p>Mas em si mesma ela era toda perfeita. (p. 121-122)</p> <p>De que lhe valera a liberdade profunda mas sem poder. Ele tinha tentado inventar um novo modo de ver ou de entender ou de organizar, e tinha querido que esse modo fosse tão perfeito quanto o da realidade. Mas o que experimentara fora apenas a liberdade de um cão sem dentes. A liberdade de ir em busca da promessa que o rodeava — pensou o homem tremendo. E tão vasta era a promessa que, se a pessoa a perdia de vista por um segundo, então se perdia</p>	<p>em ação.) Quem sabe se o nosso objetivo estava em sermos o processo. O absurdo dessa verdade então o envolveu. E se assim for, oh Deus — a grande resignação que se precisa ter em aceitar que nossa beleza maior nos escape, se nós formos apenas o processo. (p. 97-98)</p> <p>Então aconteceu que Martim sabia qual era a primeira coisa a procurar saber mas não conseguiu dar-lhe um nome. Pareceu-lhe mesmo que só saberia o nome no instante em que a obtivesse, como se uma pessoa só soubesse o que procurava quando achasse. [...] ao lado da “coisa número 1” a tentar saber, escreveu “aquilo”, pois o que ele conseguia era</p>	<p>tempo de que não havia como exprimir a alegria e então se construía uma casa ou se fazia uma viagem ou se amava. Também ele, montado no cavalo, com o ar apreensivo de quem pode errar, estava atentamente procurando copiar para a realidade o ser que ele era, e nesse parto estava se fazendo a sua vida. (p. 63)</p> <p>não se sabe por quê, ele não tinha mais vergonha. Ao ponto de um dia, diante da claridade inóspita e sem nenhum sentido, ele ter enfim pensado, um pouco inquieto e avançando: “por Deus, se não criássemos um mundo, este mundo apenas divino não nos receberia”. (p. 69)</p> <p>Repetir lhe parecia</p>	<p>a consequência de um modo de compreender e de amar de alguém já perdido no tempo? “Ele viveu assim”, diria uma pessoa a outra como a senha esperada. “Ele viveu assim”, correria o boato. Martim acabara enfim de enunciar. Só o constrangia um pouco a súbita facilidade em que caíra. Mas quem sabe se era assim mesmo: que depois de enunciada, a verdade era fácil? (p. 94)</p> <p>E então, como ele não sabia qual era a verdade, ele se disse no bosque: eu creio na verdade, creio assim como vejo esta escuridão, creio assim como não entendo, creio assim como assassinamos, creio assim como nunca dei pão para quem tem</p>
--	---	--	--

	<p>de si própria num mundo vazio e completo que não parece precisar de um homem a mais. Perdia-se até que exaustivamente, e nascida do nada, se erguesse a esperança — e então de novo, como para um cão sem dentes, o mundo se tornasse passeável, tocável. Mas apenas tocável. (p. 123)</p> <p>Seria isso o que Deus pacientemente esperara que ele compreendesse? era isso o que lhe prometera. Mas mesmo que Deus pudesse falar, nada lhe teria dito porque se dissesse não seria compreendido. E mesmo agora o homem não compreenderia. (p. 126)</p> <p>Ela precisava falar, sim; mas evitava com tato ser compreendida. Do momento em que fosse</p>		<p>aludir. (p. 99)</p> <p>Escreveu então: “Número 2: como ligar ‘aquilo’ que eu souber com o estado social”. Porque foi isso o que ele escreveu. Perdia a prática de pensar, e perdido o vocabulário, não conseguiu outra expressão para significar o que queria dizer senão esta: “estado social”, que lhe pareceu muito boa e clara, e que tinha um pequeno toque erudito que Martim sempre ambicionara: a erudição, sendo externa, se confundia com a ideia primária que ele fazia de objetividade, e sempre lhe dava a satisfatória sensação de ter acertado. (p. 99-100)</p> <p>Nenhum dos dois se questionou o que queriam dizer com a</p>	<p>essencial. Cada vez que se repetia, algo se acrescentava. [Recursão] (p. 70)</p> <p>Então Martim se perguntou com intensidade e com dor: seria isso mesmo? Porque suas verdades não pareciam suportar muito tempo de atenção sem que se deformassem. E, por um instante, a verdade tanto poderia ser esta como outra: imutável era apenas o campo. Foi pois à custa de um controle de arte que Martim se apegou a uma verdade apenas e com dificuldade afastou as outras. (Sem se dar conta, sua reconstrução já começara arquejante.) (p. 71)</p> <p>Agora que emergira até chegar ao ponto de homem na encosta, agora que emergira</p>	<p>fome, creio que somos o que somos, creio no espírito, creio na vida, creio na fome, creio na morte! — disse ele usando palavras que não eram suas. E porque não eram suas tiveram o valor do ritual que apenas esperavam para livrá-lo do medo, a única palavra de passe: creio. (p. 126)</p> <p>Ela não sabia exatamente ao que estava se referindo, e ele entendeu sem saber exatamente ao que ela se referia. Mas se assim não fosse, pobre seria o mútuo entendimento, nossa compreensão que é feita através das palavras perdidas e das palavras sem sentido, e é tão difícil explicar por que alguém se alegrou e por que outro se desesperou — é que não</p>
--	---	--	--	---	--

	<p>compreendida, ela não seria mais aquela coisa profundamente intransmissível que ela era e que fazia com que cada pessoa fosse a própria pessoa —</p> <p>pois Vitória pensava que era isso o que sucedia na comunicação. (p. 145)</p> <p>Isso ele viu, embora não fosse coisa que ela tivesse pensado nem dito. Mas ele sabia: ela não perdoaria jamais. Isso não foi coisa que se dissesse, mas era coisa que estava acontecendo, e não seria a ausência de palavras que faria deixar de existir o que estava existindo, e a planta sente quando o vento é escuro porque ela estremece, e o cavalo no meio do caminho parece ter tido um pensamento, e quando os ramos da</p>		<p>palavra absurdo, nem se deram conta de que haviam deixado de lado, intocada, a própria coisa sobre o que estavam falando. (p. 104)</p> <p>alguém tinha que se sacrificar e levar o sofrimento sem consolo até o último termo e então se tornar o símbolo do sofrimento! alguém tinha que se sacrificar, eu quis simbolizar o meu próprio sofrimento! eu me sacrifiquei! eu quis o símbolo porque o símbolo é a verdadeira realidade e nossa vida é que é simbólica ao símbolo, assim como macaqueamos a nossa própria natureza e procuramos nos copiar! (p. 125)</p> <p>Mas na escuridão do</p>	<p>até entender seu crime e saber o que desejava — ou até ter inventado o que se passara com ele e inventado o que desejava? que importava se a verdade já existia ou se era criada, pois criada mesmo é que valia como ato de homem — agora que ele conseguira se justificar, tinha de prosseguir. E conseguir antes do fim próximo a — a reconstrução do mundo. (p. 74)</p> <p>A esse instante raro — em que “ainda não aconteceu”, “ainda vai acontecer”, “quase já aconteceu” — ela chamou, num esforço de compreensão, de “o instante antes do homem aparecer”. Dando um título, estava tentando aplacar o mundo. (p. 87)</p>	<p>levamos em conta o milagre das palavras perdidas; e é por isso que sempre valeu tanto viver pois muitas foram as palavras ditas que mal ouvimos mas elas foram ditas. Por um instante ambos não hesitaram em se compreender dentro da incompreensão: —</p> <p>Reconheço, sim, respondeu ele então entrando por breve segundo num mundo mais perfeito de entendimento, nós que temos uma finura de compreensão que nos escapa. (p. 144)</p> <p>“Um homem sem vocação deveria ao menos ter a vantagem de ser livre”, divagou Martim absorto. Mas todos o chamavam a exercer um mister. E a</p>
--	--	--	--	--	---

	<p>árvore se balançam no entanto não houve uma só palavra, e um dia se há de descobrir o que nós somos (p. 180)</p> <p>Se Martim soube que acertara, é porque doeu. Mas não poderia jamais explicar, e há alguma coisa que nunca saberemos. Mas nossa carência nos sustenta, disse-se ele, já que enfim perdera os limites da compreensão e admitia o que não se sabe. (p. 182)</p> <p>Bem que ele tentou raciocinar a esperança, oh bem que ele tentou. Mas, em vez de pensar no que se propôs pensar, pensou como uma mulher ocupada: “explicar nunca levou ninguém a nenhum lugar, e entender é uma futilidade”, disse ele como uma mulher ocupada em</p>		<p>bosque não queria senão se livrar. Como? Sem nenhum treino, ele não sabia de que modo uma pessoa aceita. Como se devesse haver um ritual que não apenas simbolizasse a submissão mas a realizasse. Oh não lhe importava sequer que, logo depois de aceitar, se organizasse no caleidoscópio imediatamente uma nova falta de sentido. Uma falta de sentido harmoniosa e intangível, num sistema de novo fechado onde de novo ele não poderia entrar. O que importava mesmo era fazer parte de um sistema — e livrar-se daquela sua natureza que de repente fez com que o homem recomeçasse a tremer da cabeça aos pés. Oh não importava, pois ele já fora longe demais,</p>	<p>Aquilo que enchera com realidade os seus dias reduzia-se a nada diante do ultimato de dizer. Como se via, aquele homem não era um realizador, e como tantos outros, só sentia a intenção, da qual o inferno está repleto. Mas para escrever estava nu como se não lhe tivesse sido permitido levar nada consigo. Nem mesmo a própria experiência. E aquele homem de óculos de repente se sentiu singelamente acanhado diante do papel branco como se sua tarefa não fosse apenas a de anotar o que já existia mas a de criar algo a existir. (p. 96)</p> <p>voltou-se para a memória. “Oh lembre-se de que existem árvores e existem crianças e existem</p>	<p>verdade é que, ao sol, ele estava tão definitivamente e emaranhado quanto o fora antes; em qualquer lugar onde um homem pisava, instalava-se uma cidade, só faltavam os bondes e os cinemas. Ermelinda queria que ele... o que queria mesmo Ermelinda? E Vitória forçava-o a recebê-la em confissão. Era difícil não colaborar. Vagamente então nasceu em Martim uma nova explicação para o seu crime — esse crime que cada vez se tornava mais elástico e amorfo, e o homem já se afastara tanto dele que na verdade lhe parecia ter cometido um crime abstrato, e na verdade seu crime agora parecia mais com um pecado de</p>
--	--	--	---	--	---

	<p>dar de mamar ao filho. (p. 182)</p> <p style="text-align: center;">12</p>	<p>e ter medo já era tarde demais, já significava pertencer à salvação, o que quer que isso quisesse dizer. Que importa se era essa ou não a palavra! nós que aludimos, nós que apenas aludimos. (p. 125)</p> <p>“Tudo o que sei está oculto”, sentia ela, e estava sentada na cama, capturada pelo que sabia. Mas também era verdade que, enquanto ela não era obscura, seu coração não reconhecia a verdade. (p. 129)</p> <p>nem ela própria entendeu totalmente o que dissera. Mas, se ela não dissera a verdade em todas as palavras da verdade, dissera alguma coisa reconhecível. E a mulher tomou um ar vagamente satisfeito. Ambos,</p>	<p>corpos e mesas”, se disse o homem tentando se acordar para uma máxima objetividade. E realmente se tornou objetivo e claro. Mas o que conseguiu? Pedrinhas; ele olhava curioso as pedrinhas dos fatos, seculares pedrinhas duras, indeglutíveis, irreduzíveis, imperecíveis. Afogado num mar de seixos. Não só a realidade, mas também a memória pertence a Deus. O homem se revolveu no escuro. Ele tinha ficado preso dentro da construção do próprio passado. Nada jamais tinha saído do mundo, nada jamais tinha entrado no mundo: eram as mesmas pedrinhas sempre, o jogo sempre estivera feito, e a improvisação era impossível</p>	<p>espírito, apenas. Assim, no sol, perseguido pela presença de Vitória, ele pensou assim: “que o único meio de ser livre, como um homem sem vocação tinha direito, fora cometer um crime, e fazer com que os outros não o reconhecessem mais como semelhante e nada exigissem dele; mas se essa explicação era a certa, então seu crime fora inútil: enquanto ele próprio sobrevivesse, os outros o chamariam”. (p. 152)</p> <p>— A senhora não consultou um especialista de estômago? perguntou Martim, não exatamente porque não a compreendess e mas porque tentou ver se, reduzindo honestamente o que ela dizia a uma questão de se curar no</p>
--	--	---	--	--

		<p>aliás, tiveram a tranquila impressão de algo enfim justificado. (p. 156)</p> <p>Aliás — pensou Martim sentindo que se excedia ligeiramente mas já sem poder mais se conter — aliás era tolice não entender. “Só não entende quem não quer!”, pensou ousado. Porque entender é um modo de olhar. Porque entender, aliás, é uma atitude. Como se agora, estendendo a mão no escuro e pegando uma maçã, ele reconhecesse nos dedos tão desajeitados pelo amor uma maçã. Martim já não pedia mais o nome das coisas. Bastava-lhe reconhecê-las no escuro. E rejubilar-se, desajeitado. E depois? Depois, quando saísse para a claridade,</p>	<p>pois esses eram os elementos — os que já estavam ali — e de repente haviam fechado a porta, e a nada mais fora permitido entrar ou sair. E se, para o futuro, ele quisesse fazer nova construção — teria que destruir a primeira a fim de ter pedrinhas a usar, pois nada podia mais entrar no jogo e nada mais podia sair: o material de sua vida era esse mesmo. Mas, pensou ele, que infinita variação! com as mesmas pedrinhas. (p. 100-101)</p> <p>Mas acontece, refletiu ele com uma vontade intensa de desistir do futuro, acontece que com essas pedrinhas algo está pelo menos definitivamente organizado. E nele</p>	<p>médico, tudo ficaria nas verdadeiras proporções. (p. 152)</p> <p>E quanto a não entender os outros... Bem, isso já não teria sequer importância. Porque havia um modo de entender que não carecia de explicação. E que vinha do fato final e irredutível de se estar de pé, e do fato de outro homem também ter a possibilidade de ficar de pé — pois com esse mínimo de se estar vivo já se podia tudo. Ninguém teve até hoje mais vantagem que esta. [Interidentificação](p. 164)</p> <p>Mas falara! Ele havia falado enfim. A frase sobre sua mulher fora das mais antigas, lentamente recuperada como um paralítico dá um passo. E havia ainda outras</p>
--	--	---	---	---

		<p>veria as coisas pressentidas com a mão, e veria essas coisas com seus falsos nomes. Sim, mas já as teria conhecido no escuro como um homem que dormiu com uma mulher. (164)</p> <p>“eu queria o símbolo porque o símbolo é a verdadeira realidade! (p. 169)</p> <p>E agora, que se achava quase no fim da jornada, tendo quase ao alcance uma certa palavra ou um certo sentimento — agora ele não tinha força para estender o braço fatigado e alcançar. Tinha que parar ali onde parara, e transferir para os outros a construção da marcha. E ali humildemente ficar. E de novo ter como ideal máximo, adivinhar. Confuso, a modo de</p>	<p>cabemos. É verdade que às vezes cabemos com um braço paralisado pela construção, ou com um olho fechado pela argamassa endurecida por uma construção que secou depressa demais — mas algo está pelo menos definitivamente organizado, e se nele mal cabemos, a verdade é que cabemos. Que faremos? construiremos com as mesmas pedrinhas outra organização definitiva, derrubando antes a primeira? Ou resolveremos sensatamente caber na primeira? É verdade que para cabermos na primeira, temos que comer pouco. Pois engordando, não cabemos, e crescendo não cabemos, e ficamos de calças curtas demais, olhando</p>	<p>palavras que o esperavam, se a linguagem fosse recuperada... ele o descobriria com curiosidade quando dissera tão simplesmente que suspeitara um amante. O que, se não era a melhor verdade, era afinal uma verdade que tinha valor de troca... Com curiosidade, com o peso no peito, ele estava de novo trocando, comprando e vendendo. Fora isso então que lhe acontecera: suspeitara um amante. Só isso? E tudo o mais que pretendia, pensara ou quisera — tudo o mais começou a se tornar tão irreal que ele passou a mão delicada pela boca, o destino de um homem era inventado? Passou a mão pela boca seca, fascinado. (p.</p>
--	--	--	--	---

		<p>dizer, Martim apenas adivinhava. Mas quem sabe, força nenhuma jamais conseguisse mais do que estender ao máximo o comprimento de um braço de homem — e então não alcançar aquilo que, com mais um impulso, o derradeiro e o impossível, encheria com vida a mão. Porque braço de homem tem medida certa. E tem uma coisa que nunca saberemos. Tem uma coisa que nunca saberemos, você sente isso, não sente? embarçou-se o homem, emocionado como se isso contraditoriam ente significasse arriscar-se no primeiro passo de uma estranha esperança. — Ela era valorosa e boa, disse interrompendo os homens para ver-lhes a</p>	<p>meditativos os pés expostos. Mas tomamos cuidado, é uma questão de tomar cuidado. Oh bem que tomamos muito cuidado. Até que esquecemos como temos ultimamente crescido e engordado — e distraídos damos um bocejo, e a construção fica curta. É o que se chama de mal-estar. [...] oh não passaria ele jamais de um criador de verdades? (p. 101)</p> <p>ao olhar o mundo, de novo o homem sentiu essa tensão promissora que parece ser o máximo que uma pessoa pode conseguir, assim como se toma conhecimento de uma pedra porque ela resiste aos dedos. (p. 112)</p> <p>E acontece também que na hora eu não</p>	<p>166)</p> <p>“Amara-a tanto?”, sobressaltou-se de novo, ainda não firme naquelas pernas que lhe estavam sendo dadas. Olhou sobressaltado os quatro homens e a mulher que aguardavam: “devia, pois, ser verdade”.</p> <p>A verdade dos outros tinha que ser a sua verdade, ou o trabalho de milhões se perderia. Não seria esse o grande lugar comum a todos? Seus olhos piscaram de esperteza e argúcia e curiosidade. Embora soubesse que não a amara, experimentou com alguma cautela fazer suas as palavras dos outros que afinal não podem ser vazias: “pois um homem ama a sua mulher”. (p. 166)</p> <p>Valorosa e boa — tudo o</p>
--	--	--	--	--

		<p>cara, pois sentia que de novo estava se perdendo deles. (p. 170)</p> <p>porque lhe pareceu que se tivesse cometido apenas um crime passionai teria evitado o crime maior: o de duvidar. E afinal, a verdade é coisa secundaria — se se quiser o símbolo. (p. 170)</p> <p>Martim se lembrou de si próprio quando tentara, no depósito, escrever; e de como, por mesquinheza, não usara a mentira; e de como fora mediocrement e honesto com uma coisa que é grande demais para que possamos ser honestos com ela, nós que temos da honestidade a ideia que dela fazem os desonestos. Mas com a imaginação ele escreveria na prisão a história muito</p>	<p>entendi que estava tendo exatamente aquilo que tinha ido buscar, não reconheci totalmente, e pensei que estava errando. (p. 149)</p> <p>Silenciou, um pouco tonta. Um cobiçoso amor pela sua própria história a tomara. Ali estava ela naquele momento de pé — rica, tonta, pesada, ganhando ali mesmo, enquanto falara, um passado de que jamais suspeitara... “Mas eu tenho ainda todo um passado para trás!”, gritou-se subitamente em arrebatamento de surpresa. Até bonita ela fora! até jovem ela fora — coisa que jamais seria no futuro. Estremeceu ao pensar que se não tivesse contado a Martim sobre o rapaz da fogueira,</p>	<p>que ele conhecera dela apagava-se agora diante dos quatro homens — e restava que ela era valorosa e boa. A outra verdade — uma verdade inteiramente inútil no meio dos quatro homens cuja força os simplificava e lhes dava tamanho — a outra verdade se tornara tão inexistente quanto o crime que não chegara a existir. Martim teve um prazer inesperado em usar as palavras que valiam no mundo: valorosa e boa. Eram palavras lindas — pois a existência de palavras ocas como essas haviam salvo a alma de seu filho! A sentimentaliza ção da decência tomou Martim em doloroso assalto. — Valorosa e boa, disse</p>
--	--	---	---	---

		<p>torta de um homem que teve... Teve o quê? Digamos: pena e espanto? “Sobretudo”, pensou ele, “juro que no meu livro terei a coragem de deixar inexplicado o que é inexplicável.” [...] E, quem sabe, a sua seria a história de uma impossibilidade e tocada. Do modo como podia ser tocada: quando dedos sentem no silêncio do pulso a veia. (p. 175-176)</p> <p>Há um lugar onde, antes da ordem e antes do nome, eu sou! e quem sabe se esse é o verdadeiro lugar comum que saí para encontrar? esse lugar que é nossa terra comum e solitária, e aí é apenas como cegos que nos apalpamos — mas não é só isso o que queremos? Eu te aceito, lugar de horror onde</p>	<p>talvez ficasse para sempre ignorando acontecimentos seus, seus de direito. (p. 154)</p> <p>A senhora olhou aquele homem, aquele homem que era cruamente o dia de hoje, o impossível dia de hoje, e como tocar diretamente no dia de hoje, nós que somos hoje? (p. 157)</p> <p>Se saíra de casa “para saber se era verdade”, ele agora sabia que era. Aliás, ele sabia a verdade.</p> <p>Embora nunca pretendesse pronunciá-la nem sequer sozinho — consigo mesmo, pois, como se disse, ele se tornara um sábio — e a verdade, quando pensada, é impossível.</p> <p>Diabo! a verdade foi feita para existir! e não para sabermos. A nós, cabe apenas</p>	<p>então bem alto para que os homens vissem que ele era um deles. (p. 168)</p> <p>nós, que somos tão objetivos que terminamos sendo de nós mesmos apenas aquilo que tem uso; com aplicação, fazemos de nós o homem que um outro homem possa reconhecer e usar; e por discricção, ignoramos a ferocidade de nosso amor; e por delicadeza, passamos ao largo do santo e do criminoso; e quando alguém fala em bondade e sofrimento, abaixamos olhos ignorantes, sem dizer uma palavra em nosso favor; aplicamo-nos em dar de nós o que não espante, e quando se fala em heroísmo não entendemos.</p> <p>Os quatro homens de pé, representando.</p> <p>..</p>
--	--	---	--	--

		<p>os gatos miam contentes, onde os anjos têm espaço para na noite bater asas de beleza, onde entranhas de mulher são o futuro filho e onde Deus impera na grave desordem da qual somos os felizes filhos. (p. 177)</p> <p style="text-align: center;">17</p>	<p>inventá-la. A verdade... — bem, simplesmente, a verdade é o que é, pensou Martim com uma profundidade que o depôs exatamente no vazio. (p. 171-172)</p> <p>Que coisa estranha: até agora eu parecia estar querendo alcançar com a última ponta de meu dedo a própria última ponta de meu dedo — é verdade que nesse extremo esforço, cresci; mas a ponta de meu dedo continuou inalcançável. Fui até onde pude. Mas como é que não compreendi que aquilo que não alcanço em mim... já são os outros? Os outros, que são o nosso mais profundo mergulho! Nós que vos somos como vós mesmos não vos sois. [...] O consolo é que nem todos</p>	<p>Então, de repente — ó diabo, ó diabo! — de repente, a um relance ao rosto impassível de homens que tinham narizes, bocas, olhos, sinais particulares e uma testa — Martim percebeu espantado: eles sabem! Ele percebeu: que todo o mundo sabe a verdade. E que o jogo era assim mesmo: agir como se não soubesse... Essa era a regra do jogo. Que estúpido ele tinha sido! pensou estarecido, abanando a cabeça com incredulidade. Que ridículo o seu, o de querer salvar uma coisa que estava se salvando. Todos sabem a verdade, ninguém a ignora! Espantado diante dos narizes e bocas com que nascemos, Martim olhou os quatro homens: todos</p>
--	--	---	--	---

			<p>têm que depor e gaguejar, e só alguns sentem a danação de procurar compreender a compreensão. (p. 173)</p> <p>“Será que consegui mesmo alguma coisa?” Mas consegui dar existência ao mundo! O que significa que eu agora entraria numa guerra de vingança ou de bondade ou de erro ou de glória, e que estou pronto para errar ou acertar, agora que enfim sou comum.</p> <p>Com algum espanto, Martim compreendeu que não havia procurado a liberdade. Procurara se libertar, sim, mas apenas para ir sem empecilhos de encontro ao fatal. Quisera estar desimpedido — e na verdade se desimpedira com um crime — não para inventar um destino! mas para copiar</p>	<p>sabiam a verdade. E mesmo que a ignorassem, o rosto das pessoas sabia. Aliás, todo o mundo sabe tudo. E uma ou outra vez alguém redescobre a pólvora, e o coração bate. A gente se atrapalha é quando quer falar, mas todo o mundo sabe tudo. Essa cara silenciosa com que teimosamente nascemos. (p. 168)</p> <p>Oh, mas alguma coisa se criara. Exausta, mas se criara. Sobretudo Martim estava muito cansado. Um homem sozinho ficava tão cansado. Quisera ele próprio arcar com um fardo — “arcar com o fardo” era um dos símbolos antigos que ele precisara averiguar sozinho, resto de procissões e de jogos atléticos a que assistira. Ele</p>
--	--	--	---	--

				<p>alguma coisa importante, que era fatal no sentido em que era alguma coisa que já existia. E de cuja existência aquele homem sempre soubera, como quem tem a palavra na ponta da língua e não consegue se lembrar. Ele quisera estar livre para ir de encontro ao que existia. E que, nem por existir, era mais alcançável — era tão inatingível como inventar. Por mais liberdade que tivesse, ele só poderia criar o que já existia. A grande prisão. A grande prisão! Mas tinha a beleza da dificuldade. Afinal consegui o que quis. Criei o que já existe. E acrescentara ao que existia, algo mais: a imaterial adição de si mesmo. (p. 178-179)</p>	<p>próprio quisera arcar com o fardo e levá-lo adiante. Mas quem levava adiante eram os quatro homens tranquilos que protegiam com a paciência o que quer que eles levavam adiante. Ele próprio, além de tocar nos símbolos, nada pudera fazer. Mas os quatro homens protegiam o fardo com a ignorância. (p. 169)</p> <p>— Valorosa e boa, repetiu Martim interpretando a expressão deles como sinal de que não o tinham ouvido. E era preciso que eles ouvissem! Fazia questão cerrada de reduzir tudo o que lhe acontecera a alguma coisa compreensível pelos milhões de homens que vivem da lenta certeza que avança, pois esses homens se</p>
--	--	--	--	---	---

arriscaram
também. E
não podiam
ser
perturbados
no seu
trabalho de
sono, e não
deveriam
jamais ter a
certeza
estremecida
— sem que
isto
constituísse o
crime maior.
(p. 170)

Que coisa
estranha: até
agora eu
parecia estar
querendo
alcançar com
a última ponta
de meu
dedo a própria
última ponta
de meu dedo
— é verdade
que nesse
extremo
esforço,
cresci; mas a
ponta
de meu dedo
continuou
inalcançável.
Fui até onde
pude. Mas
como é que
não
compreendi
que aquilo
que não
alcanço em
mim... já são
os outros? Os
outros, que
são o nosso
mais profundo
mergulho!
Nós
que vos
somos como

vós mesmos
não vos sois.
(p. 172)

— Ele está
chorando,
disse o de
fumo na
lapela
indicando-o
com a cabeça.
Além de ser
um... — ia
dizer a
palavra mas
lembrou-se a
tempo da
presença de
uma senhora
— além disso,
chora como
um
covarde.
E foi assim
que, com a
nova palavra
de
classificação,
Martim entrou
de novo no
mundo dos
outros,
de onde saíra
para
reconstruir. E
reencontrou
com
humildade
farejante —
como um cão
sem dentes
mas
com dono! —
o mundo
velho, onde
ele era enfim
alguma coisa,
nós que
precisamos
ser alguma
coisa
que os outros
vejam, senão
os próprios
outros

correrão o
risco de não
serem mais
eles mesmos,
e que
complicação
então! Ele era
a palavra que
o investigador
não ousara
pronunciar
diante de
Vitória, e um
covarde. (p.
174)

— Não, vou
me comportar
muito direito!
disse com
prazer e
atenção,
procurando
com gosto
repetir
alguma
situação
anterior de
modo a que
esta atual se
tornasse
compreensível
. E não se
esqueçam de
que
não reagi,
viu? não se
esqueçam de
dizer isso ao
juiz: que não
reagi! Não vê
que eu até
podia ter
fugido? disse
sabido. (p.
177)

tudo o que se
quisesse que
um dia viesse
a existir, na
verdade já
existia, a
própria
palavra era

					<p>anterior ao homem — e aqueles quatro representantes sabiam disso: sabiam que toda a questão está em saber profundamente e como imitar, pois quando a imitação é original ela é a nossa experiência. Martim passou a entender por que as pessoas imitavam. (p. 179)</p> <p>20</p>
--	--	--	--	--	---

APÊNDICE E – Organização do *corpus* extraído de *A paixão segundo G.H.*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Talvez o que me tenha acontecido seja uma compreensão - e que, para eu ser verdadeira, tenho que continuar a não estar à altura dela, tenho que continuar a não entendê-la. Toda compreensão súbita se parece muito com uma aguda incompreensão . (p. 10)</p> <p>Eu, que antes vivera de palavras de caridade ou orgulho ou de qualquer coisa. Mas que abismo entre a palavra e o que ela tentava, que abismo entre a palavra amor e o amor que não tem sequer</p>	<p>Falarei nessa linguagem sonâmbula que se eu estivesse acordada não seria linguagem. Até criar a verdade do que me aconteceu. Ah, será mais um grafismo que uma escrita, pois tento mais uma reprodução do que uma expressão. Cada vez preciso menos me exprimir. Também isto perdi? Não, mesmo quando eu fazia esculturas eu já tentava apenas reproduzir, e apenas com as mãos. Ficarei perdida entre a mudez dos sinais? Ficarei, pois sei como sou: nunca soube ver sem logo precisar mais do que ver. (p. 14-15)</p>	<p>Será preciso coragem para fazer o que vou fazer: dizer. E me arriscar à enorme surpresa que sentirei com a pobreza da coisa dita. Mal a direi, e terei que acrescentar: não é isso, não é isso! Mas é preciso também não ter medo do ridículo, eu sempre preferi o menos ao mais por medo também do ridículo: é que há também o dilaceramento do pudor. Adio a hora de me falar. Por medo? E porque não tenho uma palavra a dizer. Não tenho uma palavra a dizer. Por que</p>	<p>Mas é que também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar uma forma, nada me existe. E - e se a realidade é mesmo que nada existiu?! Quem sabe nada me aconteceu? Só posso compreender o que me acontece mas só acontece o que eu compreendo - que sei do resto? O resto não existiu. Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo</p>	<p>Mas se seus olhos não me viam, a existência dela me existia - no mundo primário onde eu entrara, os seres existem os outros como modo de se verem. (p. 57)</p> <p>Eu não podia mais negar. Não sei o que é que eu não podia mais negar, mas já não podia mais. E nem podia mais me socorrer, como antes, de toda uma civilização que me ajudaria a negar o que eu via. (p. 58)</p> <p style="text-align: center;">2</p>

<p>sentido humano - porque - porque amor é a matéria viva. Amor é a matéria viva? (p. 50-51)</p> <p>Mas agora “recusa de baratas” eram meras palavras, e eu também sabia que na hora de minha morte eu também não seria traduzível por palavra. (p. 59)</p> <p>Eu sabia que o neutro da barata tem a mesma falta de gosto de sua matéria branca. Sentada, eu estava consistindo. Sentada, eu estava sabendo que se não chamasse as coisas de salgadas ou doces, de tristes ou alegres ou dolorosas ou mesmo com entretons de maior sutileza - que só então eu não estaria mais transcendendo e ficaria na própria coisa.</p>	<p>Isto é a loucura, pensei de olhos fechados. Mas era tão inegável sentir aquele nascimento de dentro da poeira - que eu não podia senão seguir aquilo que eu bem sabia que não era loucura, era, meu Deus, uma verdade pior, a horrível. Mas horrível por quê? É que ela contrariava sem palavras tudo o que antes eu costumava pensar também sem palavras. (p. 45)</p> <p>O que vi não é organizável. Mas se eu realmente quiser, agora mesmo, ainda poderei traduzir o que eu soube em termos mais nossos, em termos humanos, e ainda poderei deixar despercebidas as horas de ontem. Se eu ainda quiser poderei, dentro de nossa linguagem, me perguntar de outro modo o que me aconteceu. (p. 51)</p> <p>Há alguma coisa que precisa ser</p>	<p>não me calo, então? Mas se eu não forçar a palavra a mudez me engolfará para sempre em ondas. A palavra e a forma serão a tábua onde boiarei sobre vagalhões de mudez. (p. 13-14)</p> <p>Só depois é que eu ia entender: o que parece falta de sentido - é o sentido. Todo momento de “falta de sentido” é exatamente a assustadora certeza de que ali há o sentido, e que não somente eu não alcanço, como não quero porque não tenho garantias. A falta de sentido só iria me assaltar mais tarde. Tomar consciência da falta de um sentido teria sido sempre o meu modo negativo de sentir o sentido? Fora a minha participação.</p>	<p>esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa - a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes - então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada. A vida humanizada. Eu havia humanizado demais a vida. Mas como faço agora? Devo ficar com a visão toda, mesmo que isso signifique ter uma verdade incompreensível? ou dou uma forma ao nada, e este será o meu modo de integrar em mim a minha própria desintegração? (p. 8)</p> <p>Sabia que estava fadada a</p>
--	--	--	---

<p>(p. 65)</p> <p>Talvez eu ache um outro nome, tão mais cruel a princípio, e tão mais ele mesmo. Ou talvez não ache. Amor é quando não se dá nome à identidade das coisas? Mas agora sei de algo horrível: sei o que é precisar, precisar, precisar. E é um precisar novo, num plano que só posso chamar de neutro e terrível. É um precisar sem nenhuma piedade pelo meu precisar e sem piedade pelo precisar da barata. Estava sentada, quieta, suando, exatamente como agora - e vejo que há alguma coisa mais séria e mais fatal e mais núcleo do que tudo o que eu costumava chamar por nomes. (p. 66)</p> <p>A verdade não tem testemunha? ser é não saber? Se a</p>	<p>dita, não sentes que há alguma coisa que precisa ser sabida? oh, mesmo que depois eu tenha que a transcender, mesmo que depois o transcender nasça fatalmente de mim como o hálito de quem está vivo. (p. 62)</p> <p>O neutro era a minha raiz mais profunda e mais viva - eu olhei a barata e sabia. Até o momento de ver a barata eu sempre havia chamado com algum nome o que eu estivesse vivendo, senão não me salvaria. (p. 70)</p> <p>A grande realidade neutra do que eu estava vivendo me ultrapassava na sua extrema objetividade. Eu me sentia incapaz de ser tão real quanto a realidade que estava me alcançando - estaria eu começando em contorções a ser tão nuamente real quanto o que eu via? No entanto toda essa</p>	<p>(p. 26)</p> <p>De agora em diante eu poderia chamar qualquer coisa pelo nome que eu inventasse: no quarto seco se podia, pois qualquer nome serviria, já que nenhum serviria. Dentro dos sons secos de abóbada tudo podia ser chamado de qualquer coisa porque qualquer coisa se transmutaria na mesma mudez vibrante. A natureza muito maior da barata fazia com que qualquer coisa, ali entrando - nome ou pessoa - perdesse a falsa transcendência. (p. 73)</p> <p>- Ah, não sei como te dizer, já que só fico eloqüente quando erro, o erro me leva a discutir e a pensar. Mas como te falar, se há um silêncio quando</p>	<p>pensar pouco, raciocinar me restringia dentro de minha pele. Como, pois, inaugurar agora em mim o pensamento? E talvez só o pensamento me salvasse, tenho medo da paixão. Já que tenho de salvar o dia de amanhã, já que tenho que ter uma forma porque não sinto força de ficar desorganizada, já que fatalmente precisarei enquadrar a monstruosa carne infinita e cortá-la em pedaços assimiláveis pelo tamanho de minha boca e pelo tamanho da visão de meus olhos, já que fatalmente sucumbirei à necessidade de forma que vem de meu pavor de ficar delimitada - então que pelo menos eu tenha a coragem de deixar que essa forma se forme sozinha como uma crosta</p>
---	---	---	---

<p> pessoa não olha e não vê, mesmo assim a verdade existe? A verdade que não se transmite nem para quem vê. Este é o segredo de se ser uma pessoa? (p. 70) </p> <p> Não sei, não sei. Pois a coisa nunca pode ser realmente tocada. O nó vital é um dedo apontando-o - e, aquilo que foi apontado, desperta como um miligrama de radium no escuro tranqüilo. Então ouvem-se os grilos molhados. A luz do miligrama não altera o escuro. Pois o escuro não é iluminável, o escuro é um modo de ser: o escuro é o nó vital do escuro, e nunca se toca no nó vital de uma coisa. A coisa para mim terá que se reduzir a ser apenas aquilo que rodeia o intocável da coisa? (p. 104) </p>	<p> realidade eu a vivia com um sentimento de irrealidade da realidade. Estaria eu vivendo, não a verdade, mas o mito da verdade? Toda vez em que vivi a verdade foi através de uma impressão de sonho inelutável: o sonho inelutável é a minha verdade. Estou tentando te dizer de como cheguei ao neutro e ao inexpressivo de mim. Não sei se estou entendendo o que falo, estou sentindo - e receio muito o sentir, pois sentir é apenas um dos estilos de ser. No entanto atravessarei o mormaço estupefato que se incha do nada, e terei que entender o neutro com o sentir. O neutro. Estou falando do elemento vital que liga as coisas. Oh, não receio que não compreendas, mas que eu me compreenda mal. Se eu não me compreender, morrerei daquilo de que no entanto vivo. (p. </p>	<p> acerto? Como te falar do inexpressivo? (p. 107) </p> <p> Não sei, mas eu me aproximava com angustiada idolatria de alguma coisa, e com a delicadeza de quem tem medo. Eu estava me aproximando da coisa mais forte que já me aconteceu. Mais forte que esperança, mais forte que amor? Eu me aproximava do que acho que era - confiança. Talvez seja este o nome. Ou não importa: também poderia dar outro. (p. 134) </p> <p style="text-align: center;">5</p>	<p> que por si mesma endurece, a nebulosa de fogo que se esfria em terra. E que eu tenha a grande coragem de resistir à tentação de inventar uma forma. (p. 9) </p> <p> Terei que fazer a palavra como se fosse criar o que me aconteceu? Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível. Terei que criar sobre a vida. E sem mentir. Criar sim, mentir não. Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade. Entender é uma criação, meu único modo. (p. 14) </p> <p> Se eu gritasse desencadearia a existência - a existência de quê? a existência do mundo. Com reverência eu </p>
--	---	--	---

	<p>O que existe, e que é apenas um pedaço de coisa, no entanto tenho de pôr a mão nos olhos contra o opaco dessa coisa. Ah, a violenta inconsciência amorosa do que existe ultrapassa a possibilidade de minha consciência. Tenho medo de tanta matéria - a matéria vibra de atenção, vibra de processo, vibra de atualidade inerente. O que existe bate em ondas fortes contra o grão inquebrantável que sou, e este grão rola entre abismos de vagalhões tranquilos de existência, rola e não se dissolve, esse grão-semente. (p. 105)</p> <p>Mas é a mim que caberá impedir-me de dar nome à coisa. O nome é um acréscimo, e impede o contato com a coisa. O nome da coisa é um intervalo para</p>	<p>76)</p> <p>Oh, meu amor desconhecido, lembra-te de que eu estava ali presa na mina desabada, e que a essa altura o quarto já se tornara de um familiar inexprimível, igual ao familiar verídico do sonho. E, como do sonho, o que não te posso reproduzir é a cor essencial de sua atmosfera. Como no sonho, a “lógica” era outra, era uma que não faz sentido quando se acorda, pois a verdade maior do sonho se perde. (p. 78)</p> <p>O perigo de meditar é o de sem querer começar a pensar, e pensar já não é meditar, pensar guia para um objetivo, O menos perigoso é, na meditação, “ver”, o que prescinde de palavras de pensamento. Sei que existe agora um microscópio eletrônico que apresenta a imagem de um objeto cento e sessenta mil vezes maior do</p>		<p>temia a existência do mundo para mim. É que, mão que me sustenta, é que eu, numa experiência que não quero nunca mais, numa experiência pela qual peço perdão a mim mesma, eu estava saindo do meu mundo e entrando no mundo. É que eu não estava mais me vendo, estava era vendo. Toda uma civilização que se havia erguido, tendo como garantia que se misture imediatamente o que se vê com o que se sente, toda uma civilização que tem como alicerce o salvar-se - pois eu estava em seus escombros. (p. 47-48)</p> <p>O mundo se me olha. Tudo olha para tudo, tudo vive o outro; neste deserto as coisas sabem as coisas. As coisas sabem</p>	
--	---	--	--	---	--

	<p>a coisa. A vontade do acréscimo é grande - porque a coisa nua é tão tediosa. (p. 106)</p> <p>Agora aquilo que me apela e me chama é o neutro. Não tenho palavras para exprimir, e falo então em neutro. Tenho apenas esse êxtase, que também não é mais o que chamávamos de êxtase, pois não é culminância. Mas esse êxtase sem culminância exprime o neutro de que falo. Ah, falar comigo e contigo está sendo mudo. Falar com o Deus é o que de mais mudo existe. Falar com as coisas, é mudo. Eu sei que isso te soa triste, e a mim também, pois ainda estou viciada pelo condimento da palavra. E é por isso que a mudez está me</p>	<p>que o seu tamanho natural - mas não chamarei de alucinatória a visão que se tem através desse microscópio, mesmo que não se reconheça mais o pequeno objeto que ele monstruosamente e engrandeceu. Se eu me enganei na minha meditação visual? Absolutamente provável. Mas também nas minhas visões puramente óticas, de uma cadeira ou de um jarro, sou vítima de erro: meu testemunho visual de um jarro ou de uma cadeira é falho em vários pontos. O erro é um dos meus modos fatais de trabalho. (p. 85)</p> <p>Mas era como uma pessoa que, tendo nascido cega e não tendo ninguém a seu lado que tivesse tido visão, essa pessoa não pudesse sequer formular uma pergunta sobre a visão: ela não saberia que existia ver. Mas,</p>		<p>tanto as coisas que a isto..., a isto chamarei de perdão, se eu quiser me salvar no plano humano. É o perdão em si. Perdão é um atributo da matéria viva. Perdão é um atributo da matéria viva. - Vê, meu amor, vê como por medo já estou organizando, vê como ainda não consigo mexer nesses elementos primários do laboratório sem logo querer organizar a esperança. (p. 50)</p> <p>Mas, exatamente o lento acúmulo de séculos automaticamente se empilhando, era o que, sem ninguém perceber, ia tornando a construção no ar muito pesada, essa construção ia-se saturando de si mesma: ia ficando cada vez mais compacta, em</p>	
--	--	--	--	--	--

<p>doendo como uma destituição. (p. 120)</p> <p>A transcendência era em mim o único modo como eu podia alcançar a coisa? Pois mesmo ao ter comido da barata, eu fizera por transcender o próprio ato de comê-la. E agora só me restava a vaga lembrança de um horror, só me ficara a idéia. (p. 125)</p> <p>Estar vivo é uma grossa indiferença irradiante. Estar vivo é inatingível pela mais fina sensibilidade. Estar vivo é inumano - a meditação mais profunda é aquela tão vazia que um sorriso se exala como de uma matéria. E ainda mais delicada serei, e como estado mais permanente. Estou falando da morte? estou falando de</p>	<p>como na verdade existia a visão, mesmo que essa pessoa em si mesma não a soubesse e nem tivesse ouvido falar, essa pessoa estaria parada, inquieta, atenta, sem saber perguntar sobre o que não sabia que existe - ela sentiria falta do que deveria ser seu. (p. 102)</p> <p>Ah, não penses que tudo isso me nauseia, acho inclusive tão chato que me torna impaciente. É que se parece com o paraíso, onde nem sequer posso imaginar o que eu faria, pois só posso me imaginar pensando e sentindo, dois atributos de se ser, e não consigo me imaginar apenas sendo, e prescindindo do resto. Apenas ser - isso me daria uma falta enorme do que fazer. (p. 129)</p> <p>O mundo independia de mim - esta era a confiança a que eu tinha chegado: o mundo</p>	<p>vez de se tornar cada vez mais frágil. (p. 51-52)</p> <p>Mas agora “recusa de baratas” eram meras palavras, e eu também sabia que na hora de minha morte eu também não seria traduzível por palavra. [mente corporificada] (p. 59)</p> <p>- Dá-me a tua mão. Porque não sei mais do que estou falando. Acho que inventei tudo, nada disso existiu! Mas se inventei o que ontem me aconteceu - quem me garante que também não inventei toda a minha vida anterior a ontem? (p. 74)</p> <p>a explicação de um enigma é a repetição do enigma. O que És? e a resposta é: És. O que existes? e a resposta é: o que existes. Eu tinha a capacidade da</p>
--	--	--

	<p>depois da morte? Não sei. Sinto que “não humano” é uma grande realidade, e que isso não significa “desumano”, pelo contrário: o não humano é o centro irradiante de um amor neutro em ondas hertzianas. Se minha vida se transformar em ela-mesma, o que hoje chamo de sensibilidade não existirá - será chamado de indiferença. Mas ainda não posso apreender esse modo. É como se daqui a centenas de milhares de anos finalmente nós não formos mais o que sentirmos e pensarmos: teremos o que mais se assemelha a uma “atitude” do que a uma idéia. Seremos a matéria viva se manifestando diretamente, desconhecendo palavra, ultrapassando o pensar que é sempre</p>	<p>independia de mim, e não estou entendendo o que estou dizendo, nunca! nunca mais compreenderei o que eu disser. Pois como poderia eu dizer sem que a palavra mentisse por mim? como poderei dizer senão timidamente assim: a vida se me é. A vida se me é, e eu não entendo o que digo. E então adoro. (p. 135)</p> <p style="text-align: center;">11</p>		<p>pergunta, mas não a de ouvir a resposta. Não, nem a pergunta eu soubera fazer. No entanto a resposta se impunha a mim desde que eu nascera. Fora por causa da resposta contínua que eu, em caminho inverso, fora obrigada a buscar a que pergunta ela correspondia. Então eu me havia perdido num labirinto de perguntas, e fazia perguntas a esmo, esperando que uma delas ocasionalment e correspondess e à da resposta, e então eu pudesse entender a resposta. (p. 102)</p> <p>Minhas antigas construções haviam consistido em continuamente tentar transformar o atonal em tonal, em dividir o infinito numa</p>	
--	--	--	--	--	--

	<p>grotesco. E não caminharei “de pensamento a pensamento”, mas de atitude a atitude. Seremos inumanos - como a mais alta conquista do homem. Ser é ser além do humano. Ser homem não dá certo, ser homem tem sido um constrangimento. (p. 128)</p> <p>Aquilo de que se vive - e por não ter nome só a mudez pronuncia - é disso que me aproximo através da grande largueza de deixar de me ser. Não porque eu então encontro o nome do nome e torne concreto o impalpável - mas porque desegno o impalpável como impalpável, e então o sopro recrudescer como na chama de uma vela. (p. 131)</p> <p>É exatamente através do malogro da voz que se vai</p>		<p>série de finitos, e sem perceber que finito não é quantidade, é qualidade. E meu grande desconforto nisso tudo tinha sido o de sentir que, por mais longa que fosse a série de finitos, ela não esgotava a qualidade residual do infinito. (p. 106)</p> <p>Espera por mim, sei que estou indo para alguma coisa que dói porque estou perdendo outras - mas espera que eu ainda continue um pouco. Disso tudo, quem sabe, poderá nascer um nome! um nome sem palavra, mas que talvez enraíze a verdade na minha formação humana. (p. 109)</p> <p>Ah, mas para se chegar à mudez, que grande esforço da voz. Minha voz é o modo como</p>
--	--	--	---

pela primeira
vez ouvir a
própria mudez
e a dos outros
e a das
coisas, e
aceitá-la como
a possível
linguagem. Só
então minha
natureza é
aceita,
aceita com o
seu suplício
espantado,
onde a dor não
é alguma coisa
que nos
acontece, mas
o que somos. E
é aceita a
nossa condição
como a única
possível, já
que ela é o que
existe, e não
outra. (p. 132)

14

vou buscar a
realidade; a
realidade,
antes de
minha
linguagem,
existe
como um
pensamento
que não se
pensa, mas
por fatalidade
fui e sou
impelida a
precisar saber
o que o
pensamento
pensa. A
realidade
antecede a voz
que a
procura, mas
como a terra
antecede a
árvore, mas
como o
mundo
antecede o
homem, mas
como o mar
antecede a
visão do mar,
a vida
antecede o
amor,
a matéria do
corpo
antecede o
corpo, e por
sua vez a
linguagem um
dia terá
antecedido a
posse do
silêncio.
Eu tenho à
medida que
designo - e
este é o
esplendor de
se ter uma
linguagem.
Mas eu tenho
muito mais à
medida que

não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la - e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas - volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu. (p. 132-133)

APÊNDICE F – Organização do *corpus* extraído de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>porque se o seu mundo não fosse humano ela seria um bicho. Por um instante então desprezava o próprio humano e experimentava a silenciosa alma da vida animal. E era bom. "Não entender" era tão vasto que ultrapassava qualquer entender — entender era sempre limitado. Mas não-entender não tinha fronteiras e levava ao infinito, ao Deus. Não era um não-entender como um simples de espírito. O bom era ter uma</p>	<p>O que lhe importou mais foi o seguinte: ela vira uma Coisa. Eram dez horas da noite na Praça Tiradentes e o táxi corria. Então ela viu uma rua que nunca mais iria esquecer. Nem sequer pretendia descrevê-la: aquela rua era sua. Só podia dizer que estava vazia e eram dez horas da noite. Nada mais. Fora porém, germinada. (p. 77)</p> <p>Ali em pé na semi-escuridão do terraço, de repente mais suave, veio-lhe outra revelação que durou pois era o resultado intuitivo de</p>	<p>Por mais intransmissível que fossem os humanos, eles sempre tentavam se comunicar através de gestos, de gaguejos, de palavras malditas e malditas. (p. 16-17)</p> <p>— Se um dia eu voltar a escrever ensaios, vou querer o que é o máximo. E o máximo deverá ser dito com a matemática perfeição da música, transposta para o profundo arrebatamento de um pensamento-sentimento. Não exatamente</p>	<p>Se não houvesse humanos na terra, seria assim: chovia, as coisas se ensopavam sozinhas e secavam e depois ardiavam secas ao sol e se crestavam em poeira. Sem dar ao mundo o nosso sentido, como Lóri se assustava! (p. 16)</p> <p>Era um saber sem piedade nem alegria nem acusação, era uma constatação intraduzível em sentimentos separados uns dos outros e por isso mesmo sem nomes. Era</p>	

<p>inteligência e não entender. Era uma bênção estranha como a de ter loucura sem ser doida. Era um desinteresse manso em relação às coisas ditas do intelecto, uma doçura de estupidez. Mas de vez em quando vinha a inquietação insuportável: queria entender o bastante para pelo menos ter mais consciência daquilo que ela não entendia. Embora no fundo não quisesse compreender. Sabia que aquilo era impossível e todas as vezes que pensara que se compreendera era por ter compreendido errado. Compreender era sempre um erro — preferia a largueza tão ampla e livre e sem erros que era não-entender. Era ruim, mas pelo menos se sabia que se</p>	<p>coisas que ela pensara antes racionalmente. O que lhe veio foi a levemente assustadora certeza de que os nossos sentimentos e pensamentos são tão sobrenaturais como uma história passada depois da morte. E ela não compreendeu o que queria dizer com isso. Ela o deixou ficar, ao pensamento, porque sabia que ele encobria outro, mais profundo e mais compreensível. (p. 77)</p> <p>Lóri quis transmitir isso para Ulisses mas não tinha o dom da palavra e não podia explicar o que sentia ou o que pensava, além de que pensava quase sem palavras. (p. 82)</p> <p>Meu trabalho vai aumentar, você terá que ser paciente, vai aumentar porque preciso afinal escrever o meu ensaio. E escreverei sem estilo, disse como se falasse sozinho. Escrever</p>	<p>transposta, pois o processo é o mesmo, só que em música e nas palavras são usados instrumentos diferentes. Deve, tem que haver, um modo de se chegar a isso. Meus poemas são não-poéticos mas meus ensaios são longos poemas em prosa, onde exercito ao máximo a minha capacidade de pensar e intuir. Nós, os que escrevemos, temos na palavra humana, escrita ou falada, grande mistério que não quero desvendar com o meu raciocínio que é frio. Tenho que não indagar do mistério para não trair o milagre. Quem escreve ou pinta ou ensina ou dança ou faz cálculos em termos de matemática, faz</p>	<p>um saber tão vasto e tranqüilo que "eu não sou eu", sentia ela. E era também o mínimo, pois tratava-se, ao mesmo tempo, de um macrocosmo e de um microcosmo. Eu me sei assim como a larva se transmuta em crisálida: esta é minha vida entre vegetal e animal. (p. 81)</p> <p style="text-align: center;">2</p>
---	--	---	--

	<p>estava em plena condição humana. (p. 21)</p> <p>para esse mundo incompreensível eu fui criada e eu mesma também incompreensível, então é que há uma conexão entre esse mistério do mundo e o nosso, mas essa conexão não é clara para nós enquanto quisermos entendê-la (p. 28)</p> <p>Só a própria pessoa podia exprimir a si própria o inexprimível cheiro do peixe cru — não em palavras: o único modo de exprimir era sentir de novo. [...] Só outra pessoa que tivesse experimentado, saberia o que ela sentia, pois de quase tudo o que importa não se sabe falar. (p. 54)</p> <p>Lóri não sabia explicar por que, mas achava que os animais</p>	<p>sem estilo é o máximo que, quem escreve, chega a desejar. Será, Lóri, como a tua frase que sei de cor: será o mundo com sua impersonalidade soberba versus minha individualidade como pessoa mas seremos um só. (p. 85)</p> <p style="text-align: center;">4</p>	<p>milagre todos os dias. É uma grande aventura e exige muita coragem e devoção e muita humildade. Meu forte não é a humildade em viver. Mas ao escrever sou fatalmente humilde. (p. 50)</p> <p>— De qualquer modo, dissera com um jeito impessoal, como se não falasse de si próprio, sou dos que crêem no que é inacreditável. Aprendi a viver com o que não se entende. Ela achava que Ulisses nada informava e que se contradizia sempre tranquilamente: o que o fazia, aos olhos dela, o ser humano por excelência. Ele fazia poemas como o exercício mais profundo do homem. (p. 60)</p> <p style="text-align: center;">3</p>		
--	---	---	---	--	--

<p>entravam com mais frequência na graça de existir do que os humanos. Só que aqueles não sabiam, e os humanos percebiam. Os humanos tinham obstáculos que não dificultavam a vida dos animais, como raciocínio, lógica, compreensão. Enquanto que os animais tinham esplendidez daquilo que é direto e se dirige direto. (p. 74)</p>				
---	--	--	--	--

APÊNDICE G – Organização do *corpus* extraído de *Água viva*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Meu estado é o de jardim com água correndo. Descrevendo-o tento misturar palavras para que o tempo se faça. O que te digo deve ser lido rapidamente como quando se olha. Agora é dia feito e de repente de novo domingo em erupção inopinada. Domingo é dia de ecos — quentes, secos, e em toda parte zumbidos de abelhas e vespas, gritos de pássaros e o longínquo das marteladas compassadas — de onde vêm os ecos de domingo? Eu que detesto domingo por ser oco. Eu,</p>	<p>Vejo que nunca te disse como escuto música — apoio de leve a mão na eletrola e a mão vibra espalhando ondas pelo corpo todo: assim ouço a eletricidade da vibração. Substrato último no domínio da realidade, e o mundo treme nas minhas mãos. E eis que percebo que quero para mim o substrato vibrante da palavra repetida em canto gregoriano. Estou consciente de que tudo que sei não posso dizer, só sei pintando ou pronunciando, sílabas cegas de sentido. E se tenho aqui que usar-te palavras, elas têm que fazer um sentido quase que só corpóreo,</p>	<p>Escrevo-te toda inteira e sinto um sabor em ser e o sabor-a-ti é abstrato como o instante. É também com o corpo todo que pinto os meus quadros e na tela fixo o incorpóreo, eu corpo-a-corpo comigo mesma. Não se compreende música: ouve-se. Ouve-me então com teu corpo inteiro. Quando vieres a me ler perguntarás por que não me restrinjo à pintura e às minhas exposições, já que escrevo tosco e sem ordem. É que agora sinto necessidade</p>	<p>Quero pôr em palavras mas sem nenhuma descrição a existência da gruta que faz algum tempo pinte — e não sei como. Só repetindo o seu doce horror, caverna de terror e das maravilhas, lugar de almas aflitas, inverno e inferno, substrato imprevisível do mal que está dentro de uma terra que não é fértil. Chamo a gruta pelo seu nome e ela passa a viver com seu miasma. Tenho medo então de mim que sei pintar o horror, eu, bicho de cavernas</p>	<p>Também tenho que te escrever porque tua seara é a das palavras discursivas e não o direto de minha pintura. Sei que são primárias as minhas frases, escrevo com amor demais por elas e esse amor supre as faltas, mas amor demais prejudica os trabalhos. Este não é um livro porque não é assim que se escreve. O que escrevo é um só clímax? Meus dias são um só clímax: vivo à beira. Ao escrever não posso fabricar como na pintura, quando fabrico</p>

<p>que quero a coisa mais primeira porque é fonte de geração — eu que ambicioso beber água na nascente da fonte — eu que sou tudo isso, devo por sina e trágico destino só conhecer e experimentar os ecos de mim, porque não capto o mim propriamente dito. (p. 7-8)</p> <p>Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa. Quando digo “águas abundantes” estou falando da força de corpo nas águas do mundo. Capta essa outra coisa de que na verdade falo porque eu mesma não posso. Lê a energia que está no meu silêncio. (p. 12)</p> <p>O que não vejo não existe? O que mais me emociona é que o que não vejo contudo existe. Porque</p>	<p>estou em luta com a vibração última. Para te dizer o meu substrato faço uma frase de palavras feitas apenas dos instantes-já. Lê então o meu invento de pura vibração sem significado senão o de cada esfuziante sílaba, lê o que agora se segue: “com o correr dos séculos perdi o segredo do Egito, quando eu me movia em longitude, latitude e altitude com ação energética dos elétrons, prótons, nêutrons, no fascínio que é a palavra e sua sombra”. Isso que te escrevi é um desenho eletrônico e não tem passado ou futuro: é simplesmente já. (p. 5)</p> <p>Sim, quero a palavra última que também é tão primeira que já se confunde com a parte intangível do real. Ainda tenho medo de me afastar da lógica porque caio no instintivo e no</p>	<p>de palavras — e é novo para mim o que escrevo porque minha verdadeira palavra foi até agora intocada. A palavra é a minha quarta dimensão. Hoje acabei a tela de que te falei: linhas redondas que se interpenetram em traços finos e negros, e tu, que tens o hábito de querer saber por quê — e porque não me interessa, a causa é matéria de passado — perguntarás por que os traços negros e finos? é por causa do mesmo segredo que me faz escrever agora como se fosse a ti, escrevo redondo, enovelado e tépido, mas às vezes frígido como os instantes frescos, água do riacho que treme sempre por si mesma. O que pinteí nessa tela é</p>	<p>ecoantes que sou, e sufoco porque sou palavra e também o seu eco. (p. 7)</p> <p>Escrevo-te como exercício de esboços antes de pintar. Vejo palavras. O que falo é puro presente e este livro é uma linha reta no espaço. É sempre atual, e o fotômetro de uma máquina fotográfica se abre e imediatamente se fecha, mas guardando em si o flash. Mesmo que eu diga “vivi” ou “viverei” é presente porque eu os digo já. Comecei estas páginas também com o fim de preparar-me para pintar. Mas agora estou tomada pelo gosto das palavras, e quase me liberto do domínio das tintas; sinto uma voluptuosidad e em ir criando o que te dizer. Vivo</p>	<p>artesanalmente e uma cor. Mas estou tentando escrever-te com o corpo todo, enviando uma seta que se finca no ponto tenro e nevrálgico da palavra. Meu corpo incógnito te diz: dinossauros, ictiossauros e plessiossauros, com sentido apenas auditivo, sem que por isso se tornem palha seca, e sim úmida. (p. 6)</p> <p>E se eu digo “eu” é porque não ousou dizer “tu”, ou “nós” ou “uma pessoa”. Sou obrigada à humildade de me personalizar me apequenando mas sou o ésttu. (p. 6)</p> <p style="text-align: center;">2</p>
---	--	--	--	--

<p>então tenho aos meus pés todo um mundo desconhecido que existe pleno e cheio de rica saliva. A verdade está em alguma parte: mas inútil pensar. (p. 13)</p> <p>Eu me aprofundei mas não acredito em mim porque meu pensamento é inventado. (p. 18)</p>	<p>direto, e no futuro: a invenção do hoje é o meu único meio de instaurar o futuro. Desde já é futuro, e qualquer hora é hora marcada. Que mal porém tem eu me afastar da lógica? Estou lidando com a matéria-prima. Estou atrás do que fica atrás do pensamento. (p. 6)</p>	<p>passível de ser fraseado em palavras? Tanto quanto possa ser implícita a palavra muda no som musical. (p. 5)</p> <p>A harmonia secreta da desarmonia: quero não o que está feito mas o que tortuosamente ainda se faz. Minhas desequilibradas palavras são o luxo de meu silêncio. Escrevo por acrobáticas e aéreas piruetas — escrevo por profundamente e querer falar. Embora escrever só esteja me dando a grande medida do silêncio. (p. 6)</p>	<p>a cerimônia da iniciação da palavra e meus gestos são hieráticos e triangulares. (p. 8)</p> <p>Não, isto tudo não acontece em fatos reais mas sim no domínio de — de uma arte? sim, de um artifício por meio do qual surge uma realidade delicadíssima que passa a existir em mim: a transfiguração me aconteceu. (p. 9)</p>
<p>4</p>	<p>E eu aqui me obrigo à severidade de uma linguagem tensa, obrigo-me à nudez de um esqueleto branco que está livre de humores. Mas o esqueleto é livre de vida e enquanto vivo me estremeço toda. Não conseguirei a nudez final. E ainda não a quero, ao que parece. Esta é a vida vista pela vida. Posso não ter sentido mas é a mesma falta de sentido que tem a veia que pulsa. Quero escrever-te como quem aprende. Fotografo cada instante, aprofundo as</p>	<p>Mas há a transfiguração do meu terror: então entrego-me a uma pesada vida toda em símbolos pesados como frutas maduras. Escolho parecenças erradas mas que me arrastam pelo</p>	<p>Para me interpretar e formular-me preciso de novos sinais e articulações novas em formas que se localizem aquém e além de minha história humana. Transfiguro q realidade e então outra realidade, sonhadora e sonâmbula, me cria. E eu inteira rolo e à medida que rolo no chão vou me acrescentando em folhas, eu, obra anônima</p>

	<p>palavras como se pintasse, mais do que um objeto, a sua sombra. Não quero perguntar por quê, pode-se perguntar sempre por que e sempre continuar sem resposta: será que consigo me entregar ao expectante silêncio que se segue a uma pergunta sem resposta? Embora adivinhe que em algum lugar ou em algum tempo existe a grande resposta para mim. E depois saberei como pintar e escrever, depois da estranha mas íntima resposta. Ouve-me, ouve o silêncio. O que eu te falo nunca é o que te falo e sim outra coisa. Capta essa coisa que me escapa e no entanto vivo dela e estou à tona de brilhante escuridão. Um instante me leva insensivelmente a outro e o tema atemático vai se desenrolando sem plano mas geométrico como as figuras sucessivas em um caleidoscópio.</p>	<p>enovelado. (p. 9)</p> <p>Porque agora te falo a sério: não estou brincando com palavras. Encarno-me nas frases voluptuosas e ininteligíveis que se enovelam para além das palavras. E um silêncio se evola sutil do entrechoque das frases. Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra — a entrelinha — morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente .</p>	<p>de uma realidade anônima só justificável enquanto dura a minha vida.</p> <p>E depois? depois tudo o que vivi será de um pobre supérfluo. (p. 9)</p> <p>Palavras — movo-me com cuidado entre elas que podem se tornar ameaçadoras; posso ter a liberdade de escrever o seguinte: “peregrinos, mercadores e pastores guiavam suas caravanas rumo ao Tibet e os caminhos eram difíceis e primitivos”. Com esta frase fiz uma cena nascer, como em um flash fotográfico. (p. 10)</p> <p>Não estou brincando pois não sou um sinônimo — sou o próprio nome. Há uma linha de aço atravessando isto tudo que te escrevo. (p. 15)</p> <p>Se eu</p>	
--	---	---	---	--

		<p>(p. 6-7)</p> <p>Só que aquilo que capto em mim tem, quando está sendo agora transposto em escrita, o desespero das palavras ocuparem mais instantes que um relance de olhar. Mais que um instante, quero seu fluxo. (p. 7)</p> <p>Mas por enquanto estou no meio do que grita e pulula. E é sutil como a realidade mais intangível. Por enquanto o tempo é quanto dura um pensamento. E de uma pureza tal esse contato com o invisível núcleo da realidade. (p. 10)</p> <p>Mas o meu principal está sempre escondido. Sou implícita. E quando vou me explicar perco a úmida intimidade. De que cor é o infinito espacial? é da cor do ar. Nós — diante do escândalo da morte. Ouve apenas superficialmente o que digo e da falta de sentido</p>	<p>Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada. (p. 9)</p> <p>Não é um recado de ideias que te transmito e sim uma instintiva volúpia daquilo que está escondido na natureza e que adivinho. E esta é uma festa de palavras. Escrevo em signos que são mais um gesto que voz. Tudo isso é o que me habituei a pintar mexendo na natureza íntima das coisas. Mas agora chegou a hora de parar a pintura para me refazer, refaço-me nestas linhas. Tenho uma voz. Assim como me lanço no traço de meu desenho, este é um exercício de vida sem</p>	<p>não entrar no jogo que se desdobra em vida perderei a própria vida em um suicídio da minha espécie. Protejo com o fogo meu jogo de vida. Quando a existência de mim e do mundo ficam insustentáveis pela razão — então me solto e sigo uma verdade latente. Será que eu reconheceria a verdade se esta se comprovasse? (p. 16)</p> <p>Tente entender o que pinto e o que escrevo agora. Vou explicar: na pintura como na escritura procuro ver estritamente no momento em que vejo — e não ver através da memória de ter visto em um instante passado. (p. 29)</p> <p>Ah esse flash de instantes nunca termina. Meu canto do it nunca termina? Vou</p>
--	--	--	---	---

		<p>nascerá um sentido como de mim nasce inexplicavelmente e vida alta e leve. A densa selva de palavras envolve espessamente o que sinto e vivo, e transforma tudo o que sou em alguma coisa minha que fica fora de mim. (p. 10)</p> <p>Há muita coisa a dizer que não sei como dizer. Faltam as palavras. Mas recuso-me a inventar novas: as que existem já devem dizer o que se consegue dizer e o que é proibido. E o que é proibido eu adivinho. Se houver força. Atrás do pensamento não há palavras: é-se. Minha pintura não tem palavras: fica atrás do pensamento. Nesse terreno do é-se sou puro êxtase cristalino. É-se. Sou-me. Tu te és. (p. 12)</p> <p>Será que isto que estou te escrevendo é atrás do pensamento?</p>	<p>planejamento. O mundo não tem ordem visível e eu só tenho a ordem da respiração. Deixo-me acontecer. (p. 10)</p> <p>A grande potência da potencialidade</p> <p>Estas minhas frases balbuciadas são feitas na hora mesma em que estão sendo escritas e crepitam de tão novas e ainda verdes. Elas são o já. Quero a experiência de uma falta de construção. Embora este meu texto seja todo atravessado de ponta a ponta por um frágil fio condutor — qual? o do mergulho na matéria da palavra? o da paixão? Fio luxurioso, sopra que aquece o decorrer das sílabas. A vida mal e mal me escapa embora me venha a certeza de que a vida é outra e tem um estilo oculto.</p>	<p>acabá-lo deliberadamente por um ato voluntário. Mas ele continua em improviso constante, criando sempre e sempre o presente que é futuro. (p. 36)</p> <p>9</p>	
--	--	--	--	---	--

		<p>Raciocínio é que não é. Quem for capaz de parar de raciocinar — o que é terrivelmente difícil — que me acompanhe. (p. 13)</p> <p>Como reproduzir em palavras o gosto? O gosto é uno e as palavras são muitas. Quanto à música, depois de tocada para onde ela vai? Música só tem de concreto o instrumento. Bem atrás do pensamento tenho um fundo musical. Mas ainda mais atrás há o coração batendo. Assim o mais profundo pensamento é um coração batendo. (p. 18)</p> <p>Verifico que estou escrevendo como se estivesse entre o sono e a vigília. Eis que de repente vejo que há muito não estou entendendo. O gume de minha faca está ficando cego? Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando</p>	<p>Este texto que te dou não é para ser visto de perto: ganha sua secreta redondez antes invisível quando é visto de um avião em alto voo. Então adivinha-se o jogo das ilhas e veem-se canais e mares. Entende-me: escrevo-te uma onomatopeia, convulsão da linguagem. (p. 11)</p> <p>Na verdade ainda não estou vendo bem o fio da meada do que estou te escrevendo. Acho que nunca verei — mas admito o escuro onde fulgem os dois olhos da pantera macia. A escuridão é o meu caldo de cultura. A escuridão feérica. Vou te falando e me arriscando à desconexão: sou subterraneamente inatingível pelo meu conhecimento. Escrevo-te porque não me</p>		
--	--	--	--	--	--

		<p>sorratamente em contato com uma realidade nova para mim que ainda não tem pensamentos correspondentes e muito menos ainda alguma palavra que a signifique: é uma sensação atrás do pensamento. E eis que meu mal me domina. Sou ainda a cruel rainha dos medas e dos persas e sou também uma lenta evolução que se lança como ponte levadiça a um futuro cujas névoas leitosas já respiro. Minha aura é de mistério de vida. Eu me ultrapasso abdicando de meu nome, e então sou o mundo. Sigo a voz do mundo com voz única. O que te escrevo não tem começo: é uma continuação. Das palavras deste canto, canto que é meu e teu, evola-se um halo que transcende as frases, você sente? minha experiência vem de que eu já consegui pintar o halo das coisas.</p>	<p>entendo. Mas vou me seguindo. Elástica. É um tal mistério essa floresta onde sobrevivo para ser. Mas agora acho que vai mesmo. Isto é: vou entrar. Quero dizer: no mistério. Eu mesma misteriosa e dentro do âmago em que me movo nadando, protozoário. Um dia eu disse infantilmente: eu posso tudo. Era a antevisão de poder um dia me largar e cair em um abandono de qualquer lei. Elástica. A profunda alegria: o êxtase secreto. Sei como inventar um pensamento. Sinto o alvoroço da novidade. Mas bem sei que o que escrevo é apenas um tom. (p. 12)</p> <p>E tão curioso e difícil substituir agora o pincel por essa coisa estranhamente familiar mas</p>		
--	--	---	--	--	--

		<p>O halo é mais importante que as coisas e as palavras. O halo é vertiginoso. Finco a palavra no vazio descampado: é uma palavra como fino bloco monolítico que projeta sombra. E é trombeta que anuncia. O halo é o it. (p. 19)</p> <p>Confio na minha incompreensão que tem me dado vida liberta do entendimento, (p. 21)</p> <p>Que estou fazendo ao te escrever? estou tentando fotografar o perfume. Escrevo-te sentada junto de uma janela aberta no alto de meu atelier. Escrevo-te este fac-símile de livro, o livro de quem não sabe escrever; mas é que no domínio mais leve da fala quase não sei falar. Sobretudo falar-te por escrito, eu que me habituei a que fosses a audiência, embora distraída, de minha voz. Quando pinto respeito o material que uso,</p>	<p>sempre remota, a palavra. A beleza extrema e íntima está nela. Mas é inalcançável — e quando está ao alcance eis que é ilusório porque de novo continua inalcançável. Evola-se de minha pintura e destas minhas palavras acotoveladas um silêncio que também é como o substrato dos olhos. Há uma coisa que me escapa o tempo todo. Quando não escapa ganho uma certeza: a vida é outra. Tem um estilo subjacente. Será que no instante de morrer forçarei a vida tentando viver mais do que posso? Mas eu sou hoje. Escrevo-te em desordem, bem sei. Mas é como vivo. Eu só trabalho com achados e perdidos. Mas escrever para mim é frustrador: ao escrever lido</p>		
--	--	---	---	--	--

		<p>respeito-lhe o primordial destino. Então quando te escrevo respeito as sílabas. Novo instante em que vejo o que vai se seguir. Embora para falar do instante de visão eu tenha que ser mais discursiva que o instante: muitos instantes se passarão antes que eu desdobre e esgote a complexidade una e rápida de um relance. Escrevo-te à medida de meu fôlego. Estarei sendo hermética como na minha pintura? Porque parece que se tem de ser terrivelmente explícita. Sou explícita? (p. 21)</p> <p>Termino aqui esta “coisa-palavra” por um ato voluntário? Ainda não.</p> <p>Estou transfigurando a realidade — o que é que está me escapando? por que não estendo a mão e pego? É porque apenas sonhei com o mundo mas jamais o vi. Isto que estou te escrevendo é um contralto. É negro-espiritual. Tem coro e velas acesas. Estou</p>	<p>com o impossível. Com o enigma da natureza. (p. 28)</p> <p>“X” é o sopro do it? é a sua irradiante respiração fria? “X” é palavra? a palavra apenas se refere a uma coisa e esta é sempre inalcançável por mim. Cada um de nós é um símbolo que lida com símbolos — tudo ponto de apenas referência ao real. Procuramos desesperadamente encontrar uma identidade própria e a identidade do real. E se nos entendemos através do símbolo é porque temos os mesmos símbolos e a mesma experiência da coisa em si: mas a realidade não tem sinônimos. (p. 31)</p> <p>E acontece o seguinte: quando estranho uma pintura é aí</p>		
--	--	--	---	--	--

		<p>tendo agora uma vertigem. Tenho um pouco de medo. A que me levará minha liberdade? O que é isto que estou te escrevendo? Isso me deixa solitária. Mas vou e rezo e minha liberdade é regida pela Ordem — já estou sem medo. O que me guia é apenas um senso de descoberta. Atrás do atrás do pensamento. Ir me seguindo é na verdade o que faço quando vou te escrevendo e agora mesmo: sigo-me sem saber ao que me levará. Às vezes ir seguindo-me é tão difícil. Por estar seguindo o que ainda não passa de uma nebulosa. (p. 25)</p> <p>Termino aqui esta “coisa-palavra” por um ato voluntário? Ainda não.</p> <p>Estou transfigurando a realidade — o que é que está me escapando? por que não estendo a mão e pego? É porque apenas sonhei com o mundo mas jamais o vi. Isto que estou te</p>	<p>que é pintura.</p> <p>E quando estranho a palavra é aí que ela alcança o sentido. (p. 32)</p> <p>10</p>		
--	--	---	--	--	--

escrevendo é um
contralto. É
negro-espiritual.
Tem coro e velas
acesas. Estou
tendo agora uma
vertigem. Tenho
um pouco de
medo. A que me
levará minha
liberdade? O que
é isto
que estou te
escrevendo? Isso
me deixa
solitária. Mas
vou e rezo e
minha liberdade
é regida pela
Ordem
— já estou sem
medo. O que me
guia é apenas
um senso de
descoberta.
Atrás do atrás do
pensamento.
Ir me seguindo é
na verdade o que
faço quando vou
te escrevendo e
agora mesmo:
sigo-me sem
saber ao que me
levará. Às vezes
ir seguindo-me é
tão difícil. Por
estar seguindo o
que ainda não
passa
de uma
nebulosa. (p. 26-
27)

Será que não sei
mais do que
estou falando e
que tudo me
escapou sem eu
sentir? Sei sim
— mas com
muito cuidado
porque senão por
um triz não sei
mais.

Alimento-me delicadamente do cotidiano trivial e tomo café no terraço no limiar deste crepúsculo que parece doentio apenas porque é doce e sensível. A vida oblíqua? Bem sei que há um desencontro leve entre as coisas, elas quase se chocam, há desencontro entre os seres que se perdem uns aos outros entre palavras que quase não dizem mais nada.

Mas quase nos entendemos nesse leve desencontro, nesse quase que é a única forma de suportar a vida em cheio, pois um encontro brusco face a face com ela nos assustaria, espantaria os seus delicados fios de teia de aranha. Nós somos de soslaio para não comprometer o que pressentimos de infinitamente outro nessa vida de que te falo.
(p. 27)

E cada coisa que me ocorra eu a vivo aqui

anotando-a pois
quero sentir nas
minhas mãos
perquiridoras o
nervo vivo e
fremente do
hoje.

Atrás do
pensamento
atinjo um estado.

Recuso-me a
dividi-lo em
palavras — e o
que não posso e
não quero
exprimir fica
sendo o mais
secreto dos meus
segredos. Sei
que tenho medo
de momentos

nos
quais não uso os
pensamentos e é
um momentâneo
estado difícil de
ser alcançado, e
que, todo
secreto,
não usa mais as
palavras com
que se produzem
pensamentos.

Não usar
palavras é perder
a identidade? é
perder-se nas
essenciais trevas
daninhas?

Perco a
identidade do
mundo em mim
e existo sem
garantias.

Realizo o
realizável mas o
irrealizável eu
vivo e o
significado de
mim e do mundo
e de ti não é
evidente. (p. 27-
28)

Mas te lembrarás

de alguma coisa
que também esta
aconteceu na
sombra. Terás
compartilhado
dessa primeira
existência muda,
terás, como em
tranquilo sonho
de noite
tranquila,
escorrido com a
resina pelo
tronco de árvore.

Depois dirás:
nada sonhei.
Será que basta?
Basta sim. E
sobretudo há
nessa
existência
primeira uma
falta de erro, e
um tom de
emoção de quem
poderia mentir
mas não mente.
Basta? Basta
sim. (p. 31)

No atrás do meu
pensamento está
a
verdade que é a
do mundo. A
ilogicidade da
natureza. Que
silêncio. “Deus”
é de um tal
enorme silêncio
que me
aterroriza. Quem
terá inventado a
cadeira? É
preciso coragem
para escrever o
que me vem:
nunca se sabe o
que pode vir e
assustar. O
monstro sagrado
morreu. Em seu
lugar nasceu
uma menina
que era órfã de

mãe. Bem sei que terei que parar. Não por falta de palavras mas porque estas coisas e sobretudo as que só penso e não escrevi — não se dizem. (p. 32-33)

No atrás do meu pensamento está a verdade que é a do mundo. A ilogicidade da natureza. Que silêncio. “Deus” é de um tal enorme silêncio que me aterroriza. Quem terá inventado a cadeira? É preciso coragem para escrever o que me vem: nunca se sabe o que pode vir e assustar. O monstro sagrado morreu. Em seu lugar nasceu uma menina que era órfã de mãe. Bem sei que terei que parar. Não por falta de palavras mas porque estas coisas e sobretudo as que só penso e não escrevi — não se dizem. (p. 34)

Mas agora tenho vontade de dizer coisas que me confortam e que são um pouco livres. Por exemplo: quinta-

feira é um dia transparente como asa de inseto na luz. Assim como segunda-feira é um dia compacto. No fundo, bem atrás do pensamento, eu vivo dessas ideias, se é que são ideias. São sensações que se transformam em ideias porque tenho que usar palavras. Usá-las mesmo mentalmente apenas. O pensamento primário pensa com palavras. O “liberdade” liberta-se da escravidão da palavra. (p. 35)

APÊNDICE H – Organização do *corpus* extraído de *Um sopro de vida*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>Não sei expressar-me por palavras. O que sinto não é traduzível. Eu me expresso melhor pelo silêncio. Expressar-me por meio de palavras é um desafio. Mas não correspondo à altura do desafio. Saem pobres palavras. E qual é mesmo a palavra secreta?</p> <p>Não sei e por que a ousou? Só não sei porque não ousou dizê-la? (p. 18)</p> <p>AS palavras de Ângela são antipalavras: vêm de um abstrato lugar nela onde não se pensa, esse lugar escuro, amorfo e</p>	<p>Eu queria escrever um livro. Mas onde estão as palavras? esgotaram-se os significados. Como surdos e mudos comunicamo-nos com as mãos. Eu queria que me dessem licença para eu escrever ao som harpejado e agreste a sucata da palavra. E prescindir de ser discursivo. Assim: poluição. (p. 8)</p> <p>Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que está oculto — e o mundo não está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidades do mar. Para escrever tenho</p>	<p>“Escrever” existe por si mesmo? Não. É apenas o reflexo de uma coisa que pergunta. Eu trabalho com o inesperado. Escrevo como escrevo sem saber como e por quê — é por fatalidade de voz. O meu timbre sou eu. Escrever é uma indagação. É assim: ? (p. 9)</p> <p>sou um signo, eu simbolizo alguma coisa que existe mais do que eu, (p. 36)</p> <p>Este livro, estou desconfiado, também não me fará voar apesar do desejo. Porque não se decide nessa</p>	<p>Cada invenção minha soa-me como uma prece leiga — tal é a intensidade de sentir, escrevo para aprender. (p. 11)</p> <p>Antes tivesse eu permanecido na imanescença do sagrado Nada. Mas há uma sabedoria da natureza que me faz, depois de criado, mover-me sem que eu saiba para que servem as pernas. Ângela, eu também fiz meu lar em ninho estranho e também obedeco à insistência da vida. Minha vida me quer escritor e</p>	<p>No começo só havia a ideia. Depois o verbo veio ao encontro da ideia. E depois o verbo já não era meu: me transcendia, era de todo o mundo, (p. 16)</p> <p>Eu, que empiricamente vivo. Eu dialogo comigo mesma: exponho e me pergunto sobre o que foi exposto, eu exponho e contesto, faço perguntas a uma audiência invisível e esta me anima com as respostas a prosseguir. Quando eu me olho de fora para dentro eu</p>

<p>gotejante como uma primitiva caverna. Ângela, ao contrário de mim, raramente raciocina: ela só acredita. (p. 20)</p> <p>AUTOR.- Ela vive as diversas fases de um fato ou de um pensamento mas no mais fundo do seu interior é extra-situacional e no ainda mais fundo e inalcançável existe sem palavras, e é só uma atmosfera indizível, intransmissível, inexorável. Livre das velharias científicas e filosóficas. (p. 25)</p> <p>O silêncio não é o vazio, é a plenitude. Li o que havia escrito e de novo pensei: de que abismos violentos se alimenta a minha mais íntima intimidade, para que ela se negue a si mesma de tal</p>	<p>que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras — quais? talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no poço fundo. (p. 9)</p> <p>Meu pensamento, com a enunciação das palavras mentalmente brotando, sem depois eu falar ou escrever — esse meu pensamento de palavras é precedido por uma instantânea visão, sem palavras, do pensamento — palavra que se seguirá, quase imediatamente — diferença espacial de menos de um milímetro. Antes de pensar, pois, eu já pensei. Suponho que o compositor de uma sinfonia tem somente o “pensamento antes do pensamento”, o</p>	<p>matéria, nessa matéria vale o que acontece quando vindo do nada. Mas o pior é que já está gasto o pensamento da palavra. Cada palavra solta é um pensamento grudado a ela como unha e carne. (p. 37)</p> <p>Eu escrevo por intermédio de palavras que ocultam outras — as verdadeiras. É que as verdadeiras não podem ser denominadas. Mesmo que eu não saiba quais são as “verdadeiras palavras”, eu estou sempre aludindo a elas. Meu espetacular e contínuo fracasso prova que existe o seu contrário: o sucesso. Mesmo que a mim não seja dado o sucesso, satisfaço-me em saber de sua existência. (p. 38)</p> <p>Eu sou apenas esporadicamente. O resto são palavras vazias, elas</p>	<p>então escrevo. Não é por escolha: é íntima ordem de comando. (p. 16)</p> <p>Eu não comecei comigo ao nascer. Comecei quando dinossauros lentos tinham começado. Ou melhor: nada se começa. É isso: só quando o homem toma conhecimento através do seu rude olhar é que lhe parece um começo. Ao mesmo tempo — aparento contradição — eu já comecei muitas vezes. (p. 17)</p> <p>Não sei se é o sonho que me faz escrever ou se o sonho é o resultado de um sonho que vem de escrever. Estamos nós plenos ou ocios? (p. 39)</p> <p>Qual é a palavra que representa o “desconhecido” que sentimos em nós mesmos? Há muito que</p>	<p>sou uma casca de árvore e não a árvore. (p. 25)</p> <p style="text-align: center; color: red;">2</p>
--	---	---	--	---

<p>forma e fuja para o domínio das ideias? Sinto em mim uma violência subterrânea, violência que só vem à tona no ato de escrever. (p. 29)</p> <p>AUTOR.- EU queria um modo de escrever delicadíssimo, esquizoide, esquivo verdadeiro que me revelasse a mim mesmo a face sem rugas da eternidade. (p. 46)</p> <p>Tudo o que eu penso existe? por que minha imaginação é pobre e só penso em realidades, e se não existe, então por que é que penso? (p. 82)</p> <p>Vivo sem explicação possível. Eu que não tenho sinônimo. (p. 82)</p> <p>A incomunicabilidade de si para si mesmo é o grande vórtice do nada. Se eu não acho um modo de falar a mim</p>	<p>que se vê nessa rapidíssima ideia muda é pouco mais que uma atmosfera? Não. Na verdade é uma atmosfera que, colorida já com o símbolo, me faz sentir o ar da atmosfera de onde vem tudo. O pré-pensamento é em preto e branco. O pensamento com palavras tem cores outras. O pré-pensamento é o pré-instante. O pré-pensamento é o passado imediato do instante. Pensar é a concretização, materialização do que se pré-pensou. Na verdade o pré-pensar é o que nos guia, pois está intimamente ligado à minha muda inconsciência. O pré-pensar não é racional. É quase virgem. Às vezes a sensação de pré-pensar é agônica: é a tortuosa criação que se debate nas trevas e que só se liberta depois de pensar — com palavras. (p. 10)</p> <p>Mas acontece</p>	<p>também esporádicas. Tentativa de sensibilizar a língua para que ela trema e estremeça e meu terremoto abra fendas assustadoras nessa língua livre — mas eu preso e em processo de que não tomo consciência e ele segue sem mim. (p. 45)</p> <p>5</p>	<p>já aderi ao desconhecido. Qual é a realidade do mundo? porque eu a desconheço. A natureza não é casual. Pois ela se repete, e o acaso repetido se torna uma lei, esses acasos que não são acasos. (p. 45)</p> <p>Para começo de conversa, afianço que só se vive, vida mesmo, quando se aprende que até a mentira é verdade. Recuso-me a dar provas. Mas se alguém insistir muito em “porquês”, digo: a mentira nasce em quem a cria e passa a fazer existirem novas mentiras de novas verdades. Uma palavra é a mentira de outra. (p. 46)</p> <p>Eu quero escrever com palavras tão agarradas umas nas outras que não haja intervalos entre</p>
--	--	---	---

	<p>mesmo a palavra me sufoca a garganta atravessando-a como uma pedra não deglutida. Eu quero ter acesso a mim mesmo na hora em que eu quiser como quem abre as portas e entra. Não quero ser vítima do acaso libertador. Quero eu mesmo ter a chave do mundo e transpô-lo como quem se transpõe da vida para a morte e da morte para a vida. (p. 82)</p> <p style="text-align: center;">8</p>	<p>que no vislumbre é às vezes que está a essência da coisa. Cada anotação tanto no meu diário como no diário que eu fiz Ângela escrever, levo um pequeno susto. Cada anotação é escrita no presente. O instante já é feito de fragmentos. Não quero dar um falso futuro a cada vislumbre de um instante. Tudo se passa exatamente na hora em que está sendo escrito ou lido. Este trecho aqui foi na verdade escrito em relação à sua forma básica depois de ter relido o livro porque no decorrer dele eu não tinha bem clara a noção do caminho a tomar. No entanto, sem dar maiores razões lógicas, eu me aferrava exatamente em manter o aspecto fragmentário tanto em Ângela quanto em mim. Minha vida é feita de fragmentos e assim acontece com Ângela. A</p>		<p>elas e entre eu. (p. 49)</p> <p>O que não existe passa a existir ao receber um nome. Eu escrevo para fazer existir e para existir-me. Desde criança procuro o sopro da palavra que dá vida aos sussurros. (p. 50)</p> <p>Mais enigmática que o pensamento, é a “coisa”. A coisa que está às mãos milagrosamente e concreta. Inclusive, a coisa é uma grande prova do espírito. Palavra também é coisa — coisa volátil que eu pego no ar com a boca quando falo. Eu a concretizo. (p. 54)</p> <p style="text-align: center;">9</p>	
--	--	---	--	--	--

minha própria
vida tem
enredo
verdadeiro. Seria
a história da
casca de uma
árvore e não da
árvore. Um
amontoado de
fatos
em que só a
sensação é que
explicaria. Vejo
que, sem querer,
o que escrevo e
Ângela escreve
são
trechos por
assim dizer
soltos, embora
dentro de um
contexto de...
É assim que
desta vez me
ocorre o livro. E,
como eu respeito
o que vem de
mim para mim,
assim mesmo é
que eu escrevo.
O que está
escrito aqui, meu
ou de Ângela,
são restos de
uma demolição
de alma, são
cortes
laterais de uma
realidade que se
me foge
continuamente.
(p. 11)

Já li este livro
até o fim e
acrescento
alguma notícia
neste começo.
Quer dizer que o
fim, que
não deve ser lido
antes, se emenda
num círculo ao
começo, cobra
que engole o

próprio rabo. E,
ao
ter lido o livro*
cortei muito
mais que a
metade, só
deixei o que me
provoca e inspira
para a vida:
estrela acesa ao
entardecer.
Não ler o que
escrevo como se
fosse um leitor.
A menos que
esse leitor
trabalhasse, ele
também,
nos solilóquios
do escuro
irracional. (p.
11)

Eu tenho que ser
legível quase no
escuro. (p. 14)

As palavras de
Ângela são
antipalavras:
vêm de um
abstrato lugar
nela onde não se
pensa, esse lugar
escuro, amorfo e
gotejante como
uma primitiva
caverna. Ângela,
ao contrário de
mim, raramente
raciocina: ela só
acredita. (p. 19)

EU também não
sei não-pensar.
Acontece sem
esforço. Só é
difícil quando
procuro
obter essa
escuridão
silenciosa.
Quando estou
distráido, caio na
sombra e no oco

e no doce e no macio nada-de-mim. Me refresco. E creio. Creio na magia, então. Sei fazer em mim uma atmosfera de milagre. Concentro-me sem visar nenhum objeto — e sinto-me tomado por uma luz. É um milagre gratuito, sem forma e sem sentido — como o ar que profundamente respiro a ponto de ficar tonto por uns instantes. Milagre é o ponto vivo do viver. Quando eu penso, estrago tudo. É por isso que evito pensar: só vou mesmo é indo. E sem perguntas por que e para quê. Se eu penso, uma coisa não se faz, não aconteço. Uma coisa que na certa é livre de ir enquanto não for aprisionada pelo pensamento. (p. 20)

Quando eu era uma pessoa, e ainda não um rigoroso pleno de palavras, eu era mais incompreendido

por mim. Mas era-me aceito na totalidade. Mas a palavra foi aos poucos me desmistificando e me obrigando a não mentir. Eu posso ainda às vezes mentir para os outros.

Mas para mim mesmo acabou-se a minha inocência e estou mais em face de uma obscura realidade que eu quase, quase, pego na mão. É uma verdade secreta, sigilosa, e eu às vezes me perco no que ela tem de fugidia. Só valho como descoberta. (p. 21)

De agora em diante eu quero mais do que entender: eu quero superentender, eu humildemente imploro que esse dom me seja dado. Eu quero entender o próprio entendimento. Eu quero atingir o mais íntimo segredo daquilo que existe. Estou em plena comunhão com o mundo. (p. 27)

Eu adivinho

coisas que não têm nome e que talvez nunca terão. É. Eu sinto o que me será sempre inacessível. É. Mas eu sei tudo. Tudo o que sei sem propriamente saber não tem sinônimo no mundo da fala mas enriquece e me justifica. Embora a palavra eu a perdi porque tentei falá-la. E saber-tudo-sem saber é um perpétuo esquecimento que vem e vai como as ondas do mar que avançam e recuam na areia da praia. Civilizar minha vida é expulsar-me de mim. Civilizar minha existência a mais profunda seria tentar expulsar a minha natureza e a supernatureza. Tudo isso no entanto não fala de meu possível significado. (p. 35-36)

ÂNGELA.- Eu sou o atrás do pensamento. Escrevo no estado de sonolência, apenas um leve contato do que estou vivendo

em mim mesma e também uma vida inter-relacional. Ajo como uma sonâmbula. No dia seguinte não reconheço o que escrevi. Só reconheço a própria caligrafia. E acho certo encanto na liberdade das frases, sem ligar muito para uma aparente desconexão. (p. 38)

Quando eu penso sem nenhum pensamento — a isto chamo de meditação. E é tão profunda que eu não alcanço e desaparecem as palavras, as manifestações. Eu medito, e o que sai dessa meditação nada tem que ver com a meditação: vem uma ideia que parece totalmente desligada da meditação. Só adianta ao que parece viver interrogativamente pois para cada interrogação lançada no ar corresponde uma resposta trabalhada na escuridão de meu ser, essa parte escura de mim e que é

vital, sem ela eu
seria vazio. Toda
vez que
eu faço uma
coisa com
intenção não sai
nada, sou
portanto um
distráido quase
proposital. (p.
38)

Eu — eu quero
quebrar os
limites
da raça humana
e tornar-me livre
a ponto de grito
selvagem ou
“divino”.
Mas me sinto
indefeso em
relação ao
mundo que me é
então aberto.
Quem? quem me
acompanha
nessa solidão
que se não fores
tu, Ângela, não
atingirei o
cume? Ou talvez
eu esteja
querendo entrar
nos mais
remotos
mistérios
enquanto durmo
que apenas
afloram nos
sonhos.
A imaginação
antecede a
realidade! Só
que eu só sei
imaginar
palavras. (p. 40)

Às vezes o
pensamento que
brota dá cócegas
de tão leve e
inexprimível.
Tenho
pensamentos que

não posso
traduzir em
palavras — às
vezes penso um
triângulo.

Mas quando
procuro pensar
fico preocupado
com procurar
pensar e nada
surge. Às vezes
meu
pensamento é
apenas o
sussurro de
minhas folhas e
galhos. Mas para
o meu melhor
pensamento não
são encontradas
as palavras.
Descobri que eu
preciso não
saber o que
penso — se eu
ficar consciente
do que penso,
passo a
não poder mais
pensar, passo a
só me ver
pensar. Quando
digo “pensar”
refiro-me ao
modo como
sonho as
palavras. Mas
pensamento tem
que ser um
sentir. (p. 42)

Não existe
realidade em si
mesma. O que
há é ver a
verdade através
do sonho. A vida
real é
apenas
simbólica: ela se
refere a alguma
outra coisa. (p.
43)

O pequeno

sucesso de meus
livros me
dificultou
escrever. Fui
invaso pelas
palavras dos
outros. Preciso
reencontrar a
minha
dificuldade. (p.
44)

Vivo em
escuridão da
alma, e o
coração
pulsando,
sôfrego pelas
futuras batidas
que não podem
parar. Mas uma
ou outra frase se
salva das trevas
e sobe leve e
volátil à minha
superfície então
anoto
aqui.

Mas o que eu
queria era trazer
à tona de mim a
própria e rica
escuridão que
seria como
petróleo
jorrando escuro
e espesso e rico.
(p. 45)

Só me interessa
escrever quando
eu me
surpreendo com
o que escrevo.
Eu prescindo da
realidade porque
posso ter tudo
através do
pensamento.
A realidade não
me surpreende.
Mas não é
verdade: de
repente tenho
uma tal fome da

“coisa
acontecer
mesmo” que
mordo num grito
a realidade com
os dentes
dilacerantes. E
depois suspiro
sobre a presa
cuja carne comi.
E por muito
tempo, de novo,
prescindo da
realidade real e
me
aconchego em
viver da
imaginação. (p.
47)

AUTOR.- Para
quem escreve,
uma ideia sem
palavras não é
uma ideia.
Ângela é cheia
de pré-palavras
e desmaiadas
visões auditivas
de ideias. Meu
trabalho é cortar
o seu balbucio e
deixar
anotado apenas o
que ela consegue
ao menos
gaguejar. (p. 65)

Eu sei que a vida
toda sempre é
quase um
símbolo. Mas
meu coração não
entenderia.
Sempre então
me faltará essa
coisa? Pode-se
viver sem essa
coisa? Eu mal
respondo.
Eu sinto uma
beleza quase
insuportável e
indescritível.
Como um ar

		estrelado, como a forma informe, como o não-ser existindo, como a respiração esplêndida de um animal. Enquanto eu viver terei de vez em quando a quase- não-sensação do que não se pode nomear. Entre oculto e quase revelado. É também um desespero faiscante e a dor se confunde com a beleza e se mistura a uma alegria apocalíptica. (p. 76)		
--	--	---	--	--

APÊNDICE I – Organização do *corpus* extraído de *A hora da estrela*

Agrupamento dos dados conforme unidades conceituais de análise

LINGUAGEM					
REPRESENTAÇÃO			RECURSÃO		
Função designadora (realidade independente apreensível)	Papel instrumental defectivo (realidade independente não apreensível)	Qualidade materializadora e iterativa (semiose em dimensão mediadora)	Aspecto indicial (nós nas redes de coordenações)	Caráter constitutivo (configuração de realidades em domínios operacionais)	Condição colaborativa (fluir de coordenações consensuais)
	<p>A verdade é sempre um contato interior inexplicável. A minha vida a mais verdadeira é irreconhecível, extremamente interior e não tem uma só palavra que a signifique. (p. 15)</p> <p>A verdade é sempre um contato interior inexplicável. A verdade é irreconhecível. Portanto não existe? Não, para os homens não existe. (p. 53)</p> <p style="text-align: center;">2</p>	<p>Não se trata apenas de narrativa, é antes de tudo vida primária que respira, respira, respira. (p. 15)</p> <p>Com excesso de desenvoltura estou usando a palavra escrita e isso estremece em mim que fico com medo de me afastar da Ordem e cair no abismo povoado de gritos: o Inferno da liberdade. Mas continuarei. (p. 27)</p> <p>Mas também creio que chorava porque, através da música, adivinhava talvez que havia outros modos de sentir, havia existências mais delicadas e até com um certo luxo de alma. Muitas coisas sabia que não</p>	<p>Sim, mas não esquecer que para escrever não-importa-o-quê o meu material básico é palavra. Assim é que esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evolva um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases. (p. 16)</p> <p>As palavras são sons transfundidos de sombras que se entrecruzam desiguais, estalactites, renda, música transfigurada de órgão. Mal ousou clamar palavras a essa rede vibrante e rica, mórbida</p>	<p>Será essa história um dia meu coágulo? Que sei eu. Se há veracidade nela – é claro que a história é verdadeira embora inventada (p. 15)</p> <p>Tentara contar a Glória mas não tivera jeito, não sabia falar e mesmo contar o quê? O ar? Não se conta tudo porque o tudo é um oco nada. (p. 43)</p> <p>Fatos são palavras ditas pelo mundo. (p. 48)</p> <p>Eu uso essa palavra porque nunca tive medo de palavras. Tem gente que se assusta com o</p>	

		<p>sabia entender. (p. 35)</p> <p>Esta história são apenas fatos não trabalhados de matéria-prima e que me atingem direto antes de eu pensar. Sei muita coisa que não posso dizer. Aliás pensar o quê? (p. 47)</p> <p style="text-align: center;">4</p>	<p>e obscura tendo como contratom o baixo grosso da dor. (p. 17)</p> <p>Será mesmo que a ação ultrapassa a palavra? Mas que ao escrever – que o nome real seja dado às coisas. Cada coisa é uma palavra. E quando não se a tem, inventa-se-a. Esse vosso Deus que nos mandou inventar. Porque escrevo? Antes de tudo porque captei o espírito da língua e assim às vezes a forma é que faz conteúdo. (p. 18)</p> <p>a palavra é fruto da palavra. A palavra tem que se parecer com a palavra. Atingi-la é o meu primeiro dever para comigo. E a palavra não pode ser enfeitada e artisticamente vã, tem que ser apenas ela. Bem, é</p>	<p>nome das coisas. Vocezinha tem medo de palavras, benzinho? – Tenho, sim senhora. (p. 50)</p> <p>Macabéa ficou um pouco aturdida sem saber se atravessaria a rua pois sua vida já estava mudada. E mudada por palavras — desde Moisés se sabe que a palavra é divina. (p. 52)</p> <p>Basta descobrir a verdade que ela logo já não é mais: passou o momento. Pergunto: o que é? Resposta: não é. (p. 55)</p> <p style="text-align: center;">6</p>	
--	--	---	--	---	--

verdade que
também
queria
alcançar
uma sensação
fina e que esse
finíssimo não
se quebrasse
em linha
perpétua. (p.
19)

Pois como eu
disse a palavra
tem que se
parecer com a
palavra,
instrumento
meu. Ou não
sou um
escritor? Na
verdade sou
mais ator
porque, com
apenas um
modo de
pontuar, faço
malabarismos
de entonação,
obriço o
respirar alheio
a me
acompanhar o
texto. (p. 20)